



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O NÃO-TRABALHO, CULTURA FABRIL E CONTROLE PATRONAL NA CIDADE-
FÁBRICA: COTIDIANO E LAZER EM PAULISTA-PE (1904-1958).**

REGINALDO FERREIRA DA SILVA NETO

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

João Pessoa

2022

**O NÃO-TRABALHO, CULTURA FABRIL E CONTROLE PATRONAL NA CIDADE-
FÁBRICA: COTIDIANO E LAZER EM PAULISTA-PE (1904-1958).**

REGINALDO FERREIRA DA SILVA NETO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica.

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

João Pessoa

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

Neto Silva Neto, Reginaldo Ferreira da.

O não-trabalho, cultura fabril e controle patronal na cidade-fábrica: cotidiano e lazer em Paulista-PE (1904-1958) / Reginaldo Ferreira da Silva Neto. - JoãoPessoa, 2022.

212 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU 008(043)

Elaborado por GRACILENE BARBOSA FIGUEIREDO - CRB-15/794



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 266 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando REGINALDO FERREIRA DA SILVA NETO, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS.

- Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 14 horas, em sessão realizada de forma híbrida, presencialmente na Sala CCHLA 511 e virtualmente na sala virtual <https://meet.google.com/skq-heyf-xfa>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da
- 5 UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria do mestrando **REGINALDO FERREIRA DA SILVA NETO**, matrícula **20201003944**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS, conforme encaminhamento da Professora SURYA
- 10 AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do mestrando foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **ELTERN CAMPINA VALE** (UFAL – Examinador
- 15 Externo) e **ANA BEATRIZ RIBEIRO BARROS SILVA** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu de forma remota, pela sala virtual <https://meet.google.com/vpi-ttxh-ssh>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** apresentou os membros da Comissão e, em
- 20 seguida, indicou ao mestrando para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado “O Não-trabalho e a Cultura Fabril Têxtil na Cidade-fábrica: Cotidiano e Lazer em Paulista-PE (1904-1958)”. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a
- 25 apresentação do mestrando. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer: O trabalho apresenta uma boa pesquisa e um texto bem construído. Traz relevante contribuição aos estudos sobre o tema. Foram feitas diversas observações e sugestões no sentido de algumas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

readequações, revisões e pequenos ajustes, visando aprimorar o texto final. Também houve uma sugestão de modificação no título, que ficará com a seguinte redação: "O Não-trabalho, Cultura Fabril e controle patronal na Cidade-fábrica: Cotidiano e Lazer em Paulista-PE (1904-1958)", de maneira a ficar mais adequado ao teor do texto apresentado. Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pelo mestrando.

João Pessoa, 20 de dezembro de 2022.

40

Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA
Data: 23/03/2023 18:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente
ELTERN CAMPINA VALE
Data: 23/03/2023 18:14:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

45 Examinador Externo

Examinadora Interna

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA BEATRIZ RIBEIRO BARROS SILVA
Data: 23/03/2023 18:07:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando

50

gov.br Documento assinado digitalmente
REGINALDO FERREIRA DA SILVA NETO
Data: 23/03/2023 17:36:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

À Deus, motivo de meu existir.

A minha amada família, Reginaldo Ferreira da Silva Filho, meu paizão; Sandra Paulino Moura da Silva, minha querida mãe; Rayane Soniely Ferreira da Silva, minha irmã amada.

Aos meus avós maternos Luiz Paulino de Moura e Alaide Alzira Alves de Moura, e avós paternos Reginaldo Ferreira da Silva e Zenaura da Silva, ambos *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e escrita acadêmica são comumente retratadas como um labor solitário, e, em parte, é de fato, pois demanda de devoção, experiência pessoal e entrega, enveredando por um caminho de descobertas, de si mesmo e de outrem. Entretanto, esse itinerário é muito mais extensivo e dinâmico, mesmo em circunstâncias mais solitárias, experimentei e me conectei as diversas redes de apoio, sociabilidade e afeto. Assim sendo, exteriorizar agradecimento, não é apenas um compromisso protocolar, mas, um reconhecimento proficiente e legítimo.

Minha gratidão:

Á Deus, pelo cuidado, proteção, misericórdia e amor.

Aos meus pais, pelos direcionamentos, ensinamentos, orações e ternura.

A minha irmã, pelo companheirismo e benevolência.

Aos meus parentes, tios e primos, pelo carinho e incentivo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, “Conde da Parayba”, como carinhosamente o trato. Meus agradecimentos a ti, meu querido, pelas inúmeras contribuições teóricas, pela forma amável e cortês que sempre me trataste, por todo cuidado, dedicação e apoio socioeconômico.

Aos membros da banca examinadora. Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB) e Prof. Dr. Eltern Campina Vale (UFAL), pelas valiosíssimas indicações e apontamentos realizados durante a qualificação da dissertação. Aos professores Dr. Mozart Vergetti de Menezes (UFPB), Dra. Regina Célia Gonçalves (UFPB), Dra. Solange Rocha (UFPB), Dr. Tiago Bernadon (UFPB), Dra. Cláudia Lago (UFPB) e Dr. Nelson Tonellin (USP), pelos incentivos e cooperação a esta obra, desde as fases embrionárias. Aos professores Dr. Fernando Cauduro Pureza (UFPB) e Dr. Frederico Duarte Bartz (UFRGS), por gentilmente ter aceitado o convite para participar da banca como examinadores suplentes.

Aos meus queridos amigos e amigas, que os levo para onde quer que eu vá. Amigos e Amigas da Assembleia de Deus em Pernambuco - IEADPE. Aos amigos e amigas da Residência Universitária (RUMF). Aos amigos e amigas do Chi Alpha - PB e PE, Chi Alpha Nacional e Grupo Doulos. Aos amigos e amigas da igreja Batista Farol e Célula Ekballo. Aos amigos e amigas do ensino básico, graduação e pós-graduação, enfim, aos amigos de perto e de longe, pela companhia presencial e/ou virtual.

Ao grupo Paulista: História & Memória, Joca Lima, Marcondes Andrade, em especial, ao querido amigo, irmão e pastor Dário José, por todo apoio, contribuição significativa e motivação.

Aos coordenadores do curso de história da UFPB, chefe e vice-chefe de departamento, secretários e corpo técnico administrativo, em especial, ao querido José Carlos, pelas calorosas e amáveis recepções, incentivo e profissionalismo.

Aos coordenadores, secretário, professores e professoras do PPGH-UFPB, pelo exemplo de diligência, profissionalismo, e por todo apoio oferecido aos mestrandos e mestrandas.

Ao Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano, em especial, aos queridos Emerson, Sandra, Fabíola e Jaqueline.

Ao Arquivo Público de Olinda, em especial, à Aneide Santana e Alexandre Dias.

A Biblioteca Nacional do Brasil, em especial, a hemeroteca.

A Fundação Joaquim Nabuco.

Aos meus ancestrais, que neste país foram escravizados, e não tiveram acesso ao lugar social e ao capital cultural que obtive, meu tributo as vocês, minha conquista é resultado de vossas lutas.

Por fim, minha gratidão aos governos Lula e Dilma (2003-2015), em Pernambuco, ao governo Eduardo Campos (2007-2014), pelas efetivas políticas públicas de acessos e permanências à Universidade Pública e Educação Básica, pelas políticas públicas de subtração às Desigualdades Sociais e violência aos menos favorecidos, pelas políticas públicas de Cotas, que são pontes de acessos, que liga a periferia dos sonhos à metrópole da realidade de inúmeras meninas e meninos pretos, indígenas e de baixa renda.

“Porque Dele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; Glória, pois, a Ele eternamente.
Amém”.

Romanos 11:36

RESUMO

Esta dissertação estuda o processo de formação da cidade fabril de Paulista, a partir das relações entre o trabalho, cotidiano e tempo livre (não-trabalho), entre os anos 1904 a 1958, o recorte temporal abrange a compra das primeiras ações da CTP por Herman Lundgren em 1904, e se estende até 1958, no qual foi efetuado o último recenseamento do município pelo IBGE e o último relatório da década de 50 pela CTP. A cidade-fábrica de Paulista, em Pernambuco, na maior parte deste recorte temporal, pertenceu ao município de Olinda, enquanto distrito, somente elevada a município no ano de 1935. Durante esse período citado, o controle da cidade fabril, ficou sob o comando de uma família escandinava e herdeiros, os Lundgren, acionistas em primeiro plano, da fábrica de tecidos Paulista, e posteriormente, proprietários da Companhia de Tecidos Paulista. Construída no ano de 1891, a Companhia de Tecidos Paulista, se tornou o principal elemento regulador e dirigente na vida dos que ali trabalhavam e habitavam. A partir da direção da família Lundgren à frente da fábrica de tecidos, toda a ideia, planejamento e experiência de cidade fabril tomaria forma e se tornaria mais concreta. Para além dos sentidos econômicos e políticos e os elos em torno da indústria do ramo de fiação e tecelagem, se evidenciam, nas construções e vivências cotidianas, relações sociais e espaços de cultura. Dessa forma, a temática central dessa dissertação é a construção do espaço da cidade-fábrica de Paulista, analisando as relações entre a Companhia de Tecidos Paulista e suas vilas operárias, enfatizando as vivências e experiências dos trabalhadores/operários, a sua dependência com a fábrica, os diversos espaços de usos da cidade-fábrica, e a relação da fábrica, vida privada e tempo livre dos trabalhadores/operários, bem como as tentativas de controle desse espaço e desse tempo pela direção da empresa. Para tais abordagens, foram utilizadas variadas fontes, como periódicos, teses e dissertações, obras memorialistas e documentários. As investigações e observações da documentação permitiram expandir uma série de questionamentos e perspectivas dispostas nessa dissertação em três partes: a formação da cidade-fábrica, a partir dos delineamentos feitos pela Companhia de Tecidos Paulista, evidente a partir da década de 1920; o cotidiano, incluindo os espaços de uso, os espaços em disputas e a hierarquização dos espaços de usos e moradia, entre as décadas de 1920 e 1950; e, finalmente, o não-trabalho em sua essência, ou seja, o lazer, educação, os festejos e o futebol, entre o final da década de 1920 a 1950.

Palavras-Chaves: Paulista (PE). Cidade-Fábrica. Companhia de Tecidos Paulista. Cotidiano. Não-trabalho.

ABSTRACT

This dissertation studies the process of formation of the factory town of Paulista, from the relations between work, daily life and free time (non-work), between the years 1904 to 1958. The time frame covers the purchase of the first shares of CTP by Herman Lundgren in 1904, and extends until 1958, when the last census of the town was carried out by the IBGE and the last report of the 50s by CTP. The factory town of Paulista, in Pernambuco, for most of this period, belonged to the municipality of Olinda, as a district, and only became a municipality in 1935. During this period, the control of the manufacturing town was under the command of a Scandinavian family and heirs, the Lundgren family, shareholders in the first place, of the Paulista textile factory, and later, owners of the Paulista Textile Company. Built in 1891, the Paulista Textile Company became the main regulating and directing element in the lives of those who worked and lived there. With the Lundgren family at the head of the textile factory, the whole idea, planning and experience of a factory town would take shape and become more concrete. In addition to the economic and political meanings and the links around the spinning and weaving industry, social relationships and cultural spaces are evidenced in the constructions and daily experiences. In this way, the central theme of this dissertation is the construction of the space of the Paulista factory town, analyzing the relations between the Paulista Textile Company and its workers' villages, emphasizing the experiences of the workers/operators, their dependence on the factory, the several spaces of use in the factory town, and the relation of the factory, private life and free time of the workers/operators, as well as the attempts of control of this space and time by the company management. For such approaches, a variety of sources were used, such as periodicals, theses and dissertations, memorialist works, and documentaries. The investigation and observation of the documentation allowed us to expand a series of questions and perspectives, which are presented in this dissertation in three parts: the formation of the factory town, from the delineations made by the Paulista Textile Company, evident from the 1920s; the daily life, including the spaces of use, the spaces in dispute and the hierarchization of the spaces of uses and housing, between the 1920s and 1950s; and, finally, the non-work in its essence, that is, leisure, education, festivities and soccer, between the late 1920s to 1950s.

Keywords: Paulista (PE). Factory-City. Paulista Textile Company. Everyday life. Non-Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Créditos editoriais do periódico “A Província” (1891).....	55
Figura 2 – Fundação da CTP “A Província”	56
Figura 3 – Periódico “Gazeta de Paulista” (1911)	56
Figura 4 – Divertimentos “Gazeta de Paulista”	57
Figura 5 - Família Lundgren.....	59
Figura 6 - Casa Grande do antigo Engenho Paulista.....	60
Figura 7- Créditos Editoriais “Gazeta de Paulista” (1911)	65
Figura 8 - Notícia de viagens dos empresários/industriários.....	65
Figura 9 - Secção de Fiação	66
Figura 10 – Secção de Tecelagem	66
Figura 11 - Secção de Acabamento	66
Figura 12 - Secção de gravação	66
Figura 13 – Arthur Lundgren	67
Figura 14 – Frederico Lundgren	67
Figura 15 – Núcleo Fabril	73
Figura 16 – Desenho e Traçados do Núcleo Fabril.....	74
Figura 17 – Saída dos operários da Fábrica Velha (Arthur)	77
Figura 18 – Vila Operária na década de 1910	94
Figura 19 - Aspecto da vila operária de Pedra e Cal em 1920	95
Figura 20 - Rua da vila operária.....	95
Figura 21 - Reformas das vilas operárias.....	96
Figura 22 - Roçado-operário.....	96
Figura 23 - Rua dos chalés (1948)	97
Figura 24 - Rua dos chalés (1950)	98
Figura 25 - Habitações de Técnicos e Gerentes da CTP.....	98
Figura 26 - Vila Alto Sumaré.....	99
Figura 27 - Casa Grande dos Lundgrens.....	100
Figura 28 - Créditos Editoriais do Jornal “Diário da Manhã” (1927).....	109
Figura 29 - Denúncia e Dilemas do Jornal Diário da Manhã" (1927).....	109
Figura 30 - Alberto Lundgren como prefeito de Paulista (1927/1928).....	112
Figura 31 - Reanexação de Paulista ao município de Olinda (1930).....	114
Figura 32 - Emancipação de Paulista.....	118
Figura 33 - Continuação do documento de Emancipação de Paulista.....	119
Figura 34 - Créditos editoriais do jornal "Diário da Manhã" (1930)	128
Figura 35 - Denúncia ao Departamento Estadual do Trabalho.....	128
Figura 36 - Continuação da denúncia.....	128
Figura 37 - Planta baixa do Pavilhão do Hospital de Mirueira.....	136
Figura 38 - Inauguração da Policlínica Anna Elisabeth.....	137
Figura 39 - Policlínica Anna Elisabeth (IBGE).....	138
Figura 40 - Créditos editoriais do jornal “Tribuna Operária”	139
Figura 41 – “Tribuna Operária”, denúncia acerca das assistências médicas.....	139
Figura 42 – “Tribuna Operária”, ambulância para o povo.....	139
Figura 43 - Construção da Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal.....	142
Figura 44 - Recém inaugurada a Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal.....	143
Figura 45 - Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal, atualmente.....	144
Figura 46 - Créditos Editoriais do “Gazeta de Paulista” (1911)	153
Figura 47 - Cinema Pery/Theatro Izabel.....	153

Figura 48 – “Gazeta de Paulista” (1911).....	154
Figura 49 – “Gazeta de Paulista”, pedido justo (1911).....	154
Figura 50 - Créditos Editoriais do “Gazeta de Paulista”	155
Figura 51 – “Gazeta de Paulista, diversões”	155
Figura 52 – “Gazeta de Paulista”, continuação.....	155
Figura 53 - Créditos editoriais do Jornal “A Reacção”	156
Figura 54 - Jornal “A Reacção”, “cinema CHIC”	156
Figura 55 - Créditos editoriais do jornal “O Realista”	158
Figura 56 – “O Realista”, “cinemas”	158
Figura 57 – Cine Municipal	159
Figura 58 – Cine Paulista	160
Figura 59 – Finalização da Construção do Cine Paulista.....	160
Figura 60 – Parque de Diversões	162
Figura 61 – Jardim dos Coronéis	163
Figura 62 – Clube Náutico de Futebol	166
Figura 63 – Jogo de Futebol.....	167
Figura 64 - Jogadores e Mulheres no Aurora Time Futebol.....	167
Figura 65 - Sede do Paulistano Clube	168
Figura 66 - Sede do Vera Cruz Futebol Clube	169

LISTA DE QUADROS

Quadro I.....54

Quadro II.....55

Quadro III.....69

Quadro IV.....186

Quadro V.....187

Quadro VI.....198

Quadro VII.....189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;
APEJE - Arquivo Público Jordão Emerenciano;
APOL – Arquivo Público de Olinda;
BN - Biblioteca Nacional;
CTP - Companhia de Tecidos Paulista;
DP - Diário de Pernambuco;
FM - Folha do Amanhã;
FRCTP – Federação Regional das Classes Trabalhadoras de Pernambuco
FIDEM - Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife;
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco;
FUDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco;
IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
STIFTR – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife;
STIFTMMCECACMP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem Malharia e meias Cordoalhas e Estopas Capacho Acabamento de Confeções de Malha em Paulista (PE);
TSAP – Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco;
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
UFPB - Universidade Federal da Paraíba;
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco;
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco;
USP - Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: POR UM RASTRO DE HISTÓRIA OPERÁRIA NA CIDADE-FÁBRICA DE PAULISTA-PE.....	17
1. CAPÍTULO I - UMA SÍNTESE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS EM PERNAMBUCO ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	30
1.1. PAULISTA-PE: Contributos Históricos e Mediações Teóricas.....	30
1.2. O QUE NOS DIRÃO AS FONTES?	51
1.3. PAULISTA-PE: entre engenhos e usinas, uma cidade-fábrica se ergue (1890-1910)	58
2. CAPÍTULO II - O ESPAÇO FABRIL: ADMINISTRAÇÕES E TENSÕES SOCIAIS (1920-1950).....	72
2.1. AS BADALADAS DO SINO, O SOM DOS APITOS, O BARULHO DO TREM: Cotidianidade e Trabalho na Cidade Fabril de Paulista.	72
2.2. SEDUÇÕES E RECRUTAMENTOS: Trajetórias e Sistematizações da força de trabalho da cidade-fábrica	81
2.3. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE USOS: Moradias e Relações de Trabalho.	90
3. CAPÍTULO III – “TEMPO-LIVRE” E SOCIABILIDADE.....	106
3.1. DINAMICIDADE DA CIDADE-FÁBRICA E DISPUTAS POLÍTICAS.....	106
3.2. PROPAGANDAS, ASSISTENCIALISMO E A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES/OPERÁRIOS: vicissitudes e dilemas.....	127
3.3. LAZER, EDUCAÇÃO, FESTEJOS E FUTEBOL.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
APENDICE – FONTES.....	183
ANEXOS.....	186

INTRODUÇÃO: POR UM RASTRO DE HISTÓRIA OPERÁRIA NA CIDADE-FÁBRICA DE PAULISTA-PE

Se pelo lado dos patrões a unidade fabril é representada como espaço neutro da produção, através de uma composição estática que procura registrar o número de máquinas, de peças, de compartimentos e de operários, também considerados como fatores de produção, pelo lado destes, esta construção imaginária da fábrica responde a uma intenção disciplinadora precisa: a de incitar explicitamente ao trabalho, obrigando o operário a respeitar normas da hierarquia fabril. O discurso operário sobre a fábrica traduz, desde cedo, a revolta contra a imagem edulcorada do mundo do trabalho projetada pelo imaginário burguês. Falar da fábrica significa, nesta perspectiva, questionar praticamente a organização capitalista do processo de produção por vários lados. (RAGO, 1987, pág. 20.)

Este trabalho de dissertação tem por objetivo investigar, contribuir e apresentar um debate no campo da História Social do Trabalho, com uma produção historiográfica acerca do não-trabalho, ou seja, do tempo-livre e cotidiano na cidade fabril do Paulista (PE). A referida cidade-fábrica¹ administrada e conduzida pela Companhia de Tecidos Paulista desde sua fundação a partir de 1891, inicialmente como uma fábrica de sacaria estabelecida pelos Comendadores Coronel Cornélio Rabelo Padilha e José Adolpho Rodrigues Lima, existente até meados da década de 1980 e que em seu momento mais inicial, apresentou menor influência e poderio do que posteriormente veio a deter, sob o comando da família escandinava Lundgren. O nosso recorte temporal se estende pela primeira metade do século XX, mais especificamente entre os anos 1904 a 1958, período que abrange o apogeu da fábrica de tecidos, ao seu ponto de inflexão² e início da derrocada, acumulando em consequência disso, perdas significativas no domínio, prestígio e poder.

Paulista, localizada atualmente na região metropolitana do Recife, pertencia como distrito³ ao município Olinda até 1935, quando ocorreu a sua emancipação⁴. Vale salientar que Paulista prosperava com o *boom* da grande indústria têxtil instalada e ampliada no âmbito rural desde o ano 1891, sendo assim, o então distrito de Paulista e posteriormente município, gozava

¹Várias aglomerações criadas por empresas têm sido referidas como “cidade operária”, “cidade-empresa”, “cidade-companhia” ou “cidade nova”. O termo “cidade operária” começa a ser utilizado no Brasil para designar essas aglomerações, sobretudo a partir da década de 1930. Está associado a uma mudança de escala desses lugares, tanto decorrente do crescimento de alguns e de sua emancipação e conversão em sedes de municípios, quanto do surgimento de novos lugares com grandes dimensões, alguns decorrentes de iniciativas governamentais. (CORREIA, 2001, p. 89).

²Enquanto viveram Frederico e Arthur Lundgren, não houve contestação. As dificuldades começaram na terceira geração, como é corrente nas empresas familiares. Entre 1958-1963: SUDENE e período de implementação do projeto de reequipamento do maquinário. (MARCOVITH, 2012, p. 60).

³O distrito de Paulista surgiu com a Lei Municipal nº 219, de 28 de dezembro de 1907. (GÓES, 1963, p. 121).

⁴Lei nº 11 de 4 de setembro de 1935.

por ser um dos maiores centros exportadores de tecidos do Estado de Pernambuco, e por que não dizer do Nordeste do Brasil, a partir das comercializações dos tecidos produzidos em varejo próprio da Companhia de Tecidos Paulista, as Casas Paulistas, e posteriormente as Casas Pernambucanas:

A cidade era Paulista, em Pernambuco, que sediou, aproveitando a mão de obra barata e coletiva de famílias de origem rural, uma das grandes indústrias têxteis do país, neste século (século XX), a companhia de Tecidos Paulista (CTP), dos irmãos Lundgren. (ALVIM, 1997, p. 01).

Essa fábrica recebeu uma série de estudos relevantes e realizamos a abordagem de sua história a partir da Historiografia acadêmica, memorialistas. É interessante compreender o cotidiano e os usos dos espaços de lazer por três questões centrais: mundo do trabalho, estruturação e organização da cidade-fábrica e os conflitos da classe operária nos espaços dentro e fora dos muros das fábricas, que aparentemente ou disfarçadamente estão no dia a dia dos trabalhadores/operários. Diante disso, buscamos investigar de que forma os componentes orgânicos do cotidiano se relacionam, em conformidade como nos indica Agnes Heller⁵, no contexto da industrialização, composições das fábricas e construções das habitações operárias, ampliando a discussão no sentido de esclarecer aspectos do não-trabalho frente ao mundo propriamente do trabalho⁶.

Assim sendo, além de outros conceitos que utilizaremos, daremos ênfase ao conceito de cotidianidade⁷, conceito que se aplicará no contexto do extramuros das fábricas de Tecidos Paulista, ou seja, no interior das vilas operárias, espaços de lazer e usos comuns dos moradores/operários.

⁵A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais (HELLER, 2016, p. 26-27).

⁶A Fábrica com Vila Operária, como uma forma particular de regime despótico onde prevalece a coerção sobre o consentimento, se baseia numa “unidade” entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Para Burawoy “Apesar das grandes diferenças internas tanto aos regimes despóticos quanto aos hegemônicos, a base fundamental para a periodização permanece sendo a relação unidade/separação entre a reprodução da força de trabalho e a produção capitalista”. (TEIXEIRA, 1990, p. 33 apud KELLER, 2019, p. 23).

⁷No marco da sociologia da vida cotidiana, tal como elaborada por Agnes Heller, a análise da realidade investigada vai além da mera descrição da rotina das práticas sociais, em geral, e das relações interpessoais, em particular. Trata-se "de uma investigação ampla, que focaliza aspectos da vida social menosprezados [...] Esse método de pesquisa prevê também um lugar para a subjetividade do pesquisador no processo de interpretação das situações com que se defronta. (PATTO, Maria Helena Souza. O CONCEITO DE COTIDIANIDADE EM AGNES HELLER E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Perspectivas, São Paulo, vol. 16. p. 119-141, 1993).

Nessa lógica, conseguimos compreender os ordenamentos hierárquicos e suas especificidades e, além disso, entender determinações e ocupações dentro da cidade fabril (sessões internas e subsidiárias), a partir do modo de produção capitalista na coletividade dos grupos sociais e suas individualidades, no qual, a organização do trabalho determina ou busca determinar o não-trabalho e ocupa posição central dentro da heterogeneidade desta distinta cidade-fábrica. O estudioso Paulo Keller, em uma das suas discussões nos demonstra que a diversificação nos enfoques do mundo do trabalho nas cidades fabris, são estruturadas a partir da heterogeneidade das fábricas com o interior das suas vilas operárias, “produção, religiosidade, formas de consumo, lazer, educação, mantêm entre si, formas de intercâmbios, combinando-se hierarquicamente”⁸.

Compreender o perfil dessa cidade-fábrica e o cotidiano dos que residem na mesma é, por certo, intrigante, pois, a cidade fabril de Paulista não se forma como desdobramento de um espaço já urbanizado⁹, mas, de um apêndice da cidade de Olinda, e vai se configurando ao redor de uma casa grande, herança colonial da cultura agro açucareira, e da então fábrica de tecidos, que de uma forma clara, projeta, dita, domina e delimita esse espaço, tendo esse mesmo espaço uma peculiaridade rural, transformando-se ao longo do tempo de um conjunto de engenhos em uma cidade fabril têxtil. Este mesmo espaço, em uma escala de médio prazo dispusera também de um ideal médio/grande complexidade¹⁰ de uma cidade urbanizada que é concebida e conceituada por José Leite Lopes como o “sistema Paulista”.

O sistema Paulista, é a ideia projetada para essa composição estrutural de cidade, visto que a fábrica e os futuros bairros operários, envolvem-se sob um mesmo controle centralizado à produção fabril: o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos operários sob a forma de uma feira administrada pela CTP. Além disso, a estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia

⁸ KELLER, 2019, p. 23.

⁹ Algumas grandes indústrias na capital, também construíram vilas operárias junto às instalações, com o intuito de reter principalmente os operários mais qualificados na produção. (DECCA, 1990, p. 24)

¹⁰Minhas primeiras reflexões sobre a noção de “cidade-fábrica, complexo fabril e vilas operárias” surgiram a partir das leituras e reflexões de dois autores. Gilberto Freyre (2003) em seus questionamentos e perspectivas do complexo da “Casa-Grande e a Senzala”, para o autor citado anteriormente, “a Casa-Grande seria completa se houvesse a Senzala, toda abrangendo em suas discussões algumas representações nas estruturas econômicas, sociais e políticas. A produção (monocultura latifundiária, o açúcar); O trabalho (escravidão); ... A religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto aos mortos, etc.);” (Prefácio à 1ª. edição, LIII). A segunda leitura seria feita a partir de José Sergio Leite Lopes, pois estaria abordando o conceito “Padrão Fábrica com Vilas Operárias”, desenvolvido pelo mesmo autor em seu trabalho sobre o conceito de “Sistema Paulista”, especificamente o capítulo “A civilização da fábrica Paulista, Leite Lopes afirma que a “organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões” (LOPES, 1988, p. 169).

particular. A relação paternalista típica de fábricas, sobretudo, as têxteis, frente aos seus operários foi um fenômeno mundial e, por si só, não pode ser visto como uma exclusividade da relação social e de trabalho exercido pelos Lundgren em seu complexo fabril situado em Paulista.

(...) o “sistema Paulista” é uma variante de tal forma de dominação, que se singulariza pela abrangência de sua ação sobre as condições materiais de existência de seus trabalhadores. Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da companhia dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar que se incorpora nas condições subsidiárias à própria moradia (o roçado, a lenha) e mais ainda por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores através da organização da feira (...). (LOPES, 1988, p. 38).

A concepção de formação da cidade atrelada à residência operária, também é analisada por outros estudiosos que dialogam com este universo e caráter fabril. As tentativas de controle pelos donos das fábricas e seu corpo de vigias da fábrica e de policiamento, a cidade operária também estava constituída de Escola, Igreja, Creche, Clube, Campo Esportivo, Praça etc. Sobre isso, Correia discorre sobre conjunto das entidades com a fábrica.

Um outro aspecto que, embora seja uma tendência geral dos núcleos fabris, se radicaliza no caso do caráter autárquico que assumiram. Paulista tinha fábricas têxteis, porto e ferrovia particular, matas, cerâmica, atividades, serviço próprio de abastecimento d'água e energia elétrica, moradias, igreja, feiras, parque, cinema, clínica, teatro, escola, clube e campo de futebol. (Correia, 1966).

Nesta perspectiva autárquica mais geral do que fala Correia, é interessante ressaltarmos como as cidades fabris estavam distribuídas pelas especialidades laborais. Para além de Correia, Maria Auxiliadora Decca, nos apresenta como estava constituída essa distribuição das vilas.

Compunham-se de uma série de pequenas casas, sem jardins, de três ou quatro cômodos no máximo, que tinham um fundo comum; às vezes, fileiras de pequenas casas contíguas escondiam-se da rua, atrás de uma primeira fila que ficava rente à calçada. Destinadas prioritariamente aos mestres e contramestres, operários especializados que era necessário controlar e conservar, tais vilas erguidas por grandes industriais. (DECCA, 1990, p. 25).

Além disso, veremos no decorrer do texto, como se constituirá a força de trabalho da cidade fabril, o grande número de famílias e indivíduos que foram trabalhar na CTP e ali residir. O perfil social destas famílias e indivíduos era significativamente de origem rural, tanto os que já moravam em Paulista, quanto os que vieram de outras cidades e estados para lograr o

trabalho. Para obter essa mão de obra, os agentes da fábrica recrutavam camponeses de várias partes do Nordeste, principalmente do interior de Pernambuco e Paraíba.

Nossa intenção ao iniciar a pesquisa que levou à dissertação era a de investigar a resistência operária no âmbito da disputa pelos tempos de “não-trabalho”, lastreados nos estudos de E. P. Thompson, mas o decorrer do Mestrado e as circunstâncias da pandemia de covid-19 inviabilizaram esse propósito inicial, que demandaria uma série de procedimentos teórico-metodológicos em relação à documentação, que ficaram bastante difíceis de acesso as fontes. Desse modo, foi possível aprofundar mais efetivamente o aspecto do controle fabril sobre esse tempo de “não-trabalho”, mais próximo das formulações de Margareth Rago. O acesso à documentação produzida pela própria fábrica, pela imprensa e pelos órgãos governamentais permitiu, de forma mais nítida, visualizar esse aspecto do controle, enquanto a dimensão da resistência pressupunha acesso a uma documentação produzida pelos próprios operários ou a documentos como, por exemplo, os da Justiça do Trabalho, que dessem pistas desses processos de resistência. Diante dessa impossibilidade, optamos pelo estudo mais focado no controle, pretendendo em ocasiões futuras retomar o objetivo inicial.

Os caminhos da pesquisa se dão no sentido de buscar entender a cidade-fábrica, a organização desse espaço, a estruturação da cidade a partir da Companhia de Tecidos Paulista, e a ênfase na discussão da cotidianidade, vivências e experiências dos grupos familiares, indivíduos, estrangeiros¹¹, trabalhadores/operários no geral. Entender tal nicho é possível através das discussões propostas por Rago, como dissemos anteriormente. Procuramos, sempre que possível, perceber as práticas entre os agentes sociais (trabalhadores/operários) e as observâncias, condicionamentos e disputas (situação da fábrica, vilas operárias e espaços de usos) que entendemos, segundo Thompson, como noção de experiência. Com essa noção de experiência, de acordo com Keller, a uma resolução da experiência de classe, no entanto, não da consciência de classe (KELLER, 2019, p. 24). Contudo, para Thompson, a noção de experiência é abrangente as manifestações culturais da classe operária.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias; no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações

¹¹ Sobre os estrangeiros: em 1921, na seção Movimento do Porto do Diário de Pernambuco, já se registrava a chegada de umas das primeiras levas de alemães. Eram engenheiros mecânicos formados em Berlim, Hamburgo e que tinha lutado na primeira grande guerra. Chegaram para trabalharem no Paulista e Rio Tinto. São nomes que na posteridade tornam-se chefes de seção e diretores. Aliás, os Lundgren possuíam relações comerciais com agências em Hamburgo. Parte dos barcos da companhia vinham de Hamburgo. Isso explica desde o início a relação próxima deles com a Alemanha. Eles estudaram em Londres e Berlim. (Jornal Pequeno, 18 de março de 1921).

familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1988, p. 189).

Assim sendo, se a classe de trabalhadores/operários é definida pela própria classe, quando a mesma vivencia suas próprias experiências e experimentações, logo, podemos compreender a construção social e cultural dos trabalhadores/operários da cidade fabril de Paulista, a partir da investigação das suas experiências históricas na Companhia de Tecidos Paulista. Dessa maneira, procuro analisar os “moldes culturais” do operário ligado diretamente ou indiretamente à CTP, a partir de sua inserção na complexa cidade-fábrica de Paulista e seus arrabaldes. Esta discussão sobre a cidade-fábrica dominada pelos Lundgren consiste em três pontos de análise: Companhia de Tecidos Paulista e seus apêndices, a estrutura social da cidade-fábrica e “espaços de usos/redes de serviços” ou como conceitua Leite Lopes, “sistema Paulista”.

Neste complexo fabril de Paulista, procuramos entender a produção capitalista, a partir da problemática das famílias de trabalhadores/operários, onde as restrições, subordinações, disciplinarização e também as indisciplinas e as insubordinações, no âmbito das fábricas estão escoradas nas vilas operárias, que se apresentam como solução para os infortúnios habitacionais da força de trabalho¹² da cidade fabril.

Na estrutura social do complexo fabril, como uma miríade de particularidades culturais, presentes na fábrica e no interior das vilas operárias, se caracterizam como “aparatos institucionais”¹³ e se inserem nas relações sociais que se desenvolvem entre a classe de trabalhadores/operários e o patronato da cidade fabril, nos intramuros da fábrica (ordenamentos e distribuição na produção) e o espaço de moradia (vilas e habitações dos trabalhadores/operários). Sendo este mesmo espaço de vida privada, ou seja, espaço de moradia, como ambiente subordinado também às fábricas e seus ditames e estes mesmos espaços também se apresentam como lugares de subversões pela ótica burguesa, neste prelúdio em que a Companhia de Tecidos Paulista é proprietária das casas das vilas e habitações destes

¹²Muitas discussões da década de 1950, 1960 e 1970, consideradas relevantes na área supracitada, apresentam algumas abordagens sobre as vilas operárias sob a “perspectiva do capital”, segundo Sônia Maria Gonzaga de Oliveira, nestas discussões, “a centralidade da discussão reside nas questões afetas ao processo de desenvolvimento industrial” (OLIVEIRA, 1992, p. 12).

¹³Conceito utilizado a princípio por Leite Lopes (1988, p. 169) para se referir à soma de organizações que tencionam a assistência e o enquadramento físico e moral dos trabalhadores/operários. Porquanto, em cada componente deriva determinadas relações sociais, segundo Thompson, “sistemas densos, complexos e elaborados” que se intercalam (THOMPSON, 1981, p. 188).

trabalhadores/operários, o mesmo trabalhador/operário, além de ser subordinado à CTP, enquanto empregado da mesma, é sincronicamente locatário dos imóveis desta mesma fábrica, e concomitantemente, usuário dos espaços de usos e redes de serviços (farmácia, escola, clubes, armazém, feira, igreja), que operam dentro da cidade-fábrica de Paulista, transformando o que seria em princípio um comum relacionamento entre empregador/subordinados, em uma complexa rede de sociabilidade, no entanto, no caso de demissões desses indivíduos, os diretos de usufruto dos espaços de usos da cidade-fábrica, eram cerceados, diante disso, alicerçaremos os debates sobre os apontamentos de Margareth Rago para ponderarmos o nosso debate.

A estratégia patronal de fixação de força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição do mercado de trabalho livre no país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera do trabalho. A vila-cidadela projetada pela arquitetura da vigilância oferece aos seus moradores a proteção e o conforto de toda uma rede de equipamentos coletivos e comerciais, capazes de atender às suas mais simples necessidades: creche, escola, armazém, farmácia, teatro e quadra de esporte, entre outras coisas. Nesse sentido, o poder disciplinar cria dispositivos estratégicos de estreitamento dos vínculos que unem os membros da família, mas também entre esta e o patrão, numa mescla de sentimentos que incluem gratidão e cumplicidade (RAGO, 1987, pág. 178-179).

Os espaços de usos e rede de serviços que estão presentes na cidade fabril são conceituados de várias formas, por vários autores. José Sergio Leite Lopes a chama de “aparato institucional”, para este teórico “a organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igreja, cinema, teatro, parque de diversões” (LEITE, 1988, p. 169).

Ainda a título de discussão conceitual, Margareth Rago utiliza a noção de “rede de equipamentos coletivos e comerciais” (RAGO, 1985, p. 179). Para Elisabeth Bastos e Ana Marta Weid, a noção utilizada é de “mecanismos de controle sobre sua mão-de-obra”. Logo, para as teóricas citadas, “tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no dia a dia dos operários em diversos aspectos [...]” (BASTOS; WEID, 1986, p. 157).

Nas reflexões de Stanley Stein, o teórico se lastreia pela noção de um “sistema de serviços sociais destinados a assistir o trabalhador desde o berço, até, literalmente, o cemitério”. No entanto, o autor diverge um tanto no condicionamento social do morrer na cidade fabril de Paulista, pois, o domínio do cemitério¹⁴ não estava tutelado à Companhia de Tecidos Paulista,

¹⁴ Localizado na área de Catolê/Canoas, centro norte de Paulista, foi construído em 1912, com donativos dos trabalhadores das indústrias e agricultura, arrecadados pela associação religiosa “Irmandade de São José”, sendo

pelo contrário, estava tutelada a ordens religiosas e doações de terras privadas, de não domínio da CTP para velórios e sepultamentos. Em continuação, Stein, também reitera a concepção paternalista, que estruturava esta rede de serviços, uma noção básica que consolidava¹⁵ o sistema de serviços oferecidos pela fábrica: a força de trabalho era entendida como um grupo de famílias vivendo juntas sob “a administração verdadeiramente paternal” dos gerentes e acionistas (STEIN, 1979, p. 69).

Uma outra característica da cidade-fábrica de Paulista, que abrange o campo conceitual do nosso estudo e é debatida por Paulo Keller, seria a ideia de cotidiano do complexo fabril como “fluidez das relações”¹⁶, ou seja, uma familiaridade entre os trabalhadores/operários e o patronato industrial, como abrange Keller, seria tanto uma relação tanto pessoal quanto familiar. Seria uma abrangência também entre os espaços da fábrica e os espaços da vida privada, levando em conta o intercâmbio nas relações entre cada “aparato institucional”¹⁷ que engloba as redes de serviços nos espaços de uso-comum da cidade no geral e espaços domésticos, havendo certas limitações entre ambos os espaços, estabelecendo as fábricas Velha (Arthur) e Aurora, as vilas operárias, usina, porto, arrabaldes rurais, como pertencentes a um complexo econômico e sociocultural, a fábrica moderna, o trabalho assalariado, paternalismo industrial com formas específicas: educação (escolas de primeiras letras e posteriormente escola técnica); no campo religioso (uma igreja que anterior a 1940, tinha um padroeiro operário, e logo após foi edificada outra ‘casa de oração’ com a denominação do nome da esposa do patriarca escandinavo); os ambientes de consumo (farmácia, armazém, feira); lugares de lazer (clubes de futebol, cinemas, teatros, club de tênis), que eram reservados para os empregados da fábrica de mão-de-obra especializada. Percebe-se que esse processo de ampliação da cidade-fábrica se consolida entre as décadas 1930 e 1950, como estrutura ampla de cidade.

seu presidente, na época, o Sr. Ramiro Ramos de Lima. O terreno foi de doação do antigo proprietário de Maranguape, o Sr. Joaquim de Sá Cavalcante de Albuquerque. (ALCANTARA, 2006, pág. 110-111).

¹⁵Ver questão imbricada nestas fábricas com sistema de vilas operárias no Nordeste: a referência ao padrão enquanto Coronel. Coronel Frederico, Coronel Delmiro Gouveia. Ponto fundamental: as relações que os Lundgren estabeleceram com os governos estaduais de Pernambuco e Paraíba, no caso os estados de atuação direta das fábricas de domínio Lundgren. Na campanha histórica de Dantas Barreto e Rosa Silva em 1911 (Ver artigo: HUTLZER, Celina Ribeiro. “Operários e patrões unidos, até quando? Uma história antiga.”); em 1930; com Vargas e com Agamenon Magalhães.

¹⁶A fluidez (naturalidade/espontaneidade) das relações sociais dentro do complexo pode ser visto: 1/como uma forma de dissimular as relações de dominação implícitas neste regime fabril; 2/ e de dar o sentido de conjunto às relações sociais (KELLER, 2019, p. 26).

¹⁷Quando for feito menção ao conjunto de serviços que são destinados aos que habitavam na cidade-fábrica de Paulista, mencionarei “redes de serviços” (KELLER, 2019, p. 25) ou “mecanismos de controle” (BASTOS; WEID. 1986, p. 157). No entanto, quando for feita referência aos serviços de forma individualizada, utilizaremos o conceito “aparato institucional” utilizado por Leite Lopes (1989, p. 169).

Assim sendo, a intencionalidade da dissertação é discutir aspectos menos explorados da cultura operária, particularmente o cotidiano, lazer, descanso e vida privada, ou seja, o não-trabalho. Percebemos através das fontes, a grande produção sobre o trabalho propriamente dito, e percebemos uma menor ênfase ao não-trabalho, e decidimos trilhar por essa discussão menos abrangente, sem desmembrar a realidade presente do mundo do trabalho na cidade-fábrica.

Antes de avançarmos, vamos apontar aqui um pouco mais o que definimos por “não-trabalho” em relação ao nosso objeto, que será esmiuçado adiante. Certamente, o trabalho na cidade-fábrica tem a sua vertente formal nas linhas de produção existentes. Supostamente, o horário fora da linha de produção seria o do “não-trabalho”, mas a coisa não é tão simples assim. Primeiramente, boa parte desse tempo é dominada pelos trabalhos de garantia da reprodução da própria força de trabalho. Atos cotidianos como arrumar as casas, preparar comida, realizar atividades de compra e venda, proceder pequenos consertos domésticos, tudo isso implica na invasão do tempo de “não-trabalho” pela lógica do trabalho. Num segundo momento, o tempo efetivamente não trabalhado, de lazer, diversão, prática esportiva, em certa medida é alvo de tentativa de controle pelo aparato institucional, sendo objeto mesmo de tentativa de disciplinamento e espaço de resistência e em um terceiro momento desse “não-trabalho”, percebemos os encontros e ajuntamentos de trabalhadores/operários para consumir momentos conceituados como potencialmente “subversivos” pela ótica burguesa industrial.

As indagações e inquietações que me direcionaram ao desenvolvimento do presente trabalho, sugeriram logo após a disciplina de História do Brasil III, cursada no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que discutira acerca da industrialização e modernização das cidades no final do século XIX e início do século XX, no mesmo intervalo de tempo, cursei a disciplina de Metodologia da História I, e tratei de forma mais genérica sobre Paulista. Ainda assim, com o mesmo objeto de pesquisa e discussão, tratei em meu Trabalho de Conclusão de Curso¹⁸ sobre a formação da cidade, no contexto que abrange os descendentes do patriarca escandinavo na administração da Companhia de Tecidos Paulista e, concomitantemente, na administração do município. À vista disso, minha preocupação inicial era discutir e relacionar a formação do município com o processo de “modernização” da cidade fabril.

¹⁸ SILVA NETO, Reginaldo Ferreira. CIDADE DAS CHAMINÉS: a formação citadina a partir do processo de modernização em Paulista-PE nos anos de 1904-1950. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), depósito feito na Biblioteca do CCHLA. João Pessoa: 2019. Sob orientação do Professor Dr. Mozart Vergetti de Menezes.

Na preparação e durante o mestrado, continuei com a mesma problemática, no entanto, mudei o rumo da pesquisa, pois com os direcionamentos do meu orientador Prof. Dr. Ângelo Emilio Pessoa da Silva, e da Prof. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros, leitora da versão anterior, apresentada na disciplina Seminário de Dissertação do PPGH-UFPB, me fizeram alcançar e compreender um outro olhar para o objeto da pesquisa, aguçando e revelando uma outra proposta dissertativa acerca dessa primeira metade do século XX na cidade-fábrica do Paulista.

Inicialmente, no projeto e composição do texto, iríamos abordamos acerca da modernização daquele espaço pertencente ao município de Olinda, que posteriormente se tornou distrito e depois município, enfim, este seria minha proposta preliminar, um certo “ponto de equilíbrio” de estudos, porém, eu não sabia que esse “ponto de equilíbrio” seria apenas uma brecha para adentrar nos debates e em um novo universo teórico, metodológico e sem dúvida “um abrir de portas” para o debate que trago ao longo do texto de dissertação. Assim sendo, após o avanço da pesquisa e conversas periódicas com o professor orientador e os professores e professoras que estavam presente nas apresentações da disciplina de seminário de dissertação, em especial, Prof. Dra. Ana Beatriz Ribeiro, decidi abordar essa “modernização”, para além das “benesses” que a fábrica trouxe para este espaço, longamente citado e recitado por muitos que contaram a “história” desse espaço, mas analisar este espaço de cidade e fábrica e os trabalhadores/operários, com um olhar de investigação de fato, por um prisma mais crítico, descortinando este vislumbre para um outro prisma, um outro debate, não perdendo de vista o objeto inicial, que são os trabalhadores/operários e a cidade-fábrica.

Em consideração a isso, o trabalho se envereda pelos aspectos do não-trabalho dos trabalhadores/operários: espaços de usos, cotidiano, lazer, descanso, educação, feira, consumos e de forma sutil seus conflitos. Como já dito, nossa intenção inicial era priorizar o estudo das formas de resistência no tempo e espaço do “não-trabalho”, mas acabamos por enfatizar mais as estratégias de controle patronal.

Na preparação e elaboração da dissertação do mestrado, a problemática da cotidianidade dos trabalhadores/operários da cidade fabril do Paulista, foi surgindo no decorrer das disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)¹⁹ e disciplina cursada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)²⁰. Baseado nas discussões das disciplinas,

¹⁹Não posso deixar de mencionar os cursos e os docentes: “História Cultural”, Prof^{fa}. Dr^a Cláudia Engler Cury; “Teoria da História”, Prof^{fa}. Dr^a Ana Maria Veiga; “Metodologia da História”, Prof^{fa}. Dr^o Ângelo Emilio Pessoa da Silva; “Tópicos Especiais em História Social”, Prof^{fa}. Dr^o Tiago Bernardon; “Seminário de Dissertação”, Prof^{fa}. Dr^a Solange Rocha e Prof^{fa}. Dr^o Élio Flores.

²⁰Disciplina cursada “Cidade e Cultura”, ministrada pelo Prof^{fa}. Dr^o Nelson Tonellin.

as problemáticas da pesquisa foi se solidificando e tomando forma. Mais tarde, no processo de Exame de Qualificação, com a presença da referida Professora Dra. Ana Beatriz Barros e do Professor Dr. Eltern Campina Vale, essas questões foram assumindo o cerne do trabalho. No pós-qualificação do mestrado, depois das expressivas contribuições dos docentes citados acima, decidimos, enfatizarmos e avançarmos no debate do cotidiano e não-trabalho.

Enfim, enquanto historiador e enquanto ser social, que está inserido numa realidade posterior do espaço-tempo do meu objeto de pesquisa, ressalto que meus familiares, parentes, amigos, estiveram inseridos em sua plenitude na realidade desta referida Companhia de Tecidos Paulista e neste agrupamento de famílias de trabalhadores/operários, que está integrada celebrenemente nos debates do trabalho.

Posto isto, meus estudos, para além das experiências desses familiares, parentes e pessoas próximas que estão interligadas com suas memórias e vivências ligadas à cidade-fábrica, e as suas respectivas extensões. Também é abrangente aos referenciais teóricos que fizeram suas distintas abordagens acerca de Paulista, desta forma, acessei as novas abordagens, novas noções e novos elementos teóricos que foram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

Neste sentido, os objetos centrais presentes no trabalho são desenvolvidos a partir de recorte temporal que emerge de um conjunto de inquietações, lacunas, fatores particulares (de pertencimento) e científicos (produzir ciência a partir das vivências e experiências).

O trabalho está distribuído em três capítulos, e múltiplos subcapítulos. No primeiro capítulo do estudo, apresentaremos as abordagens teóricas acerca da temática, percorrendo sobre os conceitos e autores que utilizamos para compor o aporte teórico da pesquisa. Logo após, em um segundo subcapítulo trilhamos pelo caminho das amostragens, demonstrando as fontes manuseadas e usufruídas pela pesquisa. Em continuação, no terceiro subcapítulo, fizemos um abreviado resumo do contexto social, cultural e econômico de Pernambuco, enfatizando um pouco mais Olinda e Paulista, adentramos pelo registro da família Lundgren que esteve na gênese desse espaço em desenvolvimento, e o traçado e “legado” que essa mesma família industriária/empresária perfilou em Paulista enquanto cidade fabril.

No segundo capítulo, tratamos sobre a cotidianidade dos trabalhadores/operários, o modo de viver neste espaço fabril e como se dá a organização e hierarquização dos espaços, como as habitações operárias, espaços de convívio e espaços de usos. Em um segundo momento, debatemos como se constituiu a força de trabalho de Paulista-PE, visto que, era um ambiente predominantemente rural, diante disso, como se deu esta migração de famílias inteiras e indivíduos vindo residir e trabalhar na Companhia de Tecidos Paulista, e quais as estratégias

usadas pelos agentes recrutadores para fazer este chamamento a mulheres e homens de outras cidades e estados. No terceiro subcapítulo, tratamos dos reflexos dos intramuros das fábricas com a forma de viver, morar e consumir a cidade fabril, além de suas problemáticas e demandas dos trabalhadores/operários.

Por fim, no terceiro capítulo da dissertação, debatemos no primeiro subcapítulo as questões da dinâmica da cidade-fábrica, as políticas estaduais e locais que a todo momento estavam em disputa pelo poder, prestígio e domínio do espaço, além dos conflitos e ebulição no campo político frente a cidade fabril. Em um segundo momento deste terceiro capítulo, abordamos sobre as políticas adotadas pelos industriários, frente às problemáticas locais, fizemos um contraponto do que descrevia os relatórios oficiais e os dilemas vividos pelos trabalhadores/operários, não condizendo com as propagandas feitas pela CTP; ainda neste subcapítulo, abordamos sobre os poderes simbólicos utilizados pela CTP e industriários para o controle destas famílias operárias e como estes indivíduos e famílias operárias frente as “brechas de resistência” encontradas na cidade fabril. No terceiro e último subcapítulo, tratamos do não-trabalho como caminhos diferentes, mas que ambos estão interligados, investigamos este não-trabalho, como “tempo-livre” para o descanso, como manutenções internas de suas vivências, como ir à feira, inspeção de suas residências e etc. Tratamos também este “tempo-livre”, como momentos de lazer desses trabalhadores/operários, problematizamos o que seria este lazer ditado pela fábrica e quais os momentos ditos como subversivos por esta mesma fábrica, por fim, enfatizamos o futebol e o cinema, como aparatos institucionais mais utilizados pela fábrica para dominação desses trabalhadores/operários.

Em relação ao recorte cronológico adotado, definimos o ano de 1904, quando Herman Lundgren adquiriu a antiga fábrica de sacaria Companhia de Tecidos Paulista, apêndice da Usina Central Timbó. Já o ano de 1958 marca o outro extremo de nosso recorte, que consideramos o ponto de inflexão, ou seja, a CTP estagna economicamente. Diversos fatores ocorrem para esse estacionamento econômico: apenas um herdeiro direto do patriarca Herman Lundgren estava vivo, o Arthur Lundgren, com isso todos os demais que estavam abaixo dele na hierarquia no comando da fábrica, eram sobrinhos, filhos dele e dos seus irmãos, além desses filhos registrados como tal, entra no conjunto de herdeiros os filhos “bastardos”, netos, primos, enfim.

Diante disso, as disputas familiares se acirram, e a CTP, entra nesse processo de estagnação, ou como nos referimos, chega ao ponto de inflexão. Para além das disputas internas, as reivindicações, as greves, as lutas da classe operária por parte dos operários frente aos seus direitos, o sindicato tremendamente atuante, o enfraquecimento do monopólio da cidade, faz

com que essa crise se avolume, com isto, consideramos ser o ponto extremo de nosso recorte. Entretanto, em determinados momentos, retrocedemos ou avançamos para além dessas datas apenas para apresentar algumas questões destinadas ao lastrear do trabalho ou indicar alguns desdobramentos de questões naquele período acontecidos.

CAPÍTULO I - UMA SÍNTESE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS EM PERNAMBUCO ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Antes de adentrarmos propriamente as vilas operárias, que consideramos ser o esqueleto do município, ruas e edificações da cidade de Paulista, onde trataremos de nossas discussões ao longo do texto dissertativo, vamos fazer um breve balanço das mudanças enfrentadas por Pernambuco no período por nós estudado, de forma a trazer alguns elementos para um melhor entendimento de questões suscitadas ao longo de nossas análises nos capítulos subsequentes.

1.1.PAULISTA-PE: Contributos Históricos e Mediações Teóricas.

A produção historiográfica acerca da cidade-fábrica de Paulista é em certa medida, ampla e com muitas variações. Sendo assim, faremos menção de memorialistas, intelectuais ligados ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), geógrafos, antropólogos, historiadores, políticos e sindicalistas em distintos enfoques temáticos e temporalidades, tendo por princípio as visões peculiares de cada indivíduo.

É a partir do avanço do debate metodológico e teórico que a presente dissertação se movimenta, haja vista, os resultados e redefinições no lidar com os noções de “classe” e “luta de classes”²¹ a partir das considerações de E.P. Thompson²², em consequência disso, a interdisciplinaridade apresenta-nos uma significância discursiva entre a história e a antropologia, fomentando trocas no campo teórico e metodológico²³, contudo, tratando e resguardando com futuros equívocos conceituais e metodológicos, como nos adverte Hobsbawm²⁴. A partir dessas conexões, os debates historiográficos no tocante à história social do trabalho, vêm adquirindo e solidificando contributos diversos no campo temático, teórico e metodológico²⁵.

²¹ Artigo 05, 2015; MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

²² THOMPSON, E. P. A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²³ Neste aspecto, as contribuições dos antropólogos José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim, no debate acerca dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Paulista, tornaram-se pontes de acessos, relações e debates para as questões e inquietudes históricas.

²⁴ HOBBSBAWM, 1984, pág. 24-30.

²⁵ Algumas reflexões, nesta esteira de debate historiográfico, surgiram, a saber: BATALHA, Cláudio H.M. Os desafios atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87 104, jan./dez.2006;

No entanto, é fundamental efetuar uma análise historiográfica destas diversas produções, com quem esta pesquisa estabelece uma certa familiaridade. O fio que conduz o processo histórico se dobra no recorte entre momentos importantes de transformação da condição agrária da região para uma esfera industrial entre 1904 a 1958. Um período marcado pelas mudanças no que tange à parte física do espaço, ou seja, pela modernização²⁶ e urbanização²⁷, pelo protagonismo da companhia de tecidos Paulista, e de igual modo o protagonismo das famílias dos trabalhadores/operários em torno da modificação social, político e cultural da cidade. Refletimos a partir de uma (re)leitura, que está pautada no extenso material documental, que em sua maior parte tem um caráter peculiar.

No entanto, como são abordados os anos anteriores à criação da fábrica de tecidos no contexto social, econômico e político a partir da segunda metade do século XIX em Pernambuco e o projeto da fábrica de tecidos imbricado ao projeto de urbanização e modernização, os diálogos e conflitos frente esse projeto urbano-industrial, realizaremos uma incursão pela historiografia, no sentido de apontar alguns processos que possuem grande relevância para o nosso estudo. Não se trata aqui de uma revisão extensa e pretensamente integral da história pernambucana e de Paulista, apenas recorreremos a algumas balizas que darão suporte à nossa investigação, buscando alguns elementos para compreender a emergência dessa cidade-fábrica em meio a uma região de antiga ocupação agrícola desde os primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil.

Após a criação da Lei de Terras²⁸, em 1850, projetou-se a entrada de imigrantes europeus para o Brasil, que se transformou, ao longo da segunda metade do XIX, em uma política²⁹ de Estado. Esses imigrantes se dirigiram principalmente para São Paulo, pois o

BATALHA, Cláudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003; LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. LIMA, Jacob Carlos. *A formação do operariado fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco*. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 1992. LIMA, Jacob Carlos. *Industrialização restrita e condições operárias: os têxteis da Paraíba. Política e Trabalho*. Revista de Sociologia da UFPB, João Pessoa, jul. 1994. MIRANDA, Carlos. *A questão social e os Círculos Operários do Recife*. Clio. Recife, UFPE, 1996. REZENDE, Antônio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: Cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas, PPGH - UNICAMP. Dissertação de mestrado, 1981.

²⁶ GALLIZA, Diana Soares de. *MODERNIZAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO NA PARAÍBA 1890-1930*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 20.

²⁷ RIBEIRO, Darcy. *O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 198.

²⁸ Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.)

²⁹ Se pensava no embranquecimento e entrada de trabalhadores qualificados. Com a vinda da família real ao Brasil, no início do século XIX, foram instituídas políticas por meio da Carta Régia de 1808, que tratava da abertura de

governo, junto com os, cafeicultores do oeste paulista, objetivavam utilizar-se da mão de obra especializada europeia, uma vez que, por influência da Lei Eusébio de Queirós³⁰, ficava clara a redução irreversível da mão de obra de escravizados negros no Brasil. Sendo assim, alguns núcleos de imigração, mesmo que de menor proporção³¹, se concentraram na região nordeste dando preferência a áreas portuárias como Recife e Salvador.

É sabido que a transição do trabalho escravo para o livre na grande lavoura do Império se processou em condições crescentemente dessemelhantes de oferta de mão-de-obra no norte e no sul. Enquanto a grande lavoura açucareira pôde incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e nas províncias setentrionais, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado internacional a demanda remuneradora de que gozava o café. Ao contrário do norte açucareiro, o sul cafeeiro pôde recorrer à imigração europeia [...]. [...] Estas foram, em traços necessariamente esquemáticos, as formas diversificadamente regionais que tomou a substituição do trabalho escravo pelo livre nas áreas dominantes da economia brasileira, nos últimos vinte anos de regime monárquico. (MELLO, 1984, p. 21).

É notório na discussão, que é a segunda metade do século XIX, equivaleu-se de uma etapa para o Brasil, e significativamente para Pernambuco, ao qual tenciono me atar-se, um período de mudanças políticas, sociais e também econômicas. Evaldo Cabral de Mello em “O norte agrário e o Império”, aborda sobre a instabilidade do império no tocante à mão-de-obra predominante, ou seja, a escravidão, porém, Cabral de Mello defende que a crise no norte do país se enrijece através da política do “auxílio da lavoura”.

Para a grande lavoura do norte, o problema fundamental, nestes anos de crise econômica que foram também os de declínio da ordem monárquica, não residia na substituição do trabalho escravo pelo livre, mas na questão dos chamados 'auxílios à lavoura'. Tratava-se de expressão que cobria uma amálgama de política de crédito, de política fiscal e de política de investimentos em obras de infra-estrutura, designando desarte ora, em sentido lato, uma série de medidas, como o crédito hipotecário e agrícola, a redução ou eliminação dos impostos gerais de exportação, a modernização das técnicas de fabrico de açúcar (engenhos centrais) e até mesmo certas iniciativas que beneficiavam indiretamente a agricultura, como os 'melhoramentos materiais' (caminhos de ferro e portos) [...] (MELLO, 1984, p. 95).

portos para os estrangeiros, comércio e concessão de terras. Essas Políticas de colonização foram implementadas no período entre 1814 e 1822. O sistema de colonização se baseava em pequenas propriedades de terras e tinha por objetivo o povoamento de territórios nos vazios demográficos. A partir dessas legislações, houve a entrada de imigrantes europeus de diferentes nacionalidades. Em favor disso, as imigrações foram motivadas pelas crises sociopolíticas e econômicas que afligiam os países da Europa. Nesse contexto, a propaganda desenvolvimentista feita pelo governo brasileiro, acentuava o interesse destes povos, pela terra, pelo trabalho e pelo "desenvolvimento oferecido", muito dessas pessoas de origem rural. Após 1850, o Brasil instituiu políticas de terras, colonização e imigração. (SIKORA, 2014, p. 14).

³⁰Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. (LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850).

³¹ Tabela 1 (em anexo, p. 107)

No transcorrer da segunda metade do século XIX, além dos desarranjos políticos citados acima, Cabral de Mello continua sua análise nas províncias do Norte do Brasil, associando a crise política e também econômica aos reverberados episódios do norte com os precedentes reflexos da crise mundial. As solicitações de crédito da grande lavoura nortista, intensificaram-se nos anos setenta do século XIX, quando sobreveio a grande depressão do final do século XIX, provocando um dano acentuado nos preços internacionais do algodão e açúcar. São com esses desarranjos estruturais que o plano produtivo e mercadológico externo, desaceleraram o desempenho de ambos os produtos durante o século XIX, dificultando gravemente o momento em que a crise mundial intercepta o extenso período de expansão capitalista iniciado em torno dos anos 50 do século XIX.

A recessão é geralmente atribuída ao acelerado desenvolvimento por que passara nos anos cinquenta e sessenta o sistema mundial de transporte, principalmente os caminhos de ferro e a navegação a vapor, o qual, ao permitir comunicações mais eficientes e a navegação a vapor, o qual, ao permitir comunicações mais eficientes, rápidas e baratas entre as regiões especializadas na produção de alimentos e matérias-primas e os mercados de consumidores dos grandes centros urbanos e industriais [...] (MELLO, 1984, p. 109).

É neste contexto de modificações e crises, que Peter L. Eisenberg em “Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840/1910” sustenta sua argumentação em detrimento ao híbrido fenômeno produtivo, ou seja, a cultura agroindustrial no Brasil, e também em Pernambuco, além das adversidades em torno deste contexto e transformações no desenvolvimento dos sistemas industriais, baseado nas tecnologias favoráveis ao setor agrícola, na produção, consumo e comercialização. A discussão de Eisenberg resulta de uma investigação da agroindústria açucareira de Pernambuco, partir da cidade-berço da agroindústria açucareira e também de cultura algodoeira, Olinda, que posteriormente pretendemos nos ater para a discussão do processo de modernização e urbanização do conjunto de engenhos da cidade acima citada. Além disso, Eisenberg, analisa as modificações nas fontes energéticas que operacionalizam as técnicas no campo da agroindústria.

As fontes de energia nos engenhos passaram por muitas alterações no século XIX. Nos primeiros anos juntas de cavalos, bois ou mulas eram jungidas a longas alavancas ligadas ao eixo da moenda vertical, estilo que pouco mudara desde o século XVI. Lá pelo ano 1854, um inquérito feito em Pernambuco revelou que 426 em 532 engenhos, ou seja, 80% dos engenhos ainda dependiam de tração animal; em 1857 a estatística revelava que 66% dos 1.106 engenhos usavam energia animal. Os engenhos próximos dos rios empregavam moinhos de água para movimentar suas moedas: nos inquéritos de 1854 a 1857 a energia hidráulica movia 19 e 31% dos engenhos contados.

Máquinas a vapor, por sua vez, funcionavam somente em 1 e 2% dos engenhos [...]. Após 1870 os donos de engenhos introduziram mais rapidamente moendas a vapor. Por volta de 1871, 6% dos 440 engenhos que transportavam açúcar através de Recife and San Francisco Railway³² empregavam energia a vapor; por 1881 a cifra comparável era de 21,5% dos 609 engenhos e por 1914 dos 2.288 engenhos do estado, 34% usavam vapor, assim como todas as 62 usinas modernas. (EISERBERG, 1977, p. 62).

Ao decorrer da discussão, vimos que a segunda metade do século XIX nas províncias do Norte, que depois se conceituará como Nordeste³³, pode ser considerada como um período transitório caracterizado pela alteração da mão-de-obra e também pela lenta, morosa e progressiva substituição de engenhos para usinas, e pelo hibridismo podendo conviver em um mesmo espaço usina e fábrica³⁴, como foi o caso do município de Paulista.

Nos anos finais do século XIX, ou seja, fim do império e começo da primeira república surgem os engenhos centrais e usinas centrais, que modificam parcialmente a lógica da economia em Pernambuco.

Em “República das Usinas”, Gadiel Perreuci no capítulo 3, discute sobre a introdução do progresso tecnológico na agricultura e também concilia as relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas na produção industrial (PERRUCI, 1978, p. 113). Em continuação, Perruci, ressalta com maior detalhamento a diferença entre banguês, engenhos centrais e usinas.

³²A primeira ferrovia, inaugurada em 1854 na província do Rio de Janeiro, foi a Estrada de Ferro de Petrópolis, de propriedade governamental. A segunda estrada de ferro brasileira foi construída em Pernambuco, quando os governos imperial e provincial garantiram à empresa inglesa Recife and San Francisco Railway Company, limited, 7% sobre seu capital e um monopólio de 90 anos para que construíssem uma linha de Recife para o sudoeste até a junção dos rios Una e Pirangi. A construção teve início em 1855, tendo a linha alcançado Palmares (Km 125) em 1862. O governo provincial ampliou esta linha, sob o nome de Estrada de Ferro do Sul de Pernambuco, em 141 quilômetros até Garanhuns, em 1887. Uma linha secundária de Glicério, ao sul até Alagoas, foi completada em 1894, e um grupo de agricultores construiu 47 quilômetros de linhas ao nordeste de Ribeirão a Bom Destino. Este sistema Recife-San Francisco baseava-se principalmente no frete do açúcar: "a safra de açúcar é o fundamento tanto do transporte de mercadorias quanto do de passageiros", afirmou a diretoria da ferrovia. Pelo início do decênio 1900, a linha já transportava cerca da metade da produção açucareira de Pernambuco. (Eisenberg, 1977, p. 72).

³³O termo Nordeste era utilizado apenas episodicamente; é o mesmo raro encontrá-lo mencionado na bibliografia anterior a 1930. Era quase sempre termos ou expressões como *Norte ou províncias do Norte*, *Porto do Norte*, ou ainda, *estados do Norte* que identificavam, então, o Nordeste; os seus habitantes eram frequentemente chamados de *nortistas*, raramente de nordestinos. Isso não teria impedido, entretanto, a existência de uma consciência regional, “de um espaço que é *sentido* por seus habitantes como um território dotado de uma certa personalidade de uma certa solidariedade na economia e no comportamento”. [...] Com efeito, se é o açúcar que sozinho ainda atrai as atenções da nação brasileira para o Nordeste, ele não o faz senão como uma sobrevivência cultural do passado colonial; mas isso, de fato, esconde a diversificação regional e a nova reorganização do espaço que ali se opera a partir do século XIX, em razão sobretudo do desenvolvimento da cultura da borracha no Amazonas e a do algodão nos agrestes e sertões nordestinos. (PERRUCI, 1978, p. 92).

³⁴ MEIRA, Roberta Barros. BANGUÊS, ENGENHOS CENTRAIS E USINAS: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. p. 42. idem. pág. 115. Anexos 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Os banguês, ou engenhos tradicionais, se configuram como uma junção composta da plantação de cana e do moinho onde se efetua a transformação da cana, a uma condição frequentemente artesanal. Em resumo, o moinho movimenta-se em função da dispensabilidade da cana, isto significa que o moinho tem uma cota de produção (PERRUCI, 1978).

Na estrutura do engenho central, segundo Perruci, é a conformação de fábrica moderna, que se regula pelos princípios da economia capitalista dos fins do século XIX e que é, conseqüentemente, subjugada às leis do livre mercado. Além de tudo, os investimentos de capitais que são importantes para a instalação de um engenho central, requisitam um nível alto de produtividade, Eiserberg também dialoga com essas categorias de engenhos e usinas.

Ora, como a produção industrial depende do fornecimento de cana e como este fornecimento pelas plantações é sempre incerto, os engenhos centrais são todos, antes de funcionar, condenados à falência. Com efeito, a resistência dos antigos senhores de engenhos aparece desde a instalação dos primeiros engenhos centrais; ela atinge o novo sistema em seu ponto frágil, ameaçando o abastecimento das fábricas em matéria-prima. As canas não são entregues nem em quantidade suficiente nem a uma cadência conveniente, e a experiência dos engenhos centrais durará apenas uma quinzena de anos. (PERRUCI, 1978, p. 115).

Ainda em conformidade com a discussão de Perruci, o mesmo explica acerca da estruturação da Usina. A usina sucede ao sistema dos engenhos centrais, entretanto, nesta ocasião, a produção agrícola e o processamento industrial são concentrados em um só dirigente. Logo, a representação da usina, sintetiza dois setores de produção, estruturando uma relevante transformação na economia do açúcar, ou seja, a permuta de uma economia regulada por capitais predominantemente agrários e comerciais para uma economia ponderada por recursos majoritariamente industriais (PERRUCI, 1978).

Partindo para a discussão, no quesito da matéria-prima algodão, sua contribuição e importância para as transformações do município de Olinda, que posteriormente se tornará Paulista, continuaremos utilizando das argumentações de Gadiel Perruci, “A República das Usinas”, quando o mesmo traz para a discussão, um produto que trará um “novo fôlego” na produção agrícola do Nordeste, e especificamente em Pernambuco e Paraíba, em sub-regiões com o desenvolvimento e produção, até então menos explorados como o agreste e o sertão, visto que, o litoral e as zonas da mata são predominantemente dominadas pelo o cultivo da cana-de-açúcar, como mencionamos anteriormente, “a cultura do algodão torna-se tão importante para Pernambuco que a sua exploração, nos inícios do século XIX, chega mesmo a superar em valor as exportações de açúcar, base permanente da economia regional” (PERRUCI, 1978).

O artigo da Luz García Neira, “Design, educação, cultura: origens do projeto têxtil no Brasil”, publicado pela Revista Brasileira de História da Ciência³⁵, corrobora *in loco* com nossa investigação, no entanto, o espaço de investigação da autora, se concentra na região sudeste do Brasil. Para García Neira, o funcionamento manufatureiro, no quesito têxtil, perdurou até à primeira metade do século XIX, sendo considerada uma produção de subsistência, e consegue ser dividida em dois estratos de acordo com a proximidade dos centros urbanos. Nas mais longínquas aglomerações, surgiram na forma de "acessório do estabelecimento agrícola ou de mineração", isto é, forneciam-se substancialmente à produção de sacarias para os recursos explorados ou à produção de tecidos grosseiros para os trabalhadores livres e escravizados. Nas localidades mais próximas, confeccionavam essas mesmas variedades no formato de atividade-fim, ou seja, a tecelagem era um artigo a ser comercializado e vislumbrava o lucro, e não apenas feito propriamente para as sacarias dos produtos de exportação (NEIRA, 2013).

O processo de manufatura têxtil havia se dado efetivamente na primeira metade do século XIX, com a chegada da família real e sua corte. Sendo assim, houve um incentivo por parte do império a produção têxtil. No início do século XIX, foi instalada a primeira espécie de "escola-oficina" destinada aos aperfeiçoamentos técnicos. Com tais desdobramentos, o projeto do império era de modificar a manufatura local em algo mais promissor, com o projeto de industrialização³⁶, tal qual fez com os engenhos, o que esclarece a legitimação de consideráveis medidas no cenário político, e consequentemente, no âmbito industrial, com incentivos à produção por intermédio da regulamentação nos preços das matérias-primas e na diminuição dos encargos (NEIRA, 2013).

Paulatinamente, a maneira como foram enfrentadas as transformações no espaço social, se configura de suma importância, segundo Neira. As modificações nos hábitos provocadas pelo processo de urbanização foram conduzidas pela concessão de terras aos imigrantes, redução do trabalho escravo, como já discutimos, enfraquecimento do poderio rural e o crescimento dos espaços urbanos.

A despeito dessas mudanças, o processo de aprimoramento dos produtos industriais era mais lento do que o de socialização e, por isso, as demandas por produtos elaborados não foram facilmente atendidas pelas fábricas nacionais. Observando que

³⁵NEIRA, Luz García. Design, Educação, Cultura: Origens do projeto têxtil no Brasil. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 78-88, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/33682/1/2018_tccII_bfdequeiroz.pdf.pdf> Acesso em: 18 out. 2020.

³⁶MELLO, M. R. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALGODÃO EM SÃO PAULO. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 35.

as primeiras manufaturas têxteis organizadas, instaladas na década de 1810, já contavam com equipamentos importados e mão de obra especializada e apta a exercitar a transferência de tecnologia, a análise efetuada na década de 1870 apontava pouco progresso. Nessa década, quando havia poucas manufaturas na colônia, elas ainda apenas “transformavam o algodão produzido localmente em material tosco, cru, que se vendia aos agricultores para que vestissem seus escravos”. Essa era a finalidade predominante da produção nacional que se vangloriava porque nossos tecidos “apresentavam maior durabilidade” e ainda “podiam ser lavados muitas vezes sem perder a resistência e a textura”, tornando-se a resistência material, o fator de diferenciação e o argumento mais importante para destacar a produção nacional. Ainda que esse contexto seja decorrente de uma opção mercadológica que se dedicou, pelo menos até as décadas de 1870-1890, a produzir os artefatos mais simples e baratos, é fato que não havia preocupação substancial com o valor intangível dos produtos. Mais que isso, acreditava-se que iniciar as atividades produzindo tais artefatos “era necessário, inevitável até, porque o novo fabricante precisava adquirir a técnica gradativamente”, dando a entender que a ideia mais comum acerca do pensamento projetual, onde se insere o desenvolvimento de produtos, era dependente apenas do domínio da técnica e não da ciência que a acolhe, o que é imprescindível, como hoje se sabe³⁷. (NEIRA, 2013, p. 81).

A predileção por um vislumbre econômico atribuída às classes populares, em razão dos produtos brasileiros terem uma propagação considerável, configurou-se também uma fundamental tática para promover comercialmente o setor têxtil do Brasil. Havia o entendimento de fabricar uma maior quantidade de tecidos, no estilo mais apazível e demonstrando um melhor acabamento, todavia, tais intenções, demandas e disputas, persistiam apenas em tecidos mais rústicos (NEIRA, 2013). Resumindo, segundo Luz Neira, tornou-se um ciclo vicioso, que contrariava as propagações das ideias por um lado, e não as necessitava, por outro, visto que, parece ter sido perdurado um sistema retrógrado por um longo tempo. Com as leituras de Hardman e Leonardi (1991), percebemos o funcionamento do sistema atribuído às últimas décadas do século XIX.

A maior parte da produção era de tecidos grosseiros [referindo-se à década de 1890], pois aí não se verificava concorrência por parte dos produtos ingleses. Ou, então, de sacaria (juta ou algodão) para a exportação de nossos produtos agrícolas. Além dos tecidos grosseiros (bens de consumo para os assalariados, colonos, escravos), certas empresas têxteis nacionais poderiam ter produzido tecidos finos para o consumo das classes dominantes. Porém, nesta área, sofriam a concorrência dos tecidos ingleses importados. Neste caso, a qualidade dos tecidos não melhorava, não por incapacidade técnica dos fabricantes brasileiros, mas por falta de uma política protecionista efetiva, que, nas condições históricas assinaladas, de dependência em relação à Inglaterra, era quase impraticável. Na Exposição Industrial de Viena de 1873, por exemplo, várias fábricas da Bahia que aí expunham seus produtos receberam menção honrosa pela qualidade de seus tecidos. O que mostra, entre outras coisas, que as soluções para os problemas tecnológicos enfrentados por nações economicamente atrasadas e dependentes, além de serem problemas de ordem técnica, são, ao mesmo tempo e

³⁷ Na visão atual sobre desenvolvimento e design de produtos, não se defende a ideia de que é necessário primeiramente produzir tecidos mais simples para, com a prática, poder desenvolver outros mais complexos ou melhores em termos qualitativos formais. Também, o investimento no projeto e na racionalização da etapa projetual não guarda qualquer relação com o perfil do público-consumidor, ou seja, para produzir tecidos caros ou baratos, o investimento em projeto e a dedicação a ele podem ser os mesmos. (NEIRA, 2013, p. 87).

fundamentalmente, problemas de natureza política, dadas suas raízes históricas. (HARDMAN; LEONARDI, 1991. p. 41).

Em contínuo diálogo com a discussão da Luz Garcia Neira, acerca da conjuntura e processo da modernização e industrialização no setor têxtil, podemos observar os arranjos entre a origem dos tecidos, sendo eles nacionais e estrangeiros, assim sendo, observamos também o sentido comercial no consumo dos tecidos, parecendo ter impulsionado o melhoramento dos tecidos. Dessa maneira, entendemos que a busca por tecidos mais requintados, teve sua parcela de contribuição, instigando a vagarosa transformação no setor têxtil que tomará forma a partir do final do século XIX e início do século XX.

Afunilando as questões historiográficas, tendo em mente a necessidade de compreensão acerca do cenário de Paulista na segunda metade do século XIX, contactamos as discussões da Telma de Barros Correia, “A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais”. Barros Correia desenha cronologicamente as peculiaridades no processo de industrialização do setor têxtil.

Além dos aspectos que abordamos acerca do contexto nacional e local na segunda metade do século XIX, onde está imersa a discussão das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, é interessante para avançarmos na pesquisa, discutir sobre o processo de transformação dos espaços, ou seja, partir para entender a organização e os arranjos do espaço rural para uma lógica urbana/industrial, dessa maneira tentaremos entender o caso da zona rural de Olinda, que posteriormente se tornará a cidade-fábrica³⁸ do Paulista.

Para iniciarmos a reflexão do lugar rural em transformação, dialogaremos com um dos clássicos autores que discute este campo, Raymond Williams, “O campo e a cidade na história e na Literatura”. A cidade e o campo são conceitos influentes, quando discutimos as representações da existência humana. O campo passou a ser comparado a um modo orgânico de existência, de abstinências e peculiaridades. A cidade concatenou a ideia de centros de realizações, de erudição, troca de saberes, luz. Herdados e associados também pontos pessimistas, como a cidade também era um lugar de barulho, profanações e anseios, o campo também herdará tais associações, como lugar de atraso, insipiência e limitações. As contradições entre o campo e a cidade, enquanto estilos de vida, remonta aos primórdios

³⁸ CORREIRA, Telma de Barros. De Vila Operária a Cidade-Companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), Rio de Janeiro, n. 4, p. 83-98, maio. 2001. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/5>> Acesso em: 15 ago. 2020.

(WILLIAMS, 1990), no entanto, segundo o próprio Raymond Williams, os leques históricos são distintos.

Em realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada. A "forma de vida campestre" engloba as mais diversas práticas de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agro-industriais, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantation* às grandes empresas agro-industriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função, mas não há em absoluto uma relação de identidade. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade, existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial (WILLIAMS, 1990, p. 12).

Corroborando com a discussão historiográfica acerca da fase transitória das estruturas rurais do espaço estudado, para uma estrutura urbano-industrial, dialogamos com a tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, pela Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda, “Produção do Espaço e Planejamento em áreas de transição Rural-Urbana: o caso da região metropolitana do Recife-PE”. Contribuindo com as discussões de Raymond Williams, Miranda, argumenta acerca das hipóteses antagônicas que se fundamentam as delimitações, formuladas a partir da prevalência do urbano sobre o rural, direcionando a discussão para o conceito de urbanização, abordado por Henry Lefebvre, quando também define a noção de “sociedade urbana³⁹”, ora formuladas a partir da resistência e de capacidade de aprimoramento das atividades rurais (MIRANDA, 2008). Segundo as provocações de Luiza Miranda em sua tese, conseguimos ampliar a visão teórico-metodológica acerca dos “antagonismos” entre o espaço rural e urbano, a partir das definições de Bernard Kayser com a ideia de *continuum* rural-urbano⁴⁰

³⁹ Para Lefebvre, o nascimento da urbanização nasce da industrialização que domina e absorve a produção agrícola. A sociedade urbana é um modelo teórico (LEFEBVRE, 2002, p. 16).

⁴⁰ KAYSER, Bernard. *La Renaissance Rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. A sociedade urbana está na fase pós-industrial, fase em que as relações de domínio e dependência são trocadas por outra de independência, relacionadas com o maior ou menor grau de interação aos processos globais. Territórios mais ou menos conectados a esses processos podem incluir tanto à área urbana quanto os espaços rurais. Assim, a velha oposição cidade-campo deixa de ter sentido do ponto de vista social e econômico. Bernard Kayser afirma que os termos rural e urbano determinam modos de utilização do território e se aplicam tanto ao espaço como aos indivíduos. Juntos constituem o que se considera hoje como um sistema contínuo [rural-urbano], no qual não há uma ruptura. (KAYSER, 1990, p. 19, apud MIRANDA, 2008, p. 19).

Após algumas considerações historiográficas e teóricas acerca do espaço-tempo que Pernambuco⁴¹ está inserido no século XIX, partimos para entender o contexto que objeto de estudo (cidade de Paulista) está inserido, ou seja, o contexto híbrido do espaço rural e urbano-industrial, dialogando com vários teóricos. Assim sendo, nas questões que avançaram, discutiremos sobre alguns autores que estudam Paulista, seja pela ótica historiográfica, seja por outros enfoques de estudos.

Em resolutas leituras acerca do processo de formação da cidade de Paulista, é expressivo o projeto industrial da família Lundgren. A pioneira obra que trata de forma parcial sobre Paulista e dispõe de uma análise elogiosa para com a família Lundgren é: “Herman Lundgren - Pioneiro do Progresso Industrial no Nordeste”, de Raul de Góes⁴², publicada em duas versões, um pequeno impresso, em 1949, e depois uma segunda versão mais ampliada, com uma minuciosidade a mais, em 1963, “Um sueco Emigra para o Nordeste (vida, obra e descendência de Lundgren)”. Ambas as obras, foram encomendadas pelos próprios membros da família Lundgren. O autor exerceu atividades no funcionalismo público, pelo Governo do Estado da Paraíba, antes de ir morar no Rio de Janeiro na década de 1940, para ocupar o cargo de diretor, representando o império industrial dos Lundgren no Sudeste do Brasil, no então distrito federal. Por consequência, sua conexão com a família contribuiu para a elaboração das obras citadas acerca de Paulista e Rio Tinto, que será uma fábrica de tecidos localizada no município de Mamanguape no estado da Paraíba.

O escritor Antônio Nunes dos Santos Filho, um antigo operário da Companhia de Tecidos Paulista, no seu livro, “Paulista entre algumas lembranças (1978)”, aborda sobre uma espécie de memorial de momentos e lugares da cidade do Paulista de que se recorda ou ouviu falar, a partir de memórias dos moradores de Paulista. Costa Filho, apresenta uma narrativa, com um tom nostálgico, porém, se mostra como fonte historiográfica para analisar o cotidiano e práticas culturais da cidade-fábrica.

Em continuação às discussões de autores que abordam especificamente sobre Paulista, encontramos a produção mais proeminente e conhecida no âmbito acadêmico, produção da década de 1980, que pertence à área de antropologia. O debate central se afunila em torno do funcionamento orgânico das vilas operárias a partir das organizações da companhia de tecidos

⁴¹ Anexos 1, 2 e 3

⁴² As obras de Raul de Góes são laudatórias, todavia, trazem informações de quem conviveu com os Lundgren e com funcionários de Paulista e Rio Tinto, como Apolônio Sales. Góes foi secretário de Argemiro de Figueiredo e depois Deputado Federal sempre patrocinado pelos Lundgren. (TARGINO, Itapuan Bôto. Ademar Vidal & Raul de Góes. João Pessoa, Micrográfica, 1996). Sobre Raul de Góes, ver: TARGINO, Itapuan Bôto. Ademar Vidal e Raul de Góes –Personagens da História da Paraíba. João Pessoa: Micrográfica, 1996; GÓES, Raul de. Verbetes Biográfico – Dicionários. CPDOC-FGV.

dando ênfase aos operários e das lutas operárias frente aos desmandos da fábrica. O antropólogo José Sérgio Leite Lopes, “A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés”, classifica a organização de vila operária e das fábricas de tecidos como o “Sistema Paulista⁴³”, delimitando as características de um sistema de dominação a partir da organização da fábrica. A obra tem como objetivo principal, discutir as características da vila operária e seus moradores, na forma de delimitar as dominações da fábrica ao operariado, ou seja, o controle dos patrões e instituições na vida dos trabalhadores. A obra, mesmo sendo de caráter antropológico, corroborará com os estudos acerca do Paulista, pois é considerado um clássico para se entendermos a cidade a partir dos anos 1930. Além disso, Leite Lopes trás consideráveis contribuições avançando na discussão com “Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação: estudos sobre trabalhadores urbanos”, de 1979; “Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora”, de 1987.

A continuidade à discussão que transita no mesmo seguimento e área de José Sérgio Leite Lopes, se deu a partir dos debates feitos pela antropóloga, Maria Rosilene Alvim, a mesma também é companheira do autor citado anteriormente. Assim sendo, Alvim se utilizou do mesmo caso estudado antropológicamente por Leite Lopes, tendo como temática e ponto central da discussão, a vinda, formação, estruturação e as alterações nos núcleos das famílias operárias entre as décadas de 1930 a 1970. A primeira produção acadêmica da Rosilene Alvim sobre Paulista, no campo da antropologia, estuda a formação familiar operária, tese que foi defendida na UFRJ em 1985: “Constituição da Família e Trabalho Industrial: um estudo sobre os trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária”. O foco do título delimita a proposta de trabalho de discussão no modelo interpretativo da constituição familiar operária de Paulista, baseando-se em um estudo de caso. A mesma autora questiona as mudanças familiares que anteriormente eram de origens camponesas e posteriormente se dedicarão à lógica da indústria, ou seja, ao trabalho industrial. A segunda obra de Alvim será “A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren”, o trabalho contém a mesma temática, contudo, estará focando nas famílias de origem camponesa aliciadas para o trabalho operário em Paulista.

Por um outro enfoque de análise da cidade do Paulista, rastreamos a já mencionada obra da Telma de Barros Correia, “Mundo Urbano das Casas Pernambucanas: as cidades empresariais de Paulista e Rio Tinto”. Uma obra de caráter acadêmico, encontrada no repositório da USP, discutida e apresentada nos anos de 1990 no IV Seminário de História da

⁴³ (LOPES, 1988, p. 38).

Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro. PROURB-FAU-UFRJ. Telma Correia discute a organização espacial do Paulista, a partir da influência notória das Lojas Casas Pernambucanas, pertencente ao mesmo conjunto de bens da família Lundgren, proprietária das fábricas de Tecidos do Paulista. E uma segunda obra, no formato de artigo, Correia discorre sobre as dimensões espaciais das indústrias e suas extensões, “A Industrialização Brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais” (2001), além da tese de doutorado, intitulada “Pedra; Plano e cotidiano operário no Sertão. O projeto urbano e social de Delmiro Gouveia”, defendida Universidade de São Paulo, pelo programa de pós-graduação de arquitetura e urbanismo.

Em continuação às produções de Telma Correia, há um outro artigo que faz uma abordagem de análise crítica as noções utilizadas para o estudo dos aglomerados sociais que estão ligados à nomenclatura, por exemplo, vila operária, cidade-companhia, cidade-fábrica entre outras nomenclaturas, o texto que discute sobre essas noções é o texto “De Vila Operária a Cidade-Companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular” (2001).

Duas análises que ampliam o leque historiográfico, acerca da produção e debates da indústria têxtil, sobretudo, Paulista, mesmo que de uma forma não exclusiva, seriam as discussões de Alcir Veras da Silva, “Algodão e indústria têxtil do Nordeste: uma atividade econômica regional”. Natal: Editora Universitária, UFRN, 1980. E os debates de Jacob Carlos Lima, “Trabalho, Mercado e Formação de Classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco”. Editora Universitária UFPB: João Pessoa, 1996

Uma outra discussão de caráter bibliográfico, que é muito pertinente na discussão para conhecer a família precursora da companhia e também a mesma família que é idealizadora da cidade, é a de Jacques Marcovith com a sua obra “Pioneiros & Empreendedores: a saga do Desenvolvimento no Brasil” (2012), abordará diversas personalidades empreendedoras do Brasil, dentre eles estão a família Lundgren⁴⁴. A produção está agregada ao projeto de curadoria da FEA/USP junto ao projeto de extensão da cinemateca brasileira.

Outro trabalho de pesquisa historiográfica, que analisa o processo de formação de Paulista, foi resultado do trabalho final de especialização de Tácio Luiz Cordeiro Galvão e Rosângela Oliveira Gomes, “Processo Histórico da Formação do Município de Paulista” (2016), que aborda de forma mais geral acerca de Paulista, desde o período colonial,

⁴⁴ (MARCOVITH, 2012, p. 106).

perpassando o império, até à chegada da república. O livro se amplia pela discussão interdisciplinar, com abordagens geográficas e históricas.

Uma outra produção de caráter interdisciplinar que colabora para o avanço da pesquisa, é uma tese de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco do Roberto Silva de Souza, "Território Municipal de Olinda (PE): Parcelamento do Solo e Diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife" (2011). A discussão de Roberto Souza se amplia pela diversidade morfológica urbana, que está presente no município de Olinda, e conseqüentemente, relacionada ao parcelamento do solo, nos processos que envolveram o modo de evolução urbana da cidade olindense. O referido trabalho discute a contemporaneidade, porém, o mesmo suscita muito conteúdo geográfico e estatístico do município de Olinda.

Outro debate interdisciplinar, abastado em seu conteúdo sobre o objeto de estudo, Paula Aragão de Souza, "Chaminés Simbólicas e Conjuntos Indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris" (2013), é a dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, aborda sobre os tombamentos de núcleos fabris, logo, a dissertação propõe discutir os procedimentos teórico-metodológicos de preservação dos núcleos fabris do Brasil, ampliando assim sua discussão no campo da conservação do patrimônio cultural, e no campo da história urbana. Sendo assim, Aragão, alonga sua discussão nas políticas de preservação e trajetória dos núcleos fabris, desse modo, Paulista entra nas argumentações a partir do quarto capítulo⁴⁵ da dita dissertação.

Outra contribuição com a qual dialogamos, são as reflexões de Maria Clara da Silva Cavalcante, "O (Re)Fazer da Cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE" (2017), oriundas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. A singularidade da Pesquisa de Cavalcante é notória, visto que, o trabalho analisa a relação da Companhia de Tecidos Paulista e seu envolvimento com o espaço urbano, sendo a companhia, considerada parte integrante nas mudanças e experiências dos trabalhadores-moradores. Em continuação, o trabalho aborda sobre o processo de tombamento do núcleo fabril de Paulista, e os usos do espaço urbano atualmente, abarcando à atuação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

Além dos trabalhos citados, discussões interessantes e que contribuem de uma certa forma para ampliarmos nossos olhares na pesquisa histórica, e descortinar algumas fontes inéditas da dissertação, seria a Anna Maria Litwak Neves, "O direito que temos é o de morrer

⁴⁵ SOUZA, 2013, pág. 123.

de fome : os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952)” – 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. E a Luciana Rodrigues Ferreira Varejão. “Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960 – 1964)”. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Considero bastante contributivo a discussão de Eltern Campina Vale, ““Operários! Uni-Vos!”: Experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924 1945)” (2018). Eltern Vale discute sobre a formação e organização do Sindicato Têxtil, as lutas por direitos, as atuações do movimento operário e a formação de classe e identidades dos operários de Rio Tinto-PB. Independentemente das localizações das fábricas, o sistema dos Lundgren é implantado de forma semelhante, e conseguimos extrair noções e ideias, a partir do debate feito por Eltern Vale.

A constituição da cidade fábrica Rio Tinto estava na esteira da experiência dos Lundgren com sua matriz em Paulista, adquirida em 1903. Contudo, o projeto de execução e construção da tecelagem na Paraíba foi em parte oposta à de Paulista. Primeiro, porque os Lundgren adquiriram uma velha fábrica de tecidos e com relativa estrutura, segundo, em Rio Tinto o plano foi realizado com vistas à construção de toda a totalidade: seções da tecelagem, seções subsidiárias, vila operária, praças, igreja, clubes, feiras, hotel, espaços de lazer operário, escolas. Ao longo dos anos 1924 a 1945, os trabalhadores, seja das seções dentro da tecelagem, como das seções subsidiárias, foram construindo uma cultura operária, no cotidiano da vila operária. Da questão de ações e manutenção de posses de terras a crimes em espaços de lazer, os trabalhadores e trabalhadoras, formaram, no intervalo em questão, a constituição de um cotidiano extramuros. (VALE, 2018, p. 63-64).

Avançando para outro ponto de nosso interesse, a temática do uso do lazer e do "tempo livre" tornou-se para a historiografia, um objeto de investigação a ser estudado, pesquisado e debatido. Diante do interesse crescente, nas últimas décadas no Brasil, vem conquistando espaços consideravelmente, atribuindo visibilidade enquanto temática de estudos. No que se refere ao tema lazer e tempo livre, encontramos através de estudos de diversas áreas uma série de conceituações, termos, definições e classificações, que se fundamentam de forma abrangente ou não abrangente, resolutas concepções de homem, mundo, do trabalho, entre outros princípios. Seguindo o pensamento do sociólogo francês Joffre Dumazedier, o lazer suscitou no campo da sociologia e em outros campos, diversas abordagens em diferentes níveis de debates, sendo estudadas suas relações com a família, trabalho, juventude, religião, política e cultura. Em nosso caso, temos por objeto o cotidiano, o não-trabalho, "tempo livre" e lazer no

município de Paulista, configurada no nas décadas de 1920 a 1950, como um local urbano-industrial ou cidade-fábrica (DUMAZEDIER, 1979, p. 23-24).

Além de Joffre Dumazedier, um estudo da maior relevância para entendermos o lazer operário, seus conflitos, disciplinas e indisciplinas, é a obra “Lazer Operário: um estudo de organização social das cidades” de Acácio Ferreira, publicada em 1958. Uma obra rara, com um olhar para as problemáticas, com um olhar de um pesquisador de seu tempo, todavia, a sensibilidade e a expertise metodológica em sua análise, contribui de forma singular para as discussões e abordagens de nosso trabalho⁴⁶.

A tese de doutorado de Christianne Luce Gomes “Significados de Recreação e Lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)”, defendida em 2003, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sem dúvida foi uma contribuição agregadora e norteadora, visto que, é uma discussão recente, com outros olhares, outras problemáticas, com uma estrutura de trabalho que foi divisor de águas para algumas fundamentações teóricas e metodológicas.

Todas as instituições sociais, como a família, a escola, a fábrica, o hospital, o clube, a igreja e o Estado, entre inúmeras outras, são relacionadas e revelam formas de controle. Em qualquer sociedade existe o controle, e a democracia de alguma forma necessita dele para ser concretizada. O importante é distinguir se o controle é apenas exercício de dominação e tirania, ou se ele se coloca como elemento que favorece as relações democráticas. Mesmo que as experiências institucionais selecionadas nesta pesquisa tenham sido propostas como mecanismo de controle social, elas também ampliaram oportunidades e geraram diversos benefícios para os segmentos populares. Com isso, foi possível compreender um aspecto muito importante do poder: ele controla, mas também cria e subverte a ordem instituída. Segundo meu entendimento, a recreação e o lazer foram constituídos, em nosso contexto, a partir da mesma matriz inicial, ou seja, ambos inserem no âmbito das chamadas atividades lúdicas. No percurso histórico analisado, a recreação e o lazer foram assumindo características próprias, determinantes para as suas construções como fenômenos autônomos e normativos. A importância da recreação para as propostas encarregadas de preencher e organizar, racionalmente, as horas de lazer dos segmentos operários, possibilitando-os vivenciar atividades consideradas educativas e saudáveis. (GOMES, 2003, pág. 295).

Sobre este primeiro momento, nos é facultado refletir, indagar e discutir: qual o significado do não-trabalho e em que matriz este modelo vem sendo suscitado e desenvolvido numa realidade urbano-industrial? Quais os interesses encontram-se atrelados? Como se

⁴⁶ A título de registro, a obra de Acácio Ferreira, foi concedida, digitalizada e enviada pela professora Christianne Luce Gomes, professora de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e coordenadora do grupo de pesquisa LUCE – ‘Ludicidade, Cultura e Educação’.

legitimam, na vida dos operários, o trabalho e o lazer? Trabalho e lazer são manifestações que se completam ou são antagônicos, numa realidade urbana-industrial?

Quando se discute acerca do lazer, do não-trabalho ou “tempo livre”, as primeiras projeções que nos vêm à mente são os momentos de descanso, passeios, viagens, práticas esportivas, festejos, e tantas outras atividades que são possíveis em períodos de férias ou fins de semana, isto é, em um espaço de tempo externo às nossas rotinas comuns do cotidiano, onde a principal atividade se concentra no trabalho. Desta maneira, há um princípio, designado pelo olhar comum, de que o trabalho e lazer são antagônicos, não podendo tangenciar-se, muito menos dialogar-se, no entanto, através da abrangência do debate, entendemos que o trabalho e o lazer são provenientes de um processo sócio-histórico (INÁCIO, 1997, p. 13).

Para contextualizarmos alguns questionamentos, é imprescindível respaldar-se da seguinte reflexão: está evidente que o lazer é uma prática social dos homens, assim sendo, seu desdobramento depende da produção social e história dos mesmos (MELO et al. 2014). Para existir o homem é necessária a realização de uma atividade vital humana, que se torna notória na forma do trabalho, que:

É um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui de formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de torná-la realidade. (MARX, 1989, p. 202 apud PEIXOTO, 2007, p. 84).

A pesquisadora Kátia Oliver de Sá, busca investigar uma relação entre trabalho e o tempo livre/lazer ou não-trabalho, a partir das reflexões do clássico “O Direito à Preguiça” (1880)⁴⁷ de Paul Lafargue, que apresenta as primeiras movimentações trabalhistas, em meados do século XVIII, e o desenvolvimento industrial no século XIX na Europa. Lafargue, em suas discussões (2003, p.19) entende que os trabalhadores daquele determinado contexto debatido, foram acometidos de um devaneio, o que ele denomina de “amor ao trabalho”⁴⁸, direcionando

⁴⁷ Paul Lafargue (1999), inicialmente, pensou intitular seu manuscrito O direito ao lazer e, depois, O direito do Ócio. O título original, em panfleto, foi O direito à preguiça, assim denominado por refutar as bases das religiões católicas e protestantes, de 1848 (SÁ, 2003, p. 28).

⁴⁸ Semelhante ao que Lafargue chama de “Amor ao trabalho”, Adam Smith trata sobre os efeitos devastadores da divisão do trabalho nas indústrias, justificando a condição de exploração dos trabalhadores por uma denúncia moralizadora do que ele chama de “espírito comercial”, pelo qual os trabalhadores eram acometidos, não pela imposição do sistema. Nessa relação, Adam Smith também justificava que o “espírito comercial” levava os trabalhadores à ignorância, e que utilizavam boa parte do que ganhavam no trabalho na embriaguez e

para os trabalhadores para um esgotamento de suas forças naturais. Segundo o próprio Lafargue, afirma que numa sociedade capitalista em expansão, o trabalho tem como significado "a causa de toda a degenerescência intelectual, e de toda a deformação orgânica", visto que os trabalhadores contavam com um dia de trabalho excessivamente longo (14-15 horas), chegando em seus lugares de moradia, oprimidos pela exaustão física.

Lafargue segue discutindo para a necessidade de que os operários lutem pelo que ele denomina de direito à preguiça⁴⁹, na intencionalidade de adquirirem um estilo de vivência que os contemplem fora do ambiente de trabalho. Este modo substancial de vida faz referência ao desdobramento subjetivo de cada ser social, como o convívio familiar, singularidades, com o acesso ao conhecimento pelo mínimo que seja e também a cultura popular. Segundo Kátia Sá, essa familiaridade viria preencher o tempo de lazer, corroborando para o desenvolvimento do operário, no sentido de refletir de forma crítica sobre a realidade, bem como a esquematização dos indivíduos pela luta por direitos, condições de trabalho mais dignas, entre outros questionamentos. Dessa maneira, tornaram-se mais acentuadas as lutas pela redução de jornada de trabalho, sendo um importante avanço para a luta de classes para "superação" do trabalho explorado e exaustivo:

De início, o capital satisfaz seu impulso de prolongar o dia de trabalho, sem limites e sem consideração, nas indústrias que originalmente foram revolucionadas pela água, pelo vapor e pela maquinaria, nessas primeiras criações de modo moderno de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda. As modificações no modo material de produção e as correspondentes modificações nas relações sociais dos produtores deram origem, primeiro, abusos desmedidos e provocaram, em contraposição, o controle social que regula e uniformiza a jornada de trabalho e suas pausas, limitando-a legalmente [...] A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, 2012, p.342-343).

Independente de Lafargue retratar uma realidade do mundo do trabalho na segunda metade do século XIX, o mesmo autor destaca o contexto fazendo a seguinte reflexão acerca do não-trabalho: qualquer questionamento sobre o lazer, inerentemente provoca a reflexão na forma de organizacional do trabalho. O gerenciamento de uma sociedade capitalista, que tem

intemperança. Fica claro também o interesse pelo controle nas atividades do tempo destinado ao lazer, através do domínio do espírito comercial. (Mészáros, 2008, p. 28-30 apud Santos et al, 2014, p. 593).

⁴⁹ O pensamento de Lafargue não sugere uma relação antagônica entre trabalho e lazer, apesar de suas ideias serem distorcidas neste sentido. Lafargue naquele momento tinha o objetivo de denunciar a opressão e exploração dos trabalhadores no processo de industrialização, para isso, fez apelo para o direito ao lazer, designado por ele de preguiça, no sentido de possibilidade de conquista da liberdade através da organização contra a opressão do trabalho (Sá, 2003, p.30).

por base a divisão social do trabalho⁵⁰, a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, faz com que o trabalhador não se sinta amparado e contemplado dentro do seu próprio trabalho, pois toda produção não pertence a si, mas aos donos dos meios de produção. Segundo Santos et al. (2014), nesta correlação entre o ser social e o trabalho, o homem torna-se um trivial predicado, pois a mercadoria que foi fruto de seu labor se contrasta ao sujeito, ganhando vida, no processo conhecido como o fetichismo da mercadoria⁵¹. Nesta circunstância, o trabalho se torna indiferente ao trabalhador, pois nada se produz para si, além do próprio salário para viabilizar a vida fora as indústrias. A dialética do trabalho no capitalismo torna mais nítidas as demarcações entre o tempo de trabalho e o chamado não-trabalho ou tempo livre/lazer.

A concepção histórica de que o trabalho é algo árduo, determinante, costumeiro, e o lazer se configura como inação ou uma ação amena e divertida, condicionada em larga medida, pelo menos para as classes trabalhadoras, a um tempo disponível para além do trabalho, é culturalmente enraizado no contexto de uma sociedade capitalista. Além disso, os citados entendimentos e interpretações vêm sendo compreendidos nos mais diversos vértices ao longo do tempo, sendo consumido pela perspectiva que se alinha integralmente aos padrões de consumo da sociedade capitalista e que não corrobora para uma quebra de paradigma capitalista.

É interessante pontuar que sendo o direito ao lazer no século XX, no Brasil, estabelecido em espaços de lutas e de mobilização política dos operários, ele se evidencia substancialmente ainda como rompimento da práxis laboral, intercalando a sistematização temporal das atividades humanas como um todo (SÁ, 2003, p. 36).

Esta compreensão dos campos de estudos vem se forjando em um encadeamento de poder, de força, de violência, que subordina as condições concretas dos operários para a conquista do lazer. Para muitas discussões, o lazer se limita a um tempo inocuado, para o serviço das necessidades de particularidade material, que se desloca intensivamente ao consumo de forma alienada, pois não estipula uma conexão de equilíbrio. Gastando, assim, na forma alienada, o tempo livre não se constitui em uma relação enquanto atributo de conquista resultante do trabalho, tampouco como condição de desenvolvimento das experiências cotidianas.

⁵⁰ PEIXOTO, 2007, p. 61.

⁵¹ “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos” (MARX, 2012, p.94 apud Santos et al, 2014, 594).

A crítica ao ócio como forma danosa aos operários, se configura como outro coeficiente responsável pela incorporação de um conceito ideológico ao lazer (PEIXOTO, 2007, p. 53), que passa a ser compreendido como um tempo de privilégio para os mais favorecidos e ainda no mesmo pensamento burguês das classes dominante, como um ato de deturpação para os operários que negociam sua mão-de-obra.

Segundo Kátia Oliver de Sá se caracteriza irrelevante formalizar uma análise mais sofisticada sobre este ponto para considerar que os pontos de vistas de valorização e enaltecimento de tempo de trabalho e de ócio são desenvolvidos pela classe dominante da sociedade ocidental capitalista. Levando em consideração que os mecanismos materiais de produção se alteram historicamente, as mesmas práticas estão estabelecidas em espaços e tempos distintos, e que os princípios ao seu prisma podem se alterar para consentir e congregar interesses, logo, não seria indiferente, a partir das discussões e análises de uma sociedade capitalista, e que esses princípios sejam compreendidos, de modo que abranja satisfazer os interesses do capital⁵².

Segundo Valquíria Padilha (2000, p.50), que discute com uma maior maestria a temática, apresentando significativas contribuições acerca do tempo livre e disciplina do trabalho no cotidiano do operário, é o inglês Edward Thompson⁵³, partindo do princípio e compreendendo os significativos contrastes no ideal capitalista e mundo no trabalho, discorrendo sobre as discrepâncias nas noções de tempo. Suas discussões apresentam preceitos de que os pontos de vista acerca do tempo são pensadas, projetadas e executadas, por intermédio de regimes e processos materiais de produção na sociedade.

No momento em que as jornadas de trabalho são diminuídas, em meados da primeira metade do século XX, os trabalhadores foram levados a consumir mais, e contar com um intervalo de tempo disponível⁵⁴, como método de preencher suas necessidades materiais. Em síntese, faz-nos refletir que, numa lógica de sociedade capitalista, a configuração sobre a qual vem se estruturando o encadeamento de produção do trabalho, nos levando a pensar ser provável que se constitua num dos motivos da deterioração artística, intelectual, agonística e estética, fomentada por uma perspectiva reducionista da virtualidade do tempo e do espaço para

⁵² PEIXOTO, 2007, p. 101.

⁵³ THOMPSON, Edward P. *COSTUMES EM COMUM: tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. São Paulo, Cia das Letras, 2005, p. 267-304.

⁵⁴ Os estudos de Newton Cunha já apontaram que a definição do tempo livre para o lazer envolve: (1) o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção; (2) o grau de organização e de autonomia ou poder daqueles que produzem ou mantêm a vida diária, a força de trabalho, atribuindo ênfase a este segundo aspecto (CUNHA, 1987, p. 9-18 apud PEIXOTO, 2003, p.60).

o lazer, uma vez que a classe burguesa aponta-os como delinquente, exterior à condição de direito social (SÁ, 2003, p. 37).

Marx e Engels esclarecem esta questão ao afirmar que é através da divisão do trabalho que se torna possível [...] que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos (MARX, 1974, p. 37-38). Esta explicitação está relacionada à denúncia constante de que a classe trabalhadora, no século XIX, estava impedida de acessar e usufruir deste gozo, reconhecido como o reino da liberdade passível de ser conquistado apenas quando findas as demandas decorrentes das necessidades de produção da existência. Ao explicitar esta questão, Marx e Engels constroem as condições teóricas (e políticas) para que compreendamos que, historicamente, este direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre esteve sempre restrito a uma parcela da sociedade, que, detendo a posse dos meios de produção (MARX, 1989a, p. 202-203; MARX, 1989b, p. 828-882), pelo uso da ideologia ou da força, estabelece-se como classe dominante, atribuindo a escravos, servos ou trabalhadores livres a manutenção das condições necessárias à sua existência privilegiada; ou seja, aprisionando as classes que efetivamente realizam a produção, à condição de produtores da existência de toda a sociedade, impedindo-as de ter acesso ao direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre que, na divisão social do trabalho, apenas a classe dominante vai possuir. O capitalismo, pela primeira vez na história, coloca a problemática da possibilidade de acesso ao direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre para aqueles que efetivamente realizam o trabalho o qual permite a produção do capitalismo (PEIXOTO, 2003, p.59).

Segundo Kátia de Sá, contribuindo com suas discussões e reflexões, destaca que enquanto o lazer for compreendido como um tempo disponível, derivado do trabalho com especificidade de mercadoria⁵⁵, como discorreremos acima, atribuir-se-á exclusivamente em regalias de alguns e um meio engenhoso de vantagem de certa internalização predominante para o indivíduo se situar na sociedade, possibilitando a manutenção opressora de uma injusta situação.

O ideal capitalista que assenhoreia toda a esfera da vida ocidental no final do século XIX e primeira metade do século XX, com as suas práticas, justificativas e hegemonia, excede os muros do trabalho e ocupa a vida privada, o cotidiano como um todo, em prol do que se classifica como ganhos reais para população. A sociedade da superprodução, ainda que não abrangesse todos os indivíduos, no entanto, os seduzem, induzindo-os a um mundo de esperanças, não um outro mundo, mas que seja o mundo do consumo, o mundo capitalista, alimentando a máquina de produção do capital (SÁ, 2003. p. 38). Por outro lado, o indivíduo não é mais senhor do seu tempo e de nenhum espaço, não "comanda" mais sua consciência, esvaziando-os do direito de projetar suas vidas, de lutar de forma organizada para obter as

⁵⁵ Para o marxismo, a força de trabalho não é uma mercadoria em qualquer sociedade; para existir o trabalho com caráter de mercadoria em uma dada sociedade, o trabalhador dispõe de sua força de trabalho na condição de venda para quem possui os meios de produção: o capitalista (MARX, 2002, p. 219 apud SÁ, 2003, p. 38).

mudanças necessárias, quer em seus ambientes de trabalho, quer naqueles de socialização do lazer. As eventuais perspectivas de paz, liberdade e lazer, contidas em propagandas capitalistas e governamentais, desfalecem por intermédio da proeminência do poder de manipulação do mercado produtivo⁵⁶, pois a logicidade do progresso da sociedade capitalista deteriora, simultaneamente com a irracionalidade de suas estruturas. Como resultado, o nível de opressão ao trabalhador/operário e de dismantelamento de suas possibilidades de progresso, ocasionado pelas admoestações e censuras, atingiu a maturidade que penetra as esferas da vida no trabalho e fora do trabalho.

1.2. O QUE NOS DIRÃO AS FONTES?

O registro do historiador francês Marc Bloch⁵⁷, aponta-nos preceitos de que, fundamentado no material documental examinado, atinaremos o discernimento das multiplicidades dos sujeitos ativos e elaboradores do processo histórico. Esta pesquisa, deste modo, dialoga e se relaciona com diversas fontes históricas sobre a história da cidade de Paulista e de aspectos significativos da vida de seus habitantes. Os arquivos que nos dão assistência na escrita da história da classe trabalhadora pernambucana são pontuais e exíguos. Diante disso, as diligências e acessos na busca de rastros da história operária pernambucana deram-se mediante as fontes oficiais e fontes não oficiais, que foram entrecruzadas e possibilitaram o

⁵⁶A nosso ver, a noção de degeneração e decomposição dos valores genuínos do lazer, pode permitir (1) o entendimento de que existiu/existe uma forma original, pura, não contaminada, não degenerada de lazer que foi corrompida pelo modo capitalista de produção da existência, levando o leitor a supor que há uma forma passada, já pronta, de fruição do lazer que é necessário retomar, recolocar em cena; (2) o entendimento de que o capitalismo é um desenvolvimento histórico de caráter negativo, o que, do ponto de vista da obra de Marx e Engels, representa uma contradição com a noção de progresso das forças produtivas, na qual o capitalismo aparece como uma fase (positiva/negativa), um avanço/obstáculo histórico produzido pelos homens a ser por eles ultrapassado rumo às condições de superação do reino da necessidade e construção do reino da liberdade. [...] A prática social do lazer tal como se nos apresenta é constitutiva do modo de produção capitalista, que vai universalizar/ generalizar o acesso ao (1) tempo livre e às (2) práticas sociais que reconhecemos hoje como lazer, com vistas a atender seus objetivos particulares de apropriação privada dos bens social e historicamente produzidos e multiplicação destes bens segundo seus interesses de acumulação (PEIXOTO, 2003, p. 243).

⁵⁷ Há muito tempo, com efeito de nossos precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou as máquinas), por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daquelas que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso, será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda, onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou ofício de historiador*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.p.54.

diálogo entre ambas, à vista disso, conectaram o ponto de similitude ao pesquisador que está inserido ao mundo do trabalho, sobretudo, na história social do trabalho⁵⁸.

Em linhas muito gerais, ao iniciarmos os estudos preparatórios para a dissertação, tivemos contato com um vasto acervo documental, disponibilizado pelo Sr. Anton Lundgren Werner, bisneto do Herman Lundgren e Elisabeth Lundgren, neto do Arthur Lundgren e Elisa Nogueira Lundgren, filho de Wilma Lundgren e Armin Werner, que possuía um vasto repertório de fontes em caráter pessoal. Posta a situação da pandemia, perdemos o acesso a essas ricas fontes e buscamos alternativas viáveis para encaminhar as nossas pesquisas. Mesmo com a questão pandêmica “controlada”, não tivemos mais acesso a família.

Neste sentido, para compor o mosaico de fontes, cruzamos os itinerários de fontes oficiais e não oficiais, logo, compondo a materialidade das fontes, trabalharemos em cima das fontes primárias e fontes secundárias, o recorte entre 1904 a 1958 coincide com uma intensa movimentação no sentido urbano-industrial do espaço. Diante disso, consultamos no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Neste espaço de pesquisa, encontramos documentações relevantes, sobretudo, periódicos, boletins e relatórios, desde às últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX.

De igual modo, nos referimos ao Arquivo Público da Cidade de Olinda e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), que tivemos acessos aos periódicos do espaço, por vias limitadas e agendadas. Considero ser um dos espaços visitados, com um amplo acervo a cerca da cidade de Paulista, visto que, essa cidade, pertencia politicamente e geograficamente ao município de Olinda. Logramos cópias dos Anuários de Olinda do ano de 1956, alcançamos também cópias dos documentais da prefeitura de Paulista, cópias deliberativas acerca das construções e ampliações das vilas operárias.

O acesso à Fundação Joaquim Nabuco se deu por vias digitais, ampliando o acervo documental tais fontes, fomos ao setor de microfilmagem da plataforma digital da Fundação Joaquim Nabuco. Este mesmo movimento está sendo feito, na plataforma digital da Biblioteca Nacional (Hemeroteca), ampliando nosso entendimento do Paulista, através dos periódicos, Diário de Pernambuco (1900-1915), Jornal do Comércio (1930) e a Província (1891), Jornal da Manhã (1939), Almanack (1906).

⁵⁸ É válido ressaltar não só a possibilidade do uso de arquivos convencionais para deles se extrair informações a respeito dos trabalhadores, como é o caso da documentação contida no acervo do DOPS ou de jornais de ampla circulação geralmente disponíveis nos arquivos públicos de diferentes estados, mas de acervos dos próprios trabalhadores, que muitas vezes se perdem por falta de sensibilidade a respeito da importância ou da possibilidade de organização dos mesmo pelas entidade sindicais e/ou movimentos sociais. DABAT, Christine Rufino; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de (orgs). O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos Nordeste. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, pág. 4.

Mediante aos apontamentos de Sidney Chalhoub em “Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque”, fruto da dissertação de mestrado em 1984, para tecer a compreensão acerca do cotidiano na capital do Brasil, na então cidade do Rio de Janeiro, utilizou-se fartamente de fontes documentais, provenientes dos periódicos do Rio de Janeiro.

Semelhantemente, José Sérgio Leite Lopes em “A Tecelagem dos Conflitos de Classe: na cidade das chaminés”, fruto da tese de doutorado em 1984, num movimento similar ao de Chalhoub, na utilização de periódicos para entendimento nas questões dos conflitos de classe, Leite explora com veemência alguns periódicos pernambucanos. Além dos jornais, a presença de relatórios oficiais da fábrica entrecruzando com os periódicos esteve presente em seus apontamentos, diante dos levantamentos e discussões acerca das lutas de classes em Paulista-PE, em delimitações temporais um tanto semelhantes e superiores nas questões de periodização levantadas pela proposta de dissertação.

Para além dos periódicos mais gerais acerca de Paulista, conseguimos localizar impressos locais, produzidos especificamente para entreter os trabalhadores/operários, informar sobre projetos e alterações na estrutura física, administrativa da cidade-fábrica e Companhia de Tecidos Paulista. Esses impressos informativos também abrangem sobre o cotidiano, os períodos de não-trabalho dos operários, os campeonatos de futebol e festejos da cidade. E para completar o terceiro nicho de impressos que conseguimos identificar, a existência dos impressos denunciativos e questionadores, estes em sua maioria estão atrelados ao movimento operário, aos membros do sindicato dos tecelões de Paulista, a lutas por direitos trabalhistas. Posto isso, como descrevemos, separamos estes periódicos em três nichos temáticos, esses periódicos se encontram no Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano.

Durante parte da pesquisa do nosso trabalho, não tínhamos esperança de acesso a uma série de documentos e de periódicos que sabíamos de grande relevância para o andamento da pesquisa⁵⁹, devido ao agravamento da pandemia do COVID-19. No entanto, passada a fase mais crítica do período, e a partir da abertura gradual do Arquivo Público do Estado de Pernambuco João Emerenciano e outras instituições, conseguimos catalogar e registrar alguns impressos, que considero um dos pilares para compreensão do não-trabalho na cidade-fábrica de Paulista, assim sendo, conseguimos catalogar estes impressos. Em seguida, apresentamos dois quadros,

⁵⁹ Em linhas muito gerais, ao iniciarmos os estudos preparatórios para a dissertação, tivemos contato com um vasto acervo documental, disponibilizado pelo Sr. Anton Lundgren Werner, bisneto do Herman Lundgren e Elisabeth Lundgren, neto do Arthur Lundgren e Elisa Nogueira Lundgren, filho de Wilma Lundgren e Armin Werner, que possuía um vasto repertório de fontes em caráter pessoal. Posta a situação da pandemia, perdemos o acesso a essas ricas fontes e buscamos alternativas viáveis para encaminhar as nossas pesquisas.

um que engloba os jornais produzidos à época, com suas datas, locais de publicação e outras informações pertinentes, bem como outro relativo às Revistas que pudemos consultar naquela instituição.

I - QUADRO DE IMPRESSOS - JORNAIS

PERIÓDICO	LOCAL	DATAS	OBSERVAÇÕES
O Trabalho	Recife	(out - 1900, nov – 1900)	Entretenimento/Informativo
Diário da Manhã	Recife	(1928; 1929; 1930; 1938; 1942;1947).	Informativo
Folha de Olinda	Olinda	(jan. fev – 1932)	Informativo
Gazeta Olindense	Olinda	(jun. out – 1903)	Informativo
Gazeta de Olinda	Olinda	(dez – 1915, jan – 1916)	Informativo
O Grêmio	Olinda	(mar – 1920)	Entretenimento
Jornal de Olinda	Olinda	(abr - 1932)	Informativo
Diário de Pernambuco	Recife	(1915; 1922; 1932; 1940; 1944).	Informativo
A Provincia	Recife	(1891/1905).	Informativo
O Natal	Olinda	(dez – 1918)	Religioso
Jornal do Verão	Olinda	(dez – 1927)	Entretenimento
Gazeta de Paulista	Paulista	(mai- 1911, out – 1911, set – 1918)	Financiado CPT
O 29 de Maio	Paulista	(maio – 1948).	Financiado CPT
O 21 de Maio	Paulista	(maio – 1933).	Financiado CPT
Gazeta de Paulista	Paulista	(jun/nov – 1953, jan/maio – 1954)	Informativo
A Reação	Paulista	(fev – 1916).	Informativo
Tribuna Operária	Paulista	(out/dez – 1953, jan/maio – 1954).	Informativo
O Lídador	Paulista	(1932)	Informativo
O Realista	Paulista	(12 jun. de 1953 e 26 de jul. 1953)	Informativo
A Imprensa	Paulista	(set – 1918).	Informativo
O Realista	Paulista	(jul – 1953).	Informativo
A Voz de Mirueira	Paulista	(abr/dez – 1951, abr/nov – 1952).	Informativo
Jornal Pequeno	Recife	(1931-1935)	Informativo
Ave Maria	Paulista	(maio – 1952, maio - 1953)	Religioso
O Lenhador	Paulista	(fev – 1904, mar – 1908)	Entretenimento

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco - Jordão Emerenciano

Como já dito, também logramos produzir um segundo Quadro, esse congregando as Revistas às quais tivemos acesso:

2 – QUADRO DE IMPRESSOS – REVISTAS

REVISTA	LOCAL	DATA
Novo Milênio (Impressões do Brazil no século vinte)	Londres: Lloyd's Greater Britan	1913
Álbum de Pernambuco	Recife	(1913; 1933)
Revista de Pernambuco	Recife	(1924-1926)
Documentário Ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana	Recife	(1954)
Anuário de Olinda	Olinda	(1956)
O Malho	Rio de Janeiro	(1928; 1940)
Revista Ilustração	Rio de Janeiro/São Paulo	(1924)
Revista da Cidade	Recife	(1926-1928)
Relatórios da Exposição Nacional de Pernambuco	Recife	(1939)
O obscuro fichário dos artistas mundanos	Recife	(1935; 1942; 1948; 1950).

FONTE: Arquivo Público de Pernambuco – Jordão Emerenciano; Fundação Joaquim Nabuco; Hemeroteca Digital; Biblioteca Digital do Ministério da Fazenda Rio de Janeiro – Memória Estatística do Brasil; Acervo Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

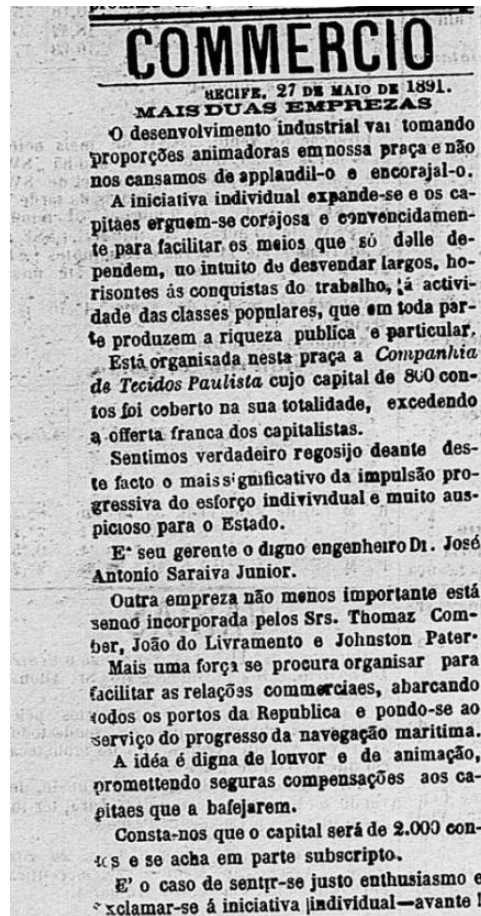
Apresentamos, em seguida, algumas reproduções desses periódicos, visando dar uma percepção de sua riqueza como fonte de informações.

Figura 1: Créditos editoriais do periódico que informa sobre a criação da Companhia de Tecidos Paulista (27/05/1891).



Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Figura 2: Partícula do periódico “A Província”, indicando o momento inaugural da Companhia de Tecidos Paulista (28/05/1891).



Fonte: Hemeroteca Digital -Biblioteca Nacional.

Figuras 3 e 4: Créditos editoriais do periódico e informações acerca do lazer operário de Paulista (24/09/1911).





Fonte: Hemeroteca do Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano.

Sobre as fontes que compuseram o setor das mídias digitais no corpo da pesquisa, estão operantes a Hemeroteca da Fundação Joaquim Nabuco, o acervo fotográfico do IBGE, o acervo fotográfico da Biblioteca Nacional, além dos acervos privados, acervo José Benigno do Amaral, acervo Alexandre Berzin, acervo Marcondes de Andrade. Corroborando com as fontes na estrutura do trabalho nas mídias digitais, os documentários "Tecidos e Memória" (2006), dirigido por José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim, financiado pelo CNPQ e Museu Nacional, e também um documentário elaborado pelo projeto experimental de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, "Paulista: a invenção dos Lundgrens" (2005), "A Classe Operária Vai ao Paraíso", direção de Elio Petri (1971), "Memória da Vida e do Trabalho", direção de Celso Brandão (1984).

Privados da possibilidade de entrevistar antigos trabalhadores, em função do contexto pandêmico, pudemos nos valer de depoimentos recolhidos por José Sérgio Leite Lopes, que entrevistou antigos trabalhadores da CTP e moradores de Paulista, a partir dos relatos desses citados, possibilitou-nos a compreender o cotidiano desses indivíduos.

1.3. PAULISTA: entre engenhos e usinas, uma cidade-fábrica se ergue (1890-1910)

Antes de falarmos na fábrica em si, falaremos de seu fundador, ou, pelo menos, comprador e ampliador, continuando, abordaremos sobre seus filhos Arthur e Frederico Lundgren, que consideramos os “arquitetos” da constituição da cidade-fábrica de Paulista, tal como discutiremos adiante, uma vez que a primitiva instalação foi obra de outro proprietário. Herman Lundgren nasceu em 1835 na cidade Norkoping⁶⁰, Suécia, e veio para o Brasil em 1856. Após passar pelo Rio de Janeiro e Bahia, estabeleceu-se como comerciante em Pernambuco em 1857. Fixando residência em Recife, Herman abriu um escritório no Cais da Lingueta e especializou-se na venda de produtos alimentícios para a tripulação de navios.

Conseguindo se estabilizar financeiramente, Herman Lundgren casou-se em 1875 com uma jovem escandinava, Anna Elisabeth Stolzewald (1847-1934), na antiga Igreja Anglicana⁶¹ no Recife. Deste casamento nasceram cinco filhos, Carlos Herman Theodor Lundgren (1879-1953), Frederico Victor Jonh Lundgren (1879-1946), Guilherme Alberto Willhen Lundgren (1881-1933), Artur Herman Lundgren (1882-1967) e Anna Luiza Lundgren (1885 -1949).

⁶⁰ Em 1832, Norköping era uma pequena cidade do sudeste da Suécia. Desde o século XIV, se destacava como região de produção têxtil. Neste ano, nascia Herman Theodor Lundgren, filho de Johann Willhem Lundgren, “pertenceria a uma família de comerciantes, industriais e navegadores”. Emigra para o Brasil em 1855, é importante destacar, que desde 1845, a Suécia estava vivenciando uma conjuntura Emigratória devido a entraves econômicos experimentados pela maioria da população. Tanto que cerca de “um quinto dos suecos um milhão, em uma população total de cinco milhões”, decidiu pela Emigração em massa. Em 1855, Herman T. Lundgren desembarcava em um dos vapores no Cais da Lingueta, em Recife. Nesta época, o porto da capital da província recebia intenso movimento em torno de importações e exportações e do comércio algodoeiro e açucareiro. Antes de chegar à Recife, passou por Rio de Janeiro e Salvador. (VALE, 2018, pág. 41).

⁶¹ A Holy Trinity Church, chamada carinhosamente pelo povo recifense da época como “Igrejinha dos Ingleses”, foi erguida em 1838, no local onde hoje se encontra o edifício Duarte Coelho e o Cine São Luiz, na esquina com a Rua da Aurora, olhando para o Rio Capibaribe. Em 1946, pela necessidade de se alargar a rua que daria lugar à nova e arrojada avenida, a Conde da Boa Vista, o templo foi demolido, passando a funcionar na Rua da Matinha (atual Rua Carneiro Vilela), em uma área vizinha ao Country Club. Atualmente, sede da Diocese Anglicana do Recife, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) a Catedral da Santíssima Trindade está localizada na Rua Alfredo Medeiros, 60, no bairro do Espinheiro, Recife. (SANTOS, W. P. Diocese Anglicana do Recife. Disponível em: <<http://dar.icab.org.br/2015/06/03/historia-177-anos-do-primeiro-templo-da-igreja-anglicana-no-recife/>>, acesso em: 12 de setembro de 2019.

Figura 5: Fotografia da família Lundgren. Herman Lundgren, a esposa Ana Elizabeth, e os filhos Herman, Guilherme Alberto, Frederico, Arthur e a caçula Ana Louise.



Fonte: GOÉS (1964, p. 42).

O enlace matrimonial, ao que parece, ampliou a condição financeira do Lundgren uma vez que, em 1861, já aparecessem como proprietários através da compra de ações de uma fábrica de pólvora⁶² e envolvidos na exportação de cera de carnaúba, sal e de pele de caprinos/bovinos, além, claro, da aquisição da Companhia de tecidos Paulista em 1904.

A Companhia de Tecidos Paulista, foi adquirida no ano 1891 aos então sócios fundadores Coronel Cornélio Rabelo Padilha⁶³ e Comendador José Adolpho Rodrigues Lima. A fábrica, que funcionava desde 1891, em terras do antigo Engenho Timbó e outras propriedades, especializara-se na confecção de tecidos rústicos, principalmente sacarias para a

⁶² Herman Lundgren viajara a Europa em busca de instruções a respeito do fabrico da pólvora, uma vez que logo após a sua chegada da Europa, resolveu instalar a dita fábrica de pólvora de Pontezinha.

⁶³ A Família Padilha tem origem espanhola e residia entre Olinda e a Capital do Estado de Pernambuco, Recife, Cornélio Padilha, chegou a ser prefeito de Olinda. Além de assumir posto de destaque no comércio de exportação e importação, o Coronel Padilha, destacava-se como o grande chefe político local. (BEZERRA DOS SANTOS, 2002, p. 50). (Anexo 07 e 08)

embalagem do açúcar. O complexo fabril, ambientado na zona rural, era composto por um pequeno prédio que servia à administração, um galpão anexo onde estavam montados a primitiva maquinaria, e algumas dependências do antigo engenho⁶⁴ como a casa grande que servia de residência ao proprietário, e uma suposta senzala que abrigava o almoxarifado.

O Comendador José Adolpho Rodrigues Lima, foi o responsável pela instalação da Usina, aproveitou os incentivos proporcionados pelo governo provincial, o qual isentava de impostos os materiais comprados para construção de engenhos centrais, e resolveu investir na fabricação de açúcar. Em 1887, o engenho Timbó transforma-se na moderna usina do mesmo nome, com maquinário importado da Inglaterra. Em 1904, muda de dono e passa ser propriedade do Sueco Herman Theodor Lundgren. O novo proprietário se interessa apenas pela enormidade das suas terras, e acaba por desprezar a produção de açúcar. Mesmo assim, os anais da indústria açucareira mostram que, em 1914, a produção foi 40.000 toneladas anuais de açúcar, possuindo 30 km de estrada de ferro. A Companhia havia sido instalada no terreno adquirido ao Comendador Rodrigues Lima, justamente no local onde funcionou o engenho Paulista, utilizando partes como a casa-grande, capela, a senzala, a estribaria, a casa de moenda, de purgar e etc. (VIEIRA, 2010, p. 105-123).

Figura 6: Casa Grande do Antigo Engenho Paulista.



Fonte: Anuário de Olinda, 1956.

⁶⁴ (GALVÃO, 2016, p. 103)

Em continuação às discussões desse espaço em transformação, percebemos através das fontes historiográficas que a partir do ano de 1904⁶⁵ é ponto de inclinação para as mudanças no tabuleiro social deste espaço que se tornará Paulista, pois é o ano que Herman Lundgren, adquire a Companhia de Tecidos Paulista, no entanto, o aspecto rural enquanto geografia definidora em Paulista ainda seria algo latente.

Com poucos anos de interferência de Herman, houve a necessidade de ampliação e instalação de um novo galpão para atender à demanda do mercado. À medida que crescia a fábrica, a vila, a usina timbó⁶⁶ e arredores, cresciam em conjunto o investimento e posses da família Lundgren que inicialmente com a participação de sócios do quais a família descendente de escandinavos foi comprando partes e ações, e consequentemente, se tornava uma das maiores acionistas da CTP. Diante desse crescimento, Herman Lundgren resolveu dar passos mais largos em prol de seus investimentos⁶⁷.

As propriedades dos antigos engenhos Paulista, Jardim, Timbó e Genipapeiro, além da Usina Central Timbó e da propriedade Maranguape, pagando ao vendedor, Manoel Vieira Lima, a quantia de 400:000\$000rs.(quatrocentos contos de réis) a ser pago em três vezes, o primeiro pagamento de 100:000\$000rs., (cem contos de réis) no ato da escritura, e dos pagamentos iguais, de 150:000\$000rs., (cento e cinquenta contos de réis) com o vencimento para trinta e sessenta dias após a escrituração, sendo a transação endossada pela Companhia de Tecidos, representada no ato por seu diretor Luiz Parente Vianna, o Coronel Cornélio Rabello Padilha. A escritura foi lavrada no dia dezessete daquele mês e ano, nas Notas do Recife, onde o Sr. Arthur Lundgren, procurador do pai, tomou posse dos referidos bens na presença das testemunhas Hermínio de Lima Botelho e Delphino Uchoa de Albuquerque Sarmento. (GALVÃO & GOMES, 2016, p. 105).

Herman Lundgren tinha planos ousados para o seu negócio, mas faleceu no ano 1907, deixando vultuosos bens para serem divididos pela família. Após as devidas partilhas, as suas ações na fábrica adquirida poucos anos antes passaram para os seus filhos Arthur Lundgren e Frederico Lundgren, que atuaram em cima de dois objetivos: adquirir as ações dos demais sócios e ampliar a fábrica com aumento de suas instalações e incorporação de tecnologias mais

⁶⁵ Os dois irmãos Vieira Lima, filhos do Comendador José Adolfo Rodrigues Lima, venderam entre si as partes de seus bens, celebrada nas notas do Tabelião João Silveira Carneiro da Cunha, no dia 18 de agosto de 1904, em que Manoel Vieira Lima compra as partes que tocara a seu irmão Antônio Vieira de Lima, nos engenhos Paulista, Jardim, Genipapo (sic) e Timbó, a Usina Central Timbó e a propriedade dos Maranguapes, pagando por eles o montante de 150:000\$00rs, (cento e cinquenta conto de réis), passando o comprador a ter domínio total daquelas propriedades. Um mês depois de haver efetuado esta compra, em setembro 1904, Manoel Vieira Lima recebe do Coronel Herman Lundgren, uma proposta lucrativa, 400:000\$00 rs, (quatrocentos contos de réis) por todas aquelas propriedades. (GALVÃO & GOMES, 2016, p. 101).

⁶⁶ Foi uma das primeiras Usinas de Pernambuco, surgidas no período de renovação dos processos de industrialização do açúcar, no governo de Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896). Essa Usina foi instalada por técnicos ingleses, por volta de 1891. Pertencia a um grande proprietário de terras, aparentado dos Barbosa Lima, em cuja família se casara o engenheiro William Jonh Ayres, pai do conhecido industrial cearense, radicado em Pernambuco, Jonh William Ayres (Jack Ayres). (GÓES, 1963, p. 38).

⁶⁷ Vide o artigo Celina Ribeiro Hutzler "Operários e Patrões Unidos, até quando? Uma História Antiga".

avanzadas. Ao longo das décadas subsequentes, os dois irmãos empreenderam uma série de mudanças e ampliações na estrutura fabril e nas edificações anexas, de tal forma que deram as feições do que hoje é a antiga área da Fábrica Paulista. Percebemos essas modificações, a partir de um extenso relatório de 1913, no entanto, considero importante descrevê-lo a título de ampliação do conhecimento e debate acerca dos três primeiros decênios nos intramuros e extramuros da CTP:

“As Fábricas de Tecidos

Companhia Fiação e Tecidos de Paulista

A “Paulista” - A família Lundgren. -Os serviços prestados a liberdade pernambucana.

-A grande “Estamparia Aurora”. - 3.200 operários. - As fazendas e os brins estampados.

Eis-nos tratar dos maiores estabelecimentos de fiação e tecidos existentes em Pernambuco: - A PAULISTA E A ESTAMPARIA AURORA.

Pertencem a Companhia cujo o título começa o cabeçalho desta notícia. E uma associação poderosa com um capital de II mil contos e que possui, além das fabricas citadas, a Usina Timbó. Tem 18 mil acções subscritas, sendo a maior parte, quase o total, pertencente a família Lundgren.

A esta memoravel familia de industriaes devem os pernambucanos os maiores e efficazes auxilios na campanha trava para a ressureição de suas liberdades. Estão ainda proventos os dias em que os srs. Frederico e Arthur Lundgren, sacrificando a sua fortuna e suas vidas, despendiam cerca de 300 contos de réis para fornecer ao povo escravizado os meios precisos aos combates libertarios.

São estes dois illustres membros da familia que actualmente dirigem, com os maiores proveitos a Companhia Fiação e Tecidos de Paulista.

As duas fabricas citadas demandam no lugar de Paulista de 14 mil habitantes, municipio de Olinda. A primeira, edificada em 1893, sob a direcção do engenheiro J.A. Saraiva Junior, occupa 40 kilometros quadrados e tem 700 e tantos teares trabalhando. Guiados pelo srs. Pedro Rolim, incançavel gerente da companhia, J. Ernest. Buckley, interprete da Fabrica e Thomaz Zates, director da tecêlagem, começamos de visita-la, sem obedecer á ordem das differentes secções, admirados da grandeza do estabelecimento e convencidos de que, sob determinadas iniciativas e favores a industria de tecidos em Pernambuco occuparia, destacamento, um dos logares de realce no mundo.

É assim que, enveredando por um vasto labirinto de salas e corredores, parámos na secção de carretéis, onde varios machinismos do metallurgista "J. F. James" de Manchester e Lancaster, além dos machinismos regulares de W. Moore & C., fabricam o cadaço.

Deparamos seguidamente com as salas em que se procede a meticulosa limpeza do algodão, desdobrada pelos abridores de "Platt Brothers" modelos de 905 e 906, pelas machinas de descaroçar, e muitos outros, dentre as quaes destacámos algumas de vastas proporções, que desenvolvem 900 volts por minuto.

Ha pelas alturas destas salas poderosas tubulagens que, sob pressão atmospherica, apanham uma grande parte das particulas prejudiciaes á saúde operária, purificando o ar.

Dahi fomos a percorrer as salas dos batedores e cordas, os primeiros em numero de 5, os segundos de 50, todos modelados nas officinas dos irmãos "Platt", de Oldham.

As cordas, é medida que preparam os filamentos do algodão, enrola-os automaticamente dentro dos tubos de metal, postos ao lado.

Vistos os batedores e cordas, demorámos alguns minutos na seccção onde trabalham os machinismos de estiragem, os bancos grossos, intermediarios e finos, encommendados aos já referidos metallurgistas "Platt Brothers".

Nesta mesma secção vêem-se os enchedores de carreters destinados á fiação, o ultimo modelo a "Pantent Creel" daqueles fabricantes.

Alguns passos mais e se nos deparam os salões dos machinas de enrolar, - inicio da manufactura do pano, - e das urdideiras.

Adiante destes salões situam os machinismos de engommar e os liçadores.

Nos primeiros, á medida que os pannos se embedecem de gomma, passam aos tambores de cobre aquecidos, que os enchagam rapidamente.

Dos metallurgistas acima citados, esses machinismos trazem a data de 1906.

Uma vez observado o trabalho dos liçadores, dirigido por pequeninas operarias, parámos na tecelagem, onde funcionavam, sob a vigilancia de mulheres, os 700 e tantos teares, modelos "Dobby" enviados pelos fornecedores W. Mooke & Comp., de Lancaster e Manchester. Antes de proseguirmos a nossa exposição convém abriremos aqui um parenthesis e observar que o edificio da fabrica Paulista, nas suas proporções colossaes, apresenta a juxtaposição doutros corpos que se foram elevando conforme o progresso sempre crescente de uma produção enorme. Dahi, as designações que se lhe dá de "Nova" e "Velha" fabricas, e a existencia, na primeira de outras secções de trama e urdimento, e teares.

Observámos ainda as secções de tinturaria, acabamento e motores, no salão de acabamento, existem machinas de dobrar e medir os pannos.

Os motores são em numero de 3. prefazendo, reunidas a consideravel somma de mil quatrocentos e cinquenta cavallos.

O primeiro e mais poderoso, de triplice expansão, força de 1000 cavalos, e dos metallurgistas "Buckley e Taylor" de Oldham. Tem a data de 1912 e traz, resaltando, numa placa de metal polido, o nome de "Elizabeth".

Abaixo, e um pouco adiante do salão onde este se acha, ha 4 caldeiras alimentadas a carvão de pedra.

O segundo motor, que se destina à nova fabrica, movida a gaz carbonico, tem uma força de 300 cavallos e meio das officinas do reputado fabricante "Crossley".

A energia electrica, fornece-a o terceiro motor, de 150 cavalos, patente "Gallowais", enviado pela "Casa W. Moore", de Lancaster. Possui 6 dynamos e as necessarias caldeiras. Os dynamos são dos fabricantes "Platt" de Manchester, tendo cada um 110 a 120 volts, 725 amps e 55 rev.

A Estamparia Aurora, de fundação recente, é edificada em terrenos longes da Paulista. As suas machinas procedem ao branqueamento e a estampagem dos pannos.

Ao iniciarmos a nossa visita, sempre guiados pela extrema gentileza do Sr. Pedro Rolim, deparámos logo, em alpendres separados, as magnificas secções de carpintaria e fundição.

Proseguindo, passámos à primeira parte da Estamparia, onde se vê a secção das tintas e gommás.

Ali, trabalham machinismos colossaes que quase tocam ao tecto do edificio, modelados nas officinas metallurgicas de "Lang, Bridg Ltd".

Alguns desses machinismos ainda estão a instalar-se.

Na segunda secção vimos trabalhar, além das machinas dos fabricantes citados, outros do metallurgista "John Wood", algumas destinadas a fixar côres.

Existem nas salas desta ultima secção poderosas estadas ideadas por "Lang Bridge Ltd", uma tinturaria aperfeiçoada, machinas de lavar, de "sir James Farmer & Comp.", algumas movimentando 36 cylindros; engommadeiras, e ainda uma outra estufa que serve tambem para fixar as côres.

Depois de visitarmos as secções de machinas em enroladeiras e de cylindros maiores e menores, passámos a segunda parte da Estamparia, á secção de branqueamento, onde vimos uma instalação completa, fornecida por "Lang Bridge Ltd"; machinas de alargar; enroladeiras, e separadamente um pequeno motor que se destina á illuminação electrica do edificio.

Na secção de acabamento veem-se machinas de medir, prensas e grande mesas destinadas á rotulagem. Ahi é quem se armazena a produção diaria dos 50 mil metros de brins e chitas estampadas em 400 padrões differentes, capazes de rivalisar com os de procedencia européia, conforme tivemos occasião de ouvir aos proprios empregados estrangeiros, entre os quaes "mister" Ervest Brabley, o habil gerente da Estamparia Aurora.

Para fornecer energia necessaria é movimentação de seus machinismos, a Aurora possui 4 caldeiras, duas das quaes fornecidas pela metallurgia de "Gallowais limited", tem fôrça de mil cavallos.

Nos fundos da Estamparia vimos a pequena machina de gêlo, prestes a ultimar-se e, para fornecimento d'agua, um aperfeiçoado machinismo do fabricante "Worthigton". Para o transporte de productos, materias-primas e pessoas, a Companhia possui diversos carros; barcaças; um automovel, inumeros cavallos e 40 kilometros de estrada de ferro, ligando a Usina Timbó á Fabrica Paulista⁶⁸.

Tem ainda 2 portos de mar, "Porto Arthur" e "Jatobá". Para fornecimento d'agua existe um açude de vastas proporções.

O número de operários é de 3.200, divididas em 3 turmas que trabalham durante o dia e a noite.

Para facilitar os auxilios e as diversões necessarias do operariado fundou-se a "Associação de S. José" que mantém uma biblioteca, duas escolas com a frequencia de 90 alumnos, cada uma, um teatro, um hospital para variolosos, pharmacia e medico. A Companhia edificou 2 mil casas, um pequeno quartel superior aos do Recife, um barracão para a feira, e um hospital”.

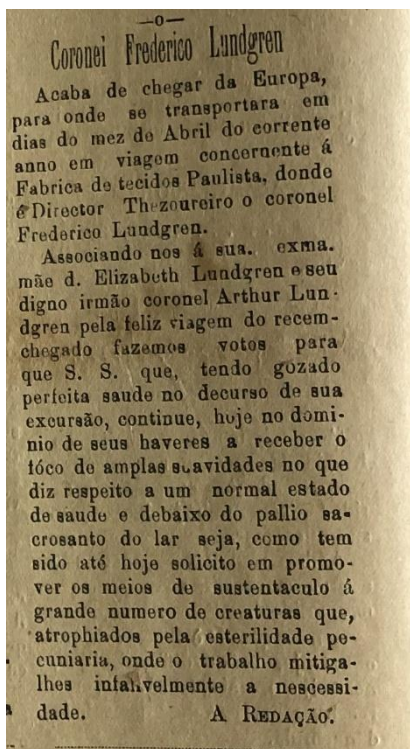
Fonte: Arquivo Histórico Autonomo Guimarães. Indicador do Commercio e Industria em Pernambuco (Publicação Annual de Propaganda), 1912-1913. Anno 1 - Recife-PE, número 1, pág. 49-51.

Os novos equipamentos instalados posteriormente à morte de Herman Lundgren, nos dão ideia de que uma a renovada unidade fabril ganhava outra magnitude. Assim sendo, os indicadores do porte que atingiu a Companhia de Tecidos Paulista, tornam-se notórios em seus relatórios, nos quais o patriarca aparece como um grande idealizador da estrutura das fábricas e das áreas em funcionamento, cuja obra seria continuada pelos seus descendentes. No entanto, a morte do patriarca da família, em 1907, é anterior ao período em que os apontamentos e melhorias do espaço aparecem nas documentações primárias. Nas análises documentais, vimos a performance e atuação do filho mais velho do Lundgren, o Herman Júnior⁶⁹, nessas representações de primeira década da família Lundgren, detentores de algumas das ações da CTP, no entanto, nos relatórios oficiais, ele não é citado diretamente, diante de alguns rumores locais, acerca de questões, disputas e desavenças familiares, que não puderam ser apuradas na documentação disponível, sendo essa questão trata a partir da história oral, no entanto, não avançamos devido a vida privada resguardada a “sete chaves” pela própria família. Vimos ainda através das fontes documentais, a influência de Arthur e Frederico à frente dos negócios da CTP.

⁶⁸ Queremos aqui destacar a existência da estrada de ferro particular que saía da Fábrica de Tecidos Paulista a Usina Timbó. Anexo 10.

⁶⁹ Substituindo ao pai, de início, dirigiu a empresa o filho mais velho Herman Lundgren Júnior que passou, logo depois, a chefia a Frederico João Lundgren, seu irmão. (Anuário de Olinda, dezembro, 1956, pág. 61).

Figuras 7 e 8 – Notícia sobre a saúde de Frederico Lundgren.



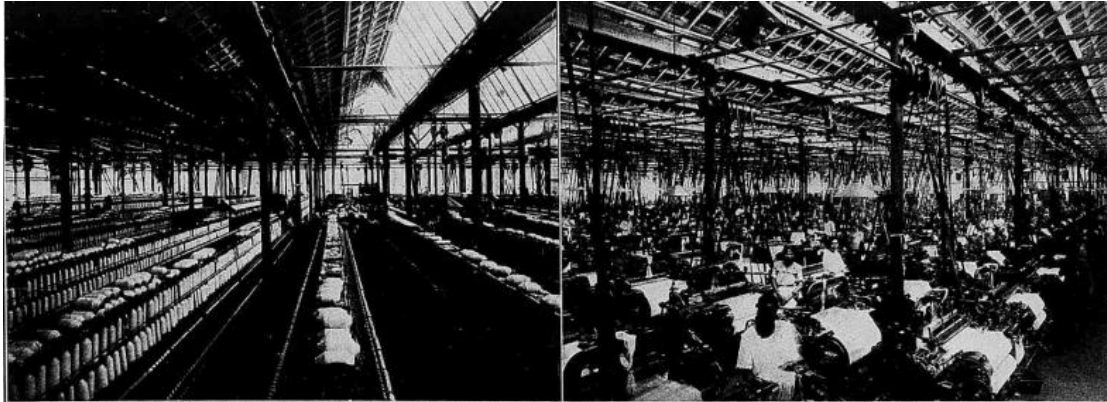
Fonte: Gazeta de Paulista. Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Data: 03 de setembro de 1911.

Por fim, percebemos os apontamentos e aprimoramentos do espaço aparecem, nesse caso, a partir dos anos de 1910⁷⁰, ou seja, ocorrem já na administração dos herdeiros de Herman Lundgren. Nas quatro imagens abaixo, contidas na revista Ilustração de 1924, é possível perceber essa estrutura.

⁷⁰ “Verificou Frederico Lundgren que para competir com os fabricantes do sul, a Paulista teria de adquirir tinturaria, e todos demais maquinismos capazes de produzir tecidos finos. Autorizado pela sua mãe, D. Elizabeth Lundgren, seguiu para a Europa e, lá depois de realizar arrojada e importante operação financeira, trouxe para Pernambuco as primeiras estamarias do norte do país. Data, daqui a nova produção de tecidos da Paulista que produziu verdadeira revolução no mercado interno dos tecidos nacionais. Por isto mesmo sofreu grande guerra dos competidores, que alarmados com os preços populares da Paulista, baratearam suas fazendas, exigindo dos revendedores a condição de não comprar os tecidos daquela fábrica pernambucana. Frederico Lundgren, então, com a colaboração imediata de seus irmãos Arthur e Alberto Lundgren, instalaram primeiramente no norte e nordeste do país, as “as Lojas Paulista”, e depois, no sul as Casas Pernambucanas com o objetivo de vender mais barato, levando os tecidos diretamente da fábrica ao consumidor. Os comerciantes, nesta altura, começaram a adquirir os tecidos da Paulista e, assim, os irmãos Lundgren conseguiram impor seus produtos excepcionais, elevando, destarte, a indústria têxtil de Pernambuco”. (Vale, 2018).

Pode-se dizer, sem medo de contestação que os Lundgrens foram elementos decisivos no levantamento da fabricação e do comércio dos tecidos de Pernambuco. A Companhia de Tecidos Paulista sob a direção de Frederico João Lundgren trouxe competentes engenheiros europeus que muito contribuíram para a formação de técnicos têxteis nacionais. Anuário de Olinda. Olinda, dezembro, 1956.

Figuras 9 e 10: 9- Secção de fiação e tecelagem; 10 – Secção de tecelagem.



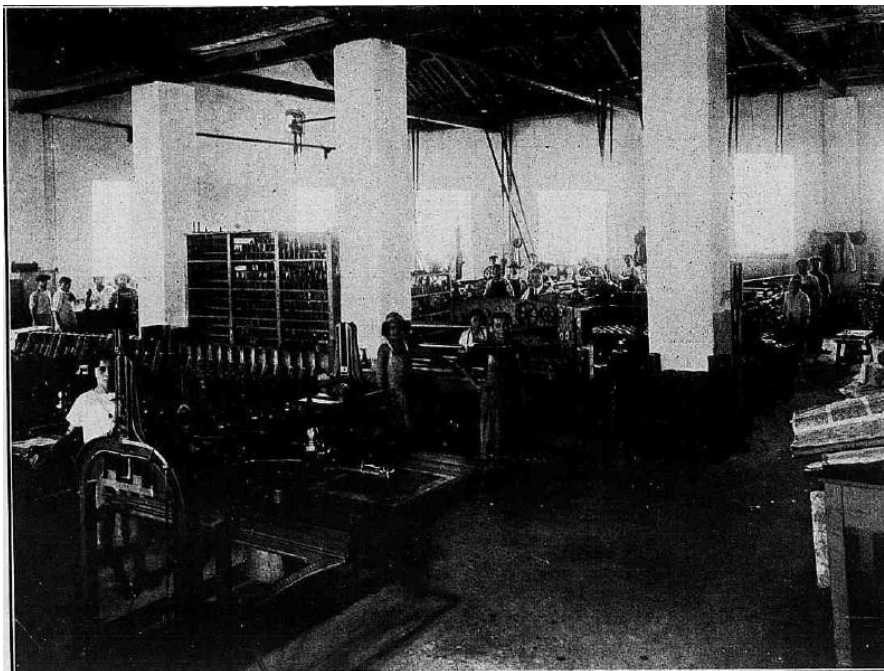
Fonte: Revista Ilustração, data junho 1924.

Figura 11 – Secção de acabamento da Fábrica de tecidos Paulista.



Fonte: Revista Ilustração, data: junho 1924.

Figura 12 – Secção de gravação.



Fonte: Revista Ilustração, data: junho 1924.

Além dessas fotografias, apresentando a lógica dos intramuros da fábrica e sua estrutura física, também apresentamos duas fotografias dos descendentes escandinavos, os empresários industriais Lundgren, que dirigiram os destinos da empresa durante a maior parte do tempo coberto por nosso trabalho.

Figura 13: Empresário Industrial - Arthur Lundgren



Fonte: GOES, 1964, pág. 42.

Figura 14: Empresário Industrial – Frederico Lundgren.



Fonte: GOES, 1964, p. 43.

As elucidações divulgadas pela própria Companhia de Tecidos Paulista sobre a antiga fábrica e seu formato administrativo, indicavam que era de uma magnitude acanhada

comparada aos planos modernizantes da família Lundgren. Quando a compra de grande parte das ações foi feita pelos herdeiros do patriarca Herman, a partir da década de 1910⁷¹, a quantidade de teares em atividade, era do tipo de produto inicial, apenas de algodão cru⁷² ou um material de baixa qualidade, que servia para sacos de açúcar, desta feita, limitava a disputa por mais mercados. Além, do seu “atraso”⁷³ produtivo, algo que sem dúvida prejudicava a expansão da fábrica, a saúde dos trabalhadores era danificada, pois onde a indústria foi instaurada, havia baixos pântanos e mangues, e era considerada um ambiente insalubre⁷⁴. A partir das discussões com as fontes, e autores como Góes, Galvão e Gomes, podemos perceber que os novos proprietários, ou seja, a família Lundgren, teria efetuado transformações no espaço de Paulista (CAVALCANTE, 2017).

Nos anos posteriores à administração dos herdeiros de Herman Lundgren, Arthur e Frederico, pudemos notar questões bastante interessantes na organização da cidade fabril de Paulista. Os traslados e locomoções dos materiais e mercadorias produzidos pela fábrica ocorriam pelo interior das vilas, após a década de 1920, através das locomotivas, ou seja, da estrada de ferro particular da CTP, e para lugares mais distantes de Pernambuco, através de embarcações saídas do Porto⁷⁵ da CTP, o denominado Porto Arthur e Porto Jatobá, que até esse momento de discussão, estavam inseridos na infraestrutura de conexão e funcionamento das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista e também na sua extensão, que é a fábrica de tecidos de Rio Tinto⁷⁶ na Paraíba. O porto Arthur era localizado próximo à atual praia de Marinha

⁷¹ “os fins da companhia consistem em explorar a indústria têxtil e a fabricação de assucar, mantendo para isso as fabricas e aparelhos necessários ao desenvolvimento dessas indústrias podendo também edificar em terrenos próprios e nas proximidades das fábricas, habitações para serem alugadas a operários e empregados da companhia”. (A Província, 1911).

⁷² Anuário de Olinda. Olinda, dezembro, 1956.

⁷³ Com a guerra de 1914, o carvão mineral importado e usado nas fábricas de Paulista, escasseou. Os Lundgrens foram, então, obrigados a usar madeira como combustível para não interromperem a produção. Após algumas experiências frutadas, conseguiram, sob orientação de técnicos alemães, adaptar suas caldeiras para a utilização do carvão vegetal. Finda a guerra em 1918, Frederico João Lundgren viajou à Alemanha onde comprou quatro caldeiras seminovas, que empregavam madeira como combustível, bem como máquinas de tecelagem, transportadas para o Brasil em um navio de propriedade dos Lundgren, denominado Meta, e em navios da Lloyd. (MORAIS, 2011, pág. 33).

⁷⁴ GÓES, 1963. p.74.

⁷⁵ A estrutura contava com escoamento próprio, por meio do Porto Arthur – hoje à área se encontra abandonada em Maria Farinha – através do Porto do Recife, os Lundgren traziam produtos para Paulista e Rio Tinto por meio de barcos próprios. Há episódio de um barco saindo da Paraíba em 1942 para Paulista onde um barqueiro cruza com o que ele diz ser um submarino com bandeira nazista nas alturas da praia de cabo branco em João Pessoa. Há uma pasta no DOPS só sobre o Porto Arthur.

⁷⁶ Em 27 de dezembro de 1924 a tecelagem é inaugurada e entusiasticamente comemorada, pela imprensa e políticos, como um novo momento para o progresso, industrialização e transformação econômica da Paraíba. Raul de Góes, ao ressaltar o papel de promotores de progresso e civilização, afirma: “Numa manhã de sol brilhante, presentes as maiores autoridades do Governo do Estado e representantes do governo Federal, começou a fábrica a movimentar os seus teares, que, desde então não mais pararam. E Rio Tinto começou a viver”. (GÓES, Raul de. Op. Cit. pág. 135).

Farinha, no estuário do Rio Timbó, sendo a portão de entrada do "mundo exterior"⁷⁷, ou seja, a inserção dos produtos, mercadorias, maquinários e até trabalhadores estrangeiros, transitaram pelo Porto Artur e Porto Jatobá, localizada na região de manguezais no distrito de Maricota, nas terras do antigo engenho de Jaguaribe.

Para entendermos a questão do município, vamos apresentar o breve quadro cronológico do município e da fábrica de Paulista, que nos dará subsídios para as nossas considerações posteriores:

QUADRO III – CRONOLOGIA DO MUNICÍPIO E DA FÁBRICA PAULISTA

ANO	EVENTOS
1891	Fundação da fábrica de sacaria pelo Comendador Coronel Cornélio Rabelo Padilha e Comendador José Adolpho Rodrigues Lima.
1904	Compra da fábrica de sacarias por Herman Lundgren.
1907	Falecimento de Herman Lundgren (11 de fevereiro de 1907). Paulista elevada a distrito de Olinda (28/12).
1911	Compra das ações da fábrica por Arthur Lundgren e Frederico Lundgren; Compra das fazendas e sítios; Compra da Usina Timbó; Construção das primeiras habitações operárias.
1922	Fundação do Futebol Clube Paulistano.
1924	Criação do Porto Arthur e Ampliação da linha férrea
1924	Aquisição de novos maquinários.
1924	Criação do Fábrica de Rio Tinto.
1928	1º Emancipação de Paulista
1930	Revogação da Emancipação, Paulista volta a está subordinada a Olinda.
1932	Primeiro Sindicato
1935	2º Emancipação de Paulista
1937	Reformas e Ampliações das Vilas Operárias
1940	Ampliação dos Aparatos Institucionais (cinemas, clubes).
1942	Criação das Escolas Dantas Barretos e Mário Domingues.
1942	Recriação do Sindicato
1946	Construção da Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal

⁷⁷ CAVALCANTE, 2017, p. 47.

1946	Falecimento de Frederico Lundgren
1950	Ampliação dos Aparatos Institucionais e Assistências Sociais

No primeiro decênio do século XX, Paulista passou a ser distrito⁷⁸ de Olinda nas primeiras décadas do século XX, independentemente de abrigar uma fábrica têxtil e outros povoados, sendo então majoritariamente formado por propriedades rurais. O espaço geográfico atualmente do município é, inclusive, menor que no período discutido, pelos processos de desmembramento da cidade-fábrica. Até à década de 1980, tempo-espaço posterior ao objeto de estudo, no entanto, julgamos necessário o esclarecer, o então município de Abreu e Lima, que anteriormente se denominava de Maricota, compunha o território de Paulista. Os desdobramentos em torno da emancipação do Município de Olinda, definitivamente estabelecida em 1935⁷⁹, que também influenciaram nas mudanças socioespaciais. Desse modo, o espaço de Paulista sofria diversas transformações políticas e administrativas, mas também na infraestrutura e no modo de viver na cidade-fábrica, ou seja, no cotidiano e lazer. Em questões político-administrativas, o município de Paulista se manteve imbricado a fábrica de tecidos até meados da década de 1930.

Antes de prosseguirmos, vamos apresentar dados que balizarão nossas considerações posteriores. Até meados de 1907, o espaço que hoje se configura Paulista, era apenas um povoado com um conjunto de engenhos e sítios, um espaço majoritariamente rural. Após o falecimento de Herman Lundgren, Paulista passou a ser distrito de Olinda em 1907, neste interim, Cel. Cornélio Padilha, um dos diretores/industrialistas da fábrica de tecidos, era o prefeito de Olinda⁸⁰ e posteriormente o cargo fora transferido para Arthur Lundgren. A partir do ano de 1928⁸¹, houve duas emancipações e duas revogações por disputas políticas locais, somente em 1935, Paulista foi efetivamente emancipada de Olinda e se ressignificaria ao quadro de municípios pernambucanos. No campo político-administrativo, o município de Paulista se organizou em distritos, sendo estes os distritos de Maranguape, Maricota, Canoas, Paratibe (Caboatã), Conceição, Marinha Farinha e Nobre.

⁷⁸ O distrito de Paulista surgiu com a Lei Municipal nº 219, de 28 de dezembro de 1907. (GÓES, 1963, p. 121).

⁷⁹ Lei nº 11 de 4 de setembro de 1935. (GALVÃO & GOMES, 2016, p. 188).

⁸⁰ Anuário de Olinda, 1956, pág. 110.

⁸¹ Lei nº 1931, 11 de setembro de 1928.

Em poucas décadas, o poder da família se tornara bastante abrangente, de tal forma que chegara a causar uma série de ressalvas do governo estadual que levaram mesmo a atritos de maior porte, tal como se depreende da fala do Interventor Agamenon Magalhães (1937-1945), que em 1939 destacou a Companhia de Tecidos Paulista na “Exposição Nacional de Pernambuco”.

As discordâncias que o referido interventor de Pernambuco, no contexto da centralização varguista dos anos 1930, destinava à companhia de tecidos por seu caráter latifundiário⁸², às quais voltaremos adiante, no entanto, não impediram de fazer algumas observações elogiosas a respeito da fábrica, numa coluna própria do interventor no periódico *Folha da Manhã*. “A fábrica construiu uma civilização no Estado⁸³”. O projeto, tido como progressista, da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), tinha como componentes importantes os trabalhadores, e essa classe não significava um problema – nos dizeres no Interventor –, e sim um ponto positivo, pois precisava desse fluxo de pessoas para o aumento do contingente de mão-de-obra, com os incrementos e interesses econômicos que dialogam tanto com o mercado de trabalho na indústria têxtil em Pernambuco, quanto no método de barateamento no custo de manutenção dos trabalhadores para a fábrica (CAVALCANTE, 2017).

⁸² *Folha da Manhã*, 28 de Janeiro de 1939.

⁸³ *Folha da Manhã*, 28 de Janeiro de 1939.

CAPÍTULO II - O ESPAÇO FABRIL: ADMINISTRAÇÕES E TENSÕES SOCIAIS

No capítulo anterior, apresentamos as mudanças ocorridas em Pernambuco, mais precisamente na região hoje correspondente ao município de Paulista, entre finais do século XIX e meados do XX, quando identificamos o período substantivo de nossa investigação, recuando um pouco para dar algumas balizas de entendimento. Num segundo momento, vimos a trajetória de constituição da Companhia Paulista de Tecidos, acompanhando desde a fundação de uma fábrica de sacarias, adquirida por Herman Lundgren e seus associados, tendo o controle se tornado crescente por parte dos seus herdeiros a partir da morte do patriarca em 1907 e da ampliação do espaço fabril e das demais atividades a ele conectadas. Prosseguimos com as primeiras iniciativas de ampliação e modernização das instalações fabris, bem como apresentamos alguns elementos institucionais que levaram à emancipação política de Paulista em relação a Olinda. A partir de agora, vamos entrar mais propriamente no espaço fabril, tentando identificar sua organização e cotidiano.

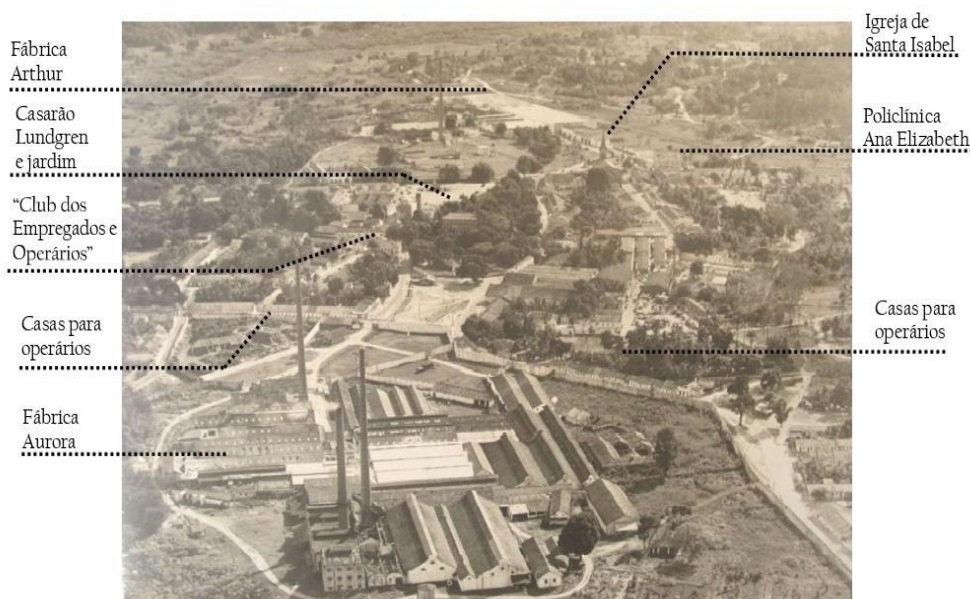
2.1 AS BADALADAS DO SINO, O SOM DOS APITOS, O BARULHO DO TREM: Cotidianidade e Trabalho na Cidade Fabril de Paulista.

São muitas as maneiras e formas que os indivíduos podem descrever um lugar, uma vila, um bairro, uma fábrica. Sendo descrita, é também conhecida e nomeada. Uma única cidade, vila e bairro podem ter variadas nomenclaturas e apelidos. Para o município de Paulista, foi repetido um apelido por muito tempo, mesmo sendo alterado ao longo dos anos o sentido. A "Cidade das Chaminés", como descreve Sérgio Leite Lopes, adquire essa denominação e perfil, a partir das inúmeras experiências contidas neste espaço e as ressignificações consecutivas das memórias, em sua ampla maioria construídas através dos vínculos profissionais e/ou afetivos com essa cidade-fábrica, sendo a mesma também denominada de "cidade dos coronéis", "cidade dos eucaliptos", ou como foi descrita pela Rosilene Alvim, quando retrata a busca de mão-de-obra pelo sertão, agreste e zonas da mata de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, a cidade era apresentada aos camponeses como a "terra das montanhas de cuscuz" e dos "chafarizes de leite"⁸⁴. A notória relação entre essas

⁸⁴ALVIM, 1997, p. 18.

alcunhas com as fábricas, nos indica uma notável influência industrial na criação das personificações imagéticas de Paulista. A simbologia das chaminés pode, contudo, ser representação de modernização e progresso, de opressão e domínio, ou até mesmo de poderio e controle. É o processo entre o trabalho e o não-trabalho, ou seja, a vida fora dos muros da fábrica, que podem ressignificar esta representação.

Figura 15: Fotografia do acervo Roberto Carneiro da Cunha, a fotografia foi utilizada por Paula Aragão de Souza, a mesma autora apresenta alguns traçados (feita pela autora) do núcleo da cidade-fábrica em torno do ano 1950.

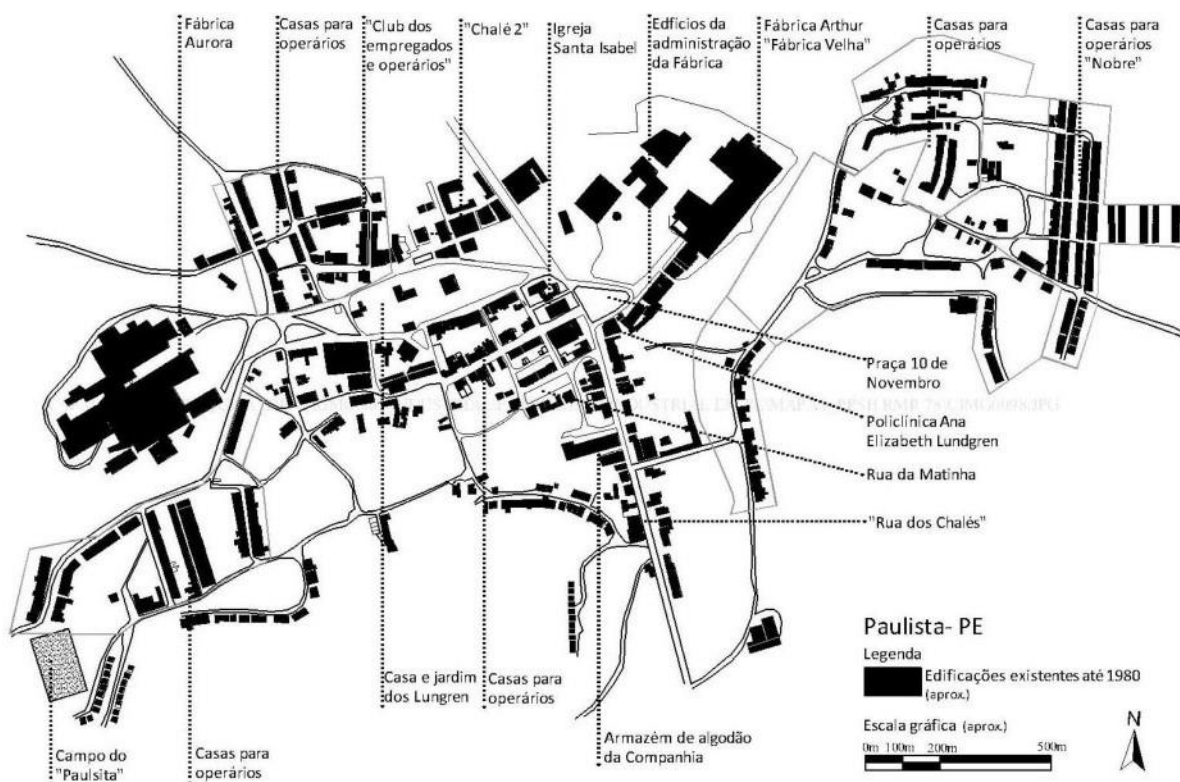


Fonte: ARAGÃO, 2013, p. 137.

Conforme podemos observar na figura acima, a cidade-fábrica compõe-se uma área de aproximadamente 195 km², no entanto, o núcleo fabril tem em torno de 70 km². O núcleo fabril, no momento da fotografia, está distribuído propriamente nas áreas fabris (Fábricas Aurora e Arthur; O Casarão dos Lundgren (espaço de moradia dos empresários industriais); Parque e a Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal, se encontram no ponto central do núcleo fabril, entre as duas fábricas. Encontramos também nesse núcleo da cidade-fábrica, os espaços de usos e assistência social, o Clube dos empregados e operários da fábrica, e a Policlínica Ana Elisabeth que levaria o nome da Matriarca, esposa de Herman Lundgren, genitora de Arthur e Frederico; as casas dos operários da vila operária Aurora; área administrativa que não está sendo citada na fotografia, mas podemos identificar entre a Clínica e a Igreja está construída a sede da administração municipal (prefeitura); ao lado do casarão, saindo da fábrica Aurora,

identificamos a estrada de ferro⁸⁵ particular da CTP. Neste espaço entre Casarão dos Lundgren e Fábrica Arthur, se localiza o espaço da feira aos domingos, é o espaço do SENAI⁸⁶ nos anos posteriores a década de 1940.

Figura 16: Núcleo Fabril da Companhia de Tecidos Paulista, até 1980, esse núcleo se expandiu a partir da primitiva Companhia de 1904, tendo chegado a essa conformação ao longo do espaço-tempo discutido no nosso texto.



Fonte: ARAGÃO, 2013, p. 131.

A peculiaridade do cotidiano de Paulista e como ela constitui, nesse período discutido e também em outros, se comunica com o dia a dia do trabalho. O controle do tempo na rotina da cidade-fábrica se apresentava com veemência, pois em algumas horas do dia, a cidade-fábrica reverberava alguns sons. Os sons reverberados apresentam, para nossos estudos, uma relevância considerável, pois os sons numa cidade-fábrica recebem sinônimos e nos indicam movimentos e representações. A abertura dos grandes portões das fábricas (Fábrica 'velha ou Artur' e Fábrica Aurora), representando a conclusão de um turno de trabalho e início de outro,

⁸⁵ Anexo 10

⁸⁶ A experiência educacional desenvolvida pelo SENAI, desde sua criação em 22 de janeiro de 1942 pelo Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, visava atender à necessidade de formação de mão-de-obra para o trabalho industrial. Ao final da década de 1950, quando o presidente Juscelino Kubitschek acelerou o processo de industrialização, SENAI já estava presente em quase todo território nacional. (MORAIS, 2011, pág. 42).

são sinalizados pelos ensurdecedores sons dos apitos, junto com os sons dos apitos, ouvia-se também os sons dos cumprimentos dos operários, os diálogos, e segundo Maria Clara Cavalcante, "os sons dos tamancos". "As fábricas apitando, as chaminés esfumaçando, a zoadá do tamanco, o povo usava tamanco e sombrinha. Quando dava uma hora o trânsito interrompia as duas fábricas de um lado e de outro. Tudo de tamanco, só se ouvia pra, pra, pra, prá"⁸⁷. Os operários e operárias, calçando seus sapatos, tamancos, calçados simples e artesanais para os menos abastados, e segurando suas sombrinhas no caso das mulheres, e no caso dos homens com seus chapéus, gorros ou boinas, entravam nas fábricas ao som do apito, ocupando as ruas das imediações da fábrica e centro da cidade entre os dias de segunda a sábado.

As transformações sociais e políticas no Brasil, pós-1930, e também consequentemente em Pernambuco, em conjunto com as transformações sociais e políticas sobrevieram às alterações no mundo do trabalho, com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e o surgimento e legalização dos sindicatos. A Companhia de Tecidos Paulista, não fica de fora das "modernizações" dos regimes sociais e políticos e no mundo trabalho. A partir da década de 1940, especificamente 1943, será instituída a regulamentação do regime de trabalho, que diminuía os turnos aos sábados ou reduzia até às sextas-feiras, tendo os operários/trabalhadores o domingo de tempo livre/lazer⁸⁸. No entanto, essa regra de regime de trabalho ou semana inglesa⁸⁹, entra em vigor no Recife somente no final da década de 1940. Na cidade-fábrica do Paulista, nas imediações da década de 1950, o regime de trabalho no formato de semana inglesa, caminha vagarosamente, segundo Maria Clara Cavalcante. De acordo com os relatos da Bernadete Serpa⁹⁰, que inicia sua trajetória profissional como operária ainda muito jovem, em torno de 1950, a mesma relata que alguns rapazes e moças tinham parentes operários/trabalhadores que residiam em Paulista e visitavam eles aos sábados e domingos, ambos trabalhavam em Recife no regime de trabalho de semana inglesa. Bernadete Serpa narra

⁸⁷ Seu Bené, Documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão. (Luiz Benedito da Silva, conhecido como seu Bené, foi empregado da casa grande dos Lundgren por mais de 40 anos, o mesmo foi cozinheiro, e posteriormente foi um administrador do casarão dos coronéis. Foi por mais de 50 anos amigo dos meus avós e vizinho da minha família, moravam no distrito de Maricota, hoje município de Abreu e Lima).

⁸⁸ DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, Art. 307. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 20/05/2021

⁸⁹ Conforme o novo modelo de produção foi se aperfeiçoando e se consolidando, observa-se uma maior distinção dos tempos sociais. Progressivamente, o ritmo da fábrica passou a marcar com força a vida cotidiana, delineando um tempo livre em horário definido, conforme a classe operária que se formaria fosse conseguindo sucesso em algumas de suas reivindicações, entre as quais a regulação da jornada diária e semanal (a semana inglesa), novidades que se espalharam para outros países. Aos poucos, os tempos mais flexíveis (do ritual, da natureza, do artesanato) foram sendo substituídos pelo tempo da produção racionalizada, pelo tempo do relógio (MELO, 2010, p. 4)

⁹⁰ Uma das trabalhadoras/moradoras da cidade-fábrica de Paulista, e posteriormente, no pós-aposentadoria se dedicará a escrita de memórias, individual e coletiva do referido espaço.

que as condições de trabalho em Paulista eram árduas, compreendendo por bem optar em sair da cidade-fábrica para ter maiores e melhores condições e oportunidades de trabalho.

As mobilidades e deslocamentos dos operários dentro das vilas operárias na cidade-fábrica no decorrer da semana tinham um sentido, todavia, aos sábados, o significado das movimentações se alterava na lógica do trabalhador/operário de Paulista, pois, neste dia citado, era o dia de "prover o soldo aos trabalhadores" das fábricas de tecidos e apêndices da companhia. Segundo relatos do documentário, gravado por Leite e Brandão (2006), um dos ex-funcionários da mão-de-obra especializada, que trabalhava em umas das seções burocráticas da companhia, descreve: "o sábado era um dia de festa, os bairros ficavam cheios, e o pessoal ia dando dinheiro à gente, a gente pegava o contracheque, e eles davam dinheiro à gente. Muito de nós, ia logo pra feira, a feira ficava cheia. [...] Nós então, fazia as compras da semana. Era uma festa aquele dia de pagamento"⁹¹. Com o avanço das políticas e discursos sindicais, é possível perceber os apontamentos e considerações aos baixíssimos salários e o modo como eram distribuídos e controlados os salários dos trabalhadores/operários. Segundo um ex-operário da mão-de-obra menos qualificada, operador de máquinas, o João Francisco afirma "tinha gente que não ganhava nem um salário-mínimo, eles davam o que queriam e, se não aceitasse o salário, eles mandavam dar uma pisa, tinha capanga pra tudo né? Então era uma desordem muito grande, a exploração era muito grande"⁹².

⁹¹ Luiz Barros, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes, Celso Brandão.

⁹² João Francisco, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes, Celso Brandão.

Figura 17: Momento de deslocamento dos operários da Fábrica velha ou Fábrica Artur.



Fonte: Revista Ilustração, data: junho de 1924.

Na fotografia acima, figura 17 retirada da Revista Ilustração Brasileira em 1924, referente o momento de troca de turnos de trabalhadores da CTP nos anos 1920, é possível visualizar a presença de alguns elementos da fábrica velha. O imponente prédio administrativo, pertencente à companhia antes da aquisição dos Lundgrens, ou seja, havia sido construído antes de 1904. Conseguimos observar os vestuários dos trabalhadores/operários, e a existência e utilização da energia elétrica, através dos cabos elétricos e poste.

A conexão e familiaridade mais notória, relacionando as duas esferas na cidade-fábrica, o trabalho e o cotidiano, está entrelaçada às vilas operárias⁹³. Nas primeiras décadas do século XX, a edificação das moradias operárias⁹⁴, foi de forma majoritária, um conjunto de empreendimentos efetuados por grandes empresas, indústrias ou companhias privadas que tinha por objetivo, atender de modo específico as necessidades por moradia dos

⁹³ Para Leite Lopes, as fábricas com Vila Operária formam um “padrão específico de relações de dominação”; são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção” (1988:16). Elas constituem uma “configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato, do ponto de vista da reprodução do capital, (...)” (1988:18). A análise de Leite Lopes se concentra no problema do conflito de classes dentro desta “situação tipo de industrialização”. (LEITE, 1988 apud KELLER, 2019, p. 22).

⁹⁴ As vilas operárias construídas na proximidade das fábricas, permitiam, aos operários aposentados, conservar relações com seus antigos colegas de trabalho que eram também seus vizinhos, continuando assim a participar da vida da fábrica. A política urbana de “zoneamentos”, separando os locais de habitação dos locais de trabalho (e notadamente fábricas que são reagrupadas nas zonas industriais), corta, mais fortemente que antes, os operários aposentados de suas antigas relações de trabalho que desaparecem rapidamente com o tempo. (ALVIM, 1997, p. 196).

trabalhadores/operários, além de controlar massivamente a vida privada dos trabalhadores/operários. As moradias operárias eram um dos elementos que compunham o núcleo fabril para além dos muros das fábricas.

As “vilas operárias” definiam-se como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias. (CORREIA, 2001, p. 83).

As particularidades e vínculos entre a fábrica e os trabalhadores/operários se ampliam, dessa maneira, esferas diversas⁹⁵ na conjuntura da vida privada, nos costumes do cotidiano e de moradia, no qual tentam tornar a força de trabalho disciplinada, docilizando os trabalhadores/operários tanto quanto fosse viável. Seguindo os apontamentos de Foucault acerca das "artes de distribuições"⁹⁶, o arcabouço gerenciador da vida privada erigia um encadeamento próprio de como viver na cidade-fábrica.

Considerando dados referentes ao Censo de 1940, podemos ver que Paulista tinha a população local de 29.595 habitantes, com uma cifra de 142 propriedades rurais, 2.833 prédios computados na zona urbana, e nas zonas rurais 1.102 prédios computados. Destes prédios, apenas 20 prédios públicos possuíam iluminação pública, outros 165 prédios eram abastecidos pela fonte energética da CTP, nos prédios domiciliares, 20 desses prédios eram abastecidos pela iniciativa pública, os 150 domicílios eram abastecidos pela fonte energética da CTP, possivelmente, domicílios de técnicos e mestres das fábricas.

Os contrastes e coações da fábrica se multifacetavam ainda mais em cada espaço do núcleo urbano-industrial. As distinções entre a mão-de-obra empregada nos diversos setores da fábrica se configuram em uma camada entre inúmeras. Os estágios da produção e o fracionamento das atividades em cada uma delas significam imensos domínios e redes de sociabilidades complexas e heterogêneas. As fábricas, além do mais, desfrutam de artifícios como especialização e redes hierárquicas para distinguir as distribuições⁹⁷, não somente no

⁹⁵ O sistema de controle e vigilância, seguia do interior das fábricas, ao cotidiano dos trabalhadores/operários.

⁹⁶ Tática, ordenamento espacial dos homens; taxinomia, espaço disciplinar dos seres naturais; quadro econômico, movimento regulamentado das riquezas. (FOUCAULT, 1987, p. 121-127).

⁹⁷ FOUCAULT, 1987, p. 122.

campo das remunerações, mas nos espaços privados da cidade. O morar, comer, beber, divertir-se, estão entrançados ao mundo das fábricas (CAVALCANTE, 2017, p. 58).

A CTP (Companhia de Tecidos Paulista), no fim da década de 1930 e início da década de 1940, se apresentava para a comunidade industrial e empresarial como uma fábrica moderna, enfatizando especialmente a composição das quatro estamparias, tendo dado início a técnica de estamparia na primeira década do século XX⁹⁸. Ainda seguindo as indicações da Maria Clara Cavalcante, a produção da Companhia se estenderia em torno de 3.500.000 metros aproximadamente a produção mensal, uma quantidade de expressividade notória. Segundo os apontamentos de Cavalcante, a Companhia de Tecidos Paulista, registrava ter 8.400 operários, no final da década de 1930, "sem incluir os que se dedicam aos serviços de cortes de lenha e outros misteres de campo"⁹⁹. No entanto, segundo os dados do recenseamento de 1940¹⁰⁰, a cifra de operários ou funcionários diretos da companhia é um tanto maior do que nos foi apresentado na exposição sobre a fábrica de Paulista em 1939¹⁰¹. Além disso, diversos membros das famílias residentes na cidade-fábrica estariam envolvidos de modo menos específico em alguma atividade que acarretasse rendimentos para o núcleo fabril, tanto como operários quanto como funcionários da "folha amarela"¹⁰².

Segundo os apontamentos de Rosilene Alvim, percebemos um crescimento gradual população dessa cidade-fábrica, é presumível que os operários/trabalhadores provenientes do período da administração anterior ao comando da família Lundgren, ou seja, antes de 1904, esses mesmos trabalhadores rurais e também os primeiros operários da CTP, arrendatários dos engenhos e sítios existentes antes dos rearranjos do núcleo fabril, possivelmente tenham se sustentado em suas incumbências e atividades fabris, no pós-administração da família escandinava.

⁹⁸ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

⁹⁹ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

¹⁰⁰ Anexos 15 e 16.

¹⁰¹ Entre dezembro de 1939 e janeiro de 1940, o Recife foi palco de um evento histórico realizado no movimentado Parque Treze de Maio: sessenta e seis municípios pernambucanos e dezessete estados brasileiros fizeram parte da chamada Exposição Nacional de Pernambuco, classificada pela imprensa local como maior demonstração da unidade nacional e do valor das forças produtoras do país ("Diário de Pernambuco", 16.12.1939). A feira privilegiava indústria, comércio e agropecuária (os criadores locais solicitaram ao governo pernambucano que a Feira de Animais de Pernambuco fosse anexada a um dos pavilhões da exposição). <<http://obscurafichario.com.br/lugar/exposicao-nacional-de-pernambuco/>> Acesso em: 10/07/2021.

¹⁰² "A folha amarela, categoria corrente utilizada pelos trabalhadores, era assim um operador importante na diferenciação interna dos operários de Paulista, persistindo até o início dos anos 60. A própria companhia, nos seus relatórios anuais aos acionistas, indica a importância destes trabalhos extra-fabris em que vigorava a organização do trabalho mediada por empreiteiros, embora ela não mais mencione por escrito, como na carta pré-citada ao CIFTA, e ainda mais publicamente, que utiliza o trabalho pelo expediente da folha amarela. São muito mencionados os trabalhos de corte de lenha para as caldeiras, nas plantações de eucaliptos, nas obras de dragagem e saneamento de terrenos alagadiços" (cf. os relatórios de 1939, 1944-1950, 1961-1962 apud LOPES, 1988, p. 64).

Ao longo dos anos de 1920 a vinda das famílias e indivíduos para morar e trabalhar na cidade fabril de Paulista, se tornará uma realidade mais concreta e perceptível, a realidade panorâmica das pessoas que foram trabalhar na fábrica e residir nas vilas, eram significativamente de origem rural, tanto os que já moravam em Paulista, quanto os que vieram de outras cidades e estados, principalmente do interior de Pernambuco e Paraíba para lograr o trabalho. Nesse ínterim, essa mesma mão-de-obra oriunda de outros lugares, veio de forma “autônoma” ou interpelada pelos agentes recrutadores da Companhia de tecidos Paulista, chamados por alguns ex-operários como os “jagunços dos coronéis”¹⁰³.

“A vinda individual através da sujeição a uma família estranha pode processar-se tanto através da vinda nos moldes do aliciamento familiar como na vinda através do auto-recrutamento familiar disfarçado em aliciamento. A sujeição consiste em um indivíduo ou mais, parentes entre si ou não, incluírem-se em uma família que venha para Paulista e que assim se completa para formar uma família numerosa. É uma maneira tolerada e estimulada pelos próprios agentes para conseguir famílias de acordo com os padrões ideais de sua composição. A vinda individual através do subaliciamento familiar consiste no fato de uma família já instalada em Paulista recrutar um trabalhador individual, geralmente menor, para com ela coabitar (trabalhando na fábrica), e com isso garantir a permanência dessa família em casa da vila operária de um determinado tamanho, assegurando ainda a permanência em Paulista. Os trabalhadores e suas famílias já aí fixados procuram assim resistir às ameaças de expulsão, trazendo mais trabalhadores de fora para com isso garantir a casa em que moram. Os trabalhadores menores que vêm através da vinda individual do subaliciamento familiar são ligados a estas famílias recrutadoras por laços de parentesco/compadrio ou por redes de relações pessoais. Eles podem também ser apenas trabalhadores potenciais que são recrutados para as tarefas domésticas, enquanto a mãe de família e as moças da casa estão vinculadas ao emprego fabril”. (ALVIM, 1997, pág. 19 e 88).

Direcionando os passos introdutórios dos recém chegados à cidade-fábrica, os núcleos familiares e indivíduos eram encaminhados para um espaço comum de "recepção e instrução", e assim seriam direcionados e distribuídos a partir das pré-disposições e funcionalidades do ambiente industrial, e dessa maneira também seriam encaminhados para determinados espaços de moradia, ou seja, com base nas incumbências e atribuições no intramuros e extramuros da Companhia de Tecidos Paulista, em consideração a isso, seria estruturado o lugar social dos trabalhadores/operários fundamentado nos arbítrios configurados pelos industriais, seja nas dependências da vila dos operários de mão-de-obra especializada e tecnicizada¹⁰⁴, ou nas

¹⁰³ “O termo Coronel era uma designação dada às pessoas que exerciam poder político e econômico no âmbito local, por meio de violência ou poder econômico. O Coronelismo foi um fenômeno político ocorrido durante a primeira república” (MELO, 2020, p. 41).

¹⁰⁴ “Nos seus anos iniciais, a fábrica, carente de profissionais especializados para certos postos de trabalho, recorria ao mercado de trabalho qualificado do Recife, através de anúncios de jornais, como os que publicou em 1907, no Diário de Pernambuco. Tal recurso público, através de anúncio de jornal, a uma categoria de profissionais, a um mercado de trabalho restrito, porém aberto, pré-existente numa capital regional, é de ordem bastante diversa do que o recurso ao aliciamento de trabalhadores ocorrido massivamente a partir da década de 30. A maneira dos procedimentos variados e que têm por resultado a separação do campesinato de suas condições usuais de trabalho

dependências das vilas dos operários da mão-de-obra de menores especificações, e se estendiam essa distribuição para os arrabaldes e roçados pertencente e domínio da CTP.

Diante do que vimos, podemos constatar a organização do núcleo fabril, minimamente também discutimos a cotidianidade dos trabalhadores operários, crescimento do núcleo fabril e organização dos espaços de moradias. Mais adiante, veremos o itinerário da CTP em busca da sua mão-de-obra, seus mecanismos e distribuições desses que compuseram a mão-de-obra da Companhia de Tecidos Paulista.

2.2. SEDUÇÕES E RECRUTAMENTOS: Trajetórias e Sistematizações da força de trabalho da cidade-fábrica.

Partindo do princípio das derradeiras reflexões feitas por Leite Lopes (1988) e Alvim (1997) acerca dos angariamentos de mão-de-obra para compor a Companhia de Tecidos e repartições adjacentes, ambos empregam a noção de “aliciamento direto”.

O aliciamento direto é feito por um corpo de agentes da companhia, numa ampla área geográfica do interior de Pernambuco e estados vizinhos, de famílias aptas a atenderem a certas instruções de recrutamento recebidas pelos agentes, esta é forma socialmente vista como constitutiva da força de trabalho em Paulista segundo os depoimentos dos operários. (...) o aliciamento é, também para eles, a forma por excelência de constituição da força de trabalho da Fábrica Paulista. À maneira de um mito de origem, o aliciamento marcaria simbolicamente o começo do “sistema-paulista” em sua plenitude, com seus operários tutelados desde o interior pela companhia, antes mesmo de penetrarem no seu território. (LOPES, 1988, p. 39).

Vale salientar que este método convocatório e sedutor feito pelos agentes da fábrica, induziam o acalento de diversas famílias que deixaram tudo para trás, despertando na imaginação dos recrutados em “dias melhores”. Rosilene Alvim, fazendo uso da História Oral, ao entrevistar aposentados, filhos e netos de trabalhadores da Fábrica Paulista, revela em suas reflexões a singularidade do aliciamento direto, visto que, as grandes levas de camponeses vindas para Paulista eram iletrados¹⁰⁵.

que caracterizam os processos sociais subjacentes à assim chamada “acumulação primitiva”, o aliciamento cria seu próprio mercado de trabalho, e um mercado de trabalho peculiar de uma “fluidez” obstaculizada pela imobilização da força de trabalho através da moradia”. LEITE LOPES, 1976, p. 184-191, apud LEITE LOPES, 1988, p. 40.

¹⁰⁵Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), série regional, parte IX - Pernambuco, tomo 1. CENSO DEMOGRÁFICO, População e Habitação, p. 196. (

No processo de aliciamento direto realizado pela companhia, os agentes utilizavam-se, segundo as histórias de vida de diversos informantes, e segundo o anedotário consensual da cidade, do recurso ao anúncio messiânico de uma terra prometida: Paulista era a “terra das montanhas de cuscuz” e dos “chafarizes de leite”. Quem estaria por detrás desta terra prometida? O próprio mote aliciador profético dos agentes traz, por detrás de uma natureza tão pródiga proporcionando montanhas de cuscuz, os indícios de um sistema social, uma organização urbana que instala chafarizes, mesmo sendo eles de leite. (ALVIM, 1997, p. 18).

A definição que empregamos nesta reflexão, difere um tanto da noção dos estudiosos supracitados acima, a ideia que utilizamos para a discussão foi o de recrutamento ao invés de aliciamento. A definição utilizada pelo teórico Stanley Stein¹⁰⁶, em suas discussões sobre a evolução da cultura têxtil no Brasil e sua expansão no campo industrial. Uma outra discussão tendo por base Stein, partindo do princípio da noção de recrutamento, os estudiosos Luiz Gustavo Bezerra de Melo¹⁰⁷ e Maria Clara da Silva Cavalcante¹⁰⁸ em suas respectivas dissertações de mestrado também se utilizaram de noções semelhantes de recrutamento quando se refere ao formato de angariar a mão-de-obra para a cidade-fábrica.

Um outro aspecto para não aplicarmos incisivamente a noção supracitado pelos estudiosos Leite Lopes e Alvim no que tange o angariamento da mão-de-obra no formato de aliciamento, será o marco temporal discutido por Leite Lopes para a abrangência e prática do aliciamento direto, pois, o mesmo se refere à execução da noção de aliciamento¹⁰⁹ a partir da primeira metade da década de 1930 até a segunda metade de 1940.

Os grupos familiares e indivíduos principiantes à lógica da cidade-fábrica, eram acondicionados em um espaço denominado de Chalé 2¹¹⁰, sendo distribuídos os membros das

¹⁰⁶STEIN, 1979, pág. 47.

¹⁰⁷ A Fábrica Têxtil do Paulista – História, Luta de Classes e Processos Trabalhistas: 1963 -1965. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020, p. 41.

¹⁰⁸ O (Re)Fazer da Cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

¹⁰⁹ Pudemos captar indícios escritos do processo de aliciamento na parte de “observações” no reverso da ficha padrão de “Registro de Empregados” mantida pela fábrica a partir de 1935 (ano de vigência legal dessa ficha padrão) numa amostra de tais fichas nos escritórios da fábrica: em algumas dessas fichas estão grifadas a lápis vermelho “Família nº X do ano Y”. Nesta amostra, aparecem fichas com tal inscrição, do ano de 1937 até o ano de 1948. No entanto, várias histórias de vida registram o aliciamento nos dois últimos anos da década 20 e no início dos anos 30. Por outro lado, os relatórios anuais da CTP aos seus acionistas, de 1949 e 1950, acusam a construção de novas casas nesses dois anos, podendo ter havido aliciamento ainda nestes anos, ou apenas o atendimento à “demanda reprimida” por casas, resultante do aliciamento de anos anteriores (LOPES, 1988, p. 39-40).

¹¹⁰ [...] os efeitos de ruptura com as suas condições anteriores de vida propiciados por uma outra “instituição” do processo de aliciamento: o depósito. Submetidas a um processo de recrutamento coletivo e mesmo massivo, as famílias aliciadas são colocadas provisoriamente em um alojamento coletivo, à espera de sua alocação no trabalho e nas casas da vila operária. Apesar de provisório, tal alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados a sua total dependência ao poder da administração da fábrica, desde a alimentação até a separação dos

famílias e indivíduos para variadas funções e atividades laborais¹¹¹ da Companhia de Tecidos Paulista e arrabaldes, e somente saíam do Chalé 2, quando estavam alinhados com os interesses da fábrica, ou seja, produzindo e expandindo os negócios capitalistas da “comunidade industrial”. Seguindo a discussão, das estudiosas Rosilene Alvim e posteriormente Maria Clara Cavalcante, em suas reflexões evidenciam que o espaço de subterfúgio e primeiras instruções disciplinares, “apesar de provisório, tal alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados a sua total dependência ao poder da administração da fábrica, desde à alimentação à separação dos membros da família no alojamento”¹¹². Os grupos familiares e indivíduos ao serem admitidos, logo eram surpreendidos, visto que, a oferta de um “país de cocanha” começa a se desfazer pelas entranhas de cada uma destas famílias e indivíduos. Diante disso, eles eram postos em um tipo de quarentena¹¹³, para purificarem-se e higienizarem-se dos “males” do campo, “durante a espera, todos tinham direito à alimentação diária e eram obrigados a ingerir doses de óleo de rícino contra vermes e outras doenças, era o famoso ‘purgante’” (ALCÂNTARA, 2006, p. 72).

“Quando ela (a companhia) trazia (trabalhadores pelo processo de aliciamento), dois ou três dias que passasse sem entrar no trabalho (o trabalhador), tava por conta da companhia, né. Enquanto não entrasse no trabalho. Depois que entrasse, que botava lá na casa dele, e no outro dia começava a trabalhar, pronto! Saiu do Chalé 2, não tinha mais direito a nada. Trazia, botava lá que nem bicho mesmo. Uma comparação: que o camarada traz o bicho de fora, bota lá no curral ali, tem a ração. Depois que ele saiu do curral, aquela ração acabou-se. Mesmo assim era a companhia. Trazia operário e botava lá no Chalé 2, que era o depósito de botar gente do interior. Então, dois ou três dias que passava ali não faltava nada: carne de charque, feijão, era até de comer a carne pura. (...)”

-Tinha refeitório?

-Não tinha refeitório não. A gente comia até na mão mesmo, sentado por riba das camas. A comida era próprio nas mãos, era assim mesmo.

-Era assim como um hospital?

-Era assim como hospital mesmo. É.

-Uma sala grande cheia de cama?

Sim. E hoje é hospital lá. Hoje é um hospital mesmo. Casa de Saúde. Pois bem. Aqueles dois ou três dias que a gente passava lá no Chalé 2 era por conta da Companhia. Agora, depois que a gente saía dali, que entregavam a chave da casa e mandava pra lá, saiu ali do Chalé 2, não tinha mais direito a nada”. (ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora). (LOPES, 1988, p. 50).

membros da família no alojamento, implicando, portanto, numa relativização inicial da autoridade do chefe de família. Este é aliás o único ponto no processo de aliciamento em que aparece uma imposição direta, pela fábrica, de uma separação física dos membros da família. (LOPES, 1988, p. 49).

¹¹¹ ALVIM, 1997, pág. 22 e 81 apud CAVALCANTE, 2017, p. 59.

¹¹² ALVIM, 1997, p. 177 apud CAVALCANTE, 2017, 59.

¹¹³ Se por um lado o depósito ou Chalé 2 poderia representar uma restauração em termos nutricionais para os trabalhadores que se encontravam numa situação de enorme carência material e de fome, já que a companhia cuidava da alimentação dos aliciados recém chegados, por outro lado, as condições de internação própria a este alojamento coletivo não deixam de transparecer, para os trabalhadores, à semelhança de tantos outros “desnudamentos” nos “processos de admissão” às “instituições totais”, sua face humilhante.” (LOPES, 1988, p.50).

Segundo as reflexões do José Sergio Leite Lopes e apontamentos de outros pesquisadores citados por Leite Lopes, como Goffman (1974) e Foucault (1979), a representação do depósito como um hospital, exemplifica este espaço discutido acima como um lugar de quarentena, na trajetória dos que migraram para a cidade-fábrica em busca de melhores condições de vida, espaço este que se assemelha às características das “instituições totais”¹¹⁴ no sentido específico da definição. As guarnições eram feitas e distribuídas coletivamente, alojando-os coletivamente também, sendo separados por sexo, as famílias recém-chegadas e indivíduos, homens, mulheres e crianças, estando submissos à Companhia de Tecidos Paulista, estarão às disposições laborais da Fábrica e assim serem redistribuídos nas vilas operárias. Segundo Leite Lopes, o depósito é assim um tempo de liminaridade, ou seja, um processo de “desnudamento”¹¹⁵, observado como um desmembramento as condições e práticas dos indivíduos e famílias advindas das áreas rurais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e adjacentes.

A configuração do processo de “desnudamento” se amplia preliminarmente à ação de recrutamento da Companhia de Tecidos Paulista, derivando da lógica de destituição das condições e permanências habituais, sendo um pressuposto para emigrar. Ainda se baseando nas reflexões do José Sergio Leite Lopes, existe uma intensificação do processo realizado tanto pelas “circunstâncias da partida e pela viagem, onde são tutelados pelos agentes, quanto pelo impacto da chegada no alojamento do depósito” (LOPES, 1985).

"Quem escolhia (o lugar onde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. 'Família Fulano de Tal!' Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: 'Cada um apresente a mão!' Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!'"

Olhava outro: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço! Aí olhava a minha mão grosseira que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de covoqueiro, né, ali era tudo cheio de calo. Ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar'. Pra manjar era o vigia, né. Pra pegar na

¹¹⁴Uma instituição total poder definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1974, p. 11-16).

¹¹⁵ Tal processo de desnudamento prévio significa a perda das condições de produção e de existência habituais de parcelas de grupos sociais, fazendo-os cair na classificação genérica da superpopulação relativa própria àqueles grupos sociais, seja de um campesinato, mais o menos livre localizado no agreste de Pernambuco ou áreas da Paraíba, seja das categoriais sociais submetidas à Plantation açucareira. [...] Se esse processo de desnudamento =, no sentido da separação dos grupos de trabalhadores aliciados vis à vis se seus bens, de suas coisas, de sua concepção de tempo, de suas condições usuais de produção e de reprodução social, é um processo prévio à ação da companhia, no entanto, o aliciamento só faz aumentar tal processo. (LOPES, 1988, p. 45).

ficha pra fazer desordem. Graças a Deus, dessa vez eles não me botaram não. Eu acho que não botaram porque cismaram, porque eu era da terra de Agamenon (Serra Talhada) e Agamenon era espinha de garganta (risos), não era espinha de garganta não, era uma barra de ferro na garganta dele (risos). Aí ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar'. Mas eles disseram: 'Não, nós vamos botar ele noutro serviço'. Aí ele disse: 'Então bota pras caldeiras'. Aí me botaram pras caldeiras. (...) Cada um que ele olhasse a mão. Era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo perguntaram em que eu trabalhava antes. Eu disse: 'Em todo serviço'. Quando me disseram que meu serviço era pra manjar, eu acho que eles pensaram que eu ia dizer que era (silêncio: gesto de apertar gatilho). (...) 'Não, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo'. 'Então vai pra caldeira'. Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: 'Ih! Esse aí vive da malandragem!' (risos). Ele queria de mão grossa. (risos)." (ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora) (LOPES, 1988, p. 51).

Corroborando com a discussão acima, seguidamente todo o processo de desnudamento, recrutamento e quarentena, os grupos familiares e indivíduos eram condicionados a um tipo de apresentação aos donos da Fábrica, principalmente ao Coronel Frederico João Lundgren. Um relato da ex-tecelã da CTP Isabel Maria dos Santos, no documentário "Tecidos e Memória", reproduz com detalhes elementares experiências "pós-quarentena". Eram postos todos em filas horizontais, expondo alguns membros do corpo, era primordial o ritual da análise das mãos, o Coronel Frederico Lundgren passava vistoriando e se comunicando com os seus subordinados "se era mão grossa, dizia é trabalhador [...]. Mas, a gente não tinha mão grossa, não, porque a gente já veio do interior para não trabalhar no corte da cana, né, lá no campo. Mas passamos, todo mundo passou"¹¹⁶. A narrativa da ex-tecelã Isabel Maria dos Santos, traz luz à análise nos asseverando que este processo frente ao Coronel Lundgren, era comum a todos os indivíduos e grupos familiares (CAVALCANTE, 2017). Apesar disso, é necessário pontuarmos a importância das personalidades dos industriais na construção do imaginário dos que residiam na cidade-fábrica de Paulista e das peculiaridades paternalistas e patriarcais, superintendendo e dominando todas as extensões da cidade fabril.

Mecanismos como os citados acima, poderiam ser potencializados e experimentados das mais diversas matrizes, pois os recém-chegados e futuros operários/empregados da Companhia de Tecidos Paulista possuíam uma finitude diversificada de origens. Por exemplo, alguns dos que vieram para a cidade fabril, labutavam em seus primórdios em suas propriedades, diferentemente de outros, pois, vislumbravam naquela situação apresentada e vivenciada¹¹⁷ um comparativo favorável as suas situações anteriores às suas chegadas em

¹¹⁶ Dona Isabel Maria dos Santos, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

¹¹⁷ O estranhamento da chegada em Paulista, conforme narrado por vários informantes, persiste no incômodo demonstrado em relação à "zoada" das ruas e fábricas. A submissão à jornada de trabalho fabril e à concepção de tempo subjacente à vida cotidiana numa vila operária, simbolizada pelo apito temporal, transporta o "inferno" de

Paulista. Neste ínterim, essa sustentação e gerência dos grupos familiares emparelhados e empregados¹¹⁸ da CTP, demonstra-nos em nossas reflexões ter sido um estratagema bastante expressivo para julgar que a cidade-fábrica seria um espaço de ressignificações para novas oportunidades.

Segundo Alvim e Cavalcante, a logicidade ampliada aos grupos familiares, se estabelece como força motriz e fundamentação para o recrutamento e empregabilidade, incorporando e distribuindo os grupos familiares nas vilas da fábrica. Logo após todos ou maior parte dos membros dos grupos familiares serem destinados às suas incumbências, a Companhia de Tecidos Paulista, providenciava e endereçava os imóveis de acordo com a funcionalidade e dimensão dos grupos familiares, a equação desses coeficientes poderia resultar em muitas famílias numerosas habitando (sobrevivendo) em residências minúsculas, em alguns casos poderiam ser obrigados a dividirem provisoriamente as humildes e residências operárias com outras famílias, ou seja, famílias numerosas ou não, coabitando¹¹⁹ com outras famílias. No entanto, segundo o relato de alguns ex-operários, relato este contido no documentário "Tecidos e Memória", à aplicabilidade de alguns critérios de distribuição eram permeados de entrelinhas e barganhas.

“Minha família toda é de lá. Agora, nós viemos trabalhar aqui por intermédio da Companhia de Tecidos Paulista. Ela sempre apanhava povo do interior para a gente trabalhar aqui. Eu vivi na casa de meus pais, mas trabalhava, dava duro, né, ajudava meus pais. Aí nós viemos, né, viemos tudinho, viemos três famílias para uma casa só, tudo do mesmo lugar, tudo dum sertão só. Tudo família.

A gente trabalhava assim, na agricultura, a gente trabalhava pra papai, que ele ganhava terra, trabalhava até de ganho para apanhar algodão, essas coisas, né. Antigamente o meu poder de trabalho posso dizer que desde a idade de oito a nove anos que eu trabalhava, trabalhava demais até. Trabalhava, vim prá cá e ainda continuei trabalhando. No interior eu vivia uma vida pesada, uma vida cansada, que eu trabalhava até pra queimar forno de cal, eu garota, trabalhava pra fazer aquelas pedras, pra ganhar, pra comer né, eu era pequena. Aí vim pra cá, eu ainda ia fazer doze anos, foi quando eu entrei aqui, com doze anos.

(...) Eles (os agentes) diziam que Paulista era bom, era lugar que o pessoal podia trazer as pessoas pra trabalhar, dizia que Paulista tinha até um rio de leite. Era, dizia até isso, dizia que ganhava bem que a Companhia dava casa. No interior a casa ninguém pagava mesmo não. Em 46, no ano que eu cheguei aqui.

(...) Uma família que viesse, já tinha mandato deles (dos patrões). Quando vinha, tinha um sobrado velho, que hoje é o Chalé 2, hoje é o hospital, aquele chalé ali, ali era o convento, (grifo meu), para aquelas famílias do interior. Quando as famílias do interior vinham, ficava tudo naquele chalé. A companhia dava cama, dava tudo, deixava aquele pessoal ali até arrumar casa. Nós ficamos lá, aí ele arranhou casa, essa casa grande pra gente, para três famílias, uma casa de três quartos, e deixou a gente

dentro da fábrica para a tristeza da vida. Essa passagem era traumática para o mundo da fábrica, marcada por dificuldades na reprodução das condições materiais e culturais [...] (ALVIM, 1997, pág 62 e 64.)

¹¹⁸ No caso de Paulista e no de outras vilas operárias têxteis, o recrutamento de famílias faz parte de uma política de mobilização da força de trabalho que implica em buscar no grupo familiar o fornecimento da mão-de-obra necessária à indústria, articulando família e trabalho numa relação de dominação particular (ALVIM, 1997, p. 13).

¹¹⁹ ALVIM, 1997, p. 66.

ali, depois que ele deixou a gente ali, aí é que foi empregando o povo e aquele povo que ele empregava já ia dando casa, cada um ganhava a sua, entendeu. Aí terminou ficando a gente só na mesma casa, que a gente veio. E, continuou assim, para as três famílias que estavam lá, ele deu casa.

(...) Eram três famílias numa só, né, entre tios, primos, três famílias unidas, né, vivia tudo direitinho em casa. Porque tem família que não tem união, viemos três famílias num caminhão só. Quando nós viemos morar aqui na rua nova, não tava ainda terminada, ainda faltava piso que não deu tempo determinar, e nós ficamos numa casa só. Aí depois é que a companhia deu casa para três famílias, porque era muito pequena, que não podia aquelas três famílias ficar numa casa só, aí depois a companhia foi e deu casa para cada oito pessoas com seu chefe. A família de mamãe que ficou comigo, era mamãe, Irene, Severina, Maria, Antônia, José, Josefa, tudo isto era família de irmão e irmã. Meu padraço Sebastião, outra neném novinha que nós saímos de lá, com poucos tempos ela morreu aqui, isso era minha família. Agora temos primos, tios, parentes de pai, parente de mãe, aí a companhia deu casa para cada um, e cada um procurou seu setor, né. E, todo esse pessoal trabalhou.” (ALVIM, 1997, p. 68).

Uma outra discussão, partindo do princípio os grupos familiares de trabalhadores/operários, corresponde à ênfase dada pela CTP à “mão-de-obra familiar”¹²⁰, pois era entendida pelos trabalhadores/operários, como uma demonstração de “consideração às famílias”, além disto, era visto como composição de encadeamento social que liga às esferas do trabalho e família. Segundo as reflexões da Rosilene Alvim, a construção da classe operária formada na cidade fabril, segue uma cadência que é acrescida pelos laços familiares e organização da própria fábrica, por uma ótica de análise, a relação de dominação é explorada para/atravs da família, pois, a mesma é usada “estrategicamente para domesticação da força de trabalho”¹²¹, em contrapartida, existia uma parcial legitimidade que operários/trabalhadores conferem a este formato de dominação. Embora os trabalhadores/operários vivessem numa relação social autoritária, coronelista, despótica na qual as ambições dos industriais seriam a instância de deliberação incontestável, validando nessa relação a deferência da família e os interesses e oportunidades de trabalho para seus pares e consequentemente os privilégios e patronagens.

Alguns dos “privilégios” que perpassam os grupos familiares são mencionados por Rosilene Alvim como os “caprichos dos coronéis”, ou seja, os diversos relacionamentos dos coronéis com as operárias, tendo-as filhos com industriais donos da Fábrica, os irmãos Lundgren, sendo mantidos e protegidos os filhos bastardos, junto com suas respectivas mães, através do regaço da alimentação e moradia. Segundo Alvim, “o fato dos coronéis serem celibatários (ou viúvo, no caso do Coronel Frederico), faz com que, segundo as regras do ‘direito local’, nenhuma mulher seja vista como menos legítima na medida em que todas são classificadas como ‘mulher do coronel’, não havendo, portanto, uma hierarquia entre os filhos legítimos e ilegítimos”. Segundo os trabalhadores, os coronéis, “mandavam feira, davam casa, ô xente! Ser mulher de coronel era muito bom... Não era largado na rua... Essa bondade

¹²⁰ ALVIM, 1997, p. 25

¹²¹ (FOUCAULT, 1987, p. 143-154)

eles tinham... E quando não queriam mais, eles mandavam casar, ajeitavam a vida. Não ficavam na rua, como acontece com muitas”. [...] Por outro lado, este capricho de rico particular dos Lundgren, aparentemente irrelevante enquanto idiossincrasia lateral de uma forma de dominação mais geral, é, para os trabalhadores, um elemento importante de identidade do patronato e da forma de dominação a que estão submetidos. De uma certa maneira, este capricho compõe um conjunto de outros caprichos, como o gosto patronal pelo turfe, com criação própria de cavalos de corrida; a criação de galos de briga; o estímulo a atividades carnavalescas e a festividades locais que identificam o padrão composição de sucesso; sucesso este que de certa forma se estende para a localidade e seus habitantes. Tais particularidades, de fortes conotações simbólicas, tornam-se aos olhos dos trabalhadores como que indissociáveis de seus negócios no ramo têxtil. O sistema de patronagem permite que o patrão, ao distribuir bens, serviços e proteção a seus clientes, exija em troca a contrapartida do que foi distribuído. Evidentemente, num sistema desses, as relações são fortemente personalizadas e este aspecto é que me parece particularmente importante no caso de Paulista. (ALVIM, 1997, p. 25-27).

Ampliando a discussão do não-trabalho, cotidiano e vivências dos trabalhadores/operários da cidade fabril de Paulista, é possível conferenciar que no seio de um único grupo familiar, o exercício e distribuição de algumas atividades se estendem em múltiplas faixas etárias, desde os pré-adolescentes¹²², provavelmente entre as idades de 10 anos aos 12 anos, se estendendo até os mais idosos¹²³, nos mais diversos condicionamentos morfofuncionais.

No entanto, determinados trabalhadores/operários que se apresentava minimamente letrados e com dada qualificação, poderiam ser recrutadores autonomamente de seus grupos familiares, a despeito de comporem uma fração certamente muito minúscula das famílias vindas a Paulista. A exiguidade de trabalhadores/operários para desempenhar ofícios especializados,

¹²²As “crianças” não enviadas para a fábrica podiam ajudar ao chefe de família no roçado, ao mesmo tempo em que este, quando não muito distante da casa, também permitia à mãe o exercício de tarefas não específicas ao cuidado da casa, como criar galinhas, porcos, etc. (ALVIM, 1997, p. 106).

¹²³A concepção dos roçados aos “velhos” pais de família traz vantagens adicionais à CTP: além de ser parte importante da “moral do trabalho” que a companhia procura incutir em seus trabalhadores, os roçados-operários dos “velhos” incorporam-se às atividades agrícolas em terras mais afastadas da fábrica, e que abastecem a feira a preços administrados. Esses roçados passam a ter seus produtos também canalizados para a feira, após completarem o consumo doméstico do grupo familiar, ou a ser objeto de dons e de um pequeno comércio na vizinhança. Os roçados-operários dos “velhos” ajudam assim a legitimar a companhia por dois lados, através da construção de uma “moral do trabalho” e através de um contexto de fartura visto como constituído por diferentes fontes de produção agrícola em Paulista, desaguando em uma feira barata ou vindo diretamente do roçado para a cozinha. [...] Os trabalhadores marcam o término dos roçados das vargens e, dos roçados dos velhos com a morte do Coronel Frederico (em fevereiro de 1946). Também os roçados dos sítios da companhia, que abasteciam a feira a preços mais são desmantelados, no decorrer da década de 50, por ação da companhia, temerosa da indenização de benfeitorias e reivindicações de posse da terra por trabalhadores rurais. A expulsão destes camponeses das terras da CTP se faz por intermédio de pressões, incluindo o uso da violência por parte de vigias armados (LEITE LOPES). [...] A organização, pelo chefe de família, “velho” para o trabalho fabril e anteriormente ligado à agricultura, desse trabalho familiar que atravessa não somente o roçado e o pequeno comércio, mas também a fábrica, pode fazer-se de maneira mais bem sucedida a menos traumática, quando o “velho” chefe de família tem como base para tal organização do trabalho familiar, a concessão estável de um roçado. Dentre as áreas que mais concentraram grupos operário-camponeses, e que resistiram às pressões da companhia no decorrer dos anos 50 e 60, destaca-se o já mencionado grupo camponês de Jaguaribe. Nesta localidade, onde a CTP não detém a propriedade da terra, forma-se um grupo camponês-operário, possuindo roçados, sítios e filhos na fábrica [...]. (ALVIM, 1997, p. 104-407).

inclusivamente, incentivaria inúmeros proprietários da esfera industrial a construírem as vilas operárias como método para consolidar a mão-de-obra operária¹²⁴. A cidade fabril de Paulista era parcialmente afastada da capital do estado, Recife, e estava distante da lógica infraestrutural de uma cidade grande, além da necessidade do “controle e disciplina dos trabalhadores/operários”¹²⁵, aproximara-os e fixara-os, era fundamental para a grande produção têxtil da CTP, por conseguinte, incluía desde os operários mais especializados, até os trabalhadores/operários mais modestos.

A grande maioria dos operários que eram incorporados nas fábricas Velha e Aurora, ambas, parte do núcleo fabril da Companhia de Tecidos, adentrava para aprender algum ofício de alguma parte da fabricação. O enfoque vislumbrado por este prisma era relatado pelos operários como "positivo". As fábricas Aurora e Velha e o corpo administrativo das mesmas, se configuravam como uma espécie de espaço de instrução e aprendizagem, especialmente para os pré-adolescentes e adolescentes que eram logrados ao corpo de operários das distintas fábricas. Esse caráter peculiar de instrução e aprendizagem dos ofícios fabris parece corporificar-se a um discurso argumentativo em salvaguarda à normalização do trabalho infantil. Essas práticas e argumentação eram abrangentes antes da construção e composição do sindicato dos operários e trabalhadores de Paulista no ano 1942, no tempo posterior ao sindicato, os embates dos discursos e práticas viriam à tona. Os empresários industriais, particularmente, assenhoreavam sobre as produções, tramitações e deliberações de documentos cartoriais¹²⁶ de Paulista, como nos aponta Leite Lopes, esse domínio dos documentos oficiais e cartoriais da cidade, possibilitaria e facilitaria uma produção no campo documental que beneficiasse os próprios interesses dos industriais e companhia, desta forma, as idades e acidentes dentro dos muros da fábrica seriam facilmente alterados ou desconhecidos. A fábrica

¹²⁴A ideia de uma melhor habitação operária através da racionalização técnico-econômica e administrativa estava ligada às preocupações de uma maior disciplina e produtividade no trabalho e uma aceitação conformista da ordem social vigente. A habitação popular e operária, que desde o final do século XIX e início do XX se constituía em negócio lucrativo para a iniciativa privada com o aval dos poderes públicos, que via de regra legislaram de modo a legalizar e ordenar o que se estabelecia e fato, passava com o tempo a constituir “momentosa questão” em diferentes foros, sendo sua “solução racional” preconizada por muitos, às vezes com a explícita intenção de controle social sobre o operariado que se pretendia segundo os dizeres anarquistas, domesticar. (DECCA, 1987, p. 67-68).

¹²⁵ Com a criação do sindicato têxtil e ascensão do movimento operário, os trabalhadores burlaram a histórica tentativa de controle operário.

¹²⁶ [...] A companhia que produzia o seu próprio “campo documental”. Era diante do Registro Operário que muitos trabalhadores inauguravam sua individualidade documental, individualidade esquadrinhada nas fichas mantidas pela fábrica antes da obrigatoriedade por lei das fichas padronizadas de “Registro de Empregados” (essas fichas anteriores às de 1935 não existem mais nos escritórios da fábrica). No decorrer dos anos 30, com a pressão exercida pela fiscalização trabalhista sancionando as já promulgadas leis e regulamentações, nos cinco primeiros anos dessa década, a dos dois terços”, a do trabalho do menor e da mulher, a da jornada de trabalho de 8 horas, a da carteira profissional, a de férias, a do registro de empregados; o “campo documental” da fábrica tem que adequar-se ao campo nacional de identificação individual. (LOPES, 1987, p. 60.)

no sentido do espaço de instrução seria como uma espécie de escola formadora de ofícios dos membros dos grupos familiares. Não deixando de pontuar, entretanto, que as vivências dos infantes paralelas ao mundo do trabalho, era uma realidade cotidiana, nas duas distintas esferas refletidas ao longo da discussão, logo, se torna uma realidade tanto na esfera do mundo rural, com as vivências do campo das diversas pessoas vinda para Paulista, quanto à permanência na cidade fabril com o trabalho urbano.

Diante disso, a CTP, conseqüentemente, desenvolvia, dentro da estrutura social da cidade-fábrica, um grupo de médio porte que integraria a força de trabalho especializada, e presumivelmente com um dispêndio bastante inferior para a fábrica, além disto, a familiaridade entre mundo do trabalho e a vida privada, possibilitaria a "manutenção dessa força de trabalho nas fábricas da Companhia" (CAVALCANTE, 2017). Podemos considerar o núcleo fabril de Paulista muito mais que um conjunto de várias vilas operárias, seu seio era nutrido com maior grau de complexidade, pois, se aproximava de uma estrutura completa de cidade, entretanto, uma cidade que determinava suas territorialidades¹²⁷ fundamentada no poderio disciplinador executado pelos empresários industriais e na hierarquização dos espaços da cidade, a partir das fábricas, demarcando perímetros das vilas, casas, clubes e etc.

Dessa forma, podemos perceber que as diversas formas de recrutamento dos trabalhadores e sua inserção no espaço fabril buscavam estabelecer uma disciplina bastante rígida, que perpassava toda a sua vida em torno do espaço da cidade-fábrica. Veremos agora em maior detalhe como isso se colocava no plano dos espaços de moradia¹²⁸.

2.3. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS: Moradias e Relações de Trabalho.

Os preenchimentos e fracionamentos dos espaços se organizavam a partir de algumas óticas predeterminadas discutidas anteriormente. A despeito de viverem no “mesmo lugar”, os trabalhadores/operários mais especializados em funcionalidades da fábrica conseguiriam obter os espaços de moradia com melhores e maiores mobilidades, em pontos mais amplos e centralizados, e os que são oriundos de outros países, os estrangeiros, para compor o corpo de trabalhadores/operários, tanto nas funcionalidades administrativas tanto quanto nas funções manuais mais sofisticadas, ou seja, nas manutenções e operações dos maquinários importados,

¹²⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em representações sobre territorialidades. Saeculum - Revista de História [16], João Pessoa, jan.jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11370>>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

¹²⁸ Anexo 13, 14 e 15.

estes estrangeiros, possuíam uma diferenciação e “hospitalidade” ainda maior que os outros trabalhadores/operários.

Os trabalhadores/operários da mão-de-obra comum, em contrapartida, eram designados para as vilas da Companhia, sobrevivendo com seus grupos familiares numerosos, em ambientes minúsculos e insalubres.

No entanto, um ambiente mais arborizado, de fácil mobilidade, compostos de chalés e casas em dimensões maiores seria reservado para os dirigentes, técnicos, mestres e contramestres. Um desses ambientes singularizados está um tanto mais distante das fábricas, eram os casarios da vila do Alto Sumaré. Os casarios eram arquitetonicamente maiores em suas extensões, possuindo dois andares, não sendo casas geminadas, como podemos observar e comparar nas vilas operárias de trabalhadores/operários comuns, logo conseguimos objetivamente analisar a hierarquização dos espaços de moradia e as desigualdades sociais através das vivências dos diversificados e considerados, protagonistas e coadjuvantes, das variadas realidades dos trabalhadores/operários da cidade-fábrica de Paulista.

"Arquitetura de vigilância, reproduzindo na construção das vilas operárias a estrutura hierárquica e despótica presente no interior da fábrica. Também aqui o modelo inglês parece referenciar o projeto arquitetônico dos industriais no Brasil: as casas são dispostas em torno da fábrica, ou, ao contrário, são circundadas pelas instalações da fábrica. Nos dois casos, uma disposição panóptica: maneira pela qual a arquitetura, a partir dos princípios de Bentham, pôde resolver o problema de permitir a um só olhar, vigiar e controlar o comportamento de muitos, fazendo com que a própria ideia de um olhar atento e vigilante ininterrupto fosse internalizada pelas pessoas. [...] A aquisição das casas e sua própria construção material hierarquiza-se de acordo com critérios estabelecidos na organização do processo produtivo. [...] A maior parte das vilas possuía internamente casas de tipos e tamanhos diferentes, diferenciando-se de acordo com a categoria dos operários. (RAGO, 1985, p. 187).

Dos maiores casarios às residências mais humildes das vilas, os mais diversos estilos e tamanhos podiam ser vistas. As residências em pedra e cal poderiam possuir dois ou mais dormitórios, e a localização seria bem mais privilegiada. De mesma maneira, diversos trabalhadores/operários permaneciam residindo em casas de taipas ou mocambos. No entanto, apesar de encontrarmos uma vila bem mais simplória, nas primeiras décadas do século XX, apresentando um formato mínimo de moradia higiênicas, os mocambos foram os espaços de habitações para muitos trabalhadores/operários. Além dos mocambos serem um pouco mais distanciados das fábricas, e próximas de roçados e vargens, as residências de taipas tinham um menor dispêndio para os operários das fábricas Velha e Aurora. É a partir da década de 1930,

com a campanha da “liga social contra os mocambos¹²⁹”, que medidas higienistas no campo das habitações operárias vão apropriar-se de configurações diferentes.

"Meu pai veio pra uma casa comprada. Quando ele veio morar aqui ele comprou uma casinha no Nobre. Quer dizer, era mocambo, casa coberta de capim. Lá na Rua da Linha. Comprou por 250 mil réis. 250 mil réis na época era um bom dinheiro. Ele morou pouco tempo na casa. A companhia mandou construir casas perto. Quer dizer, derrubar os mocambos para, no mesmo lugar, construir. Então deu 50 mil réis pela casa que a gente tinha comprado por 250! Então ele ficou com 50, e tinha dado 250. Tinha que vender, tinha que desocupar. E eu emperrei um pouquinho, mas foi construindo, construindo, quando chegou perto, avançando o alicerce, quando tinha a casa já pertinho: 'Você tem que sair, coisa e tal'. Aí eu pensei. Eu posso é fazer isso, construir uma casa nesse canto. Mas não sei onde é que a companhia vai construir as casas todas. Eu peço um lugarzinho aqui, ela dá, e quando é depois, vai pedir e botar pra fora, pra construir nesse lugar. Que ela construía por qualquer lugar, né. Eu vou é morar logo numa casa da companhia. Porque fico livre disso. Então saímos do mocambo livre, e fomos morar numa casa da companhia, de mocambo também, né. Mas quando veio gente do interior, sai da casa pra morar aqui (no bairro em que atualmente mora, o bairro do Catolé) pra vir gente que se chamou do interior. Pra morar na casa. Enquanto acaba de construir outra casa. Que ela construiu pra botar gente de fora, né. Aí ela me deu outra casa aqui no Catolé, de 25 (1925) em diante. Passei dois anos por lá assim e desde 25 que eu moro no Catolé. Mocambo também, era aliem cima, não tem mais nada também. Aí quando construíram essa casa aqui, passei ainda muito tempo lá no mocambo. Mas depois que construíram essas casas de telha, então acharam de condenar os mocambos. Não consertar mais mocambo nem cobrir, nem nada, né lá pedir pra cobrir: 'Não, não se cobre, está condenado'. Bom, e eu pagando aluguel. Nesse caso, ora, também passei né, passei a morar na Rua São Bento, passei um mês lá, depois voltei pra cá. Estou aqui desde então. (...) Quando eu cheguei aqui, tinha mais era mocambo. Tinha casa de telha, mas lá no centro. Aquelas casas ali da rua Nova, ruado Sol, Comércio (ruas de Paulista com nomes idênticos a ruas do Recife). Aquelas ruas de lá. Mas essas ruas aqui de fora, aquelas ruas lá no Nobre (bairro) não tinha nada disso. Só era mocambo. Nas casas de telha moravam os empregados, os chefes, e tinha alguns operários, mas as casas eram poucas, né. E havia também, a princípio, muita facilidade de mocambo particular, depois foi que a companhia entendeu de querer todas as casas alugadas, né. Quem morasse aqui, tinha que pagar aluguel pra companhia. Agora, tem aí, por aí, gente que ainda tem mocambo próprio. (Risos). Que inteirou, ainda está mocambozinho. Muitas pessoas por aí que ainda estão dentro de um mocambozinho, consertando, ajeitando, seguravam. E alguns também que ficaram, mesmo depois que a companhia comprou e não quis mais consertar, mas as pessoas vão sempre consertando, sabe, morando e ajeitando, e ajeitando, e sem sair. Sendo da companhia, pagando aluguel, mas seguram. Quer dizer que tem algum beneficozinho, lugarzinho mais fácil pra plantar, pra criar um bicho, uma coisa pra criar, pra buscar um pau de lenha, uma coisa, e por isso não querem sair

¹²⁹ [...] Ao longo de toda a década de 30 é operado o ideário da casa higiênica no interior das camadas populares, é somente em 1937, com a instituição da Diretoria de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura, pelo interventor estadual Agamenon Magalhães, que uma campanha sistemática de combate aos mocambos é organizada, ao lado de demais políticas assistencialistas, de enquetes socioeconômicas e de propaganda anticomunista. Como uma questão de “destino da terra e das instituições”, “lutar contra o mucambo é lutar contra o comunismo. Porque todo o mucambo é uma célula de descontentamento. Por isso a luta contra o mucambo precisa do apoio de quantos sentem a necessidade de defender o organismo social das investidas dos inimigos do regime”. A campanha de erradicação retoma mais uma vez, como suporte de suas ações discursivas e não discursivas, o aspecto tecnológico do mocambo, só que agora destituído de seus valores positivos e redefinido precariamente. Tem andamento assim um movimento mais denso de reeducação e assistência como parte de uma estratégia de estabilização política e construção de legitimidade para o Estado. Destruir os mocambos, construir as vilas populares, educar para a moralidade doméstica, a disciplina do trabalho e a harmonia social estavam imbricados na campanha humanitária. (LIRA, José Tavares Correia de. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), p. 733-753).

do lugar que estão e ter mais despesas, né." (Depoimento do velho operário João Lins, que inicia sua vida fabril em 1923). (LOPES, 1987, p. 129).

Corroborando essas informações, a operária dona Isabel Maria dos Santos dizia:

Se era uma família grande ganhava uma casa de três quartos. Se era menor, dois quartos e até de um quarto. E tinha mocambo. No tempo, eu ainda morei em mocambo, no Alto do Céu era casa de taipa, coberta de palha. Era mocambo mesmo. E aí o povo preferia que era mais barato, e as casa de alvenaria eram mais caras. (Dona Isabel Maria dos Santos, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão, apud CAVALCANTE, 2017, p. 61).

Para além da organização, os valores monetários eram altos frente ao perfil familiar/individual dos trabalhadores com mão-de-obra não especializada, desta maneira, não eram habituais habitações operárias de alvenaria nas maiores extensões de terras chamadas de roçados, onde a maioria dos trabalhadores/operários que ali residiam, cultivavam os bens alimentícios para o consumo da família, produtos alimentícios produzidos nas terras sob domínio da fábrica, e também para comercializar na feira formada no centro do município, controlada também Companhia. As vilas de casas operárias de alvenaria eram em sua maioria geminadas e precisariam ser padronizadas, por tamanho, formato e coloração. Todavia, por insubordinação e forma de resistir às interferências da Companhia em suas vidas privadas, alguns dos operários, residentes em algumas dessas habitações, pintavam suas residências de cores “proibidas”¹³⁰ pela administração. Infringindo as regras das habitações, como ato de resistência, era possível encontrar algumas casas no seio das vilas de cores diferentes, e até mesmo alguns símbolos e decorações¹³¹.

¹³⁰ Sobre a construção das casas da vila operária, vale salientar que a fábrica tinha sua olaria própria em Rio Tinto (PB). Quanto à questão do uso de cores não autorizadas pela Fábrica para a pintura das casas, vide a entrevista feita pela Maria Clara Cavalcante a Bernadete Gomes Serpa Lopes. (CAVALCANTE, 2017, p. 62).

¹³¹ ALCÂNTARA, 2006, p. 58-60.

Figura 18: Aspecto da vila operária no início da década de 1910.



Fonte: acervo FUNDAJ, Alexandre Berzin, 1911.

Na figura 18, podemos identificar os aspectos e as condições da vila operária em 1911, essas mesmas habitações operárias, eram oferecidas aos trabalhadores/operários da CTP. Ao analisarmos mais profundamente as primeiras vilas operárias da Companhia de Tecidos Paulista, vemos a precariedade na situação física/estrutural, ao começar pelas casas de taipas e cobertas de capins, não vemos a presença de pavimentações, ruas alargadas, enfim, as condições de moradias eram de um extremo desprovimento infraestrutural. A seguir, veremos as diferenciações nas condições das habitações operárias.

Figura 19: Aspecto da vila operária de Paulista, casas feita em alvenaria em 1920.



Villa Paulista da fabrica de tecidos do mesmo nome — Recife (Estado de Pernambuco)

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Commércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Volume V (1º parte). Rio de Janeiro, 1927.

Na figura 19, identificamos melhorias no aspecto infraestrutural das vilas operárias, habitações em pedra e cal. Vemos um formato diferente de habitações, em casas geminadas, de um mesmo estilo arquitetônico. Panoramicamente vemos algumas, porém, resumidas mudanças na estrutura física da cidade-fábrica. Ao olharmos na planície, vemos o conjunto de habitações operárias, estradas não pavimentadas, uma espécie de armazém ao lado direito das habitações, à antiga chaminé da fábrica velha (Arthur) e o prédio Administrativo da CTP. Nas figuras posteriores, mostraremos as habitações operárias de empregados comuns, roçado-operário e sua habitação, habitações de trabalhadores/operários da mão-de-obra especializada, técnicos, mestres, contramestres e residência dos empresários industriais.

Figura 20: Uma rua da vila operária e a porta de entrada da fábrica Artur (velha) em Paulista.



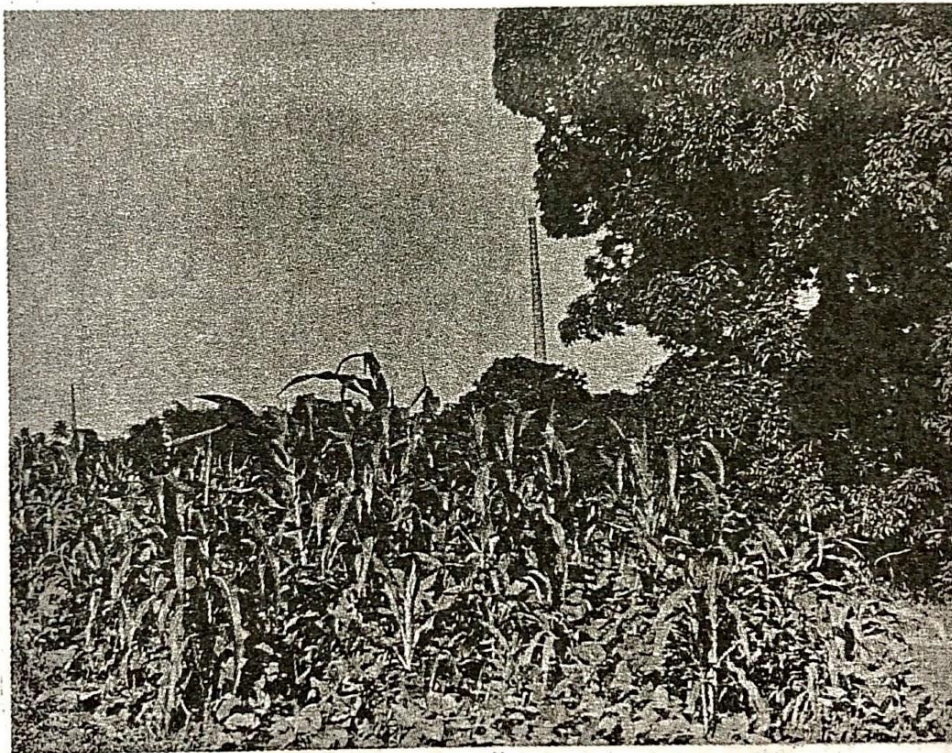
Fonte: fotografia sem data, porém, publicada no livro da Rosilene Alvim, 1997.

Figura 21: Aspecto de rua do denominado bairro do nobre, antiga vila de operários denominada pelo mesmo nome, Nobre. "As varandas e Basculantes são meios pelos quais os moradores de casas próprias distinguem suas casas da uniformidade dos arruados da vila operária"¹³².



Fonte: fotografia sem data, porém, publicada no livro do Sergio Leite, 1988, p. 268.

Figura 22: Representação de um roçado-operário



Fonte: fotografia sem data, publicada na tese do Sergio Leite Lopes, 1988, p. 269.

¹³² LOPES, 1988, p. 268.

As figuras 20, 21 e 22, nos demonstram a organização de vila destinada à mão-de-obra de baixa qualificação, ou seja, a mão-de-obra predominante nas fábricas. Para além, dessa organização de vila operária, com baixos recursos, podemos observar casas geminadas e de menores dimensões. Logo, conseguimos delimitar os denominados roçados-operários, ou seja, uma série de espaços às margens das vilas operárias de mão-de-obra comum, nos quais esses tipos de roçados foram destinados ao complemento alimentar de grupos familiares mais extensos, que produziriam dentro e fora dos muros das fábricas. Em parte, substancial das horas não formalmente trabalhadas nas linhas de produção, os trabalhadores e suas famílias eram compelidos a trabalhos complementares, voltados a garantir sua subsistência.

Já nas próximas fotografias, conseguimos vislumbrar as diferenciações dos espaços de moradias. Nesse segundo conjunto se ressaltam moradias voltadas a segmentos mais graduados dos trabalhadores e do corpo técnico e administrativo da empresa, sendo possível ver residências de maior porte e uma maior atenção aos aspectos de conforto e infra-estrutura urbana nesses casos.

Figura 23: Rua dos Chalés, Paulista-PE.



Fonte: Acervo particular de José Benigno do Amaral, 1948.

Figura 24: Registro de ângulo diferente da Rua dos Chalés.



Fonte: Acervo particular de José Benigno do Amaral, 1950.

Figura 25: Habitações operárias para mestres e gerentes da CTP, Paulista-PE.



Fonte: CORREIA; GUNN, 1996, p. 402, fotografia sem data.

Como já dito, as figuras 23, 24 e 25 são representações da rua dos chalés, uma vila operária destinadas aos técnicos e administradores da CTP. A figura 24 demonstra habitações

que pertencia aos mestres, contramestres e gerentes das fábricas. Pode-se perceber o melhor conforto urbano, a melhor infra-estrutura, o que garantia a reiteração das funções hierarquizadas no âmbito da empresa e da cidade-fábrica.

Figura 26: Vila Alto Sumaré



Fonte: Grupo dos estudiosos, biógrafos e memorialistas do Paulista: História e Memória, grupo do facebook, administrado por Dário José, Marcondes Andrade e Joca Lima, fotografia registrada pelo último administrador citado, Joca Lima, 2017.

A figura 26 apresenta-nos as configurações habitacionais destinadas aos trabalhadores/operários estrangeiros, que compunha a mão-de-obra especializada, engenheiros, técnicos e administradores, o espaço era conhecidamente como a “Vila Sumaré” ou “Vila dos Alemães”.

Figura 27: Residência dos empresários industriais, donos da Companhia de Tecidos Paulista.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A figura 27 mostra-nos a residência dos empresários industriais, donos da Companhia de Tecidos Paulista, conhecida como “casarão dos Lundgrens”. Segundo o bisneto do Arthur Lundgren, Anton Lundgren, a região frontal do casarão é pertencente ao antigo engenho do Paulista, e a região traseira de três andares, sem mencionar o sótão, parte subterrânea do casarão e uma residência anexa para empregados da casa grande, fora projetada e edificada no pós-administração da família Lundgren à frente da Companhia de Tecidos Paulista. As ampliações e reformas da residência dos Lundgrens, se dão entre os anos de 1916 e 1918, logo, é a partir de 1918¹³³, que a família Lundgren de fato se estabelece como residentes da cidade-fábrica.

Nestes espaços, as habitações¹³⁴ delimitam o lugar social dos indivíduos, desde os industriais, técnicos, mestres, contramestres, estrangeiros, empregados do setor administrativo e trabalhadores/operários comuns. Para além das habitações das vilas operárias, os lugares e condições que ambos estão inseridos, também fazem parte dos delineamentos e hierarquização dos espaços na cidade-fábrica. Concomitantemente, mesmo depois das políticas públicas em ratificação as reformas urbanas, com a liga social contra os mocambos, à ampliação das discussões e aplicações das mesmas reformas, na cidade fabril do Paulista, diferem do que

¹³³ Conselho da Família Lundgren, pág. 40, 2019.

¹³⁴ Anexo 18

alardeia Raul de Góes, nas suas propagandas em associação a infraestrutura urbana do município.

Distante do Recife umas três léguas, Paulista a esse tempo (nos primeiros anos do século) se apresentava ao observador como um lugar renegado do progresso, com a pequena fábrica de tecidos nos últimos arrancos da vida e uma miserável população, subnutrida e doente, alojada em palhoças. [...] Herman Lundgren, ao ficar de posse de Paulista, com a quase dismantelada fábrica de tecidos, em 1904, tratou logo de melhorar as condições de vida daquela gente e determinou que seus filhos se pusessem à frente do empreendimento, com a sua supervisão. A primeira medida foi a construção de uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojavam o operariado e suas famílias. [...] A pequena e atrasada fábrica de tecidos de antigamente, se transfigurara sob sua direção (de Herman Lundgren) e possuía, agora, um aspecto bem diferente. Os incríveis casebres e mocambos, testemunhas vivas da miséria e do desamparo do pequeno conglomerado obreiro que Lundgren ali encontrara, tinham cedido lugar a uma simpática vila de tijolo e de telha; as máquinas obsoletas e seu rendimento foram logo substituídas por maquinismos modernos, diretamente importados da Inglaterra. [...] A atividade de Lundgren nessa marcha compassada e incessante, servia também para estimular os outros industriais de tecidos que, seguindo-lhe os exemplos, procuravam melhorar as suas instalações e dotar os seus operários de condições de vida mais favoráveis." (GÓES, 1964, p. 73-76).

Compreendemos através de fontes documentais e orais que Paulista ainda estava a passos distantes do “progresso e modernização” ostentada por Góes, fazendo frente a esta política pública de reformas infraestruturais, segundo a estudiosa Laurita Alcântara “as casas da vila fabril, como as antigas, não tinham saneamento básico. A água era tirada de cacimbas ou da levada de água de beber (desviada do rio Paratibe), com vigilância mantida pela CTP em cada quarteirão”¹³⁵. O Saneamento básico também era uma problemática que se avultava diante das vicissitudes das vilas operárias, região central e mais ainda nos arrabaldes do núcleo fabril, “nas casas mais simples, os aparelhos sanitários estavam localizados em quatinhos no quintal, e, em alguns lugares, era de uso coletivo para as famílias. “Os aparelhos sanitários eram chamados de latrinas, nas ruas principais eram construídos em estilo rústico, em forma de quatinhos no quintal, com fossa atrás ou de lado”¹³⁶, Laurita Alcântara continua descrevendo as más condições estruturais no interior das vilas operárias, “nas outras ruas não havia os quatinhos e, quando eram construídos, eram de uso coletivo a duas ou mais famílias”¹³⁷. O acúmulo de grupos familiares em algumas das habitações operárias, trazia grandes prejuízos sociais e sanitários para estes trabalhadores/operários, “a violência simbólica decorrente da

¹³⁵ ALCÂNTARA, 2006, p. 74.

¹³⁶ ALCÂNTARA, 2006, p. 75.

¹³⁷ ALCÂNTARA, 2006, p. 75.

imposição da presença de outra família na casa dos operários como demonstração extremada adicional de sua dominação sobre a esfera doméstica dos trabalhadores”¹³⁸.

Os serviços de saneamento básico e energia não alcançavam todas as zonas e extensões da cidade fabril de Paulista. Apesar dos relatórios da CTP, declarando Paulista como uma Vila Higiênica, a sua composição em grande maioria não representava aos boletins descritos em relatórios¹³⁹ e nas publicidades.

Em matéria das fontes energéticas da cidade fabril de Paulista, com o transcorrer dos anos, o núcleo fabril junto às fábricas da Companhia de Tecidos em Paulista, necessitaria de modernizar sua fonte de energia, pois com as aquisições de novos maquinários, reformas urbanas para benefícios de determinado grupo social, deveria modificar a principal matriz energética. Até essa ocasião, a primária fonte energética era proveniente da queimação de matéria-prima vegetal, (energia a vapor), assim sendo, nutria as máquinas das fábricas. Essa mesma energia utilizada nas fábricas, da mesma forma, era distribuída e consumida na iluminação dos espaços centrais de Paulista e dos estabelecimentos públicos e privados, com anuência da Companhia, como a Igreja Católica Santa Isabel Rainha de Portugal, a prefeitura, o teatro, os cinemas, as escolas e a Policlínica. A distribuição dessa mesma energia, também se ampliava para o casarão dos industriais, chefes da CTP, técnicos da mão-de-obra especializada, para as habitações operárias dos estrangeiros e alguns “protegidos” dos donos da fábrica. “A luz só tinha na casa dos alemães porque a nossa energia era a própria fábrica. A casa dos operários era candeeiro. Queimava-se carvão¹⁴⁰”.

O seu Bené, ex-empregado da casa grande como um dos cozinheiros, relatou no documentário "Tecidos e Memória", que a lenha e o carvão eram as principais fonte de energia nas residências dos trabalhadores/operários. Nesse ínterim, com a hierarquização dos espaços da cidade-fábrica, as vilas operárias e roçados de trabalhadores/operários comuns, a energia elétrica apenas seria transportada para esses recantos, com “a chegada da iluminação da energia CHESF, inaugurada em 1959”¹⁴¹. No entanto, segundo as diretrizes do plano regional, elaborado por Antônio Bezerra Baltar¹⁴², publicado na Folha da Manhã S/A em 1951, as projeções e alterações das matrizes energéticas começaram a ser executadas. Desta feita, o

¹³⁸ LOPES, 1987, p. 240.

¹³⁹ A fábrica construiu uma civilização no Estado, tendo 4 mil casas, água, luz, cinema, parques de diversões, hospital, teatro, igrejas, toda uma cidade, enfim, com os rumores, os hábitos, os divertimentos da vida urbana. (Folha da manhã, 28 de janeiro de 1939).

¹⁴⁰ Seu Bené, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

¹⁴¹ ALCANTÁRA, 2006, p. 72.

¹⁴² SOUZA, Roberto Silva de. TERRITÓRIO MUNICIPAL DE OLINDA (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife. Tese de doutorado em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife: 2011.

decreto¹⁴³ que autorizaria a Companhia de Tecidos Paulista a construir no município de Paulista, uma linha de transmissão entre suas instalações fabris e a linha de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, e dá outras providências. Deste modo, as fábricas e maquinários passaram a operar-se com a força energética do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, e passos lentos, a cidade-fábrica de Paulista foi iluminada, nesse início as fábricas e as áreas centrais, depois as vilas dos técnicos, mestres e contramestres, seguimentos administrativos, em um momento posterior, as vilas dos trabalhadores/operários comuns, paulatinamente, os distritos e arrabaldes pertencentes do domínio de Paulista.

Para além das disciplinas de uma cidade fabril, as diretrizes das localizações, hierarquização dos espaços de moradias e espaços de usos, controle dos corpos e horários da vida privada dos indivíduos, nesse repertório de influência e domínio, outro mais se acoplava nessa listagem, seria o controle e distribuição de um dos bens comuns mais importantes para o cotidiano dos trabalhadores/operários de Paulista, à água. Era através da levada d'água (uma espécie de manancial) que a utilização desse bem era feita, tanto para ingestão quanto para consumir no sentido das condições higiênicas, desta feita, este espaço de uso comum era monitorado e regulado. Além das citações da estudiosa Laurita Maria de Alcântara, que nos traz o relato sobre o uso dessa levada e ressalta a sua importância no cotidiano dos trabalhadores/operários da Companhia de Tecidos, para além dos funcionários das fábricas, os ex-operários também fazem uso desse manancial.

Ao rastreamos a nomenclatura das ruas de município do Paulista, ainda iremos localizar a "rua da levada", que se encontra na região central da cidade. O estudioso Amaro Poeta enfatiza essa mesma vigilância e controle dessa fonte de água, pois a levada, como denominara, não somente supria as necessidades dos trabalhadores/operários das vilas em seu entorno, mas a própria casa grande dos Lundgrens e as fábricas Velha e Aurora, abastecia de suas águas como bem de consumo, como fonte enérgica para as inúmeras funcionalidades da casa grande e as fábricas¹⁴⁴.

Os estudiosos Bernadete Serpa e Amaro Poeta, através das suas respectivas narrativas literárias, afirmam que o aproveitamento da água da famosa levada, era uma alteração do curso do rio Paratibe, através de um escoadouro próximo ao seminário católico de Santo Antônio, que atualmente se encontra o bairro de Jardim Paulista Baixo, assim sendo, as alterações realizadas faziam com que às águas desse manancial passassem “por dentro da fábrica Aurora, atravessassem a rua do Cajueiro, rua da Levada e rua do Algeroz, em frente ao Fórum,

¹⁴³ Decreto nº 41.656, de 6 de junho de 1957.

¹⁴⁴ Dona Rosália Ferreira Alves Bezerra, Documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

atravessava toda a fábrica Arthur Lundgren e desaguava no Rio Paratibe¹⁴⁵”. “De vez em quando o baldo, ‘espécie de muro de arrimo’, era feito para garantir a proteção¹⁴⁶”. O ambiente da Levada pode ser retratado em alguns escritos como um espaço nostálgico, de memórias e sensibilidades, no entanto, ao analisarmos por uma outra ótica, podemos perceber como um espaço de sociabilidade, trocas de ideias, espaço de encontros e debates políticos, sociais, cotidianos e até culturais, aguçando a história e memória dos mais antigos ao mais contemporâneos residentes da cidade-fábrica. Os trechos citados sobre o uso do espaço do manancial de águas da cidade fabril, abastecendo suas vilas operárias, fábricas e casa grande, fazem parte das composições de duas poesias, a “Saudosa Levada” e “A Levada”.

No interior das vilas operárias e cotidiano dos trabalhadores/operários, estavam atrelados às influências e desmandos da Companhia de Tecidos Paulista. As funções e designações do trabalho e vida privada, também estavam vinculadas aos controles e vigilâncias de seus superintendentes, que também estavam imbricados com as ocupações dos espaços fabris e citadinos que cada indivíduo utilizava, não somente como um fracionamento dinâmico do espaço, mas na concepção de limítrofes, áreas e manutenção de lugares significativos para a sociabilidade dos trabalhadores/operários. Assim sendo, a cidade se estabelece nessa hierarquização e espacialização dos espaços e relações intramuros e extramuros das fábricas.

Para além do controle e vigilância, a Companhia de Tecidos Paulista se utilizava de um envolvente aparelho de assistencialismo, no qual reiterava ainda mais o caráter paternalista, abrangendo a maioria dos residentes da cidade fabril, seguindo esse caráter assistencialista, desde a chegada dos grupos familiares e indivíduos a Paulista, perpassando o período introdutório no ambiente de trabalho indo até as minúcias da vida cotidiana desses trabalhadores/operários. Ou, como nos aponta Rago:

Em suma, o desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, impedindo sua autoconstrução espontânea enquanto classe, manifesta-se de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada, à medida mesmo em que o movimento operário se organiza e ameaça escapar ao controle de poder. No entanto, a prática patronal oscila entre o exercício da repressão direta e o "paternalismo", defendido por alguns patrões. É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção. Por isso mesmo, a autoimagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo. Através de "concessões" como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador, torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes "benefícios", a ideia de que

¹⁴⁵ POETA, Amaro. PAULISTA TERRA E GENTE. Olinda: Babeco, 2012.

¹⁴⁶ LOPES, Bernadete Gomes Serpa. A VIDA NA MINHA ALDEIA. Olinda: Babeco: 2011.

trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma "comunidade", lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas. Representação que os operários criticam violentamente. (RAGO, 1987, p. 33-34).

E, conseqüentemente, os "pequenos territórios da vida cotidiana" estabelecendo ações reguladoras e sistematizadas pelos mecanismos desenvolvidos para comportar, desprender, dominar e direcionar os trabalhadores/operários para as suas respectivas funcionalidades das fábricas e nas vilas operários e roçados. Os consistentes controles, todavia, não inviabilizavam as fissuras em torno do sistema e seus diversos dispositivos e cerceamentos na cotidianidade dos subordinados. Os componentes que estruturam a disciplina na cidade fabril, envolvendo o assistencialismo, se apresentam como uma construção social do cruzamento e dinâmica de diversos fatores.

Na proposta do próximo capítulo, veremos essa relação entre busca de controle e formas de resistência associadas ao universo do lazer na cidade-fábrica.

3. CAPÍTULO III – “TEMPO-LIVRE” E SOCIABILIDADE.

No presente capítulo, chegamos ao cerne de nossa discussão, cujo foco é pensar na seguinte questão: o que faziam os operários da Companhia Paulista de Tecidos e da cidade-fábrica quando não estavam diretamente envolvidos nas atividades de fabricação de tecidos? Como eram suas vidas e seus momentos de descanso e lazer em meio a um complexo fabril? Quais as tentativas de controle da fábrica sobre esse tempo e quais circunstâncias ardis de disputa e resistência dos trabalhadores diante desse quadro?

3.1 DINAMICIDADE DA CIDADE-FÁBRICA E DISPUTAS POLÍTICAS

Os aparatos delineados pela Companhia de Tecidos Paulista e empresários industriais eram dos mais diversos, um dos mais sonantes e pedagógicos instrumentos de controle na cidade fabril seriam as moradias operárias. Com a construção e ampliação dessas moradias operárias, o controle dos operários valida-se a médio-prazo eficaz, pressionando, inibindo e reprimindo as exigências e discordâncias por parte dos operários, desarmando de alguma forma as “resistências dos operários, pressionando-os no sentido de evitar a emergência dos movimentos grevistas com a ameaça poderosa de despejo e de demissão”¹⁴⁷. Fundamentado nos aparatos institucionais, como moradias operárias, escola, assistencialismo médico e recreativo “as restrições as circunstâncias e contexto do cotidiano dos trabalhadores/operários tornam-se mais substanciais, reguladoras e sistematizadas” (RAGO, 1987, p. 43). Assim sendo, refletindo por este prisma analítico, as habitações e vilas operárias foram arquitetadas pelo viés controlador e centralizador, desempenhando um protagonismo significativo, concentrar os trabalhadores/operários, mestres, técnicos e gerentes, ambos próximo ao núcleo fabril, sobretudo, ampliando a lógica industrial, propiciando para uma melhor aplicabilidade das técnicas e traçados de controle social e sanitário.

A transformação da aparência interna e externa da fábrica visava à transformação da subjetividade do trabalhador, do mesmo modo que uma casa limpa e confortável, mesmo que pequena, deveria despertar o desejo de intimidade no operário, reconfortado pelo aconchego do lar. Além disso, uma nova finalidade era atribuída à elevação da produtividade do trabalho: o enriquecimento da nação, a criação da

¹⁴⁷ RAGO, op.cit. pág. 34-36.

abundância social e não mais o mero ideal de satisfação do interesse individualista do padrão tradicional. (RAGO, 1987, p. 39).

Ao discutirmos acerca das noções que abrangem controle social, aparato institucional, assistência social e disciplinarização, no contexto Brasil da primeira metade do século XX, Margareth Rago e Maria Auxiliadora Guzzo Decca, transitam em seus importantes debates e reflexões entre as intervenções do setor privado e as ações do Estado, frequentemente destacando os princípios científicos, médico-higienistas nesse contexto urbano-industrial. Alguns dos espaços estudados e refletido pelas autoras, como por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, nos apresentam *in loco*, os diversos setores privados, sobretudo os setores industriais, se envolvendo integralmente na gerência do cotidiano os trabalhadores/operários, incluindo nessas gerências as corporações operárias, semelhantemente o poder público tem uma excessiva parcela de envolvimento nessa trama. Na cidade-fábrica de Paulista, a presença e intervenção dos poderes públicos parecem sutis e a curtos passos, no entanto, não podemos invalidar suas tênues intervenções, principalmente com empresários-industriais que estavam imersos ao campo político local. Essa "sutileza" do poder público na cidade fabril de Paulista abrangeu quase toda a primeira metade do século XX, diferente de outros parques fabris.

Diante disso, as moradias que abrangiam os operários e outros trabalhadores eram alocadas, não sendo uma concessão permanente para os trabalhadores/operários, contudo essa modalidade de moradias no núcleo fabril se tornava de razoável custo para os industriários/empresários, convertiam-se e concretizavam-se, a partir dos subsídios do Estado e, conseqüentemente, o bônus da construção e ampliação das vilas operárias e os interesses disciplinares da CTP e da família Lundgren e acionistas, culminando assim na organização e logística do integral funcionamento da cidade fábrica. Esses subsídios são concedidos às diversas indústrias e companhias, sendo uma delas a Companhia de Tecidos Paulista¹⁴⁸, esses incentivos eram um conjunto de benefícios fiscais e no âmbito da desburocratização, amplificando o aumento de lucro da Fábrica de Tecidos e facilitando a construção das moradias operárias.

O Departamento Estadual do Trabalho e a assistência aos operários
O Departamento Estadual do Trabalho pediu ao governo do Estado desse curso
official ao appello feito aos industriais, no sentido da construção de villas operárias,
escolas, hospitais, etc. nas respectivas
fábricas. A medida é salutar. Enquadra-se precisamente dentro das aspirações da
honrada classe operária e demonstra que aquele Departamento quer fugir a uma ação
platonica, sempre lamentável nos grandes empreendimentos.

¹⁴⁸ Jornal Diário da Manhã. Recife, 10 de dezembro de 1930.

É de justiça salientar, porém, que muitos dos nossos grandes industriais já haviam cogitado e resolvido em parte, o palpitante assunto.

Em Paulista por exemplo, há villas operárias bem construídas, higiênicas, com água, luz, fossas, etc.

A assistência ao operariado, ali vai a um outro problema para a classe: o alimentício. É assim que nas grandes feiras realizadas semanalmente naquela villa, não é permitido o açambarcamento de mercadorias. Cada pessoa compra tão só aquilo que é necessário ao seu consumo e de sua família. Evita-se desse modo, que sejam comprados gêneros essenciais à pobreza a preços ínfimos, para serem revendidos com lucros exorbitantes. Também conta Paulista com um hospital de isolamento. Assistência Pública própria para o transporte de acidentados e padarias controladas para o fornecimento de pães com peso exato e barato aos operários.

A Fábrica de Tecidos José Bezerra, no Cabo, tem também uma perfeita organização. Há ali uma villa operária moderníssima. As casas, todas novas, arejadas, com água e luz. Jardim, escola, farmácia completam o serviço de assistência ao operariado.

Em Camaragibe, igualmente a organização é verdadeiramente modelar, datando de annos atrás. Por onde se vê que o trabalho é mais fácil. Basta que os exemplos acima sejam imitados e que aquellas importantes fábricas se empenhem em desdobrar, ainda mais, as suas realizações visualmente ao progresso das mesmas. (Jornal Pequeno, 4/12/1930, pg. 1)

Os resultantes êxitos da companhia/industrializadores frente à cidade tiveram seu ápice entre as décadas de 1930 e 1950, efetivando suas intervenções e ações de representações classistas (CAVALCANTE, 2017), à vista disso, a fábrica de tecidos Paulista se mostra mais dominante na gerência do cotidiano dos trabalhadores/operários, conservando e executando com constância, em seu período de maior fastígio, os aparatos institucionais e elementos disciplinares. Nesse espaço, em diversos contextos, a CTP conduzia a cidade fabril em alguns momentos em dissonância com o poder público do Estado de Pernambuco e também do governo municipal, mesmo esse último poder citado compondo seu espaço institucional, além disso, é interessante citar que os empresários/industrializadores pertenceram diretamente e indiretamente à elite política, tanto no contexto estadual, quanto no contexto municipal, desde do período do processo de tornar Paulista distrito até elevá-lo como município independente de Olinda¹⁴⁹.

As disputas políticas e pelo poderio econômico se acirram em Paulista no final da década de 1920 e início da década de 1930. Um dos pontos sensíveis para esta excitação dos ânimos dos empresários/industrializadores frente à elite política estadual, sobretudo, frente a Carlos de Lima Cavalcanti, foram as sucessivas matérias denunciativas do mais recente impresso da capital pernambucana, o “Diário da Manhã, pertencente a Lima Cavalcanti.

¹⁴⁹ Anuário de Olinda, pág. 108-113. Olinda, dezembro, 1956.

Figura 28



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário da Manhã – 24 - 06 – 1927.

Figura 29



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário da Manhã – 24 - 06 – 1927.

O impresso está quase inlegível, as letras miúdas e um tanto apagadas, assim sendo, consideramos de inerrante significância esse impresso na contribuição para compreensão do processo de construção política e social da cidade fábrica, desta forma, narraremos o que diz a matéria do jornal:

“Paulista, MÉCA DOS DESHERDADOS! RODANDO A CIDADELLA DOS LUNDGRENS Aspectos dolorosos!

O escriptor que deseje encontrar motivos humanos que possa impulsionar uma obra seria de observação social, tem mais o que saber da cidade, avançando algumas léguas ao norte, rumo a Paulista, o velho feudo dos Lundgrens.

Quem se aproxima do lugarejo apprehende num rapido golpe de vista todas as modalidades do cenario em que se movimenta uma colmeia humana sob o controle escravizador dos dois poderosos autocratas.

- pequeno feudo daquela miniatura de Russia antiga.

O ambiente reflete a prepotencia empolgante que chegou a sensibilidade do observador.

No ar, parecem pairar ameaças, violências, phantasmas aterrorizantes, que se pretendem andar na sombra, manejada como fantoche pela mão machiavelica de contra regra.

Até a natureza, ali, é como que sombria. A vegetação é escassa, não via relevos de paisagens, cumes, iluminação, nem clareiras verdejantes, tudo é pesado e tristonho, aspero e hostil.

Paulista é a Mãe dos desherdados. Mas também é a Channan dos mybaritan.

Ali estão monopolizados milhares de braços para manter o prestígio invulnerável de dois feitores que não podendo ter escravos em sua pátria livre, vieram para o Brasil para escravizar os brasileiros.

Terra que Deus esqueceu!

O NOSSO DIA EM PAULISTA

Rodando a cidadella dos Lundgrens, estivemos domingo (...).

Andamos pela feira. Gente aglomerada. Vendedores ambulantes miseráveis. Algumas somente construída nos melhores pontos (...) são ocupadas pelos sonhos do lugar e seus altos dignatários.

Operários de aspecto abatido, passam de quando em quando, olhares desconfiados, tímidos, sob a vista ameaçadora dos capatazes - tipos de semblante sinistro, com todas as características dos criminosos natos.

Junto ao nosso automóvel estacionaram dois rapazes do lugar. Provocando-lhes a dialética.

- Então... a feira está boa hoje?

- Nem por isso, o moço responde, um deles disse, isso aqui quando chove ainda é mais triste.

- Quer dizer então que sempre é triste, mais ou menos.

- Sim, o senhor compreende... Matto não é bom como a cidade.

Observamos atentamente o nosso interlocutor e comumente vive, violentada na abertura de um círculo ferreo que subjuga tudo.

Das serras que defrontam o lugarejo, por assim dizer uma bruma perpetua que dá ao cenário um aspecto solitário, apregoando suas mercadorias. Ao centro do pateo da feira um grande telheiro coberto de palha, velho, imundo, ignobil, que serve de mercado publico. Casario arruinado pauperrimo e Habitações operarias. Percebemos que elle tinha vontade de desabafar, mas o receio dominava-o. Resolvemos ir direto ao nosso fim.

- Seja franco, isso aqui não presta não é? O chefe é rigoroso não?

- Fale baixo, moço, pelo amor de Deus, se o senhor voltar vivo para casa.

- Sentimos um frio na espinha. Olhamos em torno. Ninguém. Respiramos enfim.

- Que susto. Você agora fez-nos medo.

- É que aqui, quem não anda como carneiro, está mal para passar.

- Mas e a lei?

- Que lei, moço. A lei aqui é couro, tronco, xadrez e borracha no lombo.

- Trabalha na fabrica?

- Sim, senhor, te disse o lugar que occupava, mas pelo amor de Deus, não me complique.

- O sr é de jornal?

Respondemos francamente, pronunciando o nome do "Diário da Manhã".

- Nossa senhora, se o coroné Arthur soubesse disso!

- Olhe que daqui dos empregados, já foi gente botada p'ra fora por causa de seu jornal.

- O homem diz que elle não entra aqui.

Rimen o criador de cavallo. Coitado, pensa pelos pés de Tanguary ou pela barriga de Ganguleiro, o equestre Coronel Arthur!

- E os operarios que fazem?

- Aqui trabalhamos, morremos ordenhando, mas é proibido de falar, pensar de modo differente de que querem os coronéis Arthur e Frederico.

E o trabalho é pesado?

- Um meio de morte. É a vontade dos chefes.

- Os salarios...

- Ah moço... Salario aqui, dentro ou fora da Fabrica é a vontade dos patrões.

- Mas vocês, então, não têm diária, ou qualquer ordenado fixo?

- Sim, temos, mas as multas é que são ellas. Multas de todo aspecto, a proposito de tudo. Multa até pelo mal que não fez. No fim de semana, quem pensa

receber 20\$, recebe 10\$, quem conta ter direito a 15\$, recebe 5\$. E se reclamar já sabe...

- Horrível!

- Olhe, o senhor quer vê, espie ali. E apontou-nos um grupo de trabalhadores removendo carvão.

Dirigiu-nos ao grupo. O grupo olhou-nos desconfiado. Deu olhares de surpresa.

Chegamos mais perto e falamos:

- Bom homens. Olhe. Vou tirar um retrato de vocês para uma revista, somos viajantes.

O homem balançou a cabeça perguntando.

- Mas p'ra que em?

- Ora não faz mal, vamos entrar num livro... vamos tirar esplendidos e nós mandaremos umas fotografias para vocês amanhã.

- Homem com franqueza, nunca tirei retrato na minha vida, mas tenho uma vontade bruta...

- Então, já vae. Preparar. Levante a o livro.

- Isso aqui é a desgraça da pessoa - gritou e levantou o cabo da enxada, estusiasmado e envaidecido. Vamos vê isso... Tá levantado.

- Prompto.

E apanhamos a photographia que reproduzimos nesta pagina.

O rapaz veio a nós, já confiando, risonho (...).

Isso aqui é o aparelho do pobre homem.

E elle nos contou então a sua vida com aquella turma de grilhetas.

- Isso é a desgraça da pessoa.

- O trabalho com o carvão é morte.

- E ganham bem os homens?

- Que! Isso aqui é um inferno.

- Estamos fartos de trabalhar.

- Então, manda o retrato senhô?

- Posso sim, amanhã.

E deixamos o domínio dos truculentos senhores, cujos corações parte que foram feitos de argila maldita, onde secam anda de germinar, todas as sementes que possam florescer em generosos sentimentos de humanidade". (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário da Manhã – 24 - 06 – 1927).

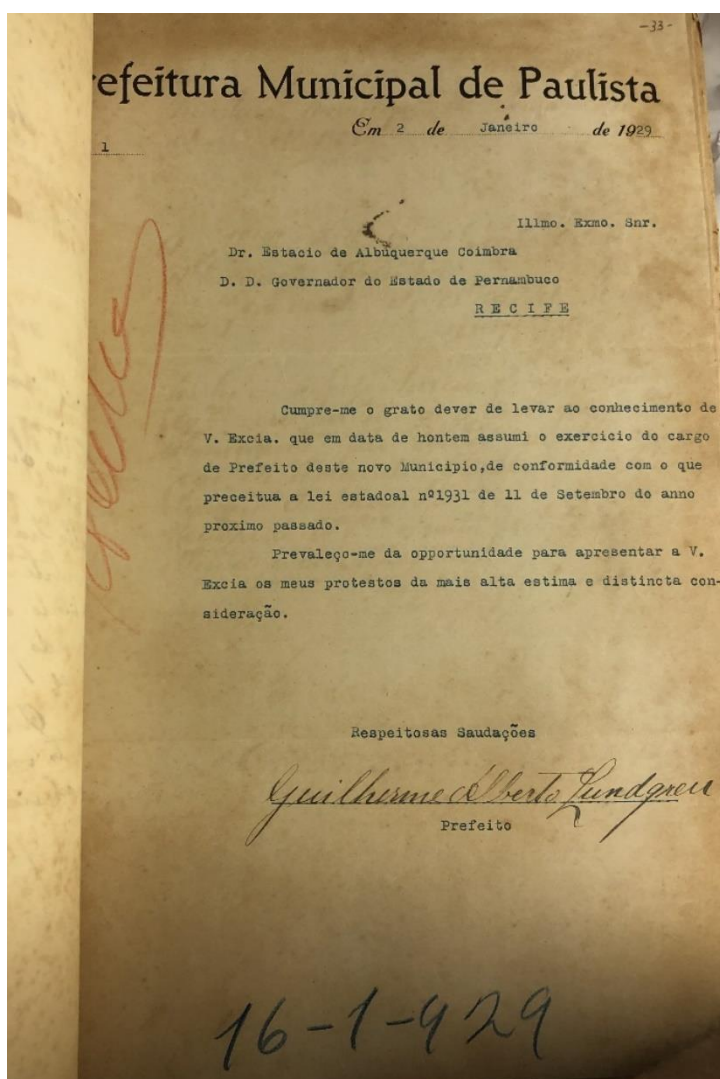
Nesta disputa política e no campo da retórica, conseguimos vislumbrar a postura e a finalidade do impresso. Uma das finalidades é confrontar os discursos “oficiais” dos relatórios da CTP, categorizando Paulista, como uma cidade modelo para se viver, no entanto, o discurso do impresso critica peremptoriamente a infraestrutura e as condições que cidade-fábrica se encontra. Uma outra característica do texto, é a desconstrução das simbologias usadas pelos recrutadores nas anedotas, como a “terra da montanha de cuscuz e dos chafarizes de leite”, o jornal descreve uma cidade “pesadelo”, não uma cidade dos “sonhos”.

Um outro ponto que o impresso constrói a reprimenda, são os cerceamentos dos moradores/operários, a exiguidade de liberdade e privacidade, sendo ambos demasiadamente reprimidos e coibidos pelo instrumento de disciplina e controle da CTP e da cidade fabril, os vigias e agentes da fábrica (os capatazes como está no impresso). Outro ponto importantíssimo que o jornal avalia e tece a crítica, são as condições de trabalho dos operários, as suas remunerações, a falta do “tempo-livre” para o descanso e lazer, além das características de

esgotamento dos indivíduos que trabalhavam 10 a 12 horas dentro e fora dos muros da fábrica, e ainda sim, independentemente do local, a detentora de toda força de trabalho, continuava sendo a CTP. Além disso, o “Diário da Manhã”, expressa em seu discurso, críticas ferrenhas no modo como os Lundgrens conduziam a CTP e a cidade fabril, além de declarar oposição à família Lundgren, sobretudo, aos irmãos Arthur e Frederico.

É neste ínterim das disputas políticas e das disputas no campo do discurso, que a cidade-fábrica se emancipará em seu primeiro momento do município de Olinda, isso viria acontecer em 1928, e o primeiro prefeito seria um dos componentes da família Lundgren, Guilherme Alberto Lundgren, conhecido em Paulista, como o coronel Alberto, assumindo o cargo para prefeito em 1929.

Figura 30



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Documentos das Prefeituras 1927/1928.

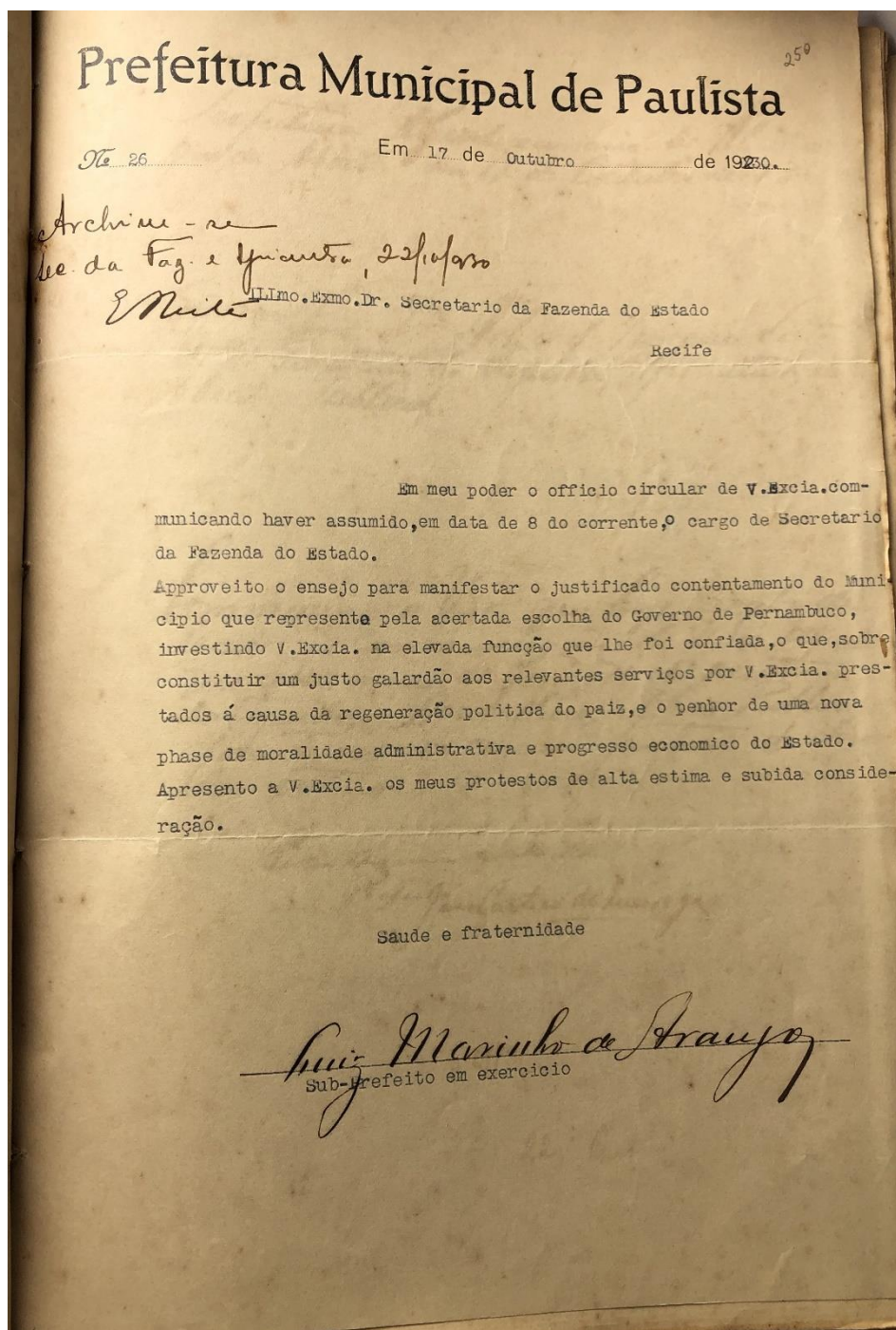
Assim sendo, podemos considerar que essa dissonância se reverbera a partir de interesses *sui generis*, sendo os mesmos protagonistas¹⁵⁰ pertencente à elite política e econômica, diante disso, os “jogos” de interesses influenciaram diretamente na formação e organização da cidade-fábrica, no encadeamento de autonomia política de Olinda, e também na esfera administrativa em diversos momentos da cidade fabril de Paulista.

Não é de se estranhar que essas escaramuças políticas, que afetam as atividades produtivas e o controle político da CTP sobre o que ocorre nos seus territórios, enquadrado administrativamente no distrito de Paulista, e que passam pela política municipal de Olinda e sua influência sobre os seus destacamentos policiais, façam com que a CTP procure lutar pela autonomia municipal de Paulista. Isto é conseguido através da Lei Estadual nº 1931 de 11 de setembro de 1928, quando o distrito de Paulista passou a sede do município do mesmo nome, criado pela lei citada, com território desmembrado do município de Olinda. A promulgação desta lei não é estranha ao fato de ser o Coronel Arthur Lundgren deputado estadual e politicamente vinculado ao governador Estácio Coimbra. Além disso, o recorte desse novo município tem por critério principal a inclusão das propriedades da CTP em seu território, pois além do desmembramento dos antigos territórios dos distritos olindenses de Paulista, Canoas, Nobre e Conceição dar-se relativamente a Olinda, há também outros desmembramentos relativamente a outros municípios, como é o caso do distrito policial de Maricota, além dos engenhos Improviso e Regalado e a propriedade Pitanga do Inglês, desmembrados do município de Igarassu, e como é o caso do engenho Utinga, desmembrado do município de São Lourenço da Mata. Com a reviravolta política de outubro de 1930, no primeiro mês de governo provisório, o Interventor Federal, Carlos de Lima Cavalcanti, através de decreto 253 de 25 de novembro de 1930, extingue o município de Paulista, passando aquele ex-município a ser subordinado a Olinda, “tal qual ocorria antes de ser considerado autônomo”. Tal decreto parece ter sido feito às pressas, pois acabou necessitando ser “esclarecido” pelo decreto complementar de 23 de janeiro de 1931. O decreto complementar esclarece que não apenas a maior parte do município extinto passa a subordinar-se a Olinda (isto é, os distritos de Paulista, Nobre, Canoas e Conceição), como Igarassu e São Lourenço da Mata readquirem as partes que anteriormente, pela lei de 1928, tinham lhes sido desmembradas. Além disso, determina a continuação de “certos serviços do foro extrajudicial”, os quais trariam “vantagens às partes, e nenhum prejuízo para o erário”. (LOPES, op. cit. pág. 202-203).

A política Varguista de 1930 tinha por um dos interesses em questão o estabelecimento de um processo de centralização política, restringindo o alcance da dominação local. Apesar das disputas políticas, e dos interesses locais, frente aos interesses do governo Varguista tendo como aporte político estatual as interventorias, os Lundgren e CTP experimentam uma derrota política em outubro 1930, pois Paulista perde provisoriamente a sua autonomia enquanto município, somente retomaria novamente o status de município em 1935.

¹⁵⁰ Os irmãos Lundgren, Frederico e Arthur, têm participação formal na política pernambucana. Arthur foi prefeito de Olinda no Governo de Dantas Barreto (1911 – 1915). De 1918 a 1930, foi Deputado Estadual em Pernambuco. Frederico foi Deputado Federal de 1911 a 1918. (GOÊS, pág. 63, 1963), mais adiante o Guilherme Alberto Lundgren seria prefeito de Paulista em 1928. Além dos outros acionistas da Companhia de Tecidos Paulista, Coronel Cornélio Padilha e Comendador José Adolpho Rodrigues Lima, ambos citados no cerne da nota anterior.

Figura 31



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Documentos Avulsos Séc. XIX e XX.

Essa derrota dos interesses da política local frente ao decreto do interventor Carlos de Lima Cavalcanti cooperaria decisivamente para o florescimento da associatividade sindical de seus operários, instituição que até então inexistia em Paulista.

Nesta conjuntura pós-1930, podemos perceber uma materialização e desenvolvimento de uma outra característica política de Paulista. Além dos aparatos financiados pela CTP como método de controle político/social, a conservação do corpo de vigias armados como uma espécie polícia privada, e sendo ainda a grande detentora das propriedades, um novo agente se materializaria neste contexto local, será a associatividade sindical dos trabalhadores/operários.

O surgimento dessa característica sindical no pós-1930 em Paulista, é reivindicada pelos trabalhadores/operários mais antigos da CTP, devido às petições desses operários frente à Companhia de Tecidos Paulista, muitos trabalhadores foram demitidos devido as repreensões internas, se formaria o primeiro sindicato operário em 1932¹⁵¹.

“Secretaria do Sindicato dos Operários de Paulista.
Paulista, 8 de 1 de 1932.

Illmo Snr. Dr Carlos de Lima Cavalcanti D. D. Interventor Federal do Estado de Pernambuco.

Saudações

Na convicção de cumprir um dever, me licito comunicar a V. Exa. algumas occurencias aqui em Paulista onde é proprietario de algumas Fabricas de Tecidos os irmãos Lundgrens.

Tendo sendo fundado em Outubro do anno 1932 o Sindicato dos Operarios de Paulista de accordo com o Decreto 19770 do Ministerio do Trabalho Industria e Commercio: os Snrs Lundgrens não viram com bom olhos este gesto de seus operários. E para castigar tamanha audacia teve por bem parar as fabricas por 15 dias. Os operarios porém premidos pela fome, muitos delles ha que ganham 9\$000 por semana ainda discontem desta importancia a prestação do aluguel da casa em que moram, ficam portando com um restante insignificante não podendo passar o tempo que a fabrica estivesse para resolveram alguns dirigir-se a pagadorria para pedir um abono a ser descontado quando a fabrica comessace a trabalhar. Os Snrs. Lundgrens porem, negou terminantemente o pedido. Os operarios acoçados pelas necessidades ensistiram no pedido; tanto bastou para que os Srns. Lundgrens usando do expediente que lhe é costumeiro fazer crer que seus operarios pretendiam levamtarem-se amotinados cometessem depredações. Apresso-me porem a vos afirmar que, nem a ordem publica, nem o movimento das fabricas soffreram nenhuma solução de continuidade na sua normalidade. Podeis portando confiar que o Sindicato dos Operários de Paulista saberá nesta historica que atravessa o nosso querido Brasil, concorrer para seu engradecimento moral e economico, do que tanto necessitamos”.
Fonte: Fundo de Interventoria DI 108, Fundos Diversos 14. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano.

A eclosão das condições externas, permite nascer um inesperado sindicalismo em Paulista, a partir das reivindicações dos trabalhadores/operários e das derrocadas políticas dos dirigentes da Companhia de Tecidos Paulista no bojo década de 1930, abalando os alicerces do poder local, começando pela revogação da autonomia política do município de Paulista, além de ingerências dirigidas contra a CTP, como a criação do sindicato dos operários.

¹⁵¹ Anexo 16

Por um lado, a disseminação da política sindical no governo Vargas, incentivando a constituição de sindicatos de trabalhadores nas mais diversas categorias e localidades, as questões sociais nas políticas de habitação e higiene, e também nas políticas em prol da defesa do operariado urbano. Certamente, tais sindicatos não gozavam de ampla autonomia, controlados por diversos dispositivos das leis trabalhistas, mas no contexto local se tornavam um contraponto à dominação dos Lundgren.

Assim sendo, não podemos fazer somente atribuições as condições externas nas alterações políticas e sociais de Paulista, há indicativos de inquietações políticas anti-oligárquicas, de características democráticas, que em suma pode acarretar consequências positivas para a associatividade dos trabalhadores/operários e corporificar as expressões de reivindicações, avançando até as associações recreativas locais.

Em Paulista - Os operários da Fábrica Paulista realizarão hoje, às 15:00, uma passeata que percorrerá somente as principais ruas daquelas localidades. Será puxada pela banda musical 15 de junho. Antes da passeata, será inaugurado na entrada do edifício (que edifício? A fábrica? O Bloco Palmeira?) um retrato do presidente João Pessoa, retrato que esteve em exposição ontem na sede do Bloco Palmeira. Fonte: Diário de Pernambuco, 15/11/1930.

As possibilidades de atuação sindical, além do próprio sindicato em si, mesmo privilegiado pelo contexto político, não levaram à cessação das adversidades, dificuldades espaciais, devido à predominância do poder de controle patrimonial efetuado pela Companhia, pois todas as casas das vilas e prédios privados pertenciam à CTP. Então qual estratégia para furar esse impasse? As estratégias adotadas pelo sindicato seriam as de tentar “driblar” a Companhia de Tecidos pelos limítrofes das reduzidas autonomias das associações recreativas e religiosas locais, mesmo esses locais pertencendo diretamente ou indiretamente as Fábricas de Tecidos Paulista.

As assembleias desse 1º sindicato eram muito cheias. Soltava aqueles foguetões, já sabia, era reunião do sindicato. Já ficava marcado para sábados e domingos, as assembleias, na frente da casa paroquial. Dentro dela, não cabia a multidão de trabalhadores. Nós tínhamos uma sede precária na casa paroquial, que o padre nos apoiou, cedeu uma casa, e por isso foi que depois que o sindicato caiu, o padre foi obrigado a se retirar, padre Manuel Gonçalves. Pois bem, uma vez aconteceu uma coisa muito estranha: nós estávamos reunidos, na frente da casa paroquial, e eles soltaram marimbondos. Mandaram pegar casas de marimbondos e soltar no meio do povo. Fonte: Relato do ex-secretário do 2º sindicato, fundado em 1941 apud Leite Lopes, pág. 217.

Essas lutas e embates dos trabalhadores/operários frente aos dirigentes e Companhia de Tecidos Paulista, se davam pelas denúncias de abusos de poder e privacidade por parte da

fábrica, pelo crescimento sindical no município, e igualmente os embates se travavam pelas reivindicações por melhores condições de trabalho, uma das mais marcantes foi o do cumprimento da lei de 8 horas de trabalho, recém promulgada através do decreto 21.364 de maio de 1932.

“

Nós, operários da fábrica de tecidos, com especialidade os da fábrica de Paulista, somos explorados ao extremo. Trabalhamos 10 a 12 horas por dia para ganhar a ninharia de 2\$500 a 4\$000 (mil-réis). Somos obrigados a trabalhar à noite, sem direito a extraordinário. Aqui em Paulista não se conhece a lei de acidentes.

Os nossos camaradas são machucados, ficam sem braço, têm os dedos emprensados nas machinas e a recompensa é sermos despedidos sem receber um tostão. Depois de inutilizado, não tem dinheiro nem para comprar uma bolacha!

A lei de férias também não respeitada pelos patrões.

Quando fomos aos patrões reclamar as férias, eles nos tapiaram com 10\$000, 15\$000 e 20\$000 a título de empréstimos (que já estão descontando dos nossos salários) tendo prometido dar as férias até 28/3.

Ora, camaradas, como se pode admitir que, em menos de 2 meses, perto de 10.000 operários tenham tempo de gozar as férias?

Trabalhamos só para enriquecer os Lundgrens e engordar os alemães que eles mandam buscar na Europa, ganhando às nossas custas num dia, o que não ganhamos numa semana!

Companheiros da Fábrica de Tecidos Paulista – para que possamos ter os nossos direitos respeitados, devemos formar a frente única junto com a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco e assim pugnarmos pela Lei de Férias, 8 horas de trabalho e aumento salarial”.

Uma vítima dos Lundgrens.

Fonte: Jornal Norte Proletário, 02/02,1932, pág 2.

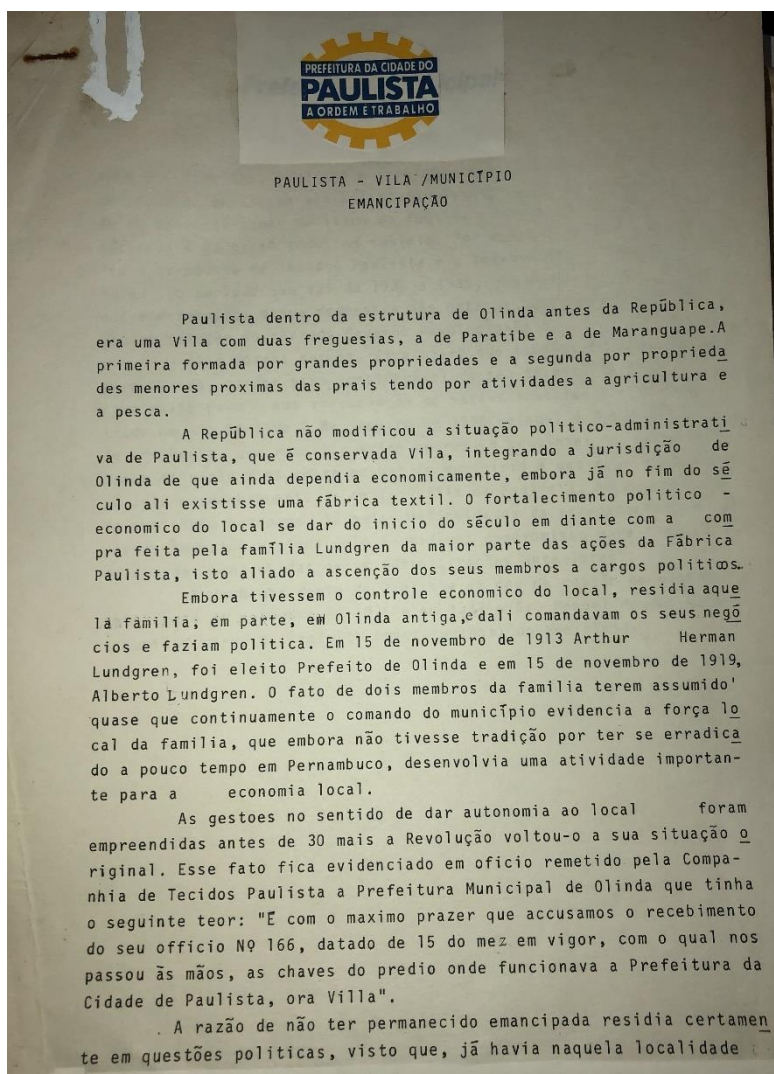
Posterior a esses embates de 1932, não conseguimos avançar no debate, pois algumas restrições foram encontradas, e a principal delas, conforme mencionamos antes, foi o não acesso à algumas documentações contidas no acervo privado da família Lundgren. Segundo a perspectiva da CTP, houve reconciliação entre os trabalhadores/operários e a fábrica, no entanto, defendemos a ideia não de uma reconciliação, e sim de um estrangulamento deste primeiro sindicato pela escassez de recursos e pelas pressões internas. Nos alicerçamos nesta ideia, segundo o Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), artigo intitulado “O Sindicato nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, nº 18, ano II, fevereiro de 1936.

Ainda assim, os trabalhadores/operários mesmo sem um sindicato local, que somente viria se refundado nos anos iniciais da década de 1940, se filiariam ao “Sindicato dos Operários em Fiação e Tecidos do Recife”, com sede no bairro da Várzea, segundo os apontamentos do boletim citado acima. Assim sendo, é neste “sindicato da Várzea” que estas e estes

trabalhadores/operários vão associar-se, até o advento do segundo sindicato de 1941/1942¹⁵², já respaldado e amparado pelas políticas locais do Estado Novo.

É neste ínterim, que Paulista em 1935, retoma o status político-administrativo e se torna município, se emancipando de Olinda, no entanto, sem nenhum resquício de qualquer sindicato. Em agosto de 1935, finaliza-se a restauração política planejada e até instaurada anterior a outubro de 1930, Paulista, nos termos da lei de 1928, que tinha sido revogada pelo governo provisório de 1930. É o mesmo chefe político estadual, Lima Cavalcanti, que patrocina a revogação da lei, e restabelece à autonomia municipal de Paulista.

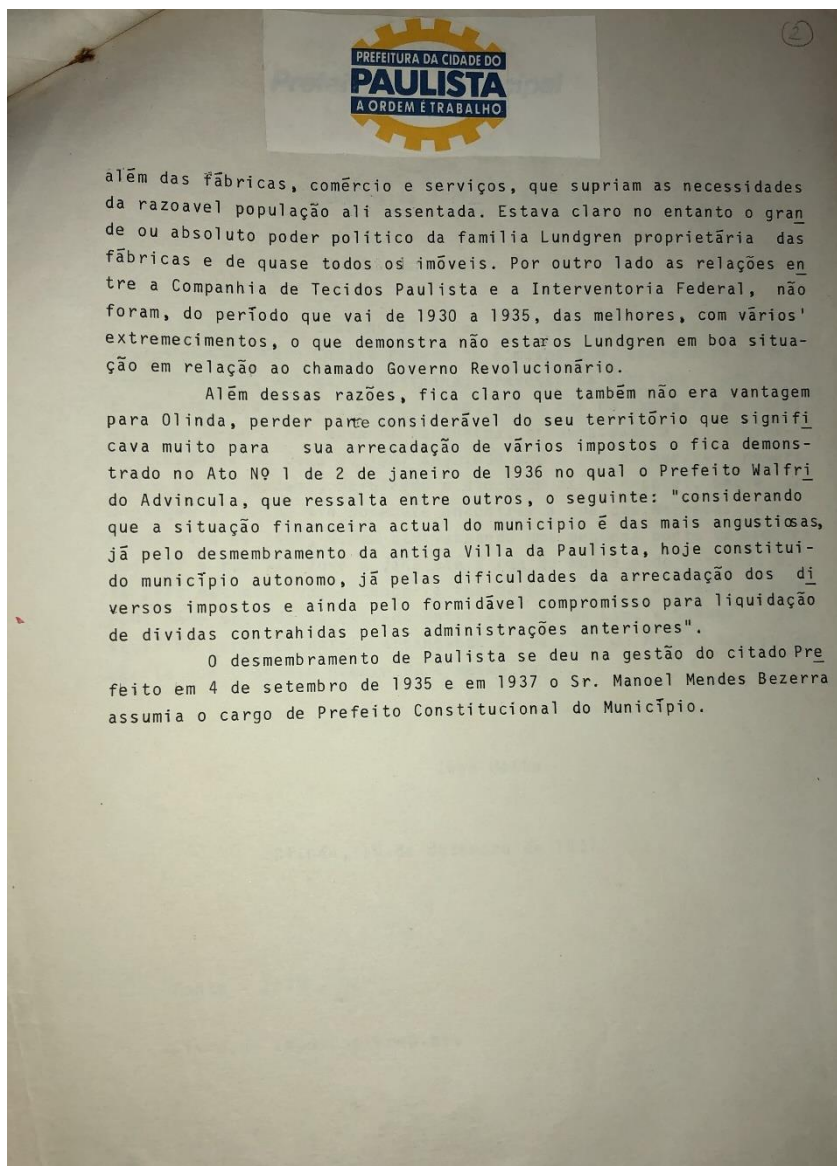
Figura 32 - Emancipação da Vila de Paulista.



Fonte: Copiador de Atos e Decretos. Arquivo Público de Olinda. Data: 13- 12 - 1938.

¹⁵² Anexo 17

Figura 33 - Emancipação da Vila de Paulista.



Fonte: Copiador de Atos e Decretos. Arquivo Público de Olinda. Data: 13- 12 - 1938.

É amparado nesta restauração de autonomia política do município de Paulista, que dado o coroamento de um processo de aproximação entre o governo estadual e a Companhia de Tecidos Paulista, desde os resultados em 1932 ao sindicato dos trabalhadores/operários de Paulista.

Essa aproximação é retratada simbolicamente pelos operários da CTP, como a política do "banho dos coronéis". O banho dos coronéis é constituído por obras de subcanalização das águas da levada que abastecia a fábrica, esta mesma água do manancial citado são as águas bombeadas para os chafarizes das vilas, que também passam pelas casas de banhos privativas

dos irmãos Lundgren. Com esta política de reformas na infraestrutura da cidade-fábrica, é celebrada a aproximação da CTP com o governo estadual.

Mesmo após a emancipação de Paulista do município de Olinda, atribuindo poderes jurídicos e administrativos, ainda assim, grande parcela de contribuição do município de Paulista, propriedades e terras, continuou pertencendo à família Lundgren, mesmo com a sagacidade política do interventor de Pernambuco na década de 1930 e 1940, sobretudo, durante o Estado Novo, outorgando independência e desapropriações por parte fábrica e família Lundgren. Esse enfiamento e disputa política entre Agamenon Magalhaes, interventor de Pernambuco (1937-1945), e a família Lundgren, acerca das contradições entre governo local e companhia¹⁵³, será reportado severamente nos artigos do periódico “Folha da Manhã. Umas das primeiras críticas, será publicada em 1941, relatando veladamente o poder público local frente à CTP, assim sendo, a crítica expressa à exiguidade de “espírito público”¹⁵⁴ de Paulista.

“(…) Um dos municípios, em que o regime de 10 de novembro (o “Estado Novo”) mais tem tido influência transformadora e benéfica é Paulista. Grande centro de trabalho, sede de uma das maiores organizações fabris do Brasil, a sua população crescia dia a dia. Faltava-lhe, entretanto, um sentido municipal, uma vida autônoma, alguma coisa mais do que as máquinas, os teares, as chaminés, a empresa. Faltava-lhe a cidade, com as suas ruas calçadas, os seus parques, o seu orgulho. Faltava-lhe a emoção local. Faltava-lhe espírito público. Tudo isso que faltava, Paulista hoje tem. Foi o que eu vi domingo, quando fui inaugurar ruas novas, edifícios públicos, praças, casas operárias magníficas, outra paisagem social, outro rumor, outra alegria, outra Paulista. Cerca de duas mil crianças das escolas, escolas da fábrica, escolas do município, escolas do Estado, formaram com um garbo, uma saúde, um aprumo e uma decisão, que nos encheram de entusiasmo e confiança, no futuro da nacionalidade. A população operária de Paulista veio quase toda do sertão. Nela predomina cor morena, que o clima do litoral vai alvejando. Frederico Lundgren, que é nórdico, explicou-me como essa população que veio dos sertões, mal alimentada, mas cheia de coragem e de ambição para o trabalho, transforma-se assistida pelos serviços médicos e dentários da Fábrica. Um mês depois são outros homens, outra raça. São os melhores tecelões,

¹⁵³ “Os Lundgrens tinham problemas com Agamenon. Eu não sei a origem, mas não havia bom relacionamento. Aliás não havia relacionamento nenhum entre os Lundgrens e o Interventor Federal de Pernambuco que era Agamenon. Então, para contrabalançar a perda do prestígio na área estadual os Lundgren se amparavam no exército, aqui era comandante da 7ª região um integralista, Newton Cavalcanti, era o General Newton Cavalcanti que era ostensivamente ligado aos integralistas, ao Partido Integralista. Esse homem está nos livros sobre o integralismo, ele aparece como um dos oficiais mais identificados com o tempo do fascismo. Houve um momento durante o Estado Novo, em que os Lundgren, através do General Newton Cavalcanti, que era o comandante da 7ª região, prenderam, ou ameaçaram de prender ou chegaram a prender por um dia ou mais, um líder sindical que era Torres Galvão que era ligado a Agamenon. (...) Então ele foi preso pelo Exército. Então Agamenon ameaçou de prender os Lundgren pela polícia do Estado se o Torres Galvão não fosse solto. Deu um prazo de 24 horas para o Exército soltar Torres Galvão. Se não soltasse ele ia prender os Lundgren como sonegador de impostos ou coisa desse tipo. Então soltaram Torres Galvão. Aliás, a acusação de Agamenon aos Lundgren não era de sonegador de imposto, era de espião do Eixo. Porque havia a versão aqui de que eles eram muito ligados aos alemães. E se contava até a lenda de que os navios alemães acostavam nas praias perto de Paulista para contrabando de armas. Isso correu muito aqui durante a guerra. Possivelmente tudo era ficção, mas decorria do fato de eles serem germanófilos. E Agamenon, que tinha raiva deles, tratava de fazer corpo mole pra que esses boatos se difundissem.” (entrevista com o escritor Paulo Cavalcanti, ex-deputado estadual do PCB na legenda do PSD e ex-promotor público em Igarassu em 1946 e 1947 apud LOPES, op. cit. pág. 319-320).

¹⁵⁴ LOPES, op. cit. Pág. 470

os melhores operários do mundo. Paulista, como vai, será, dentro em pouco, a mais linda cidade de Pernambuco”. (Progresso Municipal, Folha da Manhã, 19/08/1941).

Percebamos os detalhes do texto da Folha da Manhã, os olhares e “conceitos” da elite burguesa intelectual frente aos trabalhadores/operários. Os esboços e descrições sociais e demográficas dos que compunham a mão-de-obra da cidade-fábrica de Paulista, são, sem dúvida, ideais dos que analisam eles e elas pelo prisma verticalizado socialmente. A ideia de que o clima do litoral iria “alvejar” os moradores egressos do sertão é bastante demonstrativa do viés racializado tão presente e arraigado no Brasil.

Em uma posterior publicação no mesmo veículo de informação, esse mesmo chefe político estadual, mesmo depois de estar distante do cargo que ocupara, como governador/interventor de Pernambuco, expressa de forma analítica e explícita, as dificuldades enfrentadas na trama política estadual e municipal em Paulista nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

(...) Em Paulista, porém, as suas qualidades de homem firme e de homem leal tiveram oportunidade para enérgica afirmação. Paulista, antes de José Primo (prefeito indicado pelo interventor), não tinha ruas pavimentadas, não tinha edifícios públicos, não tinha habitações condignas, não tinha sequer um grupo escolar. Operários de grande fábrica não tinham igualmente um edifício para o seu sindicato, para as suas reuniões e o serviço de assistência. Foi ele o reformador da cidade industrial, lutando e vencendo todas as resistências. (José Primo de Oliveira, Folha da Manhã, 13/07/1946).

Além de poderes políticos estaduais, a recém-formada classe política municipal também adentra a esse “movimento pela libertação da cidade”¹⁵⁵ e dissonância com o “governo local de fato”, ou seja, o governo ditado pela família Lundgren. Nas décadas de 1930 e 1940, esta tomada de consciência política no campo municipal se tornará mais expressiva, entre 1945 e 1949, os trabalhadores/operários de Paulista e arrabaldes, resistem¹⁵⁶ ao domínio absoluto da CTP no interior das fábricas, como fizeram de 1930 e 1932, com a criação do primeiro sindicato, e no período citado anteriormente, entre 1945 e 1949. Seus desdobramentos na posteridade, décadas seguintes, que não abrangem a discussão do objeto de estudo, conduzem ao

¹⁵⁵ Definição denominado por José Sergio Leite Lopes, para os movimentos políticos municipais que fazia oposição ao governo local da família Lundgren.

¹⁵⁶ Foi neste calor de embates e resistências que a Companhia de Tecidos Paulista, começou a estagnar seu poderio diante da cidade fabril e seus arrabaldes que pertencia ao domínio Lundgren. É entre as décadas de 1930 e 1940, que haverá as indelévels perseguições a grupos “proibidos” pela fábrica, como os trabalhadores/operários ligados ao sindicato e movimentos políticos, os grupos de trabalhadores/operários convertidos ao protestantismo, mais especificamente os pentecostais clássicos, membros e congregados da Igreja Assembleia de Deus, e aos grupos de trabalhadores/operários ligados a religiões de matriz africana, em sua maioria esses grupos se concentravam nos arrabaldes, como por exemplo, no distrito de Maricota, que posteriormente seria o município de Abreu e Lima.

questionamento acerca do monopólio territorial e imobiliário, consubstanciado na vila operária da CTP¹⁵⁷, e nas extensas propriedades da Companhia de Tecidos Paulista espalhadas por todo território municipal.

O desenlace dos conflitos entre a Companhia de Tecidos Paulista e a “vontade política local¹⁵⁸” de refutações ao sustentáculo instrumental de dominação da cidade fabril, o que expressa de mais estratégico da fábrica frente aos trabalhadores/operários, a moradia. Assim sendo, um dos mais expressivos resultados desse embate, será na desapropriação de área adjacente ao núcleo fabril e vila operária, deste modo, se dará início à formação de um “bairro livre”, bairro posteriormente denominado de Vila Torres Galvão¹⁵⁹.

“Lei nº 88

O Prefeito do Município de Paulista.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica desapropriada, por utilidade pública, ad-referendum da Assembléia Legislativa do Estado, uma área de cinquenta hectares e três metros quadrados no Engenho Paulista, de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, abrangendo ambos os lados da rodovia interestadual Recife-João Pessoa, no limite sul da cidade de Paulista.

Parágrafo único - A área, de que trata este artigo, destina-se à expansão da cidade de Paulista, mediante a construção bairros comerciais e residenciais.

(O artigo 2º trata da descrição dos limites e dimensões da área)

Art. 3º O prefeito do município mandará elaborar, imediatamente, a planta urbanística dos bairros residenciais e comerciais de que trata o parágrafo único do artigo 1º desta lei.

Art. 4º Uma vez estabelecido, pelos meios hábeis e legais, o justo preço da indenização, o prefeito do município solicitará à Câmara Municipal os créditos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 5º Fica revogada a Lei 66 de 1 de junho do corrente ano, a qual desapropriava, por utilidade pública e interesse social, as áreas não edificadas da cidade de Paulista e uma área rural dela envolvente, igual a vinte por cento da superfície ocupada pela referida sede.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor, após ser referendada pela Assembléia Legislativa do Estado”.

Paulista, 9 de agosto de 1949

José Eustáquio de Queiroz, Prefeito.

Os sucessivos episódios do final da década 1930, estendendo-se até o início da década de 1950, constituem-se uma incompatibilidade e discordância política, embora não sendo a única, mas a “inérita”, visto que, em toda a trajetória da Companhia de Tecidos e cidade-fábrica, segundo as fontes analisadas, em circunstâncias outras não se tinha relato dessas disputas na

¹⁵⁷ Perímetro da Vila Operária (Anexo 13, 14 e 15).

¹⁵⁸ Anexo 12 e 13

¹⁵⁹ Nome de um dos que compunham o corpo técnico-burocrático da fábrica de tecidos, e posteriormente se tornaria líder religioso e político local. Ocupando os cargos de presidente do sindicato e refundador em 1942, escriturário da Companhia de Tecidos Paulista, participante de ações políticas e sindicais junto ao PCB e pastor da Igreja Assembleia de Deus em Pernambuco, pastor local no distrito de Maricota (LOPES, op. cit. Pág. 179).

“teatralização da dominação¹⁶⁰”. Segundo a narrativa de um técnico da fábrica de tecidos e antigo sindicalista, faz-nos compreender parcialmente o contexto político-social da cidade fabril de Paulista.

“Os prédios da prefeitura do município só passaram a existir aqui por força da legislação de novembro (referência a novembro de 1937, isto é, à legislação do estado Novo). Foi por causa de Agamenon. Quando ele assumiu a Interventoria, os prédios públicos daqui eram em casas da companhia. Então com a vinda de Agamenon, ele, um professor, um homem muito culto né, viu que não se podia admitir uma cidade viva como era Paulista, uma cidade sem ter um prédio público, pra escola, pra praça. Foi feito um grupo escolar aqui em Paulista, o Dantas Barreto, foi feito o prédio da prefeitura, foi feita a praça 10 de Novembro, onde Agamenon batalhou muito, porque a companhia não queria ceder o terreno para a praça. O prefeito, nesse tempo, era Alfredo Lopes, nomeado por Agamenon. A coisa começou assim. Antes de ser feita a praça, Agamenon veio inaugurar um matadouro aqui, feito por Alfredo Lopes. Que não tinha, se abatia gado debaixo de um pé de pau, né. Ele (o prefeito) arranhou com a companhia um lugar, pra fazer um matadouro muito precário, né. E, nessa inauguração, Agamenon veio. Foi oferecido um churrasco, na inauguração desse matadouro, né, e foi quando Agamenon, falando com o Frederico, pediu a colaboração dele, ele já tinha colaborado, né, tinha dado a área pra fazer o matadouro, então, devia se pensar numa praça, né. Uma praça em homenagem ao Estado Novo, 10 de novembro, né. Aí Frederico falou: ‘Não, não tem problema não’. Então, verbalmente, ficou combinado de que aquela área que já tinha aquele espaço, que era o pátio da Igreja de São José (anterior à Igreja Santa Elisabeth), aquela área podia se transformar numa praça em homenagem ao regime 10 de novembro. Praça 10 de Novembro. Combinado. Quando Agamenon foi embora, o Frederico, ou o Arthur Lundgren, que substituiu ele, disse: ‘A situação nossa vai piorar. Agora Carlos Lima deixou o governo, botaram um tal de Malaia, aquele que botaram o apelido de Malaia (apelido de Agamenon). E a gente vai perder terreno, né. Ele já tá pedindo coisa, pedindo prefeitura, praça, essas coisas’. Aí inventou outra história. Foi a maneira dele conseguir anular a construção da praça. Pegou uma pessoa, que era muito amigo dos Lundgren, Raimundo Diniz, ‘vamos chamar ele, e ele vai dizer o que devemos fazer’. Então inventaram uma história de que os depósitos de algodão, próximos à fábrica, estavam caindo, e não era bom ficarem tão perto da fábrica, naquela fábrica, tinha que fazer o depósito um pouco isolado da fábrica e, ao mesmo tempo, próximo à fábrica. E pra poder fazer aquilo era só fazer um abaixo-assinado do povo, o povo fazendo um abaixo-assinado, pedindo ao governo pra deixar fazer o depósito, um armazém de algodão, naquele lugar. Justamente todo o povo foi convocado pra isso. Aí Agamenon acatou. Mas também não disse nada. Então, eles resolveram fazer o armazém, né. Botaram estrada de ferro do lado, caminhão, juntaram gente à vontade. Eu sei que começaram os trabalhos, na quinta-feira, no sábado, já tinha parede com mais de 2 metros de altura. Aí o prefeito foi lá, e comunicou a ele (Agamenon). Ele: ‘deixa pra lá, quanto mais alto, maior é a queda’. Quando é 8 horas da manhã, ele entrou com ação proibitória, mandando botar abaixo até os alicerces. Isso realmente custou a sair. E o comandante da região (do Exército) que era muito amigo dos homens, fez pressão, tiraram o Alfredo Lopes e aí Agamenon nomeou um capitão da polícia, Capitão Primo. Aí Capitão Primo se encarregou de fazer a praça, fez a prefeitura, fez o grupo escolar, calçou algumas partes da cidade, fez outros grupos escolares. E fez a praça 10 de novembro. E Agamenon inaugurou”. (ex-contramestre de tecelagem e ex-sindicalista apud LOPES, op. cit. 468-470).

Diante do exposto, consideramos de excepcional importância a digressão do debate para elucidarmos e compreendermos um tanto a mais dos espaços da cidade, aparatos

¹⁶⁰ Definição referendado pelo Leite Lopes, para esse momento político de Paulista, no capítulo 11 da supracitada tese do autor referido.

institucionais e cenário da cidade-fábrica a partir dos conflitos sociais, políticos e os interesses coletivos e individuais dos que protagonizavam o teatro da vida real da cidade fabril de Paulista.

Assim sendo, é sobre este coser do cotidiano, que o corolário do espaço urbano, no entanto, vai muito além da estruturação e ordenamento dos espaços físicos, compreende-se sobre a fundamentação do próprio domínio no que concerne às espacializações no cruzamento das relações sociais, em que essas mesmas relações tecem no dia a dia dos residentes da cidade fabril as cores, vozes e cheiros em cada um dos espaços e lugares da cidade. Engloba ainda, a conexão entre os parâmetros de uma estrutura social canalizada para um ambiente produtivo e disciplinar, e ainda no gerenciamento do controle social.

A Companhia de Tecidos Paulista, além de sua estrutura física, com cerca de duas vastas plantas fabris, com os conjuntos de habitações operárias ao redor de ambas, os roçados-operários, propriedades rurais e seus múltiplos meios de transportes, seja transporte de cargas e mercadorias, seja transportes coletivos e individuais, tutelava-se, de uma ordenação social, através das concessões da CTP, escola, vilas operárias e assistências médicas e do lazer.

Os aparatos institucionais foram por diversas vezes mencionados em relatórios¹⁶¹ da CTP, descrevendo informações diversas. Um dos documentos usufruídos para ampliação do debate desse trabalho é denominado "Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista", uma documentação publicada em 1939, um evento promovido pelo interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães, evento intitulado de "Exposição Nacional de Pernambuco"¹⁶². Este componente documental se localiza no acervo de Agamenon Magalhães no CPDOC-FVGV.

O documento citado diverge parcialmente de alguns apontamentos das documentações oficiais (documentos da prefeitura de Paulista e CTP), no entanto, o documento da Exposição Nacional de Pernambuco, especifica a gênese da CTP, as transições da fábrica e de seus componentes, em continuação, o impresso descreve o cenário multiforme e singular no desenvolvimento das plantas fabris e habitações operárias, com razoáveis divergências das documentações oficiais, logo, essa fonte documental nos apresenta o objeto de pesquisa mais esmiuçado em detalhes, todavia, ambas as documentações, seja oficial, seja financiada diretamente ou indiretamente pela CTP, como esta referida, nos apresenta uma espécie de

¹⁶¹ Relatórios de 1932, 1939, 1944 e 1949.

¹⁶² Nas pesquisas de campo no Arquivo público de Pernambuco Jordão Emerenciano, encontramos quatro volumes em catálogos da "Exposição Nacional de Pernambuco", com indicações, premiações, fotografias, tabelas, anúncios e etc. No entanto, essa fonte acerca da Fábrica de Tecidos de Paulista, está em outro acervo como foi citado, na cidade Rio de Janeiro. A diligência e compartilhamento, foi efetuado via e-mail através da então doutoranda Maria Clara da Silva Cavalcante, que também é uma pesquisadora da Companhia de Tecidos Paulista, no entanto, à área de atua de Maria Clara é acerca do patrimônio industrial. Venho através dessa nota, agradecer o compartilhamento das microfilmagens (30-11-2021), feita pela historiadora e doutoranda Maria Clara da Silva Cavalcante.

realidade “fantasiosa” da cidade fabril, um paradoxo no discurso dos empresários/industiários e administradores por viver na cidade e saber a suas respectivas realidades, e uma hipérbole dos escritores que descrevem e publicam tais informes.

Para além disso, essa documentação certifica a importância do patriarca escandinavo como o idealizador de Paulista, dando a entender a sua parcela substancial na ordenação da cidade-fábrica. Ademais, a fonte documental aponta acerca das políticas e discursos higiênicos propagado pela Companhia de Tecidos ditando os modos de vivência na cidade-fábrica. Em continuidade, a fonte documental descreve alguns dos aparatos institucionais que teriam sido criados e atribuídos aos trabalhadores/operários, pondo como a instrumentalidade dirigente para o aprofundamento e aumento na capacidade produtiva da Companhia de Tecidos Paulista.

Os arranjos e ordenamentos propagandeados pela Companhia de Tecidos Paulista, em trechos da documentação referida, circunscrevem inúmeras esferas do dia-a-dia dos trabalhadores/operários, principalmente em suas vivências extramuros, ou seja, no cerne de suas vilas e organizações operárias. Além de todo empoderamento da CTP, enquanto grande indústria, a mesma Companhia assumiria uma postura assistencialista, e os industriários/empresários adotariam um caráter paternal, ou seja, com posturas paternalistas¹⁶³. Uma das mais variadas posturas paternalistas se apresenta de forma latente, entre a coalizão dos industriais da Companhia de Tecidos Paulista, administradores da fábrica e a Igreja local, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana.

O processo de desnudamento, supracitado no capítulo 2 do texto, e o prelúdio no ambiente urbano/industrial, pela qual foram introduzidos e vivenciaram a grande massa dos trabalhadores/operários, se tornaria mais episódio da “trama” do sistema paulista e suas artérias assistencialistas, dominando-os e disciplinando-os os aqueles e aquelas que compunham a mão-de-obra da CTP. Essas benesses concedidas pela Companhia, em muitos momentos foram confundidos com a simpatia e bondade dos patrões frente aos trabalhadores/operários, segundo Maria Clara Cavalcante.

Os aparatos institucionais abrangendo as questões sociais e religiosas, no campo do lazer e da cultura física, educação em geral, seja o ensino infantil, fundamental, ginasial e

¹⁶³ Na formação do complexo fábrica com vila operária, estão as construções da rede de amparo que caracterizavam as relações paternalistas, antes escravocratas, e agora adaptadas ao modelo fabril. A rede de amparo construída no complexo fábrica com vila operária controla todos os bens e os distribui como dádiva. As casas da vila, armazém, serviços sanitários e médico, assim como atividades ligadas ao entretenimento e lazer formam as teias pelas quais transbordam sobre esse mundo do trabalho pretendido como moderno, as heranças das formas de controle que passam pela tutela e doação características da ideologia patriarcal do século XIX. FURTADO, Cristiane Silva. *TECENDO AS REDES DO PATERNALISMO: Lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (Mestrado) PPHSC / PUC-RIO, 2012, pág. 39.

técnico/profissional, habitações operárias e roçados-operários, bem como questões médico-sanitárias, são campos que fazem referências e indicações acerca dos aparatos da cidade fabril, narrados nos escritos da Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista.

Esta fonte documental supracitada e explorada pelo texto, nos remete a uma perspectiva de análise que perpassa os relatórios da ordenação dos espaços e funcionamento dos empreendimentos fabris, contempla também, elementos e informações do poder local da família industrial Lundgren, nos mais diversos campos da comunidade operária local. São notórias as tentativas e êxitos da Companhia de Tecidos Paulista na dominação e ordenamentos do cotidiano e vida privada dos trabalhadores/operários.

A descrição não releva, porém, como as ações eram impostas pela família com o intuito de ampliar o seu poder sobre os trabalhadores; nem como estes eram estimulados a interiorizar regras morais e comportamentais ligadas ao trabalho. Também não aborda os conflitos que decorriam de tal situação, expressões nas queixas de operários que tinham visão que é sugerida, ou seja, funcionamento ideal das intervenções dos Lundgrens nas áreas sociais (LEWIS, 2005, pág. 147).

Este “super” conjunto de aparatos institucionais disponibilizados pela CTP, se configurava numa espécie de benesses artificiosas, pois, as moradias da vila operária de pedra e cal, construídas para “conservar” à aprazível saúde dos trabalhadores/operários, se tornariam mais custosas que os mocambos, diminuindo a renda dos que ali residiam. As despesas no quesito das vestimentas dos residentes da cidade fabril eram abatidas na renda dos trabalhadores/operários. O fato curioso é que a fábrica era de tecidos, e os operários produziam estes mesmos tecidos, e não tinham o direito de “consumi-los”.

Em continuação, os gastos com a saúde e os fármacos, também eram descontados dos salários destes trabalhadores/operários. No que concerne este “super” aparato assistencialista e paternalista da CTP/empresários-industriários, que estavam fundamentados, organizados, distribuídos e executados. À vista disso, as documentações oficiais e relatórios qualitativos da fábrica, nem sempre exteriorizavam as entrelinhas dos processos, encargos, montantes e cotidianidade da cidade fabril, as “eficácias” e “regalias”, em sua maioria, são apresentadas como convenientes à fábrica e as suas propostas por ela propagadas. No próximo subcapítulo, veremos um pouco acerca do contexto das questões que tangem a estrutura da saúde dos operários e da cidade-fábrica de Paulista, os espaços de usos ambulatoriais, planejamentos e enfrentamentos das doenças dos operários. No próximo subcapítulo, debateremos com mais precisão e profundidade acerca das políticas assistencialista/paternalista da Companhia de Tecidos Paulista.

3.2. PROPAGANDAS, ASSISTENCIALISMO E A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES/OPERÁRIOS: vicissitudes e dilemas.

A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então, em separar os corpos, designado a cada um deles um lugar específico. O esquadrinhamento "científico" rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, interdita os contatos muito estreitos, permite exercer um controle "científico-político" do meio. Destruir os miasmas é também destruir os odores da corrupção moral. O burguês desodorizado é lugares de amontoamento dos pobres o perigo das emanções pútridas, da massa dos "vapores" acumulados pela reunião de massas confusas e misturadas. Esta política sanitária de descongestionamento dos corpos define a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, determina a invasão da casa do pobre, impondo-lhe novos regimes sensitivos e uma outra disciplina corporal. (RAGO, 1987, pág. 165-166).

A composição do texto da publicado na exposição sobre a fábrica de tecidos Paulista, em 1939, certamente estava concatenada às prerrogativas do governo de Agamenon, em razão de que no mesmo ano de publicação, é elaborado uma documentação semelhante acerca da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana¹⁶⁴. Refletindo um pouco sobre a característica dessa fonte documental, ela foi elaborada a partir das intenções como o responsável ou os responsáveis queriam descrever Paulista, esta mesma fonte se assemelha com os relatórios da CTP e os escritos de Góes¹⁶⁵, todavia, ambas com suas especificidades e particularidades.

Dessa maneira, as narrativas da Exposição de Pernambuco, enaltecem a estrutura e as ações empreendidas pela fábrica de tecidos Paulista diante do governo, no entanto, as possíveis menções das "entrelinhas" contextuais do cotidiano da cidade-fábrica, não seriam sequer mencionadas.

Refutando algumas informações do periódico local que era simpatizante da fábrica e industriários, o Jornal Pequeno, um dos operários denuncia através de cartas acerca do cenário do hospital para os que contraíam doenças infectocontagiosas, as denúncias foram publicadas no Diário da Manhã, um periódico da capital pernambucana:

¹⁶⁴ Exposição da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana (Pernambuco) sobre a "Fábrica de Fiação e Tecidos de Goiana". Goiana, 1939. (AGM c 1939.02.02) apud CAVALCANTE, pág. 66, 2017.

¹⁶⁵ GOÉS, Raul de. UM SUECO EMIGRA PARA O NORDESTE. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

Figuras 34 a 36: Créditos editoriais do periódico Diário da Manhã e denúncia efetuada por um dos operários da Companhia de Tecidos Paulista ao Departamento Estadual do Trabalho.



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Data 11 – 12 – 1930.

Percebemos a partir das informações do impresso alternativo, as entrelinhas não descritas e registradas em relatórios oficiais da CTP, nem tampouco, em relatórios da Exposição Nacional de Pernambuco. A propaganda exacerbadada de uma cidade fabril em excelência e impecabilidade parece ser desmontada com os relatos em cartas publicadas no periódico.

Paulista, segundo as anedotas, era a “terra das montanhas de cuscuz e chafariz de leite”, de acordo com os relatórios oficiais, era um dos melhores lugares para se viver e labutar, mas numa perspectiva dos “de baixo”, era um lugar precário, um espaço de disputas e lutas, com uma infraestrutura cheia de lacunas, com precariedades latentes, além das hierarquizações simbólicas dos espaços e desigualdades sociais.

Dando sequência à discussão, as amostragens das documentações da “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, imbuído das orientações internas CTP e se respaldando em relatórios produzidos pelos industriais e corpo burocrático, assim sendo, hipoteticamente, segundo o documento da Exposição Nacional de Pernambuco, é citado um sistema hospitalar de referência contra os agravantes patológicos, como o “hospital de moléstias infectocontagiosas”¹⁶⁶, denominado de “hospital de bexigentos”.

Seguindo o debate acerca das questões de saúde dos trabalhadores/operários, a memorialista Bernadete Serpa Lopes, nos proporciona avançar nas discussões e na compreensão, principalmente aos que estavam às margens da sociedade, e neste aspecto, nas zonas sociais periféricas¹⁶⁷ da cidade fabril, acometidos de algum “mal”. Diante disso, segundo Serpa, a CTP, moderadamente, auxiliava e assessorava os trabalhadores/operários que contraíam doenças epidêmicas, como as bexigas, varíolas e hanseníase.

Presumivelmente, as moléstias epidêmicas se propagavam com ímpeto e celeridade, devido às condições precárias de higiene, tanto no contexto intramuros da fábrica, quanto no extramuros, além disso, o montante de operários e trabalhadores em um mesmo ambiente comum de trabalho ou de moradia, facilitava a contaminação. A mesma autora, narra em seu memorial, minúcias desses indivíduos ou famílias inteiras classificadas como “inválidos”, que

¹⁶⁶ O regulamento que dava funcionamento ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), foi aprovado em 15 de setembro de 1920, através do decreto nº 14.354. Porém, devido às duras críticas que sofreu por parte de alguns médicos e da imprensa, foi reformado e, em 1923, foi aprovado um novo regulamento para o DNSP. Tal regulamento determinava como medida profilática da “lepra” o isolamento compulsório dos doentes. Porém, seguindo as bases da Comissão de Profilaxia da Lepra, este isolamento poderia domiciliar, no caso de “leprosos” abastados e nosocomial - em hospitais ou asilos - para os “leprosos” necessitados. Segundo Yara Nogueira Monteiro existiam três teorias sobre o isolamento dos “leprosos”, as quais ela classificou de: “postura humanitária, isolacionistas compulsórios e os isolacionistas radicais. Os primeiros seriam adeptos do isolamento domiciliar para os doentes “abastados” e o nosocomial para os doentes “necessitados”. Tinha como principais representantes, Emílio Ribas, Eduardo Rabello, Carlos Chagas, Alice Tibiriçá, dentre outros. O segundo grupo, defendia o isolamento compulsório de todos os doentes em colônias agrícolas construídas para o abrigo dos “leprosos”. Os mais abastados poderiam construir uma moradia diferente da dos demais e ter um tratamento médico diferenciado, desde que fosse por eles custado. Nomes como o de Heráclides César de Souza-Araújo, Ernani Agrícola, Eunice Weaver, Abrahão Rotberg, dentre outros, comporiam este grupo que seria o que mais possuía mais adeptos. Para finalizar, o terceiro grupo, os “isolacionistas radicais”, seria composto por Belisário Penna, Abelardo Soares Caiuby, Oswaldo Cruz e Arthur Neiva. Defendiam o isolamento de todos os “leprosos” do país em ilhas. (OLIVEIRA, 2007, pág. 39-40).

¹⁶⁷ Para cuidar desse contingente de “bexigentos”, a Companhia mantinha um “hospital” isolado dentro de matas e que se chamava o “Rancho dos Bexigentos”. (SERPA, 2011, pág. 84).

eram encaminhados para o “rancho dos lazarentos”, um ambiente execrável, considerado pelos próprios moradores da cidade fabril de Paulista.

“A tarde ia morrendo e o sol já dava mostras de que se preparava para dormir, quando, do fundo do meu quintal, eu podia ouvir o gemido tristonho de um carro de boi, levando mulheres e homens atacados pela epidemia de bexiga que grassava em nossa aldeia, para serem confinados num hospital chamado o Rancho dos Bexiguentos, isolados de todos e instalado no meio da mata.

Era muito triste o transporte. As mulheres cobertas da cabeça aos pés. Tal e qual as muçulmanas envolvidas em suas burcas, seguiam como se participassem de um cortejo solitário, porque para aquele mister não se desejavam acompanhantes.

Lá no rancho eram medicados e só voltavam para casa quando a “bexiga secasse” e se não fosse mais ameaça de contágio.

Entretanto, nem todos os acometidos do terrível mal tinham a mesma sorte. Algumas pessoas eram tão penalizadas pela doença, que, ao invés de serem colocadas sobre colchões comuns, eram colocadas em cima de folhas de bananeira, por que as feridas eram tantas que não tinham condições de ficar em contato com os lençóis. Muita gente chegava a óbito e a própria companhia se encarregava de fazer o enterro.

O cuidado de se retirar do convívio da cidade as pessoas acometidas do terrível mal era para evitar o contágio já que a população produtora era muito densa e a proximidade das pessoas nos diversos setores da produção, contribuía para a proliferação da doença. Na tecelagem, por exemplo, num salão enorme, repleto de teares e respectivos tecelões, num calor infernal, o contágio da doença ficava sem controle.

Eu era quase uma adolescente, a cabeça cheia de fantasias e o mistério que cercava aquela instituição aguçava minha curiosidade. Do fundo do quintal eu desejava, também ter bexiga para ir naquele carro de boi para dentro do hospital que ficava no meio da mata e sobre o qual se contavam histórias fantásticas que por lá aconteciam” (...). (SERPA, 2011, pág. 86-87).

Até meados da década de 1940, segundo as documentações oficiais, como os relatórios da CTP e publicações da Exposição Nacional de Pernambuco, a cidade fabril de Paulista apresentava uma configuração em sua estrutura assistencialista no quesito saúde, em sua mais “perfeita ordem”, sem acúmulos e duplicidade de questões, no entanto, segundo o cruzamento e análise das fontes, vislumbramos rachaduras imensas e inúmeras no tão glorioso “sistema paulista”, embrenhamos teimosamente nas temidas entrelinhas do cotidiano dos trabalhadores/operários, nos transportamos para o “esqueleto” da cidade fabril de Paulista, as vilas operárias, e nos atrevemos a esmiuçar em partes essa contextura fabril.

Seguindo o cruzamento das fontes, ampliamos nosso debate no campo da saúde na cidade-fábrica, e percebemos a não-presença de instituições de saúde em Paulista, a não ser os espaços de usos disponibilizados pela CTP, segundo Alcantara, “não havia hospitais”, os doentes eram amparados pela direção da CTP, dois espaços de usos, que eram denominados ranchos ou casas de isolamento, para portadores de doenças infectocontagiosas, sendo um deles localizado no bairro do Nobre, que abrigava os doentes de febre maligna, e um outro espaço

localizado próximo a um dos principais braços fluviais de Paulista, o rio Paratibe, na vila Caboatã, destinados a esse espaço os operários que contraíam a bexiga.

Além dos agravantes patológicos citados, a tuberculose¹⁶⁸ foi, entre todas as enfermidades, uma das mais se alastrou e castigou os trabalhadores/operários, além de seu contágio ser acelerado, as más condições alimentares e infra estruturais das moradias operárias e intramuros das fábricas, ambientes fechados, com pouca iluminação e ventilação, lugares úmidos, e para intensificar o contágio, o esgotante regime no horário de trabalho da CTP. Além do ambiente de trabalho, a principal matéria prima do tecido, o algodão, inibia a prevenção e o tratamento, tal qual facilitava a contaminação, tendo sua contaminação pelo ar e contato direto entre os que residiam na cidade fabril e arrabaldes.

“Muito maior que a epidemia dos bexiguentos era a tuberculose em nossa aldeia. Ainda não havia chegado o milagre dos antibióticos. Quantas vidas ceifadas tão precocemente! Quanta tristeza constatar, às vezes, duas, três famílias enlutadas na mesma rua no período de um mês. Quanta gente jovem se despedindo do nosso convívio por não resistir ao terrível mal! Mais uma vez, a proximidade das pessoas nos locais de trabalho e a ignorância que, em alguns casos, não dava importância às medidas de higiene recomendadas, foram responsáveis pelo contágio. Tudo isso agravado pela má alimentação e o esgotamento físico pelas horas trabalhadas além do limite. A relação empregador-empregado era aquela em que tudo lhe era dado e tudo lhe era retirado. Não havia meio-termo. Assim, quando as pessoas eram atingidas pelo terrível mal, eram alijadas do processo produtivo, e em casa, esperavam apenas a chegada da "indesejada das gentes" como diria o poeta Manuel Bandeira. Além da certeza do fim, contavam a vítima e familiares com o tremendo preconceito. Onde existisse um tuberculoso, os vizinhos evitavam até passar pela calçada. Quanta ignorância! Depois, muito tempo demais, apareceu a penicilina. Era a salvação!” (SERPA LOPES, 2011, pág. 88-89).

Com tantos agravantes patológicos e infraestruturais, como a ausência de hospitais e espaços médicos especializados, que até o final da década de 1930 inexistiam em Paulista, essas configurações propiciaram um ambiente fabril ainda mais caótico, o controle e erradicação de moléstias de gravidades diversas na cidade-fábrica se tornaria cada vez mais complexo. Além

¹⁶⁸ Projeto político implementado durante o período Varguista, que tinha como objetivo livrar o país das "degenerescências hereditárias". Tal projeto não foi pensando apenas no combate à lepra, mas também a outras enfermidades: tuberculoso, sífilis, febre amarela, e etc.; além de combater alguns costumes considerados inadequados a uma sociedade forte e saudável. PEREIRA CAMPOS, 2001 apud CAHU DE OLIVEIRA, 2007, pág. 45.

da tuberculose e bexiga, uma outra patologia altamente hostil e letal afetava em grande escala os trabalhadores/operários, seria a lepra¹⁶⁹.

Os indivíduos que contraíam a lepra se caracterizavam como uma ameaça à ordem social e moral para os sadios. Sem demora, com a constatação, deveria ser apartado do convívio social, isolados distante do perímetro urbano, longe das vistas das pessoas, eles deveriam ser apenas expostos às estatísticas dos doentes desse mal, cerceado aos muros de um hospital-colônia. Estas instituições, segundo regulamentações, necessitariam ser bastante aparelhadas e planejadas, de maneira que não poderia se tornar um “podreiros”, onde o acometido da doença ia “desfazer-se nas suas chagas e infindas supurações”¹⁷⁰.

As disfunções do censo leproológico permaneceriam e até se agravariam após a construção do Hospital Colônia de Paulista. Visto que, muitos enfermos não se declaravam como tais, por certo, temiam ter suas vidas prejudicadas por conta da enorme hostilidade social em torno da doença. Por influência das diretrizes sanitárias de 1904, a lepra foi considerada uma doença de alta periculosidade e de notificação compulsória, persuadindo aos portadores que ficassem excluídos do convívio social e proibidos terminantemente de exercer quaisquer profissões, funcionalidades ou apresentar-se em espaços públicos¹⁷¹.

Em virtude disso, a árduos custos, dificilmente se concluiria e definiria um número preciso de casos de lepra no País. No que concerne a Pernambuco, o médico sanitarista Amaury de Medeiros se declara simpatizante ao método de confinamento dos enfermos, isolando-os em um ambiente afastado do centro urbano, e que o Hospital dos Lázaros fosse “adequado e confortável”, acudindo “com pobreza aos seus fins”¹⁷².

A edificação de um hospital para os acometidos da lepra, adaptado às recomendações sanitárias e “necessidades” desses pacientes, seria somente tirado do papel na década de 1930, após a elaboração do plano nacional¹⁷³ de combate à lepra. Segundo Vivian da Silva Cunha,

¹⁶⁹ Utilizaremos o termo lepra não com o sentido depreciativo, mas com o intuito de procurar reconstruir uma terminologia muito à época. O nome “hanseníase” foi criado na década de 1970, pelo leprologista Abrahão Rotberg. Desde então, e após a promulgação do decreto nº 165, de 14 de maio de 1976, foi extinto da literatura médica e dos trabalhos de saúde o termo “lepra”. (CAHU DE OLIVEIRA, 2007, pág. 12).

¹⁷⁰ SOUZA, Heráclides César Souza. História da Lepra no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 3, pág. 401.

¹⁷¹ As notificações compulsórias tinham sido estabelecidas pelo Regulamento Sanitário da União, desenvolvido por Oswaldo Cruz em 1904.

¹⁷² MEDEIROS, Amaury de. SAÚDE E ASSISTÊNCIA: doutrinas, experiências e realizações. Recife: 1923-1926, pág. 95.

¹⁷³ O Plano Nacional de combate à lepra, fora elaborado em 1935, durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública. Porém, desde as primeiras décadas do século XX, médicos e governantes já discutiam que medidas profiláticas deveriam ser tomadas para frear o avanço da doença pelo país. Durante as décadas de 1910 e 1920, foram formadas comissões, criadas leis e regulamentos na tentativa de traçar um plano de metas para se combater a lepra. No entanto, essas leis e regulamentos só encontravam campo de ação na capital federal, pois, de acordo com a Constituição da República, outorgada em 1891, o Brasil era formado por unidades

após 1934 as demandas e exigências de reestruturar os serviços de saúde e educação tornou-se pauta do governo federal. Desta feita, eram necessárias as melhorias nos serviços federais de saúde, mediante a regularização e centralização dos mesmos.

O Hospital Colônia de Mirueira, em Paulista-PE, iniciou sua construção no final do ano de 1936, com a aquisição do terreno, todavia, a construção apenas foi iniciada em 1937, que concomitantemente seria o início do governo do interventor federal Agamenon Magalhães. Semelhantemente ao hospital colônia de Mirueira, outros leprosários foram edificadas em âmbito nacional, entretanto, é necessário salientar a influência deste plano de combate patológico ligada aos ideais disseminados pelo Estado Novo, sendo representado no campo político nacional, Getúlio Vargas, e no campo político local, no caso Pernambuco, Agamenon Magalhães.

O governo nacional está realizando grande plano de assistência aos doentes e de defesa da saúde pública. Preventórios e hospitais estão sendo construídos e inaugurados, em todo o território brasileiro. O nosso Estado, como os demais, está sendo beneficiado por aquela assistência, tendo há poucos dias inaugurado o Preventório da Várzea e ante-ontem o grande Leprosário de Mirueira. São Institutos construídos com técnica e orientação, e entregues ao povo e ao governo do Estado para dirigir-los e mantê-los. É uma colaboração inestimável que nos dá a União, na defesa da saúde pública. É um bem que estamos fazendo aos doentes e aos sãos. Aos doentes, com a assistência e a doçura da nossa solidariedade e da nossa simpatia humana, aos sãos, livrando-os do contágio e do mal (...). (FOLHA DA MANHÃ, Recife, 28/08/1941).

O Hospital Colônia de Mirueira, foi inaugurado em 1941, considerando as orientações do Serviço de Profilaxia da Lepra, o hospital da Mirueira, destinado aos leprosos, se tornaria uma representação de isolamento social dos leprosos em Pernambuco. Localizado nos arrabaldes da cidade-fábrica de Paulista, segundo Cahu de Oliveira, o projeto de leprosaria seguiria o modelo do Leprosário de Santo Ângelo, construído em 1918 em São Paulo¹⁷⁴.

Segundo apontamentos do periódico Diário de Pernambuco, teria sido uma construção financiada pelo Governo Federal junto ao Governo Estadual pernambucano, tendo destinado para a construção e instalação, “dois mil quinhentos e treze contos oitocentos e cinquenta mil réis”, além de “duzentos e trinta e dois contos de réis”¹⁷⁵ para instalações complementares.

Ainda seguindo os apontamentos feitos pelo referido periódico, a manutenção do Hospital Colônia da Mirueira, seria realizada pelo Governo Estadual por intermédio da

federativas, com autonomia política, o que permitia aos estados estabelecerem normas e leis independente da ação ou autorização federal. (CAHU DE OLIVEIRA, 2007, pág. 12).

¹⁷⁴ SOUZA ARAÚJO, 1956, pág. 245-254.

¹⁷⁵ Diário de Pernambuco, 26/08/1941, pág. 05

Administração do Instituto de Assistência Hospitalar com um acordo pactuado em 1938¹⁷⁶. No entanto, este referido contrato feito pelo Governo Estadual de Pernambuco, seria contestado em 1948, na análise e execução do trabalho de conclusão de curso de lepra, desenvolvido pelo então sanitarista Homero F. C. Neves, trabalho este que adentrava na discussão acerca da organização e funcionamento de espaços de combate à lepra.

Segundo os levantamentos e relatórios do sanitarista citado acima, após um período de meses de estágio no Hospital Colônia, a direção e administração do espaço de controle da lepra, em Paulista, deveriam estar subordinadas aos dispensários do serviço de lepra, monitorado pelo departamento de saúde pública, e supervisionado pela delegacia federal de saúde. Entretanto, os métodos acoplados às negligências do hospital, seriam postos em questionamentos, partindo do princípio dos relatórios elaborados pelo próprio corpo administrativo do hospital. Sendo assim, acarretando várias vicissitudes, a começar pelo ingresso dos acometidos no hospital, sem um mínimo de informações e histórico sobre os que se “tratavam” neste espaço, além dos métodos de tratamento e cura¹⁷⁷.

Tendo como base os debates de Cahu de Oliveira, acerca da questão patológica discutida acima, vemos a inserção de um espaço de uso instalado na cidade-fábrica de Paulista, que é o Hospital Colônia da Mirueira. O espaço clínico-hospitalar foi construído com um caráter de "microcidade", nos arrabaldes de uma cidade fabril, o aspecto do espaço apesar de ser um hospital colônia, diferenciava bastante de uma estrutura hospitalar, pois as características apresentadas seriam similares a uma vila, no entanto, contendo enfermarias e leitos. O espaço¹⁷⁸ fora projetado com praças, ruas, templo religioso, escola, uma espécie de subprefeitura, espaços de lazer, além do principal, os complexos clínico-hospitalares necessários para assegurar o tratamento dos doentes. O hospital Colônia da Mirueira seria dividido espacialmente em três extensões, a zona A - considerada a zona salubre ou sadia; a zona B - considerada como um espaço neutro; e a zona C - considerado como o espaço dos acometidos e não sarados¹⁷⁹, descreveremos as subdivisões a partir das discussões de Cahu de Oliveira:

¹⁷⁶ Decreto nº 163, 23 agosto de 1938. APEJE, coleção de atos e decretos do Governo de Pernambuco.

¹⁷⁷ NEVES, Homero F. C. Relatório sobre a Colônia de Mirueira. Boletim do Serviço Nacional de Lepra. Rio de Janeiro: Ano VII, nº 03, 1948.

¹⁷⁸ Anexos 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.

¹⁷⁹ As referências de zoneamento no interior da Colônia de Mirueira, encontram-se registradas no Diário de Pernambuco, 28/08/1941, e Folha da Manhã 28/08/1941. Além dos relatórios de Regulamentação do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado de Pernambuco, aprovado pelo decreto nº 163, instaurado em 24/04/1938. Capítulo VIII. Art. 70, pág. 91.

Zona A:

A zona A era zona dos empregados. Estava localizada no início do terreno na parte mais elevada, bastante afastadas das outras duas zonas. Era formada por dois conjuntos de casas duplas para a residência dos funcionários do Hospital - em uma delas funcionava a escola para os filhos dos funcionários e moradores das redondezas, uma casa destinada à residência do diretor; outra onde residia o motorista da usina da luz; além de um pequeno estábulo para a criação de vacas com pequena produção de leite; cercado de estacas para a criação de caprinos e galináceos; além de uma casa, no estilo “Bungalow” para moradia. A esta zona seria proibido o acesso dos “leprosos”. Somente os sadios poderiam circular por ela. (Cahu de Oliveira, 2007, pág. 55).

Zona B:

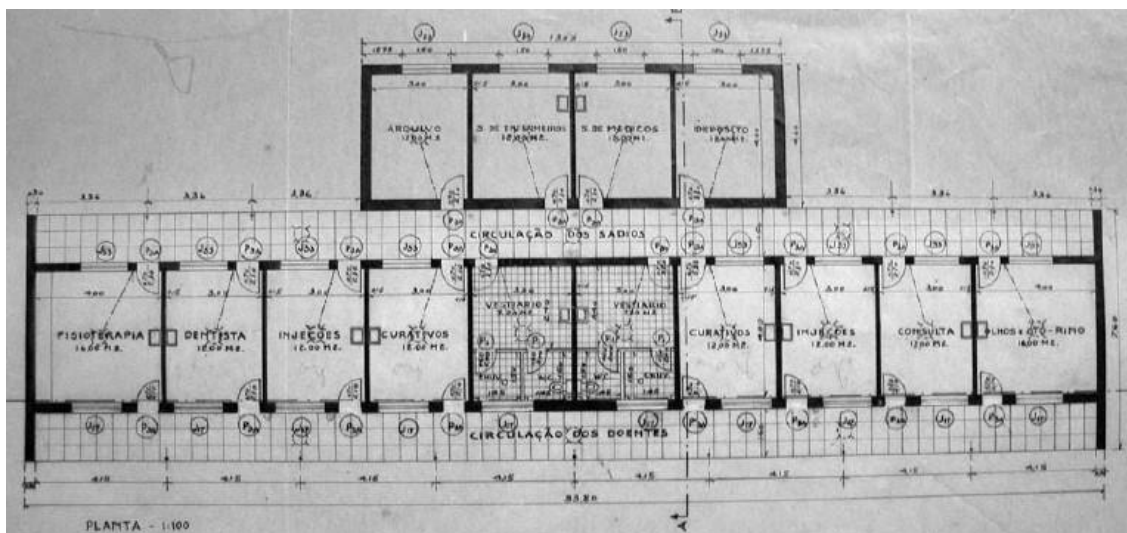
A zona B, ou zona neutra, ficavam o prédio da administração, composto pelo gabinete do Diretor, secretaria, arquivo, uma sala para depósito e um almoxarifado. Em um plano mais elevado localizava-se a residência das Irmãs; ao seu lado, uma capela para culto católico - servia também aos internados; pavilhão para os doentes que se encontravam em observação; ao lado do prédio da administração localizava-se o laboratório e a farmácia. Na região limítrofe entre as zonas B e C, encontra-se o Parlatório, local onde eram realizadas as visitas aos internos do Hospital. Tal construção apresentava entradas distintas para doentes e visitantes. Em seu interior, uma parede de vidro separa os sadios dos leprosos. Porém, segundo o sanitariano Homero Neves¹⁸⁰, este prédio encontrava-se, já em 1948 - sete anos após a inauguração do Hospital de Mirueira - em péssimas condições de higiene e conservação, sem móveis e inapto para o fim a que se destinava. A Zona B era uma área de “fronteira” entre a área dos sadios - a Zona A - e área dos doentes - a Zona C. Porém, em relação às construções, as plantas baixas do Hospital indicam por quais locais os “leprosos” deveriam circular. As plantas mostram o nível de detalhes em que foi pensado o isolamento. Os pavilhões de serviços médicos, assim como o Parlatório, também foram pensados para terem circulação específica para os doentes e os sadios. (Cahu de Oliveira, 2007, pág. 56).

Zona C:

Na zona C, ou área “suja” ou doente, estavam dispostas as instalações utilizadas somente por “leprosos”. Nela se encontravam 07 pavilhões de habitação coletiva, os chamados “pavilhões carville”, que seguiam o modelo do Leprosário norte-americano de Carville, em Louisiana - EUA. Eram destinados aos solteiros, separados por sexo e por formas clínicas da doença. Tinham capacidade para 28 pacientes cada um. A zona C dispunha também de mais dois pavilhões de habitação coletiva com capacidade para 50 pacientes cada; um pavilhão de diversões; 12 conjuntos de casas geminadas destinadas para os casados; uma área para esportes e lazer, uma escola, uma biblioteca, uma escola de música, que ficava no mesmo prédio da prisão; um prédio para a prefeitura; mais dois pavilhões destinados à costura e lavanderia, além de um pavilhão para isolamento, um necrotério e um forno crematório. Um pouco mais afastado e não consta nas plantas baixas do Hospital por assim determinar o projeto modelo de leprosaria de Abelardo Caiuby, ficava o Cemitério, destinado ao sepultamento dos “leprosos” que ali se internaram. Esta resolução de não localizar o cemitério na planta do hospital seguiria apenas exigências estéticas ou a sua disposição na planta geral da leprosaria seria um tanto quanto “chocante” e tiraria o aspecto de “beleza” e “suavidade” a que se propunham os projetos de construção de hospitais colônias. (Cahu de Oliveira, 2007, pág. 57).

¹⁸⁰ Baseado no relatório produzido pelo sanitariano Homero Neves, existia um déficit de medicamentos na farmácia, além dos materiais clínico-hospitalar de base para funcionamento do laboratório.

Figura 37: Fotografia de Cahu de Oliveira, 2007, pág. 56. Planta baixa do Pavilhão de Serviços Médicos do Hospital da Mirueira. APEJE, Divisão de Iconografias. Planta: 215/25. SSOMA: 15/20.



A zona C do Hospital Colônia também tinha o espaço de usos para o lazer. Neste espaço de lazer, dispunha de uma biblioteca, um espaço destinado ao cinema com uma capacidade de aproximadamente 144 pessoas, espaço-clubes onde eram realizados os festejos dos internos, além de uma amplificadora local, um periódico, campo de futebol e Grêmio Cultural Silvino Lopes. Ambos os espaços não constam nos relatórios de 1941 do Hospital, esses espaços de usos somente iriam aparecer nos relatórios a partir da década de 1950.

O cotidiano dos internos era fiscalizado e disciplinado com intensidade, semelhante aos modelos de disciplinas da cidade fabril, guardando as devidas proporções. Por intermédio administrativo, composto do diretor-prefeito, delegado, além das irmãs de caridade (irmãs de Santana)¹⁸¹, impunham o aperfeiçoamento da ordem e moral.

Além do corpo administrativo, que eram “escolhidos” periodicamente entre os enfermos, existia um espaço disciplinar, a cadeia dos leprosos. Este espaço disciplinar era destinado aos enfermos indisciplinados, ou os enfermos que tentavam rebelar-se e fugir do hospital colônia. Os guardas fiscalizadores, responsáveis pela manutenção da ordem, vistoriavam e capturavam os enfermos rebelados que tentavam fugir, os guardas fiscalizadores também eram “escolhidos” pelos enfermos.

¹⁸¹ As irmãs de caridade e filantropia pertenceriam à Ordem religiosa de Sant'Ana, a mesma ordem religiosa que administrava o Hospital dos Lázaros em Santo Amaro. Segundo indicativos dos periódicos, "Diário de Pernambuco", "A voz de Mirueira" e "O Momento", as irmãs de Sant'Ana teriam administrado o hospital colônia até o final da década de 1940.

A luz elétrica, segundo apontamentos de Cahu, foi distribuída no hospital colônia a partir do final da década de 1940, e primeira metade da década de 1950, a luz elétrica¹⁸² era distribuída por geradores, posteriormente foi redistribuída entre os geradores da cidade-fábrica e os geradores da CHESF, e somente era fornecida neste primeiro plano estrutural, das 18:00 às 22:00 horas.

Como analisamos e discutimos, o Hospital Colônia da Mirueira não seria apenas um espaço asilar, destinado para abrigo dos leprosos. Seria um espaço nos arrabaldes da cidade-fábrica, ordenado e estruturado, concentrando o isolamento dos acometidos, buscando manter o menor convívio possível entre os enfermos e sadios, oferecendo-lhes, segundo os discursos médicos-sanitários do isolamento social, possuindo elementos e espaços de usos indispensáveis para uma vida “quase normal”.

A década de 1940 na cidade-fábrica de Paulista é marcada por disputas políticas frente às assistências sociais, disputas envolvendo a Companhia de Tecidos Paulista, a interventoria de Agamenon Magalhães e o sindicato dos operários. A constituição, organização e funcionamento da Policlínica Anna Elizabeth Lundgren, inaugurada apenas em 1950, fazia parte da trama de disputas entre esses três protagonistas citados.

O planejamento e projeto da policlínica tinha uma finalidade, encobrir as discussões e conflitos aprofundado e considerado levantados pelo sindicato, os quais, mencionavam e alegavam as constâncias problemáticas acerca da saúde dos trabalhadores/operários.

Figura 38: Policlínica Anna Elisabeth em sua inauguração.



Fonte: Acervo pessoal de José Benigno do Amaral, finais da década de 1940.

¹⁸² A energia elétrica, segundo apontamentos de Jota Vasconcelos “Mirueira, a cidade do medo”, seria estabelecida no governo de Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951).

Figura 39: Policlínica Anna Elisabeth.



Fonte: IBGE. Data: ano de 1952.

Segundo apontamentos e debates realizados por Leite Lopes, entendemos que os embates e reivindicações no campo da saúde, tomaram uma proporção considerável entre os operários/trabalhadores por três motivos: a necessidade de uma assistência médica de qualidade para a população operária, a defesa e proposta da construção da sede do sindicato, e estopim dos embates, fora a comprovada morte de uma moça de dezesseis anos, filha de um operário, que por falta de atendimento médico no parto, morrera. Assembleia geral extraordinária (30/04/1944) fundamentou-se sobre esses três pilares para fomentar as reivindicações embates.

A construção e funcionamento da Policlínica Anna Elisabeth, dirigida pela Companhia de Tecidos Paulista, se impõe como espaço de usos para silenciamentos das inquietações dos trabalhadores/operários. Embora sendo um espaço de um bem comum para os trabalhadores/operários, o significado do espaço se mostra com um certo teor de dubiedade. Um espaço de assistência médica, bastante imponente para a realidade da cidade-fábrica, no entanto, um espaço ostentativo, com um teor ostensivo. O funcionamento da Policlínica e seus apêndices funcionais é amplamente criticado pelos operários, devido a excessiva cobrança monetária feita pela CTP aos operários.

Figuras 40 a 42

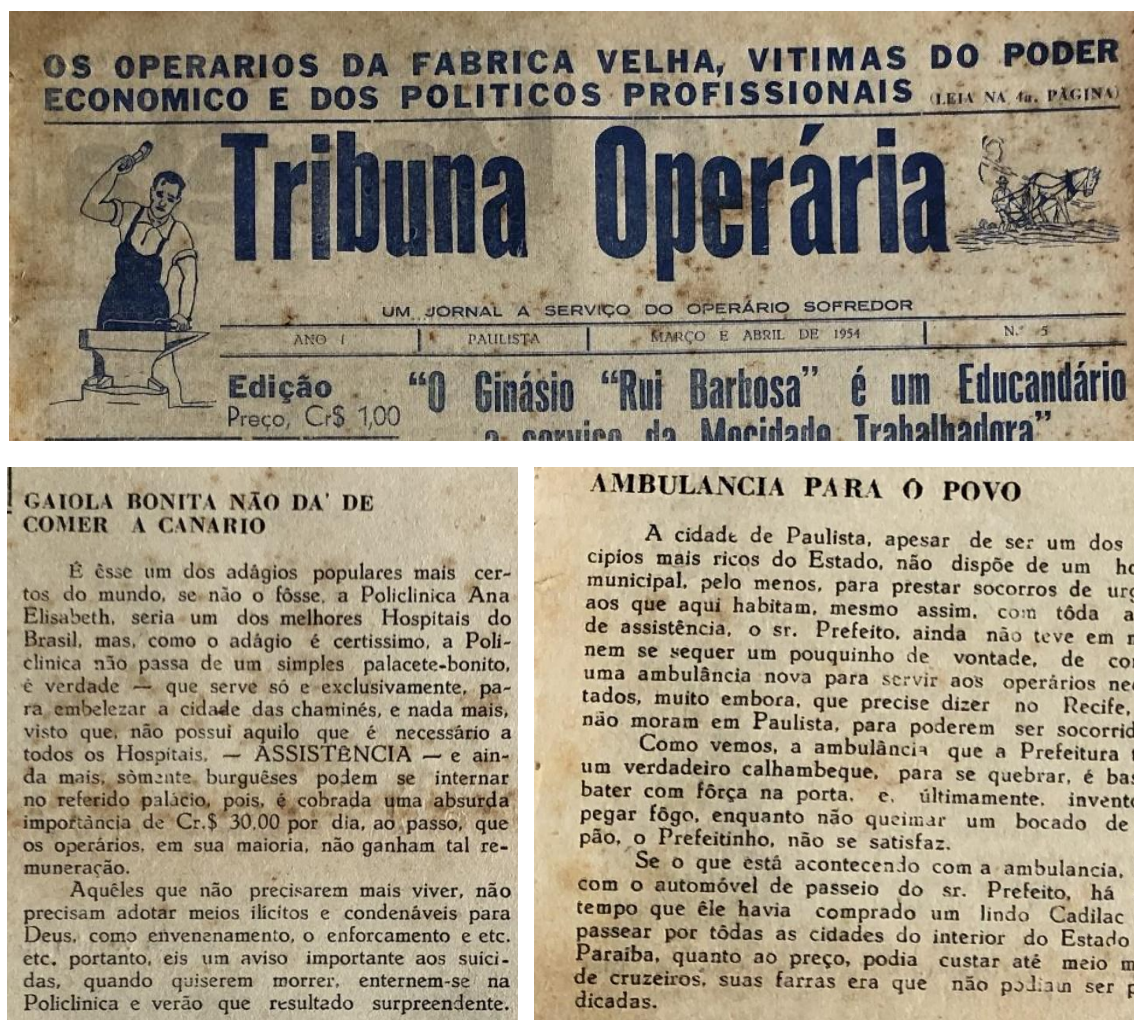


Figura 40, 41, 42. Fonte: Jornal Tribuna Operária, março/abril de 1954. Págs. 01, 02, 03.

A “eficácia” dos usos dos espaços e representações simbólicas por parte dos mesmos, é reiteradamente construída de forma empírica e simbólica¹⁸³, utilizadas pela Companhia de Tecidos Paulista para a sobrepujança e amostragem de dominação, frente às inquietações, questionamentos e conflitos cotidianos por parte dos trabalhadores/operários.

Quanto às associações de dominação sobreposta pela fábrica junto aos seus operários são notórias, em reflexão com as fontes documentais, as construções dos imponentes edifícios empreendidos pela fábrica e família Lundgren são no mesmo interim, seja a tão criticada Policlínica, seja um outro monumento, a Igreja Santa Elisabeth. Sendo este monumento mais “eficaz” no quesito de busca de dominação e pacificação das massas.

¹⁸³ BOURDIEU, 1989, págs. 23-34.

O fascínio com as realizações grandiosas, para o contexto espaço-temporal da cidade-fábrica, aparenta fazer a própria fábrica refém das armadilhas criada por ela própria, armadilhas dos “privilegiamentos exagerados”¹⁸⁴, expressando apenas um lado da ação histórica, o lado da “história no contexto objetivado”, acumulando ao longo dos anos as “coisas”, prédios, máquinas, monumentos, negligenciando a sua intervenção no outro lado da “moeda” da ação histórica, a “história do estado incorporado”, onde a CTP se tornaria um sistema de disposições culturais, interiorizado nos grupos sociais (BOURDIEU, 1987, págs. 82-83).

O aproveitamento indireto feito pela Companhia de Tecidos Paulista, as ações associativas organizada pela Igreja, que são a Juventude Operária Católica (JOC) e a Liga Operária Católica, foram apêndices importantes a formação moral e disciplinar dos indivíduos, apropriado indiretamente pelos signos fabris de Paulista. Segundo os relatórios, o discurso para a edificação da Igreja Santa Elisabeth se apresenta com um caráter deslumbrante, como uma tentativa de silenciamento dos operários que dia após dia reivindicavam seus direitos.

“A Igreja Santa Elisabeth (homenagem à matriarca da família Lundgren, mãe dos coronéis), majestoso templo católico, grandioso mesmo como concepção arquitetônica (de tijolos expostos ao estilo nórdico, semelhante à casa grande local, com capacidade para cerca de duas mil pessoas, inaugurada no dia 29 de junho de 1950, por S. excia. Revdma. D. Miguel de Lima Valverde, digníssimo e querido Arcebispo Metropolitano, a cujo ato, que se revestiu de invulgar solenidade, compareceram os Bispos Diocesanos do Estado e outras autoridades eclesiásticas, bem como, figuras de maior destaque na sociedade pernambucana. (Relatório de 1950).

O nosso desvelo pelo bem-estar material e espiritual do nosso povo operário não sofreu solução de continuidade. Os serviços religiosos na nova Matriz são diários e a afluência não somente é local e sim, assinalam-se muitos forasteiros que procuraram, na majestosa quietude do Templo, o ambiente próprio para as suas peregrinações espirituais. Nos tempos presentes, em que a demagogia aliada à anarquia procura infiltrar os seus venenos exóticos na mentalidade da massa laboriosa do nosso povo, incitando-o ao descontentamento, à desobediência, e, finalmente à sedição, em prejuízo das sábias e sadias doutrinas do nosso Governo Democrático e da “Ordem e Progresso” que formam o lema do nosso pavilhão nacional, mais imperativo se torna chamar o povo à prática de boas ações e cumprimento dos mandamentos de Deus. É por isso que não cansamos em recordar e ensinar ao operariado o caminho do bem. E no continuar dessa obra patriótica, não desfaleceremos e não pouparemos os meios naturais para congregar o povo em redor desta Direção, numa apoteose de confraternização entre o Capital e o Trabalho”. (Relatório de 1951).

Percebemos a partir da análise do Relatório de 1951, uma ideia que se apresenta permanente, tendo uma certa robustez, uma ideia de Capital, Trabalho e Igreja, que era proveniente do Estado Novo. Fazendo um cruzamento de fontes, e constituindo um diálogo entre elas, observamos um “outro lado da moeda”, no entorno da discussão do monumental

¹⁸⁴ LEITE LOPES, 1987, pág. 175.

templo católico, sobretudo os conflitos pelos espaços na cidade-fábrica de Paulista. Segundo a fonte documental intitulada “Igreja de Santa Izabel, Rainha de Portugal”, consultada e disponibilizada no acervo pessoal do pesquisador e memorialista Dário José, a documentação primária assevera um embate entre os coronéis e a organização operária de Paulista.

“Tudo contribui para a monumentalidade desta igreja, até a sua localização estratégica pelo fato dos operários daquela época almejarem aquele terreno para um futuro sindicato.

Pouco antes de 1946, os operários de paulista (da Fábrica de tecidos Paulista, organizavam-se para construir em frente a fábrica, na praça Agamenon Magalhães, um sindicato. Tal projeto não se concretizou, pois, o Coronel Frederico Lundgren, destruiu este sonho, construindo um templo religioso.

A igreja não pertence a nenhuma irmandade, muito menos foi doada a Igreja Católica, sua planta encontra-se em poder de difícil manuseio. De início os Lundgren arcavam com todas as despesas, inclusive os padres. Após algumas divergências este não ficou, mas sob sua responsabilidade, passando em seguida uma averbação em cartório (da igreja)”. (Documento intitulado Igreja de Santa Isabel, Rainha de Portugal, livro de tombo da paróquia, datação desconhecida pela debilitada situação do documento).

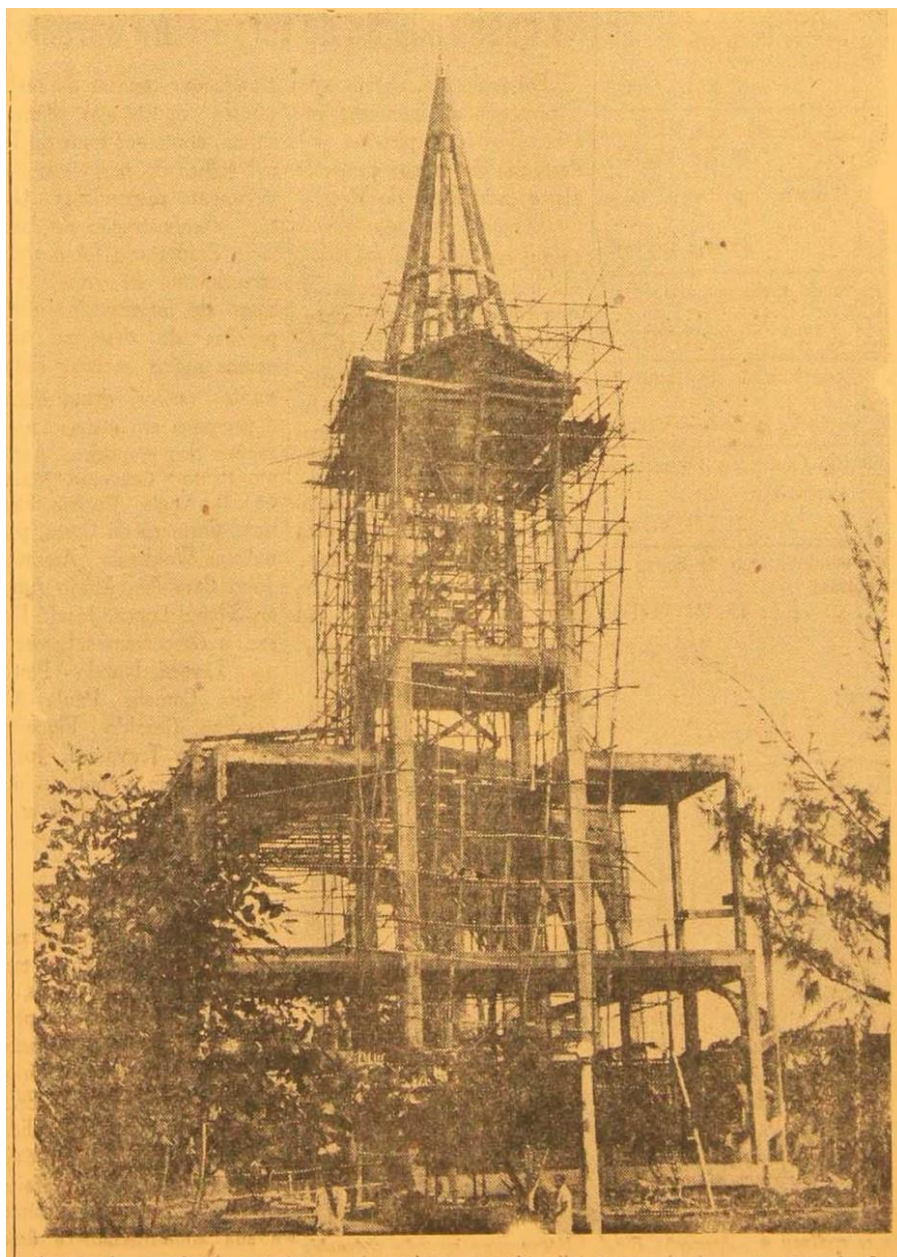
A Igreja Católica em Paulista, no final da década de 1940 e início da década 1950, seria uma espécie de poder justificador, pois, é em nome da qual, a Companhia de Tecidos Paulista frente aos operários, trava seus conflitos e justifica-os em nome da instituição religiosa, que momentos consideráveis estava a favor dos interesses da CTP, praticando intolerâncias política, social e religiosa, e abrangendo essa intolerância para o campo da violência, contra a luta sindical, contra as forças políticas locais e contra religiões outras que não fosse a fé católica apostólica romana. Observemos a imponente monumental e simbólica do templo construído pela família Lundgren¹⁸⁵ e CTP.

O estilo neo-romântico foi adotado por muitas igrejas de Pernambuco, nos meados da primeira metade do século XX. A Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal, construída com os recursos do Coronel Frederico Lundgren, Arthur Lundgren e Anitta Lundgren, e com doações de operários e operárias, foi arquitetada pelo Munter, autor do projeto da referida igreja e de outros templos católicos de Pernambuco e Ceará. A estrutura do templo é em concreto armado, com arcos e linhas no teto, sendo a mais alta e imponente construção até os limites temporais da pesquisa. A igreja externamente se mantém com sua textura aparente, provavelmente, inspirada e aparelhada na arquitetura industrial da cidade fabril.

¹⁸⁵ Apesar dos irmãos Lundgren conviver e fomentar várias doações, concessões e financiamento para o seguimento Católico Apostólico Romano, os herdeiros escandinavos eram de seguimento anglicano, entretanto, não permitia outras formas de cultos ou cerimônias religiosas, como os cultos protestantes de seguimento pentecostal e calvinista, espíritas e de matriz africana. (Livro de Tombo da Paróquia, pág. 48).

A utilização de artigos industrializados (tijolos e revestimentos) e de novos materiais (ferro e vidro) na construção, também contribuiu para a formação da linguagem eclética. A igreja também é composta de um cemitério privado, considerado por muitos, um lugar sagrado, pois estavam sepultados os Lundgrens e amigos mais próximos da família. Este cemitério se encontra nas mediações abaixo do púlpito, numa sala subterrânea, com vários ossuários e túmulos. Na parte mediações acima do cemitério também se encontra a sacristia da igreja.

Figura 43: Construção do Templo Católico de Paulista.



Fonte: Biblioteca Nacional, hemeroteca digital - Jornal Fonte: Diário da Manhã, 27/07/1947.

Figura 44: Recém-inaugurada Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal.



Fonte: IBGE, meados de 1952.

Figura 45: Igreja Santa Isabel Rainha de Portugal, atualmente.



Fonte: Fotografia do autor (Reginaldo Neto), data: 15/07/2020.

As questões administrativo-eclesiásticas de Paulista estavam ligadas à Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, que também a mesma está ligada a Sé Metropolitana de Olinda. Maranguape, atualmente é um bairro de Paulista, no entanto, no período discutido era um engenho com vários sítios que auxiliava o engenho. As capelas que estavam ligadas à freguesia de Maranguape eram: Capela Igreja de Maranguape (matriz); capela do Janga; Capela N^a. Sr^a. do Ó; Capela da Conceição; Capela de Barra Mansa (Maria Farinha); Capela de Timbó (São José); Capela de Santo Antônio (Paratibe), Capela de Poty (Conceição); Capela de Fragoso (Estrada de Olinda).

O corpo de eclesiástico que atuou no espaço-temporal da pesquisa é composto por diversos sacerdotes. O primeiro vigário de Paulista foi o Padre Teodoro Van Houtert (Holandês), em 1904, logo após o Pe. Manoel Rodrigues Netto, posto ao cargo eclesiástico em 1913. Em posteriores anos, em 1916, vimos a atuação de dois vigários, Pe. Alfredo M. Pedroza e Pe. João Carneiro. Em 1918, vimos a atuação de mais dois vigários nas extensões de Paulista, Pe. Oswaldo Brasileiro e Pe. Américo Pitta. Segundo as informações do livro de tombo nº 1, que se encontra na casa paroquial de Paulista, em 1919, com a atuação do Pe. Alfredo Pedroza e Pe. Manoel Rodrigues Netto, houve uma reforma na “Capella de São de José, com instalações de iluminação electrica, substituindo a iluminação de carboreto, além da erecção de humilde theatrinho¹⁸⁶ para jovens, sócios de S. Luiz”¹⁸⁷.

Com as mesmas prospecções nas documentações discutidas acima, encontramos no ano 1922, a presença de músicos e cantores católicos, provavelmente, trabalhadores/operários da CTP, que pertenciam às associações católicas (Apostolado da Oração; Pia União; São Vicente; JOC, LOC, Homens e Rapazes da Ação Católica; Ass. das Almas; Ordem III (São Francisco). Além disso, visualizamos alguns dias que a igreja reservava para piqueniques e quermesses, como o dia 22 de novembro, festa de Nossa Senhora dos Prazeres na Matriz de Maranguape.

A Igreja Santa Isabel, Rainha de Portugal, foi inaugurada no dia 28 de junho de 1950, pelo Pe. Noberto Verhoeven. Com a presença dos reverendos Dom Miguel de Lima Valverde, arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, do prefeito à época o Sr. José Eustáquio de Queiroz e família, vereadores, além dos empresários/industriários, administradores, e uma multidão de operários e operárias.

A análise entrecruzada de experiências, vivências e expectativas cotidianas, é a base orientadora do debate, movimentando-se entre os diversos espaços de usos e sua relação com o cotidiano do trabalhador/operário, foi o foco de discussões deste subcapítulo. Assim sendo, tendo como simultânea discussão, a construção simbólica e física dos espaços comuns da cidade-fábrica, tendo a presença direta fábrica, e às vezes a presença “invisível”, sobreposta nos símbolos e regramentos. Contudo, os espaços de sociabilidade e experiências cotidianas dos trabalhadores/operários, são plurais e subjetivas, tendo como força reguladora, as políticas assistencialista/paternalista, interligando a fábrica e a vida privada dos operários. Desta forma, à análise do não-trabalho da cidade-fábrica, nesta primeira metade do século XX, abrem-se leques e possibilidades discursivas, teóricas e metodológicas, no movimento de debate e

¹⁸⁶ Esse teatro que o documento aponta, é o mesmo espaço onde atualmente a prefeitura da cidade de Paulista está situada.

¹⁸⁷ Livro de tombo da freguesia de Maranguape nº 1, pág. 19.

reflexão dessa relação complexa do ambiente fabril, transpondo limites e fronteiras tanto visíveis quanto invisíveis. No próximo subcapítulo, debateremos de forma mais laboriosa os aparatos institucionais que preencheria as lacunas do “tempo-livre” das operárias e operários da CTP.

3.3. LAZER, EDUCAÇÃO, FESTEJOS E FUTEBOL

O cotidiano inflexível se alterna com dias e momentos específicos de tempo livre e descanso, logo, pode ser refletido em uma esfera mais ampla, como alterações na relação do mundo trabalho e vida privada. O som dos apitos evidencia o início da jornada de trabalho, as conversações e o estalar ligeiro dos tamancos representa uma aceleração no cotidiano dos trabalhadores/operários¹⁸⁸. No término de cada expediente, vislumbrava ter a sensação de liberdade. “Enquanto trabalhava não tinha essa liberdade toda não, mas quando a gente saía do trabalho, largava do trabalho era livre”¹⁸⁹. O relato que a ex-tecelã Isabel apresenta, descreve o sentimento fora dos muros da fábrica. Na sua fala, a ex-tecelã busca desagregar o mundo do trabalho de um possível tempo-livre. Esse momento de não-trabalho, que costumeiramente denominamos de descanso ou de lazer. No entanto, essa designação quanto a sua indicação de um possível tempo de liberdade, ou do não-trabalho, não poderia ser discutida sem ter uma compreensão teórica.

As alterações na associação entre o trabalho e o tempo do não-trabalho, certamente tomarão forma na sistematização do trabalho livre e fabril, no Brasil do final do século XIX e início do século XX. A associação do tempo do não-trabalho, do descanso e do lazer é empregada inicialmente por Vitor Andrade de Melo, no entanto, é a posteriori feita uma ressalva acerca da noção, “a artificialização de um tempo que deveria ser de descanso e recuperação para a continuidade da labuta não significa que, principalmente os indivíduos mais pobres, não utilizassem esse tempo com tarefas domésticas ou atividades que complementariam a renda e o sustento familiar”¹⁹⁰.

O moderno paradigma de trabalho, com rotinas rígidas e pré-determinadas pelas fábricas, entrelaça-se com a diligência de emoldurar as camadas populares em um novo modelo do mundo trabalho e, no mesmo momento, entrecruzar os delineamentos das indústrias com as

¹⁸⁸ Seu Bené, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

¹⁸⁹ Dona Isabel Maria dos Santos, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

¹⁹⁰ MELO, Victor Andrade de. INTRODUÇÃO AO LAZER. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.20.

organizações e postulações de direitos das camadas citadas anteriormente, essa mesma camada popular, com suas exigências e reivindicações poderia colocar em "perigo" esse sistema fabril que estava sendo implantado. Dessa maneira, compreendemos que à abordagem acerca da busca de controle dos tempos de descanso e lazer, sintetizando apenas como uma proposta burguesa poderia centralizar e simplificar esse elemento do cotidiano dos trabalhadores/operários, que vai se estender à estruturação do mundo do trabalho moderno. Necessita ser ponderada a simultaneidade das ações dos diversos protagonistas envolvidos. Não podemos submeter a ideia do lazer ou a artificialização do tempo do não-trabalho, como uma proposta finalizada que foi aplicada a uma vivência externa. As discussões e construções dessas práticas e estruturas são envolvidas de particularidades e singularidades, dinâmicas multiformes e complexas do tempo e espaço aplicado e analisado.

A forte resistência popular acabou influenciando os projetos de controle das classes dominantes: se os projetos originais não obtinham sucesso completo, era necessário reorientá-los. Esse processo de articulação e rearticulação produz uma verdadeira dinâmica de interinfluências, de circularidade cultural: se os dominantes influenciam nos parâmetros de vida dos dominados, os últimos também influenciam nos parâmetros dos primeiros. (MELO, 2003, p. 10).

As diretrizes e delimitações vão importunar os trabalhadores/operários “em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais”¹⁹¹. A compreensão dessas ações não é uniforme, pois, abrem-se escapes para resoluções das classes populares de resistência e insubordinação. Nessa perspectiva, os clubes recreativos para trabalhadores/operários podem ser entendidos como algumas das diversas opções de lazer dos que habitavam nas cidades fabris, formalizada a partir da participação de vários grupos, possibilitando uma coletividade de interesses e anseios por parte dos industriais e subordinados¹⁹². Entretanto, essa organização de agremiações, recreações e práticas correlacionadas teria tido em suas trajetórias uma sequência de discordâncias entre eles mesmos, pois as divergências e tensões entre as orientações culturais pensadas para os trabalhadores/operários pelos grupos comunistas, anarquistas, pela militância sindical e diversas formas de lazer da classe operária¹⁹³.

¹⁹¹ RAGO, 1987, p. 24-25.

¹⁹² DECCA, op. cit.; SIQUEIRA, Uassyr de. Clubes Recreativos: Organização para o lazer in Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. apud CAVALCANTE, 2017, p. 75.

¹⁹³ SIQUEIRA, 2009, p. 171.

Os instantes de divertimentos, nas situações de não-trabalho, desarmavam eventualmente as vigilâncias e controles da indústria, e abria brechas para amplificar a sociabilidade dos trabalhadores/operários, como também a manutenção e permanência de práticas tradicionais (camponesas) consideradas danosas aos interesses e necessidades da lógica industrial frente a estes “novos trabalhadores”¹⁹⁴. O gerenciamento dos entretenimentos populares é posto como essencial para o controle da classe operária. De acordo com as reflexões de Melo, a sistematização e gerência do tempo de não-trabalho foram asseguradas pela articulação entre a fábrica, forças policiais, poder judiciário e a Igreja. Todavia, “as classes dominantes enfrentam as resistências tenazes de trabalhadores que preservam suas tradições, sistemas de valores e costumes, que valorizam sua atividade profissional, que cultuam seus santos, que possuem todo um código de representações simbólicas”,¹⁹⁵ e, além disso, as adesões as diversas frentes e correntes políticas atreladas ao movimento operário.

A disciplinarização da vida privada dos operários também envereda pelo sentido auditivo, é interessante ao analisar essa característica de cidade fabril, a protagonização da igreja como detentora e controladora do tempo na rotina dos operários. Em congruência com a igreja, a fábrica, com todos seus artifícios, também assume e desempenha esse protagonismo no mesmo quesito de controle do tempo; o sino da igreja e o apito¹⁹⁶ da fábrica, são elementos basilares para integração administrativa do tempo na “cidade das chaminés”¹⁹⁷.

As vivências e cotidiano fora dos muros das fábricas em muitos contextos estavam envolvidos por um ideal disciplinador e moralizador da elite industrial e dos intelectuais reformadores das cidades, as imposições econômicas dos industriais, além da vigilância policial.

Numa obra publicada em 1959, que foge um pouco ao nosso recorte, mas que é de interesse pelo tema que aborda, o sociólogo baiano Acácio Ferreira se debruça sobre a questão do lazer operário e a importância de refletir sobre as diferentes formas de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, assim sendo, Acácio Ferreira, representa, até onde pudemos averiguar,

¹⁹⁴ RAGO, 1987, p. 34-35.

¹⁹⁵ RAGO, 1987, p. 25.

¹⁹⁶ Os apitos assinalaram a hora de acordar, o horário de entrada, almoço e saída nos três turnos das fábricas Arthur e Aurora. As 4 horas da manhã toca o tradicional apito da madrugada, para despertar os trabalhadores que começam sua jornada de trabalho as 5 horas da manhã. Este despertar dos filhos “bons da fábrica” é conjugado frequentemente com o início das atividades domésticas da mãe de família, ocupada primeiramente com a confecção das marmitas que os filhos e filhas dos operários levariam para as fábricas. (ALVIM, 1996, p. 154).

¹⁹⁷ A expressão “cidade das chaminés” carrega tanto uma referência a uma cidade única, quanto a alusão a um tipo de cidade e da forma de dominação existente, ela também traz embutida essa maneira subjetiva e interiorizada do próprio dominado apresentar a dominação do corpo com sua história de vida, como é o caso da apreciação estética e sensorial dos apitos, da água e das chaminés da cidade (...). (LOPES, 1988, p. 20).

o primeiro tratadista brasileiro do lazer, o mesmo é reconhecido como o marco inicial dos debates dessa problemática social no Brasil. O autor, usando de sua expertise, atentou às particularidades da sociedade brasileira e das demandas de lazer nas camadas mais pobres da população.

Segundo Ferreira, a relevância para um planejamento urbano se prescrevia aos administradores, como uma espécie de resolução que solucionaria partes dos problemas da cidade. Em virtude disso, o autor, buscou estabelecer pontes, para conhecer o operário a partir de seu tempo livre, tencionando extrair de sua pesquisa uma série de componentes de ordem social, cultural e econômica. De acordo com seu entendimento, o lazer correspondia ao tempo liberado do trabalho, um aspecto importante em sociedades industriais.

Ora, no caso do lazer, os estratos melhor situados na pirâmide social, em virtude exatamente dessa situação, atendem satisfatoriamente suas exigências recreacionais, deixando de sofrer as deficiências da cidade e colocando a questão do bom ou mau uso do lazer em outro nível. E assim sendo, a ocupação do tempo livre dos estratos sociais inferiores não desperta a sensibilidade dos estudiosos e não se converte em problema, desde que não alcança a sua consciência (FERREIRA, 1959. p. 14/15.)

Mais adiante, considerando que a falta de um planejamento relativo ao lazer das classes trabalhadoras poderia levar ao alcoolismo, delinquência e outras mazelas, o mesmo autor afirma:

Nesse sentido é que afirmamos a necessidade de uma nação em refletir seriamente sobre os meios de transformar o lazer em força produtiva, aproveitando a enorme oportunidade que ele oferece e evitando o ‘deficit’ cultural de uma utilização negativa. (FERREIRA. p. 28)

No âmbito desses espaços, o tempo livre poderia ser completado por diversas atividades recreativas consideradas saudáveis, no entanto, segundo o autor, as reflexões sobre estes espaços são fundamentais, pois, demonstra aspectos e práticas contraditórias. Em razão disso, elementos que poderiam configurar formas de controle e vigilância sobre a população, no outro lado da moeda, poderiam produzir também possibilidades e formas de uso, inclinada para as subversões da ordem pré-estabelecida.

Numa área ainda pouco trilhada pela historiografia, os estudiosos de lazer, como Christianne Luce Gomes que aborda e estuda Porto Alegre-RS entre os anos de 1926-1964. A referida autora estuda as experiências a partir das distinções entre lazer e recreação, possibilitando na discussão uma distinção entre esses dois fatores de tempo-livre. Assim sendo,

o seu estudo debate a emergência da temática do lazer no Brasil e a construção de seus significados.

Assim sendo, Luce Gomes, se debruça em seu debate para compreensão das matrizes do pensamento que induziram à construção dos significados de lazer e recreação no âmbito das políticas públicas, por meio do estudo de experiências institucionais desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX. A autora também flexiona seu debate para analisar autores e discursos, que se envolveram direta ou indiretamente sobre a produção do conhecimento acerca da recreação até a primeira metade da década de 1960, procurando compreender os significados de lazer neste contexto, bem como as relações produzidas com a recreação.

* * *

No contexto de Paulista, a força disciplinar estava atrelada aos jagunços e sentinelas armados, custeado pelos coronéis Lundgren, donos da CTP, sendo assim, essa mesma vigilância mirava nos cabarés, botequins e nas práticas de jogos¹⁹⁸, ou seja, lugares e práticas “pervertidas”. No cenário de Paulista, especificamente, compreendemos como domínio, comando, dirigente do monopólio da força disciplinadora¹⁹⁹ e dirigentes também dos espaços “públicos” urbanos da cidade-fábrica, os mesmos industriais, proprietários não só das fábricas e habitações, mas das extensões municipais. Como refletido anteriormente, as habitações operárias de Paulista também podem ser entendidas como espaço de uso cidadão construindo-se em diferentes conjunturas, onde a Companhia de Tecidos Paulista vai se envolvendo e desenvolvendo mecanismos de controle e regulação, não apenas na condução de seus núcleos fabris, mas, sim, em toda extensão cidadina.

Divergindo dos apontamentos e atribuições da ex-tecelã Isabel²⁰⁰, a mesma atribui a “ideia de liberdade” no momento após transpor os portões das fábricas, ou seja, no momento de pós-trabalho. No entanto, os ex-operários João Francisco e Luiz Barros destacam o controle da fábrica para além dos seus muros, e ainda nos aponta como a Companhia de Tecidos Paulista ser a mantenedora integral das festas e divertimentos²⁰¹ dos grupos familiares e indivíduos que

¹⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. TRABALHO, LAR E BOTEQUIM: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

¹⁹⁹ LOPES, 1988, p. 191.

²⁰⁰ Dona Isabel Maria dos Santos, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

²⁰¹ Seu João Francisco, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão; Seu Luiz Barros, documentário, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite, Celso Brandão.

residiam na cidade-fábrica. Dando seguimento a esta discussão, Margareth Rago, declara que “através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer”²⁰². Os mecanismos de controle e disciplina da Companhia Tecidos Paulista, inserindo a hierarquização dos espaços e infraestrutura, englobam os segmentos em assistência social em diversas esferas do cotidiano dos trabalhadores/operários, e desempenha funções importantes nos inúmeros segmentos e símbolos da cidade-fábrica de Paulista.

É interessante em nossa reflexão ressaltar a coexistência de elementos e protagonistas nos arranjos políticos, pois, além da família industrial Lundgren, entrelaçada na administração municipal e gerência do Estado de Pernambuco, sobretudo entre a década de 1930 e 1940, período que tangencialmente está à frente no governo no cenário nacional o presidente Getúlio Vargas e no contexto estadual Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, para além desses elementos e contexto, a presença do sindicato dos trabalhadores/operários de 1942 e do Partido Comunista, se apresenta como representante desses mesmos trabalhadores operários. A Companhia de Tecidos Paulista, ainda assim, se configura como o forte elemento gerenciador na organização disciplinar dos espaços de usos e comportamentos dos residentes da cidade-fábrica. A organização da cidade-fábrica, nas décadas de 1920 até 1950, parece ser o período áureo da CTP, é neste mesmo período que os empresários junto às fábricas financiam com maior intensidade às atividades de não-trabalho. Analisando esse “financiamento”, por uma outra ótica, é utilizado como aparato institucional para amortecer as pressões e reivindicações em circunstância de conflitos, entre os trabalhadores/operários, como também entre estes mesmo empregados frente a CTP²⁰³.

Diante disso, entendemos que o elemento que amortece os conflitos e regula os empregados, são os aparatos institucionais citados anteriormente. Nas documentações contidas no Arquivo Público de Pernambuco (Jordão Emerenciano), “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” e Exposição Nacional de Pernambuco (AGM c 1939.02.00/3), apresenta definições acerca do lazer e percebemos variações conceituais, no entanto, as alterações das terminologias não alteram a aplicabilidade dos aparatos institucionais.

A Companhia de Tecidos Paulista retrata como “divertimentos ou diversões” as atribuições consideradas lúdicas nos períodos de não-trabalho. As atividades físicas que nos são apresentadas em depoimentos aparecem como parte dos divertimentos ou lazer, no entanto, é

²⁰² RAGO, 1987, p. 231.

²⁰³ LOPES, 1987, p. 205-206.

retratado separadamente nas documentações. As considerações no campo da educação seja o ensino de primeiras letras, “ginásio”, ou ensino técnico, estão descritas na esfera da “cultura física”. Esta mesma esfera de cultura física, também é atribuída aos esportes praticados pelos trabalhadores/operários. Os espaços de usos e atividades apontados como lugares de divertimentos pela CTP, se apresentam como espaços de possibilidades e deleites oferecidos gratuitamente pelos industriais e fábricas, ambos as esferas foram todas descritas na "Exposição" fomentada pelo interventor Agamenon Magalhães.

“A companhia mantém cinema gratuito três vezes por semana para o proletariado. Existem aparelhos de rádios instalados em várias praças públicas, mantendo a empresa um rádio-técnico para concerto gratuito dos aparelhos particulares dos operários. A Paulista promove semanalmente aos operários passeios às praias balneárias de Rio Doce e Conceição, dando transporte gratuito e outros auxílios, passeios esses que se verificam também no pitoresco lugar Chã do Estevão, cujo clima ameno é muito agradável aos operários”.²⁰⁴

Notamos a existência a partir dos impressos outros cinemas/theatros anteriores aos relatórios oficiais citados pela fábrica, e as requeridas e pertinentes publicações da Exposição Nacional de Pernambuco de 1939. Conseguimos localizar o Cinema CHIC e o Cinema/Theatro Santa Izabel (cinema Pery). Em nossa análise, percebemos que os relatórios indicam estes aparatos institucionais (cinema/theatro) a partir das notórias influências Lundgren, no entanto, vimos, este aparato anterior ao maciço domínio da família industrial, percebemos também algumas citações, elogios e insatisfações frente a este cinema/theatro.

Segundo as documentações, não conseguimos visualizar as influências diretas dos filmes nas questões do cotidiano dos operários, do mesmo modo não conseguimos avançarmos se havia ou não censura frente às curtas e longas metragens por parte dos administradores da CTP, mas entendemos que indiretamente, sem dúvida, quaisquer alusões a questionamentos ao “ideal” delimitado pela CTP para manutenção da “boa ordem”, eram descartadas e não transmitidas.

²⁰⁴ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.3. Essa mesma fonte é utilizada pela Cavalcante (2017), em sua alusão à organização da CTP, à autora discute sobre o patrimônio industrial, o momento áureo das fábricas de tecidos Paulista e a "reutilização" dos espaços, frente as especulações imobiliárias de Paulista no contexto atual.

Figuras 46 e 47 – Programação do Cinema Pery



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco – Jordão Emereciano. Data: 21 de Maio de 1911.

Figuras 48 e 49 – Pedidos aos proprietários do Cinema Pery sobre a programação.

ANNO I

NUMERO 7.

GAZETA DE PAULISTA

Orgam dos operarios da Fabrica de Tecidos Paulista-Director: José de Alencar Ramalho

PERNAMBUCO

Paulista, Domingo 9 de Julho de 1911

BRAZIL

“Não se morre, mas resolve-se morrer”.

GARCIA.

EXPEDIENTE

—A «Gazeta de Paulista» circulará aos Domingos.

—Accoita qualquer collaboração que esteja de accord com o seu programma.

—Pode permitta aos collegas que a recebereem.

—A correspondencia deve ser enviada para a Avenida do Cajueiro Petit Salon, onde mantem uma caixa.

ASSIGNATURAS

Mensal. \$500

Avulso. \$100

Director:—José de Alencar Ramalho.

—Collaboradores diversos.

pleta a arrecadação, não transferida do dia 24 de Junho para 17 de Julho do corrente anno, a rita que fizera de um Relógio de parede, e de um Zan-o-phone.

Travessa do Socógo.

Paulista, 18 de Junho de 1911.

Antonio de Gusmão Lins.

(Relojoeiro).

—o—

O Sr. Antonio Garcia, pede nos a publicação da seguinte carta:

Paulista, 18 de Junho de 1911.

Amigo Manoel Bezerra.

Digno Contra-Mestre das En-gommadeiras.

Presente

Sciende de que se 'acha mui queixoso de mim, dirijo-lhe esta para que se destaque o vóo espesso da ignorancia que tal situação creou para a minha pessoa.

Sei que o amigo só me deseja o Mal, mas sei, tambem que taes

em ramos desprezados por falta de acatamento, este arbusto, por falta de orvalho, qual o filho es-quecido pelas benções paternais: he, com pouco carinho, é ver-dade, mas alimentado com beijos, como beijos puros de Mãe, reapapa-rece, se não prazenteiro e magesta-ção, ao menos com o pendão da Esperança—sempre florindo e pro-metendo!

—E a «Gazeta de Paulista», esta pequenina borboleta, que, no im-menso jardim das Sciencias e das Letras, pouza aqui e acolá, como que sorvendo de cada flor um pouco de suco e alimentando-se com os seus portames L. Sim! Ella não morre... pequena syncope prostou-a no leito alguns dias! E agora?..

Penso ter cumprido o meu—De-ver—alimentando-a, para nossa honra, honra da nossa classe que

raízes profundas no coração, do que fazer o bem é o unico ideal que nos leva ao Pantheon da Glo-ria não se deixa levar pela onda seductora do deganismo para ca-hir até chegar ao paul da indiffe-rança. Todos nós viemos para esta enorme aggrimação que se chama mundo, para um fim no-bre e especial. Cada qual olhe para o alto, perscrute se si mesmo e seguindo os dictames de sua consciencia caminha seguro, alta-neiro, sem temer os escolhos do mar tempestuoso da vida, que vencerá e sahirá incolume d'esta lucta titanica. Aquelle que cede ao deganimo, ou que fica indeciso ante o pensamento inspirado pela sua alma, que lho diz, caminha,

Communicação

Fica transferida para o dia 31 de Julho, a rita que deveria cor-rer em 22 d'este, e que consta do

1 Espelho,	198 Miguel Archanjo Siquei-ra	18000
1 Peró.	199 Christovão Vasconcel-los	18000
2 Queijos.	200 D. Maria Camargo	18000
12 Garrafas de cerveja.	201 José Januario Barboza	18000
12 Ditas de vinho.	202 Cap. Francisco Elias Bezerra	18000
1 Par de quadros.	Iguarassu	
1 Relógio de parede.	203 Cel. João Leitão	18000
1 Mala	254 Cap. Hygino Leitão	18000
1 Chapéo inglez.	205 Cap. Joaquim Gandra	18000
1 Frasco de extracto.	206 Cap. Salustiano Ferrei-ra Gomes	1800
Rua Nova, 63 —Paulista—	207 Cap. Amaro Costa	18000
	208 Cap. José Ignacio Camaragibe	18000
ANTONIO GONZAGA.	209 Manoel Firmino da Ro-cha	18000
—o—	210 Simplicio Fernandes de Mendonça	18000
Pedido Justo	Somma	268000
Pediram-nos de chamar a at-tenção dos Snrs. Proprietarios do Cinema “Pery” para a melhor execução de suas exhibições que não teem agradado ao publico.	Transp. do numero 5—	2588000
E esperam ser attendidos com trabalhos de mais gosto e arte.		2848000

(Continua)

—o—

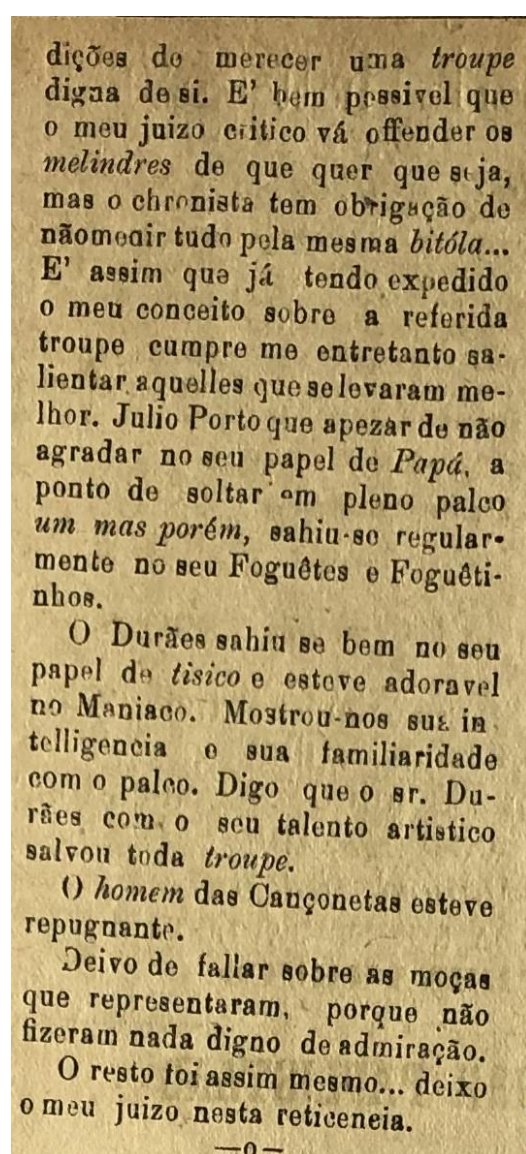
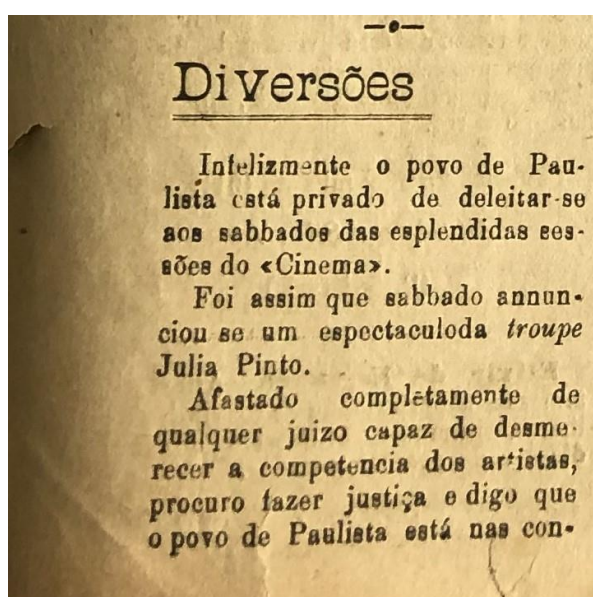
Pedido Justo

Pediram-nos de chamar a at-tenção dos Snrs. Proprietarios do Cinema “Pery” para a melhor execução de suas exhibições que não teem agradado ao publico.

E esperam ser attendidos com trabalhos de mais gosto e arte.

Gazeta de Paulista. Fonte: Arquivo Público de Pernambuco – Jordão Emereciano. Data: 09 de julho de 1911.

Figuras 50 a 52 – Reivindicações sobre a programação dos cinemas.

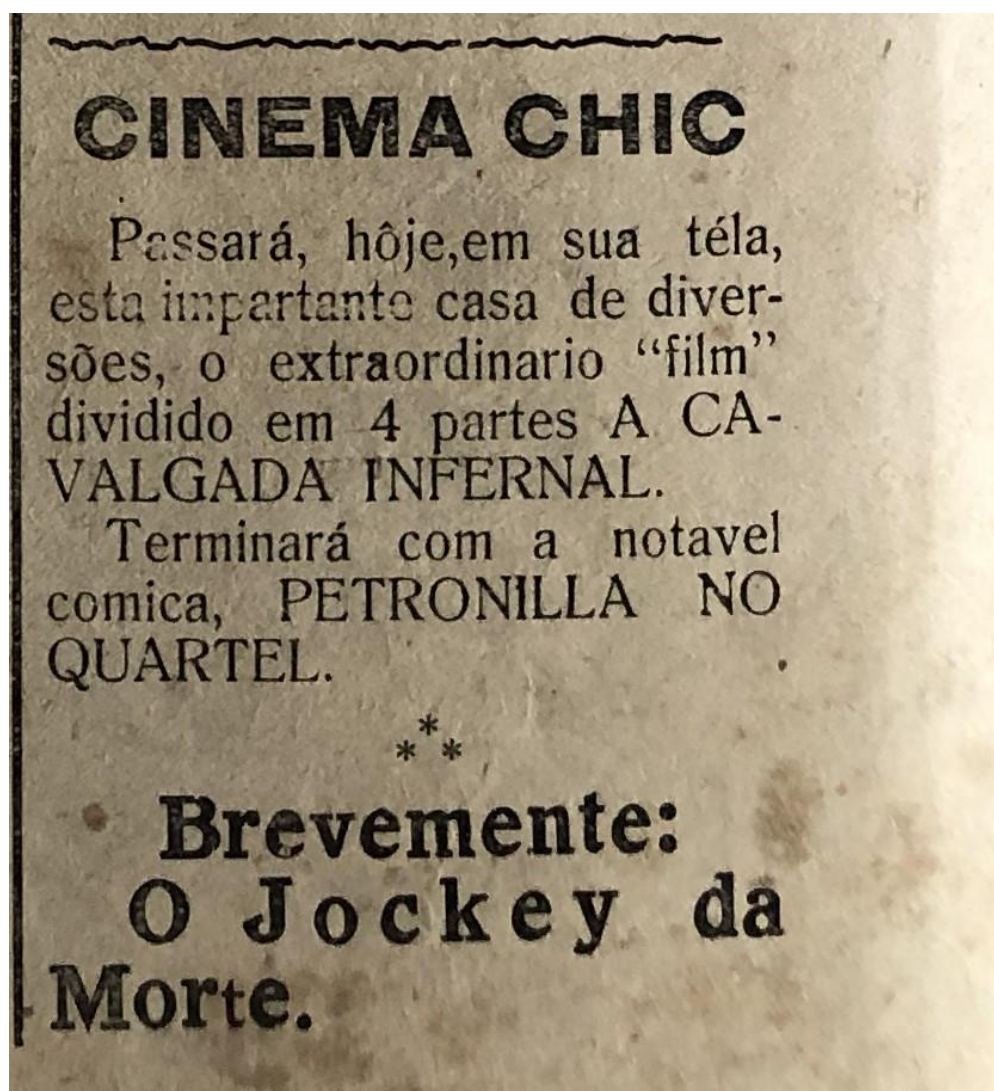


Gazeta de Paulista. Fonte: Arquivo Público de Pernambuco – Jordão Emereciano. Data: 24 de setembro de 1911.

Figura 53



Figura 54



Jornal A Reação. Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Data: 13 de fevereiro de 1916.

Percebemos dois momentos diferentes com as questões do Cinema/Teatro na cidade-fábrica. Os usos do cinema/teatro nas décadas de 1910 e 1920, e na década de 1940. As serventias do cinema como aparato institucional da CTP, foram se alterando ao longo dos anos, e conquistando espaços na dominação e docilização dos trabalhadores/operários. Nos anos de 1910 e 1920, filmes de romances e guerras, e nos de 1940, filmes de influência norte-americana, com questões de bang-bang e comédias, no entanto, não visualizamos filmes que tratem ou façam críticas sociais.

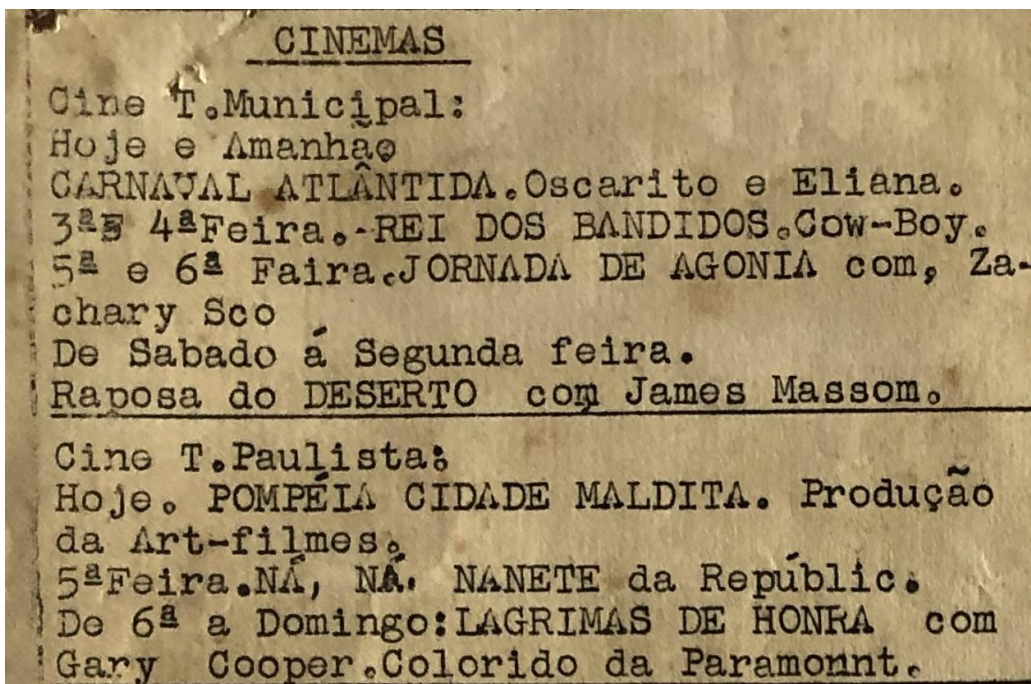
Compreendemos através das documentações contidas no catálogo de apresentação da “Exposição Nacional de Pernambuco de 1939”, os diversos aparatos institucionais validados pelo CTP, um dos aparatos institucionais que toma uma significativa posição para controlar o tempo-livre dos trabalhadores/operários, seria o cinema. O cinema mais popular da década de 1940, era o cinema Goteira, como ficou denominado, porém, a CTP, vendo sua denominação e propagação, denominou de cinema da Companhia, e neste cinema as exhibições de filmes seriam ao livre. Este mesmo cinema teria tal denominação, pois, em primeiro momento funcionava ao ar livre e quando “lebrinava”²⁰⁵, os telespectadores buscavam abrigo em frente ou dentro das casas circunvizinhas. Este derradeiro cinema é mencionado nas memórias de Santos Filho, quantos nas memórias de Serpa, além de estar presente em depoimentos que relata o lazer e as diversões da cidade-fábrica. Entendemos que esse entretenimento para os trabalhadores/residentes de Paulista, se configura como uma das programações mais comuns do lazer operário, este cinema estaria localizado na antiga rua da Matinha, atualmente reformulada e nomeada de praça João XXIII.

Este “saudosos” cinema, como o descrevem alguns dos memorialistas e operários, serviu como um dos aparatos institucionais mais modernos para época, ou seja, na década de 1940. De acordo com o depoimento do ex-operário Luiz Barros, podemos vivenciar a estrutura do cinema goteira, “Era um cinema ao ar livre, a tela ao ar livre. Teve uma época que era a época do cinema, o cinema era mudo, né, depois passou a ser cinema falado com som. E todo domingo o pessoal ia para lá assistir os filmes e seriados”²⁰⁶.

²⁰⁵ São sinônimos variantes lebrina, leblina, liblina, librina, lubrina, nebrina e nebrinha. É uma chuva miudinha ou pequena. HOUAISS (2001).

²⁰⁶ Luiz Barros, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes, Celso Brandão.

Figuras 55 e 56 – Cinema O Realista



Jornal O Realista. Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Data: 26 de julho e 1953.

A memorialista Bernadete Gomes Serpa Lopes alega que as projeções dos filmes ocorriam no horário noturno, e as pessoas deveriam levar seus assentos, pois não havia cadeiras no local. A cabine encarregada para as projeções dos filmes e seriados era posta no meio da praça, e técnico responsável pelo manuseio e exibições das películas cinematográficas era o Sr. Dino Braga (Olindino Antônio Braga). Na rua, que posteriormente após a ampliação feita pela CTP daquele espaço se tornaria a praça João XXIII. O cinema da companhia, ou como era conhecido popularmente como cinema goteira, foram reproduzidos muitos filmes e seriados ao longo de anos, no entanto, foi fundado um outro cinema, o cinema da prefeitura, ou Cine Municipal (1944)²⁰⁷, criado no governo municipal do Capitão José Primo de Oliveira. Este mesmo que serviu como um cinema nos seus anos iniciais, depois um cine teatro, atualmente, se encontra abandonado pelos órgãos públicos. Retomando a discussão, a CTP, visando

²⁰⁷ SERPA LOPES, 2011, p. 95.

hegemonia e controle dos seus empregados, cria um outro cinema nos padrões do cinema a pouco tempo inaugurado pela prefeitura municipal, o cinema inaugurado pela Companhia de Tecidos Paulista é o Cine Paulista (1948)²⁰⁸.

Existiram mais outros três cinemas, que gostaria de fazer referência a ambos, no entanto, não me aprofundarei sobre os mesmos, pois, nos faltaram fontes, no entanto, ao longo da pesquisa, conseguimos identificar os três cinemas, que a nossa compreensão, dois deles são cinemas particulares, e outro pertencente ainda à Companhia de cimento Portland Poty, são eles: Cine São José fundado em 1948, localizado no distrito de Maricota, atualmente município de Abreu e Lima; Cine São Pedro, fundado também em 1946, localizado na vila caboatã, atualmente bairro de Paratibe; Cine Pagé, fundado em 1948 pelas fábricas Poty, localizado próximo a fábrica cimento Poty, localizado no bairro de Marinha Farinha, ainda no mesmo município. Abaixo veremos duas representações dos cinemas de Paulista na década de 1940.

Figura 57: Cine Municipal, fundado em 1944.



Fonte: Acervo particular do Grupo Paulista- História e Memória, sem data.

²⁰⁸ Atualmente é o estabelecimento comercial Bilio Estivas, avenida Senador Salgado Filho, nº 502.

Figura 58: Cine Paulista (Cinema da CTP), fundado em 1948.



Fonte: Acervo particular do Grupo Paulista - História e Memória. Data: 07/08/1946.

Figura 59: Finalizações da construção do Cinema da CTP.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, data: 27/07/1947.

As figuras 57, 58 e 59 retratam as extensões dos aparatos institucionais da CTP. Consideramos que a representatividade do cinema para controle e disciplina dos trabalhadores/operários, é sem dúvida uma das instrumentalizações mais eficazes para “docilizar os corpos” de alguns operários insatisfeitos com os desmandos dos empresários/industrialistas e administradores.

A partir das memórias de Santos Filho, eram exibidos seriados e filmes, as produções cinematográficas deste período, ou seja, década de 1940, eram apresentadas em partes, ou episódios. No entanto, Santos Filho não descreve o período específico de referência no qual as produções seriam transmitidas. Averiguando quais os filmes e seriados eram transmitidos no cinema goteira, a ficha técnica nos aponta alguns dessas produções²⁰⁹ passadas naquele espaço de divertimento, logo, é permitido conhecer e perceber acerca das produções, pois, ambas foram cinematografadas na década de 1930, e exibidas nos cinemas brasileiros neste mesmo período, e ambos os filmes têm origem norte-americana. As menções e citações dos filmes não pode se limitar as memórias do Santos Filho, pois, os filmes e seriados estão atrelados ao seu momento vivido na cidade-fábrica, sendo assim, os filmes citados fazem referência a década de 1940, e apontam também, uma eventual ascendência do cinema norte-americano.

No final da década de 1940 e início da década de 1950, um outro cenário viria ganhar protagonismo, ganhando também espaço do período de não-trabalho dos trabalhadores/operários, grupos familiares e indivíduos. Foram as construções de espaços físicos que ampliariam os aparatos institucionais da Companhia de Tecidos Paulista neste período, um desses aparatos de promoção e controle do não-trabalho. A preocupação da CTP nas edificações de prédios e edifícios modernos e monumentos seria parte dessa projeção material e simbólica de disciplinarização, para marcar sua dominação nesses espaços de usos e assistências sociais.

Ainda no que tange às questões de assistências sociais e aparatos institucionais estruturados pela CTP para atuar nesse tempo e espaço de não-trabalho, vemos um espaço de uso bastante interessante, com uma localização que desperta curiosidades e questionamentos, com finalidades lúdicas e de lazer para os infanto-juvenis, filhos e filhas de trabalhadores/operários. O espaço de uso ao qual nos referimos é o parque e jardim zoológico, denominado Parque Frederico Lundgren – popularmente conhecido como Jardim dos Coronéis

²⁰⁹ Os filmes então exibidos, inclusive do gênero de “cow-boy”, eram bem aceitos e considerados bons. Entre os “seriados” que mais empolgaram, destacamos os seguintes: “Tarzan, o destemido” (1933), “O rufar dos tambores” (1939), “Cidade infernal” (1935), “Aranha negra” (1938), “Cascaível”, “Sombra do terror”, “O Falcão do deserto” (1944), “Os perigos de Paulina” (1933) e tantos outros. (SANTOS FILHO, 1978, p. 26).

–, localizado no interior do terreno da Casa Grande e voltado para atender ao operariado da Companhia. Sendo estes espaços de usos, usufruídos e consumidos pelos trabalhadores/operários, grupos familiares e indivíduos.

Mantém a companhia, para maior conforto e assistência social e espiritual dos seus empregados e operários, salões recreativos, clubes desportivos, vindo também aparelhando o Parque Frederico João Lundgren com um jardim zoológico que ostenta já uma grande variedade de animais e aves, bem como brinquedos diversos para alegria dos filhos dos nossos operários, provendo assim um lugar de descanso e entretenimento sadio para a população de Paulista. (Relatório de 1949 apud LEITE LOPES, 1988, p. 182-183).

Figura 60: Parque de diversões no Jardim da Casa Grande em Paulista.



Fonte: Acervo Particular José Benigno do Amaral, década de 1950.

Figura 61: Zoológico e Jardim dos Coronéis.



Fonte: Acervo particular de dona Gerusa Rolleberg de Albuquerque, fotografia registrada em meados da década de 1950.

As figuras 60 e 61 nos expressam as alterações nos espaços físicos, realizadas pelos empresários industriais e Companhia de Tecidos Paulista, diante disso, vemos os traçados do Jardim dos Coronéis e Parque de diversões. A figura 60 o parque de diversões está montado em frente à entrada principal da fábrica Aurora. A figura 61 fotografia tirada dos andares superiores do casarão, o zoológico e jardim dos coronéis, na parte frontal do Casarão dos Lundgren, nesta figura, aparecem as cobertas das jaulas dos animais do zoológico particular da Casa Grande, um busto construído e dado de presente pelos empregados da CTP ao Coronel Frederico Lundgren; ao lado esquerdo da fotografia, a extensão da feira velha na praça João Pessoa com o posto Bilio²¹⁰ acima; ainda na parte superior da fotografia se encontra a Fábrica Velha (Fábrica Arthur); na área superior podemos também avistar os depósitos que descarregavam as mercadorias e produtos trazidos pelo trem, de igual modo, vemos as chaminés da fábrica. Ao lado esquerdo, conseguimos identificar os bambuzais que refrescavam as águas da levada que passava margeando o muro da fábrica em frente do antigo SENAI.

Em momentos de não-trabalho, que seja o descanso propriamente dito, à atividade que dominava mais o tempo dos operários, seria o futebol. Desde então, mesmo com os largos avanços nos debates e documentações analisadas, não vislumbramos alguma equipe composta de mulheres nos times da cidade-fábrica, todos os times que catalogamos eram

²¹⁰ Primeira delegacia de polícia da cidade-fábrica, segundo fontes orais do memorialista Marcondes Andrade.

predominantemente compostos de homens. Assim sendo, o futebol aglomerava grande parte desses operários da CTP, pois era uma atividade de lazer que conseguia reunir as atenções das camadas mais pobres, não somente de Paulista, mas da significativa parcela dos brasileiros (FERREIRA, 1958).

É importante destacar que, as mulheres não eram impedidas de assistir aos jogos, mas, seguindo as documentações oficiais e as alternativas, não conseguimos vislumbrar as mulheres em campo para os jogos propriamente ditos, no entanto, vislumbramos as mulheres nos campos para as agremiações de times vencedores de torneios. Um outro ponto a ser destacado no debate é a distinção do tempo gasto dos operários frente ao futebol, assim sendo, devemos classificar duas categorias dos que consumiam o futebol, os que jogavam e os que assistiam as partidas de futebol. Era natural a participação ativa dos torcedores, que torciam para os times de suas respectivas seções de trabalho. Além da participação, também podemos acrescentar na análise, o tempo de preparação para as partidas, o tempo de conversas sobre os respectivos jogos, os comentários nos periódicos e até as comemorações nos pós-jogos. Dessa forma, avançamos ainda mais na pesquisa, pois, vemos uma realidade muito além dos jogos, observamos uma complexidade em torno do futebol, principalmente no espaço-tempo que estamos debatendo, logo, entendemos que um dos maiores consumidores do lazer operário na cidade-fábrica, seria o futebol.

Para além dos espaços físicos, que são mecanismos de controle, disciplinarização, provisão de bem-estar aos empregados da fábrica, a Companhia de Tecidos Paulista, abrangeria o futebol como representação e extensão desse lazer operário. O futebol era atividade de divertimento mais citada nos relatórios destinados aos sócios²¹¹ da CTP. Com base na produção que fundamenta a concepção dos Centros Educativos Operários de Pernambuco²¹², a partir das ideias de Milton de Pontes²¹³, é possível conhecer os pontos que o mesmo autor elencou que são considerados significativos pelo governo estadual do período, pontos que abrange o lazer e a educação do operariado, no geral em Pernambuco.

²¹¹ Para atender também ao recreio de nossos operários, procedemos à beneficiação do campo de football, no qual construímos uma arquibancada, fazendo outros melhoramentos a fim de animar o exercício physico e, assim melhorar o estado de saúde dos nossos empregados, sendo a nossa opinião que o futuro da Nação depende em grande parte, da educação physica da mocidade. (relatório de 1930 apud LEITE LOPES, 1988, p. 186).

²¹² Eles visam dar educação, estrutura e disciplina social ao trabalhador brasileiro, habilitando-o a ser um instrumento de permanente cooperação na vida nacional. Parecer do Departamento Nacional de Ensino. PONTES, Milton de. Centros Educativos Operários. Recife, 1940, P. 03.

²¹³ A criação do Centro Educativo Operário é anterior ao Estado Novo [...] A instituição educativa, voltada para os trabalhadores, foi criada em 1935, por Milton Pontes, católico fervoroso, membro da Congregação Mariana, com a finalidade de ser uma barreira à intensa propaganda comunista do período. Para o seu fundador, o Centro também contribuiria para diminuir a luta de classe, evidente nas paralisações deflagradas pelos trabalhadores durante a década de 20, em Pernambuco. (MÉLO FILHO, 2006, p. 48.)

As atividades físicas, sobretudo os esportes, como o futebol e vôlei²¹⁴, são observados como instrumentos não danosos aos trabalhadores/operários em seu período de não-trabalho. Nessa lógica, certamente, a Companhia de Tecidos Paulista se apropriando das auto-organizações dos trabalhadores/operários, seu dinamismo e movimentações dentro das sessões da fábrica e vilas operárias, a CTP viabiliza casas para as distintas sedes dos grêmios e clubes esportivos da cidade-fábrica, provê equipamentos e fardamentos para os times, e inaugura, no final da década de 1930, o campo do “Paulistano”, clube oficial da Companhia de Tecidos Paulista. No evento denominado Exposição Nacional de Pernambuco, o relatório apresentado pela CTP, que “existem em Paulista, oito clubes de futebol mantidos pela fábrica, todos com campos próprios. Há também campos de tênis e de voleibol, onde a mocidade faz com proveito a sua cultura física”²¹⁵. Os jogos de voleibol eram concentrados na rua da mangueira, no centro da cidade, próximo aos comércios, lá havia um campo destinado para essa prática de esporte.

O Paulistano futebol clube e o campo do Paulistano, têm seu início na década de 1920²¹⁶, antes do time Paulistano, teria sido fundada uma outra equipe de futebol, entre os anos de 1915-1920, no entanto, com a limitação das fontes, por decorrência da pandemia e as limitações nos acervos, não nos fora concedida a oportunidade de aprofundar a discussão neste tópico, que é considerado o primeiro time de futebol dos trabalhadores/operários da Companhia de Tecidos Paulista, o time "Paulista Football Club". No entanto, ao retomar a discussão, o clube mais enfatizado pelo CTP, seria o Paulistano.

Podemos refletir o clube Paulistano, por uma ótica que nos faz pensar a influência da CTP nesses aparatos institucionais, anterior a década de 1930, trilhando pela abordagem que as investidas de domínio, poder e demonstração de imponência dialoga com esses operários e o não-trabalho, antes da institucionalização desses aparatos, no entanto, sua evidência e ampliação destes aparatos, sobressairia nas décadas de 1940 e 1950.

A Companhia de Tecidos Paulista, procurava protagonizar esse papel de provedora dessas "regalias" e prerrogativas de bem-estar. Assim sendo, com a interferência da fábrica na vida privada dos empregados, é possível estender os olhares para o formato administrativo do clube e o seu ambiente de encontros e torneios, ou seja, o campo do Paulistano. Podemos também refletir que este mesmo espaço que seria o campo, local dos treinos e disputas esportivas, o ambiente era aproveitado como espaço de festejos nas datas comemorativas da cidade-fábrica.

²¹⁴ Relatório de atividade dos centros educativos operários, 1937, p. 7-8.

²¹⁵ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.4.

²¹⁶ Anexo 30

No campo do Paulistano, nas décadas de 1940 e 1950, o local era sede de encontros e torneios de diversos clubes da cidade-fábrica, organizado e separado pelas seções de trabalho na fábrica e pelas separações das vilas operárias, os times mais populares e maiores da Companhia, podiam recepcionar clubes adversários de outros campeonatos.

Nas reflexões memorialísticas de Santos Filho, o autor enumera alguns clubes de futebol de Paulista²¹⁷, e faz um destaque importante acerca do uso do espaço “aos domingos e feriados, as suas sedes eram transformadas, em sua maioria, em salão de festa e dança”²¹⁸. Logo abaixo, dispostemos de fotografias de times e sedes dos clubes de operários de Paulista, estaremos sempre pontuando no texto que devido às limitações sanitárias em decorrência do COVID-19 e o espaço-tempo vivenciado pelo autor do texto, as fontes fotográficas foram escassas e limitadas, pois, ambas são de acervos particulares. Nas figuras abaixo veremos alguns dos times de futebol, compostos de operários da CTP, e duas das sedes desses clubes de futebol.

Figura 62: Clube Náutico de Paulista



Fonte: Acervo particular de José Benigno do Amaral, 1949

²¹⁷ Clubes de Futebol de Paulista: Veneno, Flamengo, Fluminense, Botafogo, Timboense, Estrela do Norte, Corte Largo, Ipiranga, Paraíso, CTP, Gravador, Veloz, Odeon, Palmeiras, Paulistano, Canoense, Ferro e fogo, Cruzeiro, Tuití, Casa Grande, Iolanda, Dominador, Barroso, Vasco da Gama, Vera Cruz, Urajara, Operário, Esporte, Leão do Norte, Náutico, Aurora. (SANTOS FILHO, 1978, p. 39).

²¹⁸ (SANTOS FILHO, 1978, p. 40.)

Figura 63: Operários se preparando para o jogo de futebol no campo da Bacia.



Acervo particular de José Benigno do Amaral, 27/06/1948.

Figura 64: Jogadores do Aurora Time de Futebol no Campo do Paulistano, e vemos também a presença de mulheres nas agremiações de torneios de futebol.



Fonte: Acervo particular de José Benigno do Amaral. Data: 1946.

Nas figuras 62, 63, e 64, encontramos vários detalhes a serem discutidos. Em primeiro plano, percebemos a diferença dos espaços de jogos dois ambientes diferentes, a figura 61 e 62, se mostra ser no mesmo ambiente de torneios e jogos, o campo paulistano, no entanto, conseguimos visualizar a mudança estética do espaço. A figura 64, o ambiente é outro, o lugar de torneio também, este espaço é o denominado campo da bacia, na vila operária denominada de Canoas.

Um outro detalhe nas fotografias, são os diferentes times de futebol que a cidade-fábrica dispunha, sendo a maioria deles compostos por integrantes das diversas seções da Fábrica Velha (Arthur) e da Fábrica Aurora.

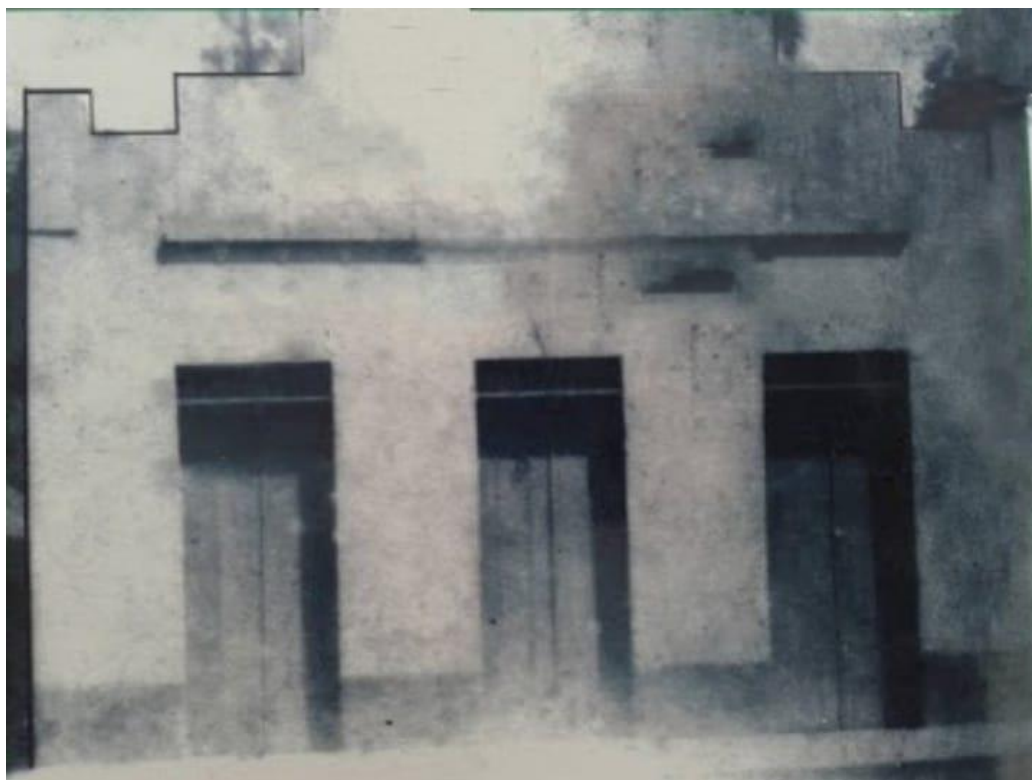
Mais uma especificidade que nos chamou à atenção, foi a presença das mulheres no gramado, não para as disputas futebolísticas, mas para uma espécie de ritual de abertura dos jogos e nas agremiações nos finais de campeonatos. Percebemos que a taça comemorativa para o time que ganhou, está nas mãos de uma mulher, no entanto, não vislumbramos apenas uma, mas várias mulheres entre o próprio time de futebol.

Figura 65: Sede do Paulistano Sport Club.



Fonte: Diário da Manhã de 27 de julho de 1947.

Figura 66: Primeira sede do Vera Cruz Futebol Clube (distrito de Maricota, hoje município de Abreu e Lima).



Fonte: Acervo Futebolístico de Pernambuco, 21/04/1949.

Nas figuras 65 e 66, vimos algumas das sedes dos clubes de futebol que existiam em Paulista no tempo-espço debatido do trabalho. Ainda podemos identificar duas sedes de clubes de operários da Companhia, no entanto, através das estruturas físicas das sedes, podemos possivelmente distinguir esses times pelas funções nas seções e áreas de atuação dos empregados da fábrica, logo, entendemos as hierarquizações dos espaços, como anteriormente discutimos.

No documentário *Tecido e Memória*, o ex-operário Ivanildo Soares também nos relata sobre os clubes de futebol, de igual modo o ex-operário nos indica outras especificidades do não-trabalho, ressaltando o papel de protagonista tomado pela Companhia de Tecidos Paulista, frisando suas "intencionalidades" na manutenção e financiamento das atividades de lazer dos trabalhadores/operários.

Naqueles momentos os administradores da Companhia de Tecidos Paulista, eles usavam a mão-de-obra que eles compravam dos trabalhadores, atrelavam aos divertimentos, as festas que aqui acontecia, era tudo gerenciada por eles (os Lundgren), era uma maneira dele também achar que ele deveria dar lazer aos trabalhadores né? quando eles faziam isso, estava fazendo para os próprios trabalhadores, como para as famílias saírem de casa e mostrarem, como se fosse,

aquela cultura, que a empresa tava preocupada em fazer os festejos né? nos períodos carnavalesco, juninos, festa de final de ano. [...] Então a cidade tinha toda uma vida, voltada para o interesse da Companhia, que para prender mais o pessoal, eu acredito que eles não investiram de graça, eles investiram também no sentido de fazerem com que as pessoas pensassem pouco, não tivesse tempo de pensar, pensava no trabalho, no lazer de uma forma geral, incluindo festas, futebol, briga de galo, corrida de cavalo, aí estava sempre com a mente ocupada para não se questionarem²¹⁹.

A dominação do patronato fabril, mediante dos aparatos institucionais nos espaços de usos e interior das vilas operárias, não emergiu como esboço simples e linear, mas sim das desconstruções e construções, das continuidades e discontinuidades, buscando controlar a classe operária, se apropriando agremiações composta dos próprios trabalhadores/operários. As “permutas” nesta relação entre industriários/empresários e empregados/subordinados, entre os clubes esportivos e a fábrica. O patrão, sendo paternal, usando de seus atributos econômicos e políticos para auxiliar e financiar a manutenção dos jogos, clubes e sedes dos times e associações, e os operários sendo “leais e obedientes” aos patrões e também levando o nome da fábrica e dos patrões para os torneios a nível estadual e nacional.

O modelo diligenciado se potencializa em meio aos abundantes elementos sociais da relação entre os conhecidos coronéis, senhores, “donos da cidade”, provedores do lazer e assistência social. A apropriação dos espaços de usos, envolvendo a significação multifacetada gerada entre essa confluência de interesses, acontece também nos períodos de descanso e divertimentos, ou apenas exterior aos muros da fábrica, sendo refletido por nós como uma progressiva apropriação da Fábrica/Cidade frente seus moradores. No entanto, debatemos semelhante forma os momentos de tempo-livre que os moradores-operários encontravam suas brechas para seus divertimentos conceituados como subversivos pelo prisma da burguesia industrial, logo, esse momento de tempo-livre se configura não somente anseios e domínio da fábrica, mas aspirações e interesse da classe operária de Paulista. Certamente, futuras pesquisas que nós próprios tencionamos desenvolver buscarão ampliar esse leque de possibilidades e os espaços de possíveis enfrentamentos ou mesmo confrontações ao poder de controle da fábrica sobre os tempos de não-trabalho.

²¹⁹ Ivanildo Soares, 2008. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes, Celso Brandão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de mestrado teve por intencionalidade fazer um amplo debate acerca do cotidiano e não-trabalho na cidade-fábrica de Paulista-PE, logo, notabilizamos a singularidade da pesquisa e do produto final que é o texto de dissertação. Inúmeras discussões e pesquisas que vimos sobre a cidade fabril, a fábrica de tecidos e o movimento operário em Paulista que se inclinam para o debate no pós-1940, certamente, pela facilidade das documentações, fotografias, impressos, fontes orais, enfim, ambos com uma maior acessibilidade. Diante disso, foi nos moldes do desafio que intentamos avançarmos no debate e retrocedermos o recorte temporal, para possibilitar o entendimento, compreensão e promover avanços nos debates que antecede a década de 1940 na cidade fabril de Paulista.

No entanto, no início do percurso das pesquisas e escrita, precisamente no primeiro trimestre de 2020, sobreveio a infeliz pandemia do covid-19, trazendo consigo consequências drásticas. Assim sendo, diante do contexto vivenciado e das condições impostas, tivemos que alterar a rota da pesquisa e mudarmos as nossas estratégias de investigação e produção. Inicialmente, sem dúvida, houve desesperança pela conjuntura existente, pelas perdas de familiares e amigos, e pela crise no desemprego que sobreveio na minha família e nas famílias de milhões de brasileiras e brasileiros, além da miséria, fome, enfim, tantos elementos deploráveis.

No entanto, o mestrado em história no PPGH-UFPB, foi como um oásis no meio do deserto, um programa de pós-graduação em que nos apoiou e se esforçou inúmeras vezes para amparar seus discentes e docentes, a partir do diálogo e consciência, complacência e humanidade, mesmo sem os recursos financeiros, devido aos cortes do atual governo, entretanto, a todo momento, sem exceção, auxiliou-nos. Deixo registrado nessas considerações, toda minha gratidão ao PPGH-UFPB, ao meu querido amigo e orientador Prof. Dr. Ângelo Emilio da Silva Pessoa, e aos queridos e queridas colegas da turma de 2020 do mestrado em História, que foram resilientes e vencedores, em especial, faço essa dedicatória a querida Zênia Chaves, que tombou no meio da caminhada, e nos deixou subitamente.

Mesmo em meio a tantas adversidades, decidi caminhar mais uma milha, e prosseguir no mestrado, agora, não mais exclusivamente por mim, mas, por todos que confiaram, apoiaram, investiram e até se foram sonhando com esta conquista, não somente minha, mas de todos estes citados, por isso, decidi junto ao programa de pós-graduação e orientador de continuar pesquisando, produzindo e compartilhando vivências e conhecimento.

Diante disso, decidimos reinventar o trabalho, sem perdermos o objeto em questão, a cidade-fábrica de Paulista, a vivência e experiência das trabalhadoras/operárias e trabalhadores/operários. Tivemos esta possibilidade, posto que uma parcela do material documental não havia sido usufruída nos estudos da cotidianidade da classe operária em Paulista-PE, principalmente, entre o recorte temporal em questão.

A fresta de luz no fim do túnel que precisávamos no primeiro momento deu-nos possibilidade para problematizar este cotidiano e “tempo-livre” deste espaço fabril e, conseqüentemente, possibilitou o rompimento de barreiras burocráticas em termos de recolhimento das fontes, acarretando a ruptura dos silenciamentos nas vivências e experiências de diversas famílias e indivíduos moradores/operários de Paulista, revelando um espaço não somente em desenvolvimento ou “progresso”, promovido pela fábrica, mas um ambiente de lutas, disputas e conquistas protagonizada por operárias e operários.

Para tal objetivo, decidimos nos locomover na primeira parte do texto, através das discussões teóricas e metodológicas, alicerçando os pontos da pesquisa e delineando os movimentos e ações da escrita do texto, ora curto, ora longo. Assim sendo, construímos pontes de acessos para o amplo debate, prontamente trouxemos para a base teórica do trabalho, as contribuições de Margareth Rago e José Sergio Leite Lopes. Outras leituras, outras ciências (antropologia, literatura e geografia), e aportes teóricos diversos também foram consumidos pela pesquisa, mas estes teóricos citados acima, consideramos ser os principais condutores para o aperfeiçoamento de nossa produção historiográfica. Seguimos ainda nessa primeira parte pelo rastreio, catalogação e definição das fontes, com esta perspectiva acatamos as orientações metodológicas de Marc Bloch acerca do olhar crítico de investigação²²⁰ do historiador.

Em continuação, debatemos o processo híbrido de formação e expansão dos negócios da Fábrica de Tecidos Paulista, enquanto anseio econômico da família Lundgren, e de formação do município enquanto interesse político da mesma família. Por conseguinte, tratamos acerca da força de trabalho que compunha a cidade fabril desde os remanescentes dos antigos engenhos no primeiro decênio do século XX, até os migrantes que são provenientes das diversas mesorregiões de Pernambuco, em especial da zona da mata norte e sul, agreste e sertão. Além dos migrantes de outros estados, como Paraíba, Ceará, Rio Grande Norte e Alagoas, tendo a estes sua predominância de origem rural empobrecida. Estas famílias e indivíduos ao chegarem na cidade de Paulista passavam por uma espécie de desconstrução do ser, transformando-se em homens e mulheres subordinados ao espaço-tempo fabril. Nesta mesma lógica, evidenciamos a

²²⁰ BLOCH, 2002. pág. 54.

vinda dos que compunham a força de trabalho especializada, os imigrantes portugueses, italianos e em sua maioria alemães, admitidos pelos industriários/empresários para trabalharem nas repartições administrativas, técnicas e como chefia de seções, a partir do segundo decênio do século XX.

O diálogo com as fontes e o aproveitamento das mesmas, nos proporcionou a construção de um itinerário marcado por margear-nos por diversos processos na formação da cidade-fábrica e no cotidiano dos operários. A construção simbólica e suas representações ancorada na idealização da cultura fabril, demonstrou-nos acerca da organização e hierarquização dos espaços de usos e lugares significativos no cotidiano desses trabalhadores/operários: as vilas operárias, a feira, o parque, a igreja, o manancial de água da cidade, os roçados nos arrabaldes, enfim, estes e tantos outros espaços omitem ou expressam a partir das fontes documentais e orais, proporcionada através dos recursos das mídias digitais usadas na pesquisa, para entender às atuações destes no fazer e viver em Paulista, este foi o segundo momento trabalhado e debatido no texto.

O texto de dissertação também intenta na sonorização dos antes “emudecidos” pela burguesia industriária e pelas instrumentalizações usadas por eles, por exemplo, os relatórios oficiais relatando os “grandes” feitos da CTP. Diante disso, refletimos na problematização do cotidiano e no tempo-livre dos “de baixo”. Observamos e abordamos as ações da CTP, não como uma melodia uníssona, em um movimento de cima para baixo, de dominadores para dominados, mas, com um movimento semelhante à de uma orquestra sinfônica, com diversos sons, movimentos e importância de cada instrumento musical, assim sendo, trilhamos por evidenciar o protagonismo destas famílias e indivíduos e suas deferências no modo de viver da cidade-fábrica.

Posto isto, o debate da segunda parte do texto, tencionam entender as ações da fábrica tangenciada pelos interesses da elite industrial, mas também dialoga com as reivindicações, movimentações e interesses da própria classe operária e dos trabalhadores rurais, residentes nos arrabaldes. A comparação e o diálogo entrecruzando as fontes primárias, tendo por suporte as documentações oficiais, produzidas ou financiadas pela CTP, e as fontes não-oficiais, os impressos, fotografias, falas e memórias, nos viabilizou e possibilitou a ampliação das possíveis abordagens e olhares frente ao cotidiano e tempo-livre.

Na terceira parte do texto, problematizamos as autoritárias influências e posturas administrativas da CTP, materializadas nas hierarquias no intramuro das fábricas, influenciando no cotidiano do além-muro das fábricas, envolvendo as ocupações dos espaços de usos a partir das relações de trabalho. Essas interferências na vida privada somente são possíveis, pois, o

território da cidade fabril, pertencia predominantemente a CTP, diante disso, abordamos as ingerências na política local, e os interesses da burguesia industriária frente ao processo de emancipação municipal. Consequentemente, com todas as significâncias econômicas e ingerências políticas, transformaram esse espaço fabril em um município, ampliando seu poderio e criando por vezes regras próprias, disciplinadoras e hierárquicas, que mesmo por vezes se apresentavam muitas vezes destoantes com as exigências das políticas estaduais e nacionais, como acontece durante o período do Estado-Novo do governo de Getúlio Vargas, entretanto, eram muitas vezes absolvidas pelas autoridades aparelhadas aos Lundgrens.

Analisamos as mobilizações da classe operária paulistense, promovidas pela organização sindical, apadrinhadas pelas políticas Varguistas, da mesma forma analisamos as ingerências do interventor federal Agamenon Magalhães na política local e no modo de viver na cidade-fábrica, fazendo reverberar outras vozes, como as vozes dos trabalhadores/operários. É a partir dessas vozes e reivindicações, que debatemos as políticas assistencialista/paternalista dos industriários, financiando as instituições de ensino e saúde, posterior ao agravamento das inquietações e lutas por direitos por parte das operárias e operários.

É neste cenário de lutas por direitos e reivindicações, que também ampliamos o debate para o tempo-livre. A compreensão do cotidiano a partir dos documentos oficiais são de fundamental importância, no entanto, entrecruzamos e debatemos também a importância dos documentos não-oficiais, oferecendo possibilidades para a compreensão das interferências na vida privada e controle do tempo dos trabalhadores/operários por parte da Companhia de Tecidos.

O patrocínio do futebol e clubes desportivos, os financiamentos das festas de teor religioso católico e a utilização do cinema por parte da CTP, para tentar dominar e disciplinar o tempo-livre essa classe operária, é largamente debatido. No entanto, percebemos as brechas que havia nos instrumentos de controle da fábrica nos momentos do não-trabalho, assim sendo, observamos as mobilizações e debatemos parcialmente as lutas e as articulações em ambientes tidos como subversivos (sindicato) pela ótica burguesa.

É a partir dessa análise que entendemos como se dá o cotidiano e os momentos de não-trabalho da classe operária de Paulista, discutimos a construção social no espaço-tempo desta cidade fabril, seus funcionamentos, os poderes simbólicos, e os usos desses poderes no cotidiano das operárias e operários, as idealizações e representações da fábrica em cada canto da cidade. Entendemos também como se organiza, hierarquiza e dinamiza o funcionamento da cidade e o cotidiano a partir das relações de trabalho nos intramuros. Vimos as perspectivas

singulares de Paulista no campo das sociabilidades, vinculadas ao espaço de moradia, e é a partir desses espaços de sociabilidades que se iniciam nas secções de trabalho e no interior das vilas operárias, que avançamos no debate a partir das significativas contribuições de Margareth Rago, Acácio Ferreira, Vitor Andrade de Melo e Christianne Luce Gomes para entender a busca de controle do não-trabalho, como ocupações domésticas e oportunidades de descanso, refletimos também o não-trabalho como lazer e oportunidades de divertimentos, e o não-trabalho como momentos de organização e planejamento da classe operária. São nesses moldes, que o presente trabalho, utilizou-se do recorte temporal supracitado, partindo de questionamentos e inquietações acerca da cidade-fábrica, e ampliarmos o debate sobre as vivências e experiências da classe operária de Paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade**: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1977.
- ALCANTARA, Laurita Maria. **Paulista**: algumas contribuições para sua história. Recife: Edições Bagaço, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (Re)Fazer da Cidade**: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE. Dissertação (Mestrado em História) CFCH, Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2017.
- CANABRAVA, Alice P. **A Grande Lavoura in História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)** - Tomo II, Vol. 4. São Paulo, Difel, 1971.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar E Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CORREIA, Telma de Barros. **Mundo Urbano das Casas Pernambucanas**: as cidades empresarias de Paulista e Rio Tinto. Rio de Janeiro: UFRJ/Proureb, 1966.
- CORREIA, Telma. **De Vila Operária a Cidade-Companhia**: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, nº 4, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. **Urbanização no Brasil no Século XIX**: da monarquia à república momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República**: Momentos Decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CORBIN, Alain. **A História dos Tempos Livres**. In: CORBIN, Alain (Ed.). HISTÓRIA DOS TEMPOS LIVRES: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Campinas: Paz e Terra, 1977.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Editora Rocco. 2000.

- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de Trabalhadores na República**: São Paulo – 1889/1940. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano**: Brasil, 1889 a 1930. São Paulo: Editora Atual, 1991.
- DECCA, Edgar de. E. P. Thompson: **Tempo e Lazer nas Sociedades Modernas**. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Lazer e Ciências Sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- FALCON, Francisco. Moderno E Modernidade. In: RODRIGUEZ, Antonio; FALCON, Francisco. **Tempos Modernos**: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FAORO, Raymundo. **A Questão Nacional**: a modernização. Estudos Avançados. 6 (14), 1992.
- FAORO, Raymundo. “Sergio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: ————. **A República Inacabada**. Editora Globo. 2007.
- FREYRE, Gilberto. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 48ª edição. Global Editora. 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Recife: Editora Global, 1962, 2º ed.
- FILHO, Antonio Nunes dos Santos. **Paulista entre algumas lembranças**: pessoas, coisas, fatos. Paulista: Ed. Do Autor, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, 20º ed.
- FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as redes do paternalismo**: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). Dissertação (Mestrado) PPHSC / PUC–RIO, 2012.
- GALVÃO, Tácio Luiz Cordeiro; GOMES, Rosangela Oliveira. **O Processo Histórico da Formação do Município de Paulista**. Recife: Biblioteca Pernambucana de história municipal, 2016.
- GRAFTON, Anthony. **As Origens Trágicas da Erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1988.
- GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1997.
- GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GOÉS, Raul de. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- GRABOIS, José. **Que Urbano é Esse?: o habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 79-104, 1999.
- GOMES, Renato Cordeiro. “Modernização e controle social – planejamento, muro e controle espacial”. In: MIRANDA, Wander Melo (org), **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- GORELICK, Adrián. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”. In: MIRANDA, Wander Melo (org), **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MORAIS, José Jassuípe da Silva. **Educação entre Tornos, Notas e Salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB(1944 - 1967)**. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.
- HALL, Stuart. **QUEM PRECISA DE IDENTIDADE?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1ª. Ed. 2016.
- HOSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KAYSER, Bernard. **La Renaissance Rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- KELLER, Paulo Fernandes. **A Formação dos Trabalhadores Têxteis em Paracambi/RJ e o Sistema de Fábrica com vila operária**. Trabalho apresentado ao NUPES/LPS/IFCS/UFRJ, 1992.
- KELLER, Paulo Fernandes. **O Cotidiano e o Complexo: fábrica com vila operária em Paracambi/ Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado – PPGSA/IFCS/UFRJ, 1996.
- KOSSOY, Boris. Fundamentos teóricos. In: **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** – Jorge Zahar Editor, 11ª ed., 1986.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3ª edição, Campinas: UNICAMP, 1994.
- LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LIMA, Jacob Carlos. **Formação do operário fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco**. São Paulo, PPG em Sociologia da USP, 1992.
- LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho, Mercado e Formação de Classe: ESTUDO SOBRE OPERÁRIOS FABRIS EM PERNAMBUCO**. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 1996.
- LOPES, José Sergio Leite. **A Tecelagem dos conflitos de Classe: Na cidade das chaminés**. Brasília: Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília, 1988.
- LOPES, José Sergio Leite. “Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. **Mudança Social no Nordeste: a revolução da subordinação: estudos sobre trabalhadores urbanos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, p.1-88, 2008.
- MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MELLO, Maria Regina Ciparrone. **A industrialização do algodão em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MARCASSA, L. **A Invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir Mais-valia. In: **O Capital** 14. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: Editora e-Manuscrito, 2019.
- MELLO, José Antônio Gonsalves. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Recife: Editora TOPBOOKS, 1984.
- MELLO, Marcos André B. C. **A Cidade dos Mocambos: ESTADO, HABITAÇÃO E LUTA DE CLASSES NO RECIFE**. São Paulo: Espaço e Debates, Ano V, 1985.
- MELO, Victor (Org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. São Paulo: Alínea, 2009.
- MELO, Victor Andrade de. **Lazer, Modernidade, Capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson**. Estudos Históricos. vol., 23. nº 45. Rio de Janeiro: jan./jun, 2010.
- MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**.

Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. p. 42.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana**: o caso da região metropolitana do Recife-PE. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

NEIRA, Luz Garcia. **Design, Educação, Cultura**: origens do projeto têxtil no Brasil. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 78-88, jan./jun. 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/33682/1/2018_tccII_bfdequeiroz.pdf.pdf>

Acesso em: 18 out. 2020.

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. **Montanhas de Pano**: Fábrica e Vila Operária em Santo Aleixo. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/PPGS/UFRJ, 1992.

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de. **Estrutura e Evolução De Capital Em Pernambuco**: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2011.

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de. **Desenvolvimento Capitalista e Trajetórias Empresariais Em Pernambuco**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2014.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Estudos do Lazer no Brasil**: apropriação da obra de Marx e Engels. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas-SP, 2007.

PERRUCCI, Gadiel, **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, Espaço E Tempo**: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V.II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço**: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré do Lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

REZENDE, Antonio Paulo. **A Formação da Classe Operária em Pernambuco**: algumas divagações metodológicas. Clio. Revista do curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SÁ, Kátia Oliver de. **Lazer, Trabalho e Educação: Pressupostos ontológicos dos estudos do Lazer no Brasil**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade federal da Bahia, Salvador, 2003.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. **Neocoronelismo, Aspersor e Voto: Estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina - PE (1990-2000)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2002.

SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro da. **Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco-1940-1990**. Recife, 1999, Doutorado em História, UFPE-CFCH.

SILVA, A. Veras da. **Algodão e Indústria Têxtil no Nordeste - Uma Atividade Econômica Regional: da cidade fábrica de paulista (PE) à periferia industrial da grande Recife**. João Pessoa, UFPB, 1978.

SILVA, Alcir Veras da. **Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste: uma atividade econômica regional: da cidade-fábrica de Paulista, Pernambuco, a periferia industrial do grande Recife: um estudo de caso**. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1980.

STEIN, Stanley J. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEVCENKO, Nicolau (Org.), **História da Vida Privada. REPÚBLICA: da Belle Époque a Era do Rádio**. Vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, S. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: THOMPSON. E.P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes Recreativos: Organização para o lazer in Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SOUZA, Roberto Silva de. **Território Municipal De Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife**. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés Simbólicas e Conjuntos Indissociáveis: a condução de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação (Mestrado) Centro de Artes e Comunicação, Desenvolvimento Urbano. Recife, 2013.

- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Unicamp, 2000.
- VIEIRA, Glenda Salgado. **Decadência e Expansão no Litoral Norte de Olinda (1640-1710)**: A freguesia de Maranguape. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2010.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A Fábrica do Sonho**: Trajetória do Industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes Em Comum**. São Paulo, Cia das Letras, 2005.
- THOMPSON, E. P. **A História vista de baixo**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas SP: Ed. UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- WEID, Elisabeth Vonder & BASTOS, Ana Marta R. **O Fio da Meada - Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil**: companhia americana fabril (1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Confederação Nacional da Indústria, 1986.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

APENDICE - FONTES

ARQUIVOS

Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – Recife - PE
 Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano - Recife-PE
 Arquivo Público de Olinda – Olinda – PE
 Acervo CEPE –Companhia Editora de Pernambuco –Recife-PE
 Biblioteca digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital – Rio de Janeiro-RJ
 Fundação Joaquim Nabuco – Recife -PE
 Federação Regional das Classes Trabalhadoras de Pernambuco – Recife - PE
 Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Recife – PE
 Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – Recife - PE
 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – Recife -PE
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro - RJ
 Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – Rio de Janeiro - RJ
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife – Recife - PE
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem Malharia e meias Cordoalhas e Estopas Capacho Acabamento de Confecções de Malha em Paulista – Paulista - PE
 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Recife -PE

JORNAIS, REVISTA E ALMANAQUES

Jornais

A Província – PE (1872;1891;1905; 1925)
 A Imprensa – PE (1918)
 A Reação – PE (1916)
 A Voz de Mirueira – PE (1951; 1952)
 Ave Maria – PE (1952; 1953)
 Diário da Manhã – PE (1927; 1928; 1929; 1930; 1938; 1942;1947)
 Diário de Pernambuco – PE (1900; 1915; 1922; 1932; 1940; 1944)
 Folha de Olinda – PE (1932)
 Gazeta Olindense – PE (1903)
 Gazeta de Olinda – PE (1915; 1916)

Gazeta de Paulista – PE (1911; 1918);
 Gazeta de Paulista – PE (1953; 1954)
 Jornal de Olinda - PE (1932)
 Jornal Pequeno – PE (1930; 1931; 1935)
 Jornal do Comércio – PE (1930)
 O Grêmio – PE (1920)
 O Natal – PE (1918)
 O Trabalho – PE (1900)
 O 29 de Maio – PE (1948)
 O 21 de Maio – PE (1933)
 O Lidador – PE (1932)
 O Realista – PE (1953)
 O Lenhador – (1904; 1908)
 Tribuna Operária – PE (1953; 1954)

Revista

Novo Milênio (Impressões do Brasil no século vinte) – UK (1913)
 Álbum de Pernambuco – PE (1913; 1933)
 Revista de Pernambuco – PE (1924-1926)
 Anuário de Olinda – PE (1956)
 O Malho – RJ (1928; 1940)
 Revista Ilustração – RJ/SP (1924)
 Revista da Cidade – PE (1926; 1927; 1928)
 O obscuro fichário dos artistas mundanos (1935; 1942; 1948; 1950)

Almanaques

Almanack – PE (1906)

Filmes e Documentários

A Classe Operária Vai ao Paraíso – PE (1971)
 Documentário Ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana – PE (1954)
 Paulista: a invenção dos Lundgrens – PE (2005)
 Tecidos e Memória- PE (2006)
 Memória da Vida e do Trabalho – AL (1984)

Acervos Privados

Acervo de Dário José

Acervo de José Benigno do Amaral

Acervo da família Lundgren

Acervo da Paulino de Moura

Acervo de Alexandre Berzin

Acervo de Marcondes Andrade

Acervo do Grupo Paulista: Memória & História

ANEXOS

QUADRO IV

Anexo 1

Fábricas de tecido de algodão estabelecidas em Pernambuco (antes de 1905)

Fábrica/Companhia	Localização	Data de Fundação	Fusos	Teares	Operários
Fábrica da Madalena	Recife	1874	...	20	...
Fiação e Tecelagem de Pernambuco (Fábrica da Torre)	Recife	1887	...	189	...
Fiação e Tecelagem de Pernambuco (Nova Fábrica)	Recife	1892	...	208	...
Companhia Industrial Pernambucana Camaragibe	São Lourenço da Mata/Camaragibe	1891	12.304	404	700
Companhia de Tecidos Paulista	Olinda/Paulista	1891	...	240	...
Companhia Industrial de F. e T. de Goiana	Goiana	1891	3.352	108	...
Fiação e Tecelagem Malha Recife 1893-94 1.920 45 40	Recife	1893-1894	1.920	45	40
Fábrica de Tecelagem de Apipucos	Recife	1895	3.384	120	250

Fonte: apud. Suzigan (2000), Apêndice 3.

Anexo 2

QUADRO V

Fábricas de fiação e tecelagem em Pernambuco (Censo Industrial de 1907)

Proprietário	Localidade	Capital	Produção Anual	Nº Operários
Companhia de Tecidos Paulista	Olinda/Paulista	4.611:260\$	6.320.000 met. algodão	1300
Companhia de F. de T. de Pernambuco	Recife	4.892:700\$	7.920.000 met. algodão	990
Companhia Industrial Pernambucana	São Lourenço da Mata/Camaragibe	5.857:7000\$	5.591.500 met. algodão	604
Companhia Industrial F. T. de Goyanna	Goiana	1.614:000\$	2.493.282 met. algodão	250
Braz, Silva & Cia (Apipucos)	Recife	626:000\$	800.000 met. Brins 110.000 kilca fio	200
Companhia Fiação de Estopa		1.040:000\$	984.000 met. de aniagem	126
J. Almeida & C.		200:000\$	40.000 duz. meias 30.000 duz. camisas 10.000 duz. ceroulas	120
Companhia F. e T. de Juta		400:000\$	800:000met. de aniagem	110

Fonte: Pimentel de Oliveira, 2011, pág. 207.

Anexo 3

QUADRO VI

Fábricas de tecidos de algodão no Estado de Pernambuco em 1928

Nome	Localidade	Capital	Valor da Produção Anual	Produção anual em metros	Nº de Fusos	Nº de Teares	Nº de Operários
Cia. de Tecidos Paulista	Paulista	7.200:000\$00	14.000:000\$000	15.000.000	26.000	1.078	1.968
S. Cottoniere Belge-Bresilienne	Moreno	5.750:000\$00	14.171:233\$190	12.000.000	21.120	850	1.500
C. Fiação e T. de Pernambuco	Recife (Torre)	3.600:000\$00	10.000:000\$000	10.000.000	23.850	850	1.400
C. Industrial Pernambucana	Camaragibe	10.000:000\$000	12.000:000\$000	7.000.000	12.488	584	1.075
Cot. Othon B. de Mello - Apipucos - Bezerra de Mello	Recife (Apipucos e Macaxeira)	4.000:000\$00	8.000:000\$000	8.000.000	11.720	528	800
Fáb. de Malha da Várzea	Recife	1.500:000\$00	3.000:000\$000	4.560.000	3.338	196	585
Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco	Recife	3.500:000\$00	3.400:000\$000	2.000.000	8.360	288	439
C. Ind. de F. e T. de Goyanna	Goiana	1.200:000\$00	2.500:000\$000	3.226.420	5.248	160	430
S. A. Manufatora de Tec. do Norte (Tacaruna)	Olinda	6.000:000\$00	2.500:000\$000	1.350.000	2.388	161	400
C. Industrial Pirapama	Escada	1.800:000\$00	1.500:000\$000	1.237.000	1.800	100	180
Cot. José Rufino	Cabo	750:000\$000	800:000\$000	1.800.000	1.600	120	150
Fáb. de Fios de Algodão	Timbaúba	200:000\$000	640:000\$000	200.000	900	20	130
TOTAL		45.000:000\$000	72.511:233\$190	67.273.420	18.812	4.935	9.127

Fonte: Hemoreteca Digital da Biblioteca Nacional. O Jornal, Rio de Janeiro-RJ, Edição Especial de Pernambuco, "A evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambuco", 17 - 09 - 1928.

Anexo 4

QUADRO VII

Fábricas de tecidos de algodão no Estado de Pernambuco (1944-1946)

Nome	Localidade	Nº de Fusos	Nº de Teares	Nº de Operários
Cia. de Tecidos Paulista	Paulista	55.000	2.552	10.338
Cotonifício Othon Bezerra de Mello	Recife	36.142	1.635	5.844
Société Cotonniere Belge-Bresilienne	Moreno	27.000	816	2.573
Cotonifício da Torre	Recife	26.040	1.129	2.375
Companhia Industrial Pernambucana	Camaraçibe	12.168	565	1.924
Cia. Manufatora de Tecidos do Norte (Tacaruna)	Recife/Olinda	3.976	144	1.688
Cia. I. F. Tec. Goiana	Goiana	7.260	307	1.354
Cia. Industrial Pirapama	Escada	10.000	312	1.156
Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco	Recife	11.880	500	1.102
Textifício Santa Maria	Recife	1.000	90	500
Fiação e Tecelagem de Ribeirão	Ribeirão	2.180	90	359
Cotonifício José Rufino	Cabo	2.760	121	357
Queiroz & Andrade	Timbaúba	1.872	61	214
Fiação e Tecelagem Ambolê	Recife	194	33	77

Fonte: Comissão Executiva Têxtil (CETEX). Indústria Têxtil Algodoeira. Rio de Janeiro: MTIC, 1946, pág. 312.

Anexo 6 - Quadro de engenhos e usinas de Pernambuco até 1910.

128	Primeira safra ^a	Nome ^b	Localização ^c	Volume do subsídio, (contos)	Data ^d
	1892	Correia da Silva (Catende)	Palmares (Catende)	250	1891
		Florestal	Palmares (Catende)	800	1895
		Pedrosa	Garanhuns (Quipapá)		
		Rocadinho	Benito	250	1891
		Salgado	Benito		
		Salgado	Ipojuca	250	1891
		Salgado	Ipojuca	100	1895
		Cachoeira Lisa	Gameleira	250	1891 e
	1894	São João	Recife		
		Bosque	Escada	f	
	1895	Bom Jesus	Cabo		
		Bulhões	Jaboatão		
		Caxungá	Gameleira (Ribeirão)		
		Bom Fim (União e Indústria)	Escada	600	1895 h
		Pery-Pery	Garanhuns (Quipapá)	600	1895
		Beltrão (Tacarana)	Recife	200	1888 f i
		Barão de Morenos	Jaboatão	600	1895 j
		Conceição	Vitória	250	1895
		Espírito Santo	Pau d'Alho	800	1895 j
		N. S. de Lourdes	Jaboatão	600	1895
		Raiz de Dentro	Amaraji	200	1895
		São José	?	800	1895 j
	1896	Jaboatão	Jaboatão		
		Cucaú	Rio Formoso		
	1897	Timbó Assú	Escada		
	1900	Freixiras	Escada	600	1895
		Mussú	Escada		
	1905	Meio da Várzea	Recife		
	1906	Mussupe (Costão, São José)	Igarassú	250	1891
		Ubaquinha	Igarassú	150	1895
			Sirinhaém		
	1907	Desterro	Pau d'Alho		
	1910	Santa Theresia (Progresso Colonial)	Jaboatão	500	1895

a. Quando se descreve a primeira safra, usamos um ponto de interrogação (?); diversos destes engenhos jamais funcionaram.

b. Quando o engenho foi rebatizado, o nome ou nomes posteriores são apresentados entre parênteses.

c. Quando a localização, depois, foi desmembrada do município original o novo município é registrado entre parênteses.

d. Somente a data do primeiro contrato, não de contratos reformados.

e. Inicialmente equipado com maquinaria retirada da North Brazilian Sugar Factories Limited, um subsídio inteiro.

f. Também recebeu empréstimo do Banco de Crédito Real.

g. Também recebeu 120 contos para construir uma ferrovia.

h. Também recebeu 720 contos para construir uma ferrovia.

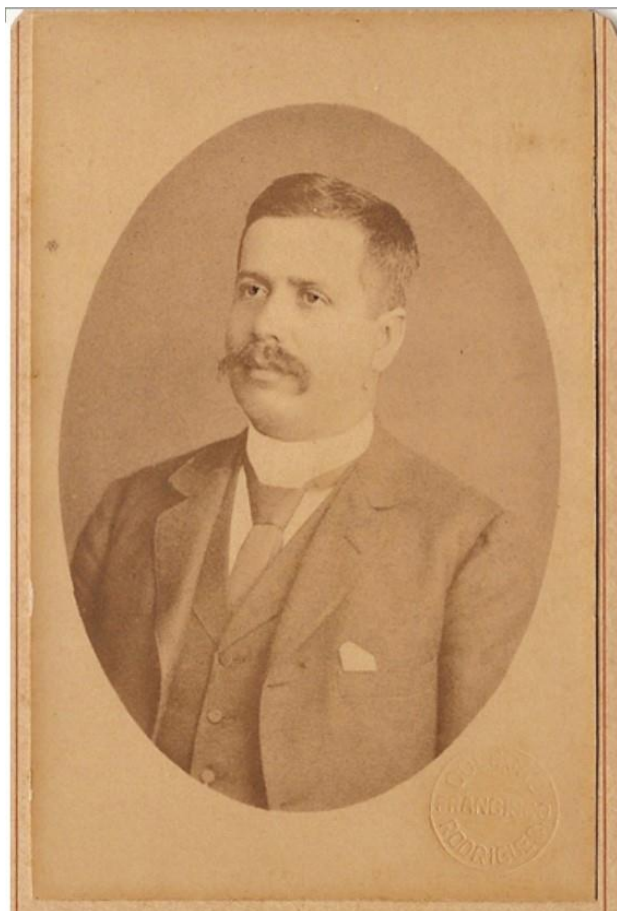
i. Uma refinaria urbana; não comprou cana.

j. O subsídio foi posteriormente cancelado.

FONTES: APE, Coleção Engenhos Centrais, passim. Mensagem... 10 de agosto de 1891... José Antonio Correia da Silva, passim. Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Pernambuco Conselheiro Joaquim Corrêa d'Araújo ao Congresso Legislativo do Estado em 27 de outubro de 1895, passim. Mensagem... 5 de março de 1889... Joaquim Corrêa d'Araújo, passim. Relatório apresentado ao Excm. Sr. Antonio Gonçalves Ferreira, Governador do Estado, pelo Secretário da Indústria, Obras Públicas, Agricultura, Comércio e Hygiene (Recife, 1902), passim. Este Relatório transcreve quase todos os contratos firmados pelos governos do Estado. "Secretário da Indústria, Relatório apresentado ao Excm. Sr. Dr. Júlio de Mello Filho, Secretário do Estado dos Negócios da Indústria, pelo Bacharel João Diniz Ribeiro da Cunha, Diretor Geral da 1ª Diretoria", Diário de Pernambuco, 4 de julho de 1896. Gonçalves e Silva, O Açúcar e o Algodão, passim. Peres e Cavalcanti, Indústria de Pernambuco, passim. Veríssimo de Toledo, Almanack Administrativo, Mercantil, Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco, passim. Júlio Fries Ferreira, Almanack de Pernambuco para o anno de 1900, passim.

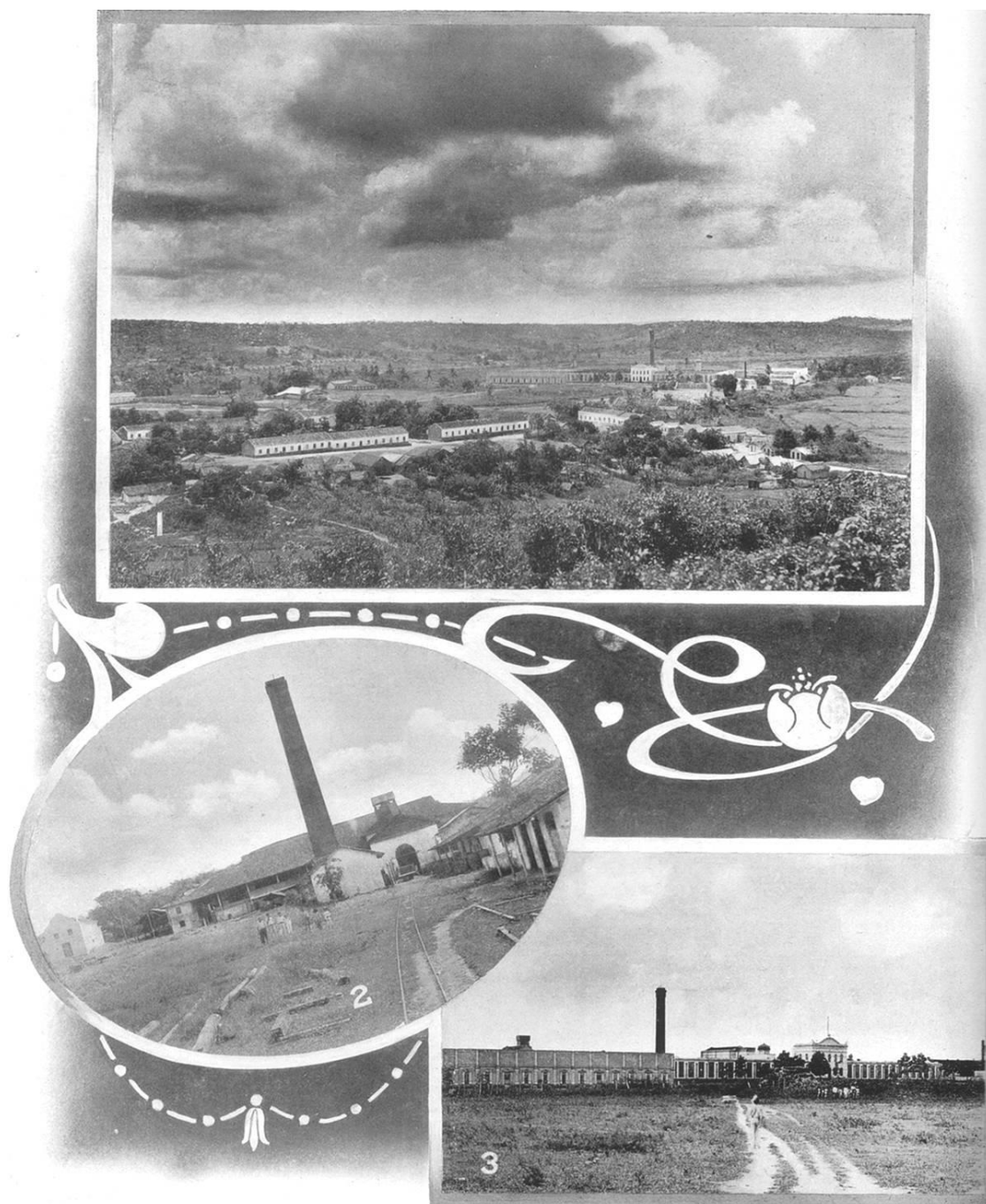
Fonte: EISENBERG, Peter L. MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇA: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Campinas: Paz e Terra, 1977, p. 128-129.

Anexo 7 e 8 - As fotografias do Coronel Cornélio Rabelo Padilha.



Fonte: FUDAJ, Cehibra, FR - 02104, fotografo: Constatino Barza. Coleção Francisco Rodrigues, sem datas.

Anexo 09 - Fotografia 1, vista panorâmica do núcleo fabril de Paulista; fotografia 2, Usina Timbó; fotografia 3, frente da Companhia de Tecidos Paulista.



Fonte: Impressões do Brazil no século vinte, Londres: Lloyd's Greater Britan. Data: 1913.

Anexo 10 – Estrada de Ferro de Paulista (PE) em 1927.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário da Manhã – 24 - 06 – 1927.

Anexo 11 - Recenseamento de Paulista em 1940.

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940										
N. de ordem	CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	TOTAIS ¹			PESSOAS DE 0 a 29 ANOS ³					
		Total	Homens	Mulheres	De 0 a 9 anos ²		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
					Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	29 543	14 155	15 388	3 503	3 679	3 352	4 001	3 158	3 350
	CÔR									
2	Branços	7 809	3 638	4 171	844	908	807	1 068	870	943
3	Pretos	3 047	1 466	1 581	296	300	342	418	334	343
4	Amarelos	16	11	5	4	1	1	1	3	-
5	Pardos	18 582	9 000	9 582	2 350	2 456	2 185	2 503	1 943	2 053
6	De côr não declarada	89	40	49	9	14	17	11	8	11
	ESTADO CONJUGAL									
7	Solteiros	20 104	9 978	10 126	3 503	3 679	3 330	3 759	2 186	1 758
8	Casados ⁴	7 780	3 751	4 029	-	-	22	238	941	1 512
9	Separados, desquitados, divorciados ⁴	29	9	20	-	-	-	-	4	10
10	Viúvos ⁴	1 600	409	1 191	-	-	-	3	23	69
11	De estado conjugal não declarado	30	8	22	-	-	-	1	4	5
	NACIONALIDADE									
12	Brasileiros natos ⁵	29 406	14 061	15 345	3 503	3 676	3 352	3 999	3 134	3 344
13	Brasileiros naturalizados ⁵	1	1	-	-	-	-	-	-	-
14	Estrangeiros ⁵	136	93	43	-	3	-	2	24	6
15	De nacionalidade não declarada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	INSTRUÇÃO									
16	Sabem ler e escrever ⁶	8 590	4 472	4 118	157	176	1 320	1 617	1 474	1 275
17	Não sabem ler nem escrever	16 922	7 677	9 245	1 388	1 547	2 007	2 349	1 671	2 059
18	De instrução não declarada	258	131	127	83	58	25	35	13	16
	RELIGIÃO									
19	Católicos romanos	28 782	13 769	15 013	3 405	3 579	3 275	3 912	3 082	3 280
20	Protestantes	545	273	272	61	62	52	65	47	51
21	Ortodoxos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Israelitas	3	2	1	-	-	-	1	1	-
23	Maometanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Budistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Xintoístas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	Espíritas	3	1	2	-	-	-	-	-	2
27	Positivistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28	De outra religião	17	12	5	7	4	-	-	2	1
29	Sem religião	2	-	2	-	-	-	1	-	-
30	De religião não declarada	191	98	93	30	34	25	22	26	16
	ATIVIDADE PRINCIPAL									
31	Agricultura, pecuária, silvicultura	2 655	2 339	316	-	-	410	147	629	72
32	Indústrias extrativas	408	399	9	-	-	37	5	103	3
33	Indústrias de transformação	7 635	4 635	3 000	-	-	1 061	1 444	1 915	1 200
34	Comércio de mercadorias	661	631	30	-	-	99	9	185	14
35	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	25	25	-	-	-	5	-	4	-
36	Transportes e comunicações	348	346	2	-	-	44	-	122	1
37	Administração pública, justiça, ensino público	70	53	17	-	-	8	-	16	8
38	Defesa nacional, segurança pública	24	24	-	-	-	-	-	7	-
39	Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	30	16	14	-	-	5	2	2	5
40	Serviços, atividades sociais	406	208	198	-	-	30	39	71	65
41	Atividades domésticas, atividades escolares	7 176	715	6 461	-	-	671	1 208	23	1 820
42	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	2 923	1 261	1 662	-	-	982	1 147	81	162

¹ Para a instrução, de 5 anos e mais; para a atividade principal, de 10 anos e mais. ² Para a instrução, de 5 a 9 anos

³ Discriminação: de 7 a 14 anos, 2 637 homens e 2 539 mulheres; de 15 a 19 anos, 1 688 homens e 2 124 mulheres

⁴ De 15 anos e mais: casados, 3 751 homens e 4 024 mulheres; separados, desquitados, divorciados, 9 homens e 20 mulheres; viúvos, 409 homens e 1 191 mulheres

⁵ Brasileiros, natos e naturalizados: de 18 a 44 anos, 6 246 homens (sujeitos a serviço militar) e 6 639 mulheres; de 18 anos e mais, sabendo ler e escrever (aliterados como eleitores), 3 240 homens e 2 651 mulheres

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), série regional, parte IX - Pernambuco, tomo 1. CENSO DEMOGRÁFICO, População e Habitação, p. 196.

Anexo 12 - Recenseamento de Paulista em 1940.

CENSO DEMOGRÁFICO: ESTADO DE PERNAMBUCO														197
62 POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS														
MUNICÍPIO DE PAULISTA														
PESSOAS DE 30 ANOS E MAIS												PESSOAS DE IDADE IGNORADA		N.º de ordem
De 30 a 39 anos		De 40 a 49 anos		De 50 a 59 anos		De 60 a 69 anos		De 70 a 79 anos		De 80 anos e mais		Homens	Mulheres	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			
1 736	1 718	1 215	1 309	711	778	331	352	102	132	28	50	19	19	1
420	457	295	381	251	243	114	113	25	38	7	13	5	7	2
204	190	171	160	73	91	27	45	16	21	3	12	-	1	3
3	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
1 106	1 067	749	763	386	439	189	193	60	72	18	25	14	11	5
3	4	-	3	1	4	1	1	1	1	-	-	-	-	6
574	480	243	238	79	119	35	52	5	21	7	10	16	10	7
1 095	1 066	858	747	544	335	214	99	61	22	14	2	2	8	8
1	3	2	3	2	3	-	-	-	-	-	1	-	-	9
64	161	111	318	86	319	81	199	36	88	7	37	1	1	10
2	8	1	3	-	2	1	2	-	1	-	-	-	-	11
1 709	1 708	1 194	1 300	694	768	326	349	102	132	28	50	19	19	12
-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
27	10	21	9	16	10	5	3	-	-	-	-	-	-	14
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
736	513	382	287	265	164	103	60	19	12	7	6	9	8	16
997	1 197	830	1 016	445	613	225	289	83	120	21	44	10	11	17
3	8	3	6	1	1	3	3	-	-	-	-	-	-	18
1 686	1 665	1 178	1 282	680	753	315	341	102	132	27	50	19	19	19
42	48	31	19	27	18	12	9	-	-	1	-	-	-	20
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	28
-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
5	5	5	7	4	7	3	2	-	-	-	-	-	-	30
476	34	415	32	236	20	124	6	39	3	9	1	1	1	31
101	1	77	-	39	-	30	-	9	-	2	-	1	-	32
808	208	470	100	266	37	94	6	12	1	2	-	7	4	33
127	2	122	3	67	1	24	-	5	1	-	-	2	-	34
10	-	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
107	-	45	-	21	-	4	-	2	1	-	-	1	-	36
14	5	8	1	7	3	-	-	-	-	-	-	-	-	37
8	-	5	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	38
4	1	1	2	3	1	1	2	-	1	-	-	-	-	39
39	29	39	25	24	29	2	6	3	3	-	1	-	1	40
9	1 377	7	1 095	-	600	4	254	-	75	-	22	1	10	41
33	61	21	51	44	87	48	78	32	47	15	26	5	3	42

* Países das nacionalidades predominantes: Itália, 1 homem e — mulher.

* Nacionalidades predominantes: Alemã, 50 homens e 21 mulheres; Inglês, 14 homens e 13 mulheres; Português, 17 homens e 5 mulheres; Italiano, 3 homens e 2 mulheres

* Discriminação: de 7 a 14 anos, sabendo ler e escrever, 718 homens e 889 mulheres; de 15 a 19 anos, sabendo ler e escrever, 748 homens e 892 mulheres

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), série regional, parte IX - Pernambuco, tomo 1. CENSO DEMOGRÁFICO, População e Habitação, p. 197.

Anexo 13 - Cadastro das Vilas Operárias da Cidade-Fábrica de Paulista.

VILAS OPERÁRIAS - CADASTRO		
ANO 1932 OBSERVAÇÃO		
FONTE LIVRO Nº2 IPTU		
RUA	Nº DE CASAS	PROPRIETÁRIOS
TRV. do CAJUEIRO	-	Particular
	13	Cia. Tec. Paulista
RUA DO JARDIM	1	Particular
	17	Cia Tec. Paulista
RUA DA FABRICA AURORA	-	Particular
	5	Cia. Tec. Paulista
PRAÇA JOÃO PESSOA	1	Particular
	41	cia Tec. Paulista
RUA DA FABRICA	-	Particular
	1	Fabrica Aurora
TIMBÓ	1	Particular
	14	Cia Tec Paulista
CANÔAS	22	Particular
	18	Cia Tec. Paulista
CATOLÉ	2	Paticular
	-	Cia. Tec. Paulist
LENHADORES	-	Particular
	48	Cia. Tec. Paulis
ARAGÃO	-	Particular
	8	Cia. Tec. Pauli

Fonte: caderno cadastral da Companhia de Tecidos Paulista. Arquivo Público de Olinda, 1932.

Anexo 14 - Cadastro das Vilas Operárias da Cidade-Fábrica de Paulista.

VILAS OPERÁRIAS - CADASTRO		
ANO 1932	OBSERVAÇÃO	
FONTE LIVRO Nº2 IPTU		
RUA	Nº DE CASAS	PROPRIETÁRIOS
SOSSEGO	1	Particular
	6	Cia Tec. Paulista
TRAV. DO ABACAXI	-	Particular
	1	Cia Tec. Paulista
ABACAXI	1	Particular
	1	Cia Tec. Paulista
FRIO	3	Particular
	1	Cia Tec. Paulista
RUA DO ZINCO , antigo Caboatan	1	Particular
	36	Cia Tec. Paulista
LEVADA	7	Particular
	10	Cia tec. Paulista
Becco do PAGAMENTO	-	Particular
	3	Cia. Tec Paulista
FOGO	-	Particular
	2	Cia. Tec. Paulista
CAJUEIRO	6	Particular
	16	Cia. Tec. Paulista
QUATRO DE OUTUBRO	-	Particular
	7	Cia. Tec. Paulista

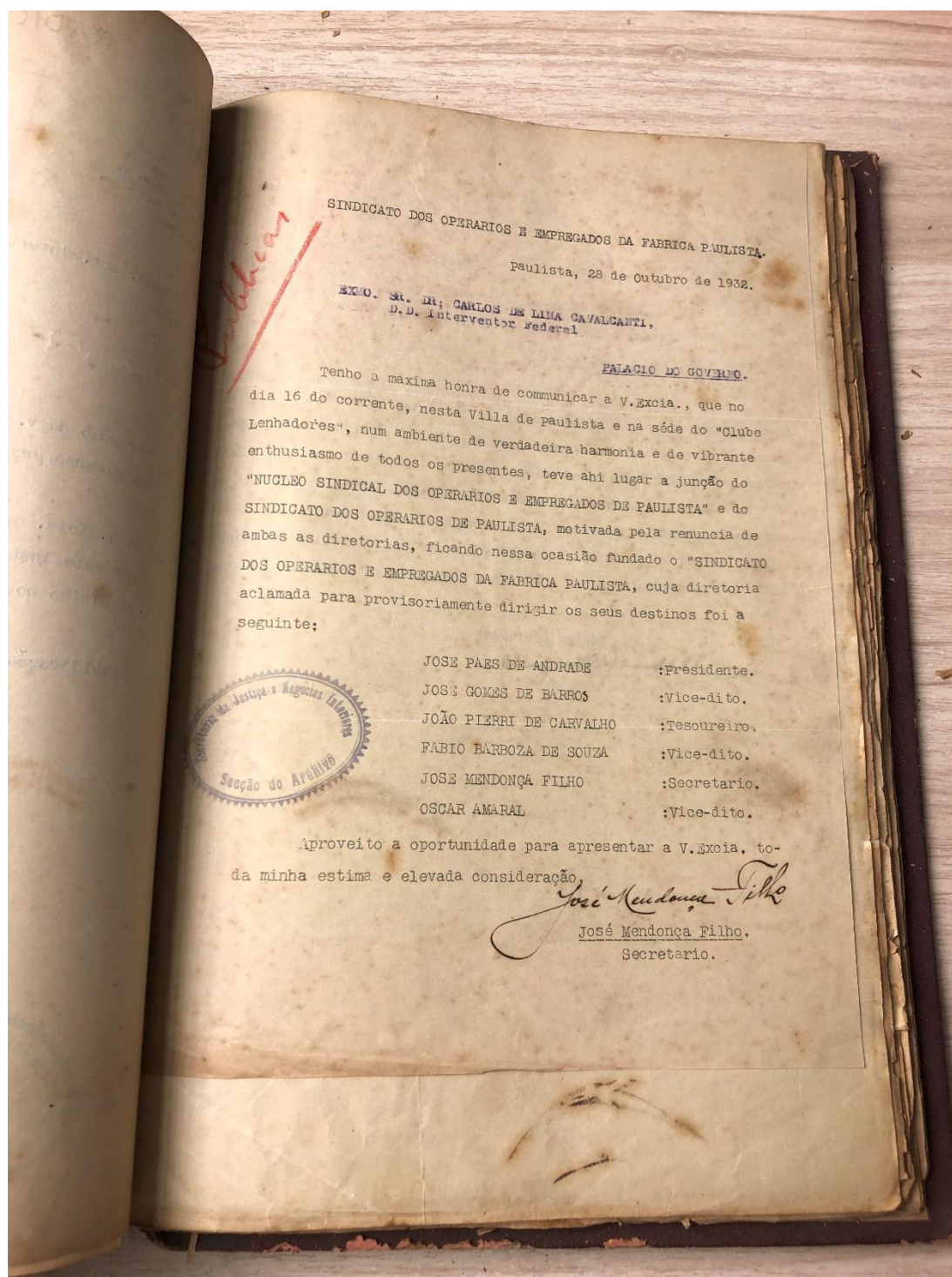
Fonte: caderno cadastral da Companhia de Tecidos Paulista. Arquivo Público de Olinda, 1932.

Anexo 15 - Cadastro das Vilas Operárias da Cidade-Fábrica de Paulista.

VILAS OPERÁRIAS - CADASTRO		
ANO	1932	OBSERVAÇÃO
FONTE	LIVRO Nº2 IPTU	
RUA	Nº DE CASAS	PROPRIETÁRIOS
JOÃO DA MATTA	9	Particular
	57	Cia. Tec. Paulista
PRAÇA DA MATRIZ	-	IGREJA DA CONCEIÇÃO
	6	Cia. Tec. Paulista
CLETO CAMPELO	7	Particular
	20	Cia. Tec. Paulista
TRAV. CLETO CAMPELO	1	Particular
	3	Cia Tec. Paulista
SIQUEIRA CAMPOS	-	Particular
	8	Cia. Tec. Paulista
Rua DO SOL	-	Particular
		Cia .Tec. Paulista
JOAQUIM TAVORA	3	Particular
	35	Cia. Tec. Paulista
RUA DA IMPERATRIZ	-	Particular
	23	Cia. Tec. Pauli
BOA VISTA	-	Particular
	4	Cia Tec. Paulista
RUA NOVA MANGUEIRA	-	Particular

Fonte: caderno cadastral da Companhia de Tecidos Paulista. Arquivo Público de Olinda, 1932.

Anexo 16 – Primeira diretoria do Sindicato de Operários de Paulista (1932).

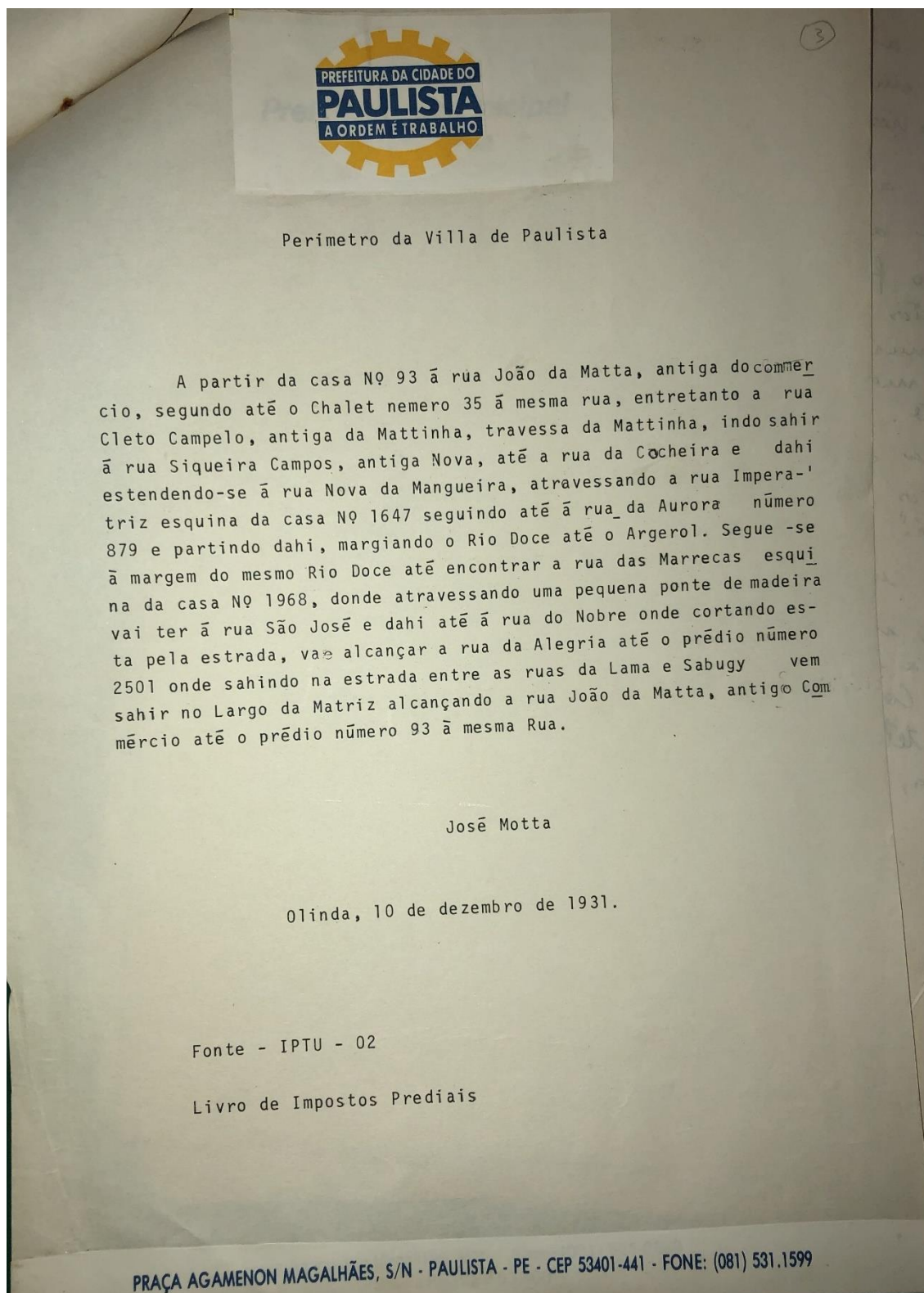


Fonte: Fundo de Interventoria DI 108, Fundos Diversos 14. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano.

Anexo 17 – Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu, refundação (1942).

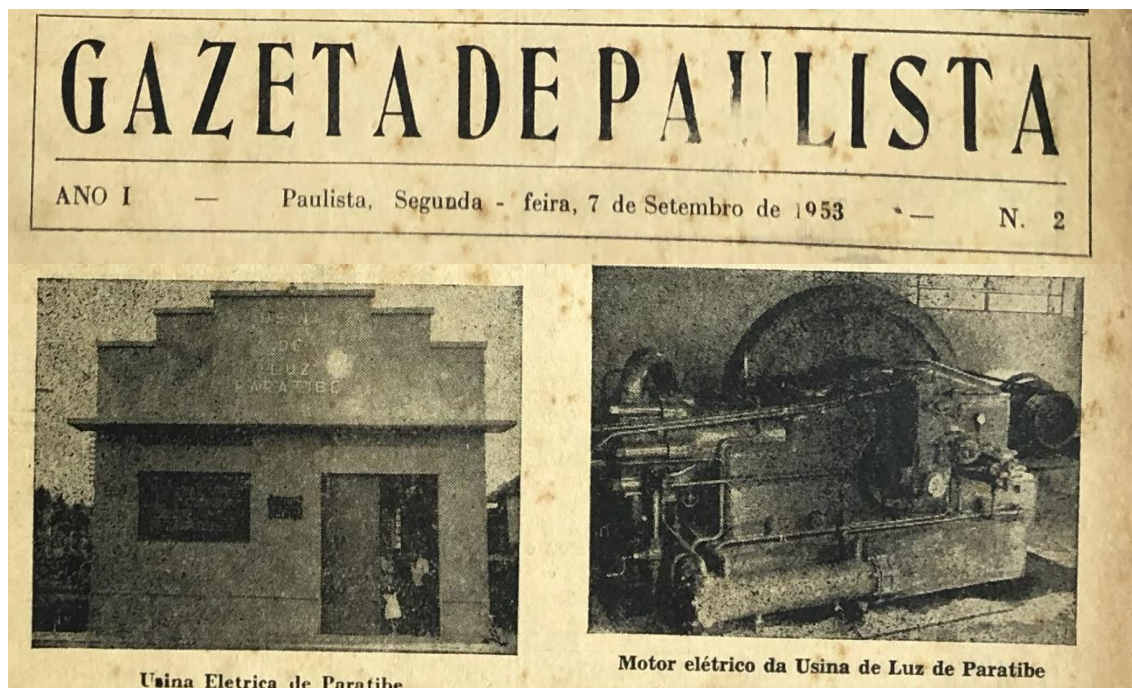


Fonte: Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Relatório do Sindicato de 1943.

Anexo 18 - Perímetro da Villa Operária de Paulista.

Fonte: Arquivo Público de Olinda. Data: 10/12/1931.

Anexo 19 – Usina Elétrica de Paulista



A “Gazeta de Paulista” associa-se às festividades do 1.º aniversário da Usina Ele- trica de Paratibe



Por ocasião das festividades do primeiro aniversário da instalação da usina elétrica de Paratibe, a direção deste jornal, associando-se às festivi-

dades, fez distribuir com as crianças presentes, inúmeros presentes e bombons para a gurizada do distrito.

O flagrante que vemos aci-

ma, mostra o diretor do nosso jornal, entregando a uma senhorinha local, um dos prêmios a serem entregues à criança.

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Jornal Gazeta de Paulista, data: 07/09/1953.

Anexo 20– Hospital Colônia de Mirueira, vista geral da Zona C, espaço destinada à residência dos casados.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Fundo: GC foto 529/4.

Anexo 21 - Pavilhão tipo “Carville”, no total de 50 leitos



Fonte: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Fundo: GC foto 537/7.

Anexo 22 - Pavilhão tipo “Carville”, total 28 leitos



Fonte: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Fundo: GC foto 529/7.

Anexo 23 - Hospital Colônia da Mirueira. Entrada do Cemitério São Lázaro.



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 24 - Hospital Colônia da Mirueira. Vista Parcial do Cemitério São Lázaro



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 25 - Cineteatro do Hospital Colônia Mirueira.



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 26 - Igreja Católica do Hospital Colônia de Mirueira, construída em 1945



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 27 - Antiga Escola e Biblioteca da Mirueira, depois sede do Grêmio Cultural Silvino Lopes



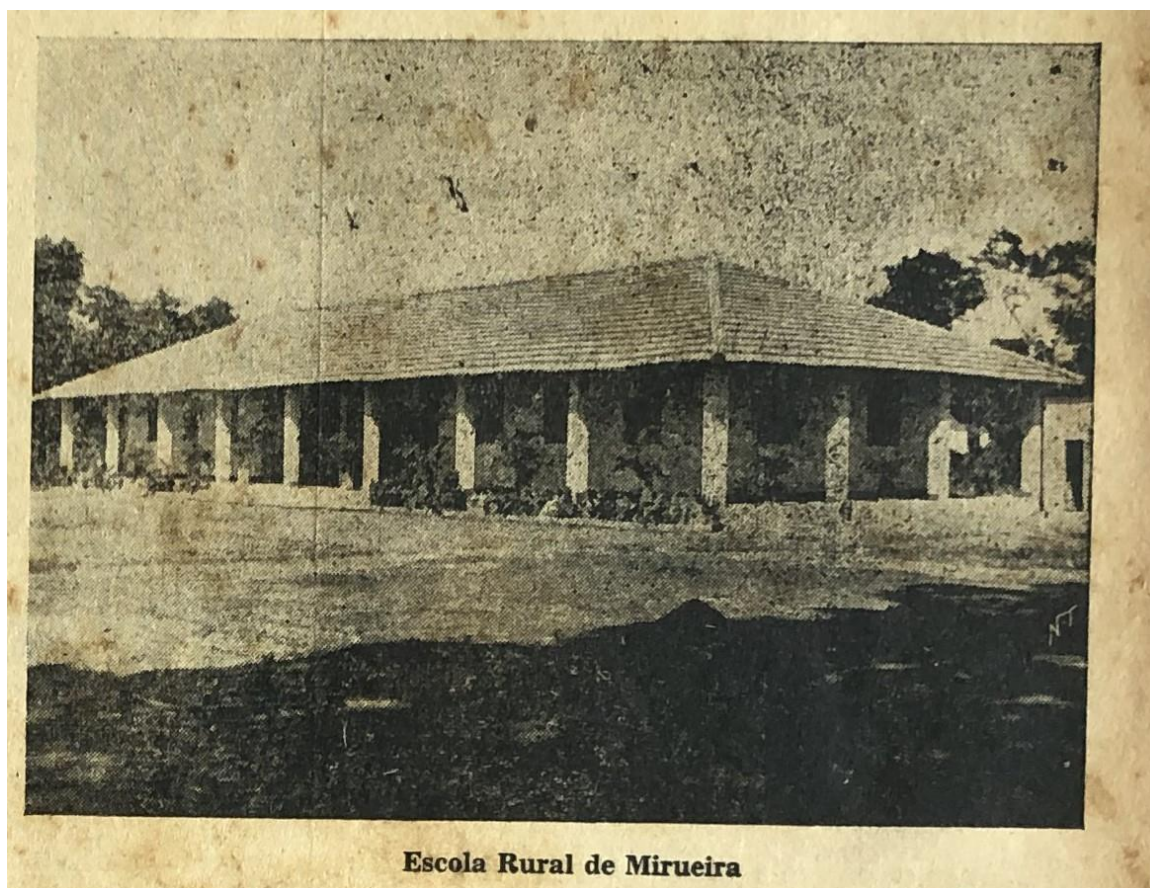
Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 28 - Espaço de Festejo e Recreação do Hospital Colônia de Mirueira



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Pinheiro Mendes Cahu de Oliveira. Data: 2007.

Anexo 29 - Escola Rural da Mirueira



Fonte: Jornal Gazeta de Paulista, data: 07/09/1953

Anexo 30 – Notícia do Diário de Pernambuco sobre a história do Clube Paulistano de Futebol

Paulistano será o time para o "Ademir Cunha"

Dentro da dinâmica de interiorização do futebol pernambucano, que vai se consumando aos poucos, o Paulistano Esporte Clube, da cidade do Paulista, deverá ser o próximo integrante do certame da Primeira Divisão do nosso futebol, na temporada que começará após os jogos da Copa do Mundo. A idéia nasceu e ganhou corpo a partir da construção do estádio Ademir Cunha, cuja inauguração está prevista para o dia 9 de maio, como decorrência do trabalho dinâmico do prefeito daquela cidade, numa elogiável conjugação de esforços entre o governo e o povo pelo sempre crescente desenvolvimento do desporto pernambucano.

HISTÓRIA

A história do Paulistano Esporte Clube é muito longa e data de 1922, quando foi fundado naquele parque industrial, então denominado Vila de Olinda, hoje município do Paulista. Foram seus fundadores o coronel Frederico Lundgren, comendador Artur Lundgren e Alberto Lundgren, todos de origem européia e que muito contribuíram durante vários anos para a posição que hoje detém o município do Paulista, tido como um dos mais prósperos de todo o Estado, em função de sua própria posição geográfica. Na lista dos que par-



Escudo do time que representará Paulista

ticiparam da ata de fundação do tradicional clube interiorano, segundo os saudosistas, ainda figuram os nomes de alguns desportistas, entre os quais Tito Arruda, treinador do cavalo Mossoró, o craque pernambucano ganhador do Primeiro Grande Prêmio Brasil disputado em agosto daquele ano, no Hipódromo da Gávea, no Rio, e outros como Leonardo, Juca Pagador e o também inglês mister Jymme Bold. A partir daí a história do Paulistano foi crescendo através do tempo, até chegar aos

dias atuais quando se credencia para formar ao lado dos grandes do nosso futebol.

REGULARIZAÇÃO

O clube de Paulista não vai ter muito trabalho para regularizar sua situação perante a Federação Pernambucana de Futebol, haja vista sua condição de filiado a entidade. Basta, apenas, um trabalho de reativação de toda sua documentação perante a mentora — o que está sendo feito — e esta por sua vez decidiu que perdoará todo o débito da agremia-

ção, com o que o presidente Rubem Moreira também empresta sua valiosa parcela de colaboração, visando os interesses do desporto pernambucano que caminha para a sua interiorização.

REUNIÃO

Em reunião realizada no CSU, foi constituída a comissão provisória, em ato que contou com a participação dos desportistas Evaldo Albuquerque, Augusto Rodrigues, Ernande Barbosa, Jaime Guedes, José B. Amaral, Washington Calheiros, Afrânio Pontes, Agnaldo Tavares e Geraldo Sobral, presidente da Câmara Municipal do Paulista. Na oportunidade o presidente da Câmara afirmou ser seu propósito apresentar projeto de lei doando ao Paulistano Esporte Clube o terreno necessário para a construção de sua sede social, decisão que foi aplaudida por todos presentes ao ato, inclusive pelo prefeito Ademir Cunha, candidato a deputado estadual.

Centenas de esportistas estiveram presentes à reunião e todos manifestaram o desejo de prestar sua colaboração para com a administração do prefeito Ademir Cunha, pelos seus grandes empreendimentos em prol dos desportos de Paulista e também das coisas relativas ao serviço público naquele município.

Fonte: Hemeroteca Digital da BN, Diário de Pernambuco, 10 de março de 1982.